ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE BEJA

FICHA TÉCNICA

Título	CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL
Entidade Coordenadora	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja
Equipa Técnica Geral	Vito Carioca, João Leal, Sandra Saúde, Elisabete Xavier Gomes, Sandra Lopes, Dalila Coelho e Clara Rodrigues
Parceiro Local	Câmara Municipal de Aljustrel
Colaborador	*Estudalentejo*
Edição	Escola Superior de Educação
Execução Gráfica	Dalila Coelho
Capa	Mariana Conduto
Data	Maio de 2006
Contactos	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja Rua Pedro Soares 7800 – 295 Beja Tel.: 284 315 000 Fax: 284 326 824 Http://www.eseb.ipbeja.pt E-mail: eseb@eseb.ipbeja.pt

Índice

Introdução 7

PARTE I. CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E METODOLOGIA **12**

1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação 13

1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização

1.2. A territorialização da educação 15

2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa **20**

2.1. O plano geral de execução

2.2. Procedimentos específicos para a concepção da Carta Educativa do Concelho de Aljustrel 24

PARTE II. O CONCELHO DE ALJUSTREL: CARACTERIZAÇÃO **26**

1.Caracterização socio-económica **27**

1.1 Elementos geográficos e territoriais

1.2 Elementos demográficos

1.3. Actividade Económica e Emprego 32

1.3.1. Actividade económica

1.3.1.1. Procura de Bens e Serviços 34

1.3.2. Emprego 36

1.3.2.1.Situação Perante o Trabalho

1.4. Educação e Ensino 38

1.4.1. Habilitações literárias e escolarização

1.5. Assistência Social e Saúde 43

1.5.1. Assistência social

1.5.2. Saúde

1.6. Cultura e Associativismo 44

1.6.1. Cultura e Desporto

1.7. Uma análise das dinâmicas territoriais a partir do posicionamento das freguesias 50

2. A situação educativa do concelho e evoluções mais recentes **53**

2.1. Estabelecimentos de educação e ensino

2.1.1. Evolução do número e tipologia dos estabelecimentos

2.1.2. O Agrupamento Vertical de Escolas e Jardins-de-infância de Aljustrel 54

2.1.2.1. Número e regime de funcionamento das turmas do AVECA 55

2.1.3. Rede de espaços de Actividades de Tempos Livres (ATL) 56

2.2. Distribuição no concelho, por freguesia

2.3. Infra-estruturas e recursos físicos das escolas e jardins-de-infância 59
2.3.1. Caracterização geral
2.3.2. História recente dos estabelecimentos escolares 67
2.4. A oferta de ensino secundário 69
2.5. A oferta de ensino profissional 70
2.6. A oferta ao nível da educação de adultos 71
2.6.1. Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar 72
2.6.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)
2.7. A oferta ao nível da educação especial e do apoio à deficiência
2.8. População Discente 73
2.8.1. Evolução da frequência no ensino regular 74
2.8.1.1. A capacidade instalada e a resposta à procura de educação
2.8.1.2. Taxas de cobertura e níveis reais de escolarização 77
2.8.1.3 Alunos matriculados por idades 78
2.8.1.4. Evolução do número de alunos, por freguesia 80
2.8.2. Evolução da frequência da Educação de Adultos 83
2.8.2.1. Evolução do número total de alunos por modalidade 84
2.8.2.2. Alunos matriculados, por idade 85
2.8.2.3. Evolução do número de inscritos na educação de adultos, por freguesia 86
2.8.3. Aprovação e não aproveitamento 89
2.8.3.1. Análise dos valores globais do concelho, por nível de ensino
2.8.3.2. Análise dos níveis de sucesso no 1º CEB, por estabelecimento 91
2.8.4. Abandono escolar e saída precoce 94
2.9. Pessoal docente 95
2.9.1. Evolução das habilitações e do vínculo profissional
2.10. Pessoal não docente 98
2.10.1. Número e funções desempenhadas
2.10.2. Habilitações literárias e vínculo profissional 99
3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Aljustrel 101
3.1. Transportes escolares
3.2. Acção social escolar 102
3.3. Promoção de projectos e iniciativas de carácter cultural e pedagógico 103
3.4. Novos desafios lançados à autarquia 105
3.4.1. O Programa de Generalização do Inglês aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico
3.4.2. O Programa de Generalização das Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico 106

3.4.3. O Programa de Promoção de Projectos Educativos na área da Cultura
3.4.4. Programa de Promoção de Projectos Educativos na área da cultura 107

4. Diagnóstico **109**

4.1. Potencialidades

4.1.1. De carácter geral

4.1.2. Desagregadas por modalidade de educação 110

4.2. Problemas 112

4.2.1. De carácter geral

4.2.2. Desagregados por modalidade de educação 113

PARTE III. CENÁRIOS E PROJECÇÕES **115**

1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local **116**

2. Prospectivas para a educação em Portugal **117**

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação

2.2. Cenários e projecções para a educação em Portugal: 2000-2020 119

2.2.1. O paradigma da Sociedade Educativa como horizonte 120

2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal 123

2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação 132

3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Aljustrel **133**

3.1. Uma hipótese de evolução da população de Aljustrel

3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino 134

3.2.1. As expectativas de evolução da população escolar 136

3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas do concelho 139

3.3. Expectativas para a estrutura geral de habilitações da população 143

4. As tendências de evolução da educação: Aljustrel face ao país **144**

4.1. A evolução da escolarização no país e em Aljustrel

PARTE IV. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE ALJUSTREL **146**

1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa em 2006 **147**

1.1. Necessidades educativas detectadas no concelho de Aljustrel

2. Proposta **148**

2.1. Suspensão de escolas do 1ºCEB 149

2.2. Criação de novos espaços e respostas de educação 151

2.3. Intervenção e qualificação do espaço escolar 152

2.4. Optimização do funcionamento escolar 184

2.4.1. Medidas globais 184
2.4.2. Medidas específicas 186
2.4.2.1. Optimização de espaços e recursos
2.4.2.2. Reorganização dos circuitos de transporte escolar 188
2.4.2.3 Estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente 189
2.5. Expansão da Oferta Educativa 190
2.5.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
2.5.2. Ensino Profissional
2.5.3. Educação de adultos 193
2.5.3.1. Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e RVCC 193
2.5.3.2. Pessoal não docente 194
2.5.3.3. Pais e encarregados de educação 195
2.6. Implementação das medidas legisladas no ano de 2005 – algumas reflexões 196
2.6.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB
2.6.2. Programa de Generalização da Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico
2.7. Linhas de orientação da expansão do Sistema Educativo de Aljustrel e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico 198
2.8. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho 200

PARTE V. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE ALJUSTREL 202

1. Monitorização e Controlo da Carta Educativa do Concelho de Aljustrel 203

1.1. Fases do Processo
1.2. Monitorização Global e Específica 203
1.2.1. Monitorização Global 204
1.2. 2. Monitorização Específica 205

Bibliografia 216
Anexos 219

Introdução

Pensar a rede educativa de um concelho implica proporcionar o debate amplo, mas localizado, do fundamento da acção educativa. Esta, pelo seu propósito, contém em si a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dos educandos do ponto de vista intelectual, social, técnico e humano. Os desafios actualmente colocados aos indivíduos exigem uma ruptura com práticas enraizadas, apelando a uma visão prospectiva, criativa e pró-activa na definição dos caminhos a trilhar pelas organizações escolares, assumindo-se estas mais como "centros educativos de aprendizagem" (numa perspectiva de desenvolvimento estratégico dos Concelhos), e menos como espaços fechados à mudança, numa dimensão cristalizada, cujas práticas, localização e organização espacial submetem e limitam a acção educativa.

Culminado um longo e gradual processo de descentralização de poderes em matéria da gestão educativa para as autarquias locais, quer a Lei n.º159/99, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências quer, particularmente, o Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 Janeiro, que regulamenta as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação bem como o conceito, objectivos e objecto das Cartas Educativas, explicitam claramente a opção pela gestão local e subsidiária de cada território educativo. Neste contexto, a Carta Educativa é assumida como um instrumento de planeamento territorial, parte integrante do Plano Director Municipal (PDM) em que intervêm, além da Câmara Municipal, outros organismos, a diversos níveis e com diferentes graus de competência, nomeadamente:

- Conselhos Municipais de Educação[1];
- Direcções Regionais de Educação;
- Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação;
- Comissões de Coordenação Regional;
- E outros: Associações de Municípios.

A Carta Educativa surge como uma ferramenta de estruturação da acção, visando a melhoria contínua do sistema educativo local, entendido numa perspectiva de Território Educativo, ou seja, não confinado ao espaço tradicionalmente reservado à escola, mas reconhecendo na multiplicidade de *inputs* económico-sociais, experiências informais e participação alargada, a oportunidade de ampliar a experiência educativa. A Carta Educativa visa a racionalização e redimensionamento do

[1] Designação que evoluiu da anterior: Conselhos Locais de Educação.

parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86) e dos normativos aí preconizados, especificamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de reordenamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, procurando rentabilizar o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de atenuar as disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso à educação numa perspectiva de adequação da rede educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

"Indissociável das propostas do Plano Director Municipal, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico" (Martins, 2000:9).

Qualquer acção nos domínios do planeamento e gestão do Sistema Educativo pressupõe uma visão integrada e integradora de toda a rede educativa e, particularmente, da escola, não só no plano interno da organização, mas também da gestão de recursos, práticas e relações com a comunidade. Neste âmbito, o "planeamento da rede educativa deverá orientar-se por:

- Uma concepção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados;
- Uma visão prospectiva da realidade, delineada em cenários de evolução construídos a partir de análises globais e qualitativas;

- Uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização de recursos" (Martins, 2000:8).

A ineficácia de um planeamento cristalizado e a necessidade de assumir uma nova concepção de escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, centros de recursos e outros apoios diversificados, levaram a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito transversal de Carta Educativa. Este engloba não só os equipamentos escolares, mas todos os equipamentos sociais e colectivos relacionados com a filosofia de educação ao longo da vida. Neste âmbito, a Carta Educativa assume-se como um instrumento orientador fundamental, produto de uma prática real de "planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social" (Martins, 2000:8).

Com base no disposto no já referido Decreto-Lei Nº.7/03 de 15 de Janeiro foi estabelecido um protocolo entre a Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), actual Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), e a Escola Superior de Educação de Beja (ESEB), a 1 de Outubro de 2003 e revisto a 15 de Outubro de 2004 e a 31 de Outubro de 2005. Neste, a ESEB assumiu a responsabilidade, em regime de colaboração directa com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia, da coordenação e execução técnica das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja.

De acordo com o plano geral de execução, a Carta Educativa do Concelho de Aljustrel está estruturada em 4 partes, a saber:

- **Parte I. Carta Educativa: conceito e metodologia**. Esta parte é dedicada à análise e interpretação do enquadramento político e educacional da Carta Educativa no contexto sócio-político actual e à definição das opções e estratégias metodológicas assumidas no processo global de concepção das Cartas Educativas do Distrito de Beja e, em particular, no respeitante ao concelho em análise.
- **Parte II. O concelho de Aljustrel: Caracterização.** Os objectivos desta parte e dos capítulos que a constituem são, por um lado, caracterizar a situação económica e social do concelho em função dos principais indicadores mais directamente relacionados com a educação e, por outro lado, analisar a evolução recente e o quadro actual da rede educativa do

concelho. Tal implica a exploração de um vasto conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, respeitantes à procura e à oferta de educação., às características da rede educativa, aos discentes, docentes e não docentes. Adicionalmente, é feita uma caracterização das áreas de intervenção da autarquia no domínio educativo que complementa a análise sobre a dinâmica educativa existente no concelho.

A finalizar esta parte é apresentado um Diagnóstico-síntese da situação da rede educativa do concelho, onde se evidenciam as suas principais potencialidades e riscos de ruptura, sustentado na análise dos aspectos referentes à dinâmica populacional, às características e mudanças constatadas no parque escolar e às tendências de evolução da população discente e docente.

Para o efeito, os dados necessários foram cedidos pelo Ministério da Educação, através dos seus: a) Serviços Centrais, nomeadamente, o Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP), actual Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE); b) Serviços Regionais – Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA) e c) Serviços Locais – Centro de Área Educativa do Baixo-Alentejo e Alentejo Litoral (CAE-BAAL). Ainda no plano local, a recolha de informação foi realizada junto da Câmara Municipal e das instituições de educação públicas, particulares e cooperativas existentes no concelho.

- **Parte III. Cenários e Projecções.** Nesta parte é feito exercício de prospectiva acerca da evolução provável e desejável da rede educativa. Trata-se de uma análise de tendências em curso, de situações emergentes e de rupturas potenciais, quer do lado da procura, quer do lado da oferta de educação, no quadro da dinâmica educativa do concelho. A finalizar, é feita a comparação entre os indicadores e metas previstos para o país e para o concelho, realizando-se uma exploração e interpretação prévia das projecções de evolução demográfica e de procura escolar para os próximos cinco anos (até 2010/2011).

  A concepção desta parte foi coordenada pela equipa da ESEB a partir de dados já existentes e concebidos para o efeito. Em concreto, as projecções da evolução da população escolar desagregada por escola foram disponibilizadas pela Direcção Regional de Educação do Alentejo. As projecções demográficas e os cenários de evolução dos níveis de escolarização foram concebidos pela empresa Estudalentejo (sediada em Alvito), sendo os cenários educacionais traçados para o País sustentados no estudo de reflexão prospectiva coordenado por Roberto Carneiro: "O futuro da educação em Portugal: Tendências e Oportunidades", a partir do qual também foram deduzidos indicadores estruturantes para a

definição das metas educacionais a atingir no concelho em análise.

- **Parte IV. Proposta de Reordenamento da Rede Educativa do Concelho de Aljustrel.** Na caracterização da situação escolar e projecção da sua evolução detectam-se situações que sugerem alteração. Estas traduzem-se num conjunto de propostas de direcção estratégica de trabalho e de acção, devidamente fundamentadas e justificadas nas hipóteses e metas educacionais assumidas para o concelho, tendo em vista o reordenamento da rede educativa. Assim, "estabelecido o diagnóstico e detectadas eventuais deficiências ou mesmo rupturas da rede existente, formulam-se as propostas de reordenamento que devem ser inspiradas em princípios de prospectiva e do planeamento estratégico" (Martins, 2000:32).

PARTE I.

CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E METODOLOGIA

1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação

A Carta Educativa concelhia é um documento que reflecte um princípio contemporâneo subjacente ao desenvolvimento dos sistemas educativos, e sociais, em Portugal e noutras sociedades ocidentais: a progressiva territorialização dos modos de pensar e fazer a educação.

As Cartas Educativas são documentos oficiais da iniciativa do poder central e de âmbito do ordenamento do território, a serem equacionados pelos poderes locais de acordo com critérios e limites definidos centralmente. Desta forma, constituem-se como documentos de dupla ancoragem – central e local – com implicações num terreno de debate amplo e polifónico: a educação. Coexistem com outros documentos e outras decisões que se enquadram em movimentos de questionamento do escolo-centrismo, do Estado educador e da supremacia da cultura erudita tradicionalmente transmitida e defendida pela instituição escola. De facto, a Carta Educativa constitui-se como lugar de consolidação da comunidade educativa, mais consistente por que mais vinculada ao processo de construção local de política educativa, num esforço de cruzamento e análise de um conjunto de medidas afirmadas na atribuição de competências ao poder local e de autonomia às escolas.

Equacionamos a elaboração deste documento com uma carga interpelativa, prospectiva e política, com o propósito de procurar tanto as soluções quanto os problemas, no sentido da sua clarificação. Mas também, necessariamente, da compreensão das consequências da transformação ou da estagnação da situação educativa dos concelhos implicados.

Duas dimensões de abordagem são exigidas para a realização da Carta Educativa assim pautadas: uma relativa à política educativa, referente a questões de educação, e não apenas de escolarização. Outra, a de territorialização, assente numa lógica de descentralização, e não apenas de desconcentração.

1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização

Em termos gerais, educação é a designação dada aos processos que conduzem e produzem aprendizagens. Este é o fim último da educação. Esta é, também, a impossibilidade de limitar a educação. A aprendizagem é e não é intencional, significativa, útil. É precoce e tardia e acontece sob moldes formais, não-formais e informais.

Feita esta constatação, torna-se claro e necessário que a questão educativa se debate em campos de contradições e em múltiplas dinâmicas de ajustamento, nomeadamente entre o nacional, o transnacional e o local.

Esta multiplicação dos lugares e dos sujeitos da educação e da aprendizagem tem uma dimensão claramente transnacional, especialmente perceptível nas perspectivas comparadas da educação e nas relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, materializadas em *slogans* universais e práticas diversificadas - a educação ao longo da vida e para todos, os movimentos globais de raízes locais, a construção de identidades, a reinvenção da democracia a partir da intervenção no meio educacional com uma proliferação de profissionais, de tempos e de espaços de educação.

O advento dos Projectos Educativos de Escola, com diferentes níveis de formatação central, pode ser percebido como uma preocupação com a identificação de necessidades específicas de cada contexto. Também os projectos educativos locais ou de cidade, e mesmo os de redes de escolas isoladas, evidenciam estas dificuldades de delimitação da cena educativa e de situar de forma unívoca e oficial as experiências que despertam aprendizagens. "Subjacente ao PEL [Projecto Educativo Local] está uma lógica que visa reforçar a dependência da acção educativa relativamente ao contexto (Canário, 1999), assim como uma perspectiva que tende a alargar a responsabilidade de intervenção na educação a diferentes actores locais. (...) Derouet referenciou como a construção de um bem comum local" (Rodrigues, 2003: 78).

A construção de um "bem comum local" (Derouet, cit. por Rodrigues, 2003) ou o desenvolvimento de um "espaço público educativo" (Sarmento, 1999) assentam numa lógica de intenção-acção-avaliação e exigem equipamentos diversificados e acessíveis, profissionais com formação adequada, pois é necessário que sejam significativos para o conjunto de pessoas, de vontades e de necessidades. É o apelo a relações de dependência e de interpelação entre a educação – em modalidades oficiais, definidas e mensuráveis – e o desenvolvimento.

Em contextos genericamente catalogados como de crise da educação e das suas condições de existência, torna-se cada vez mais urgente encontrar o caminho para a definição de novos sentidos para as questões escolares e extra-escolares. Esse caminho poderá ser, em boa parte, o da "acção contextualizada dos actores locais, ao constituírem redes de solidariedade e cooperação, em que a afirmação da diversidade, em vez de constituir um constrangimento, passa a constituir um importante recurso a rentabilizar na formação dos actores e no desenvolvimento local" (Rodrigues, 2003: 79).

De acordo com esta abordagem, as Cartas Educativas, reguladas pelo Decreto-lei nº.7 de 2003, deverão ocupar-se do planeamento das necessidades de equipamentos e recursos para as modalidades de ensino e educação não superior a ocorrer nos limites geográficos de Portugal: o ensino regular, a educação especial, o ensino profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar – modalidades de educação definidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta orientação aponta no sentido da educação ao longo da vida e acentua a procura de formas de promover percursos educativos e escolares bem sucedidos, na complementaridade dos diversos níveis e modalidades de educação.

1.2. A Territorialização da Educação

"O território é constituído no jogo social, isto é, pelo sistema de interacções no seu interior e com o seu contexto envolvente. Neste jogo estabelecem-se regras e condições de acção. São essas regras que delimitam o território e lhe dão espessura e relevo, estabelecendo desse modo uma topografia" (Sarmento, 1999: 19). Entre outros autores que problematizam a vinculação da escola ao território ou à comunidade, Manuel Sarmento enfatiza que o território não é *dado*, no sentido de não serem imediatos e consensuais os seus limites e de exigir conhecimento e análise dos jogos estabelecidos, tanto quanto capacidade de compreender as regras emergentes e de conceber e afectar regras aos jogadores.

A *coisa educativa* é um dos temas jogados nos territórios contemporâneos, com uma forte proliferação de actores, de contextos e de versões dos seus resultados. Nas versões primeiras, a educação desenrolava-se tanto melhor quanto mais independente fosse dos territórios. Seguiram-se versões mais complexas de justaposição das especificidades da instituição escola e do território onde se situa, assumindo-se que o processo educativo de um indivíduo deve integrar e contemplar a sua pertença e enraizamento a um local. De facto, a apologia da territorialização associa-se a uma progressiva sofisticação do processo educativo que implica organizações aprendentes, comunidades activas e intervenientes e uma educação permanente, em lugares que não exclusivamente os escolares e para todas as faixas etárias.

Esta versão última da abordagem ao processo educativo materializa-se nos Agrupamentos Verticais e Horizontais de Escolas e no movimento das Cidades Educadoras – de que Barcelona é caso reconhecido. Os primeiros implicam o território numa dimensão cartográfica pelo estabelecimento de organizações, dotadas de competências de gestão, de escolas do ensino básico. No entanto, e de um modo geral, à margem dos Agrupamentos de Escolas ficaram os ensinos secundário e

profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar, bem como o subsistema de ensino particular e cooperativo. Já as cidades educadoras dão nome a uma utopia assente na importância da necessidade de gerar mecanismos que desenvolvam rotinas e espaços de colaboração públicos e privados que criam *a comunidade*, para além da autarquia e do localismo puros, no sentido de enfatizar a responsabilidade colectiva pela educação, na sua relação com o desenvolvimento das comunidades (Subirats, 2001).

Com os Agrupamentos acentua-se o discurso da eficácia da escola, pelo assegurar das relações com o contexto e a comunidade, pela rentabilização de recursos físicos e humanos e pela distribuição de competências. Com as cidades educadoras e a educação permanente e ao longo da vida contribui-se para a pedagogização das sociedades e o questionamento da forma escolar (Canário, 1999; Correia, 1999).

O Decreto-Lei nº. 7 de 2003 evoca estas leituras ao legislar sobre o ordenamento do território da educação ao nível local. Como referimos, por via deste diploma são instituídas duas figuras: o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa. Ambas transportam continuidade e novidade. Continuidade de órgãos consultivos na organização social portuguesa[2] e de documentos de carácter cartográfico para o planeamento da educação escolar pública, a partir do poder central[3].

Destacamos iniciativas de descentralização do sistema educativo português contemporâneo na atribuição aos municípios das competências inerentes aos transportes escolares, em Setembro de 1984, e as medidas de atribuição de competências relativas à acção social escolar, em Dezembro do mesmo ano[4].

Dois anos depois, em Outubro de 1986, é promulgada a Lei de Bases do Sistema Educativo Português[5], que apresenta o princípio da comunidade educativa como elemento participativo nas decisões em matéria de educação, passível de concretização com a introdução de pressupostos de autonomia e democratização na gestão e administração das escolas públicas[6]. As Cartas Escolares

---

[2] No roteiro de movimentos de descentralização a partir da década de 80, veja-se, por exemplo, a criação de conselhos consultivos para os transportes escolares e para a acção social escolar e os Conselhos Locais de Educação, em 1998.

[3] Vejam-se o planeamento por carta de Marquês de Pombal após a expulsão dos Jesuítas e, já no século XX, o Plano dos Centenários.

[4] Estas medidas estão legisladas, respectivamente, pelos Decretos-Lei Nº. 299/84 e Nº. 399-A/84.

[5] Lei Nº. 46/86 que se encontra em vigor com uma alteração em 1997.

[6] O regime de autonomia foi apresentado no Decreto-Lei nº. 43/89 que superintendeu dois modelos de gestão e administração autónoma das escolas do ensino público não superior – de 1991 e de 1998 – e que continua em vigor.

concelhias, desenvolvidas nas várias regiões do país e publicadas por volta de 1990[7], são uma concretização da vontade de consubstanciar as comunidades educativas de Portugal.

Tal como acontece com o actual enquadramento legal e político das Cartas Educativas, também estas medidas foram da iniciativa do poder central, com objectivos de carácter eminentemente administrativo, aproximando o poder de concepção e de execução dos contextos locais de actuação. Estas competências, ainda que com implicações nos quotidianos escolares, foram concebidas e apresentadas de forma atómica e não enquadradas num entendimento mais vasto do funcionamento do sistema educativo português.

O estudo de educação comparada desenvolvido e publicado pela rede Eurydice[8] conclui que "as reformas realizadas na administração geral do sistema escolar resumem-se essencialmente a um movimento progressivo de descentralização e de delegação de poderes na sociedade. Quase todos os países abrangidos introduziram novas regulamentações que deslocam o poder de decisão do Estado central para as autoridades regionais, locais ou municipais e destas para os estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo observa-se um aumento de participação da comunidade educativa." (Eurydice, 1998: 26). Como se verifica, as tendências transnacionais das políticas educativas são evidentes. João Barroso (1998) desenvolve a temática da administração das escolas e constata a existência de países precursores destas medidas de autonomização, como sejam a Nova Zelândia, o Reino Unido e a Austrália. Também António Teodoro (2001) evidencia o papel das organizações internacionais – de que são exemplo a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras – na normalização das políticas educativas.

O relatório da UNESCO, coordenado por Jacques Delors nos anos 1990, postula que "o sucesso da escolarização depende, em larga medida do valor que a colectividade atribuir à educação. (...) A outorga, por parte do Estado, de subsídios às comunidades locais que se esforçam por resolver os seus próprios problemas, aperfeiçoar-se e organizar-se, revelou-se uma solução mais eficaz do que as acções vindas de cima, visando impor o progresso" (UNESCO, 1996: 112-113).

Em Portugal, o complexo processo da descentralização prossegue na década de 1990. Destacamos dois diplomas que o configuram enquanto processo em desenvolvimento e não como estado já alcançado: o regime de autonomia administração e gestão das escolas públicas do ensino não

[7] De que é exemplo: DEP/GEF (1991). *Cartas Escolares da Região do Alentejo*. Lisboa: Ministério da Educação.

[8] Rede de Informação sobre Educação na União Europeia.

superior e o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais[9]. O primeiro respeita, exclusivamente, a questões de âmbito escolar. Já este último inclui o domínio educativo no conjunto das atribuições do poder local. Ambos são marcos de processos de democratização, autonomização e descentralização, ao nível das escolas e dos municípios, respectivamente. O modelo de gestão das escolas implica e exige a presença de representantes dos poderes e interesses locais num dos seus órgãos de gestão. De modo complementar, as atribuições das autarquias compreendem:

- os edifícios escolares;
- os transportes;
- a alimentação;
- a acção social escolar;
- o apoio a actividades complementares da acção educativa e extra-escolar;
- a gestão de pessoal não docente da Educação Pré-escolar.

Ambos prevêem a criação, por iniciativa dos municípios, de estruturas consultivas ao nível concelhio. A autonomização e descentralização do sistema educativo exigem regulação. É neste sentido que entendemos a publicação do diploma legal que trata da avaliação da educação e do ensino não superior[10]. Esta medida tem como objectivos "dotar a administração educativa local, regional e nacional (...) de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo (...) valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa (...) das autarquias locais" (Artigo 3º, Lei nº. 31/2002).

Estes diplomas coexistem com o que trata a "concretização da descentralização administrativa (...) enquanto aposta genérica no princípio da subsidariedade (...) um modelo de organização administrativa tendente à obtenção de melhores níveis de satisfação das necessidades reais dos cidadãos" (Preâmbulo do Decreto-lei nº. 7/2003).

Destas formas intensifica-se o apelo à coesão das comunidades em torno das questões educativas, promovendo as parcerias, os partenariados e a colaboração em domínios diversificados para dar resposta às necessidades detectadas e detectáveis localmente.

Parece-nos ser este um momento de extremo interesse na política educativa nacional, por abrir a porta a uma possibilidade efectiva de territorialização da educação, ao mesmo tempo que assume a

[9] Estas medidas estão legisladas, respectivamente, no Decreto-Lei nº. 115-A/98 e na Lei nº. 159/99.
[10] Lei nº. 31/2002.

"dupla função de enquadramento e de regulação" (UNESCO, 1996:151). Da mesma forma, este pode ser um momento inócuo de forte produção de documentos, por parte das escolas, das autarquias e do Ministério da Educação, mas mutuamente ignorados. Recuperamos a fórmula sinérgica apresentada por Barroso para a distribuição de poderes na gestão do sistema educativo[11]: "poderes locais fortes, escolas fortes, cidadãos participativos, estado atento e interveniente" (Barroso, 1998: 49-50).

Assegurar a gestão programada das interdependências é o «calcanhar de Aquiles» da territorialização da educação; é também a função maior dos Conselhos Municipais de Educação e das autarquias. É neste contexto que entendemos a elaboração da Carta Educativa.

A pertinência deste documento reside no seu processo tanto quanto nos resultados que vierem a ser alcançados em cada concelho. Atitudes de diagnóstico da situação educativa local, de caracterização da oferta e procura educativas e de produção de mecanismos de desencadeamento de interpelação entre tensões e forças manifestas do território não integram, ainda, as sociedades portuguesas.

A capacidade de identificar problemas, de desenhar as necessidades e de definir os meios implicados para potenciar a acção não estão ainda conseguida, sendo condição para assumir o espaço das políticas educativas locais, pelo "facto de aí coexistirem e só aí poderem ser articuladas distintas lógicas de acção" (Canário, 1999: 29).

A oportunidade da Carta Educativa é potenciar o protagonismo local em termos de política educativa, pois o que está em causa em momentos de territorialização da educação é o papel da educação na sociedade contemporânea e "as questões que se colocam não são apenas técnicas, administrativas ou jurídicas mas são, sobretudo, questões políticas" (Guerra, 2002: 193). Exigem a tomada de posição local, no sentido da adopção de um pensamento reticular que insira as escolas em redes de relações que as transcendem, em vez de as tomar como as unidades de gestão da escolarização (Correia, 1999).

Os desafios às políticas educativas locais, que Isabel Guerra sintetiza com clareza, podem ser referentes de particular relevo para a assunção de políticas locais: "considerar a descentralização da educação não como um mero problema de competências ou funcional, mas como um problema político (...) ultrapassar a dispersão, o desenrascanço, a espontaneidade e o voluntarismo através de uma acção planeada, participada e avaliada (...) coordenar todas as políticas locais – educativas,

[11] O autor apresenta esta fórmula como subjacente a uma proposta de autonomia das escolas que apresentou ao ministério da educação em meados da década de 90. Não sendo específica do momento político que aqui comentamos, consideramos que em nada perdeu actualidade e pertinência.

culturais, de emprego e de criação de empresas, etc. – num processo de desenvolvimento local (...) priorizar as zonas com problemas e garantir a igualdade de oportunidades através de uma acção preventiva e discriminação positiva" (Guerra, 2002: 196-197). Neste sentido, as Cartas Educativas constituem-se como compromissos materiais dos poderes locais com o local, com a possibilidade real de tomar opções visíveis e projectadas.

2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa

2.1. O plano geral de execução

De acordo com o protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMBAAL, para a execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja foi constituída uma equipa técnica que coordenou o desenvolvimento de um plano de trabalho dividido em 4 fases, a saber:

- Planeamento e definição de metodologias de trabalho.
- Análise e diagnóstico da situação – que implicou a caracterização sócio-económica e educativa do território em estudo.
- Definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.
- Revisão e concepção da versão definitiva da Carta Educativa.

A Primeira Fase foi dedicada à definição e planeamento da estratégia metodológica a seguir, o que implicou:

- a compilação e triagem da informação necessária para a clarificação das tendências e opções estratégicas em matéria de política educativa nacional. Foi, também, efectuada uma vasta pesquisa e análise à legislação existente, quer a que enquadra genericamente a temática, quer a que define as competências das autarquias para a área educativa;
- a exploração e clarificação dos conceitos e princípios reguladores inscritos no normativo legal e que configuram a execução da Carta Educativa;
- a identificação da informação a recolher, solicitar e analisar;
- a concepção de um guião/índice geral de trabalho e respectivo cronograma inicial de execução;
- a definição dos papéis, funções e responsabilidades de cada um dos membros da equipa de execução da Carta Educativa, constituída pela equipa de coordenação da ESEB e pelos

técnicos responsáveis pela área em cada autarquia, de acordo com o guião de trabalho criado;

- a clarificação dos papéis, funções e responsabilidades a serem assumidas pelos outros organismos que, além de cada Câmara Municipal, intervêm também no processo, como sejam: o Conselho Municipal de Educação, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, os Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral;
- a discussão e validação da proposta metodológica global de execução, que inclui a estratégia, objectivos gerais e específicos para cada fase, calendário, distribuição de tarefas e definição de competências de cada um dos participantes directos e indirectos no processo de concepção, por parte da equipa de coordenação da ESEB, junto de cada autarquia.

A Segunda Fase - Análise e diagnóstico da situação - implicou o levantamento, análise e caracterização do quadro actual da situação socio-económica e da rede educativa de todos os concelhos do Distrito de Beja. Para o efeito, e do ponto de vista socio-económico, foram explorados indicadores relativos ao contexto geográfico e histórico, à evolução e caracterização demográfica, à situação da actividade económica e do emprego, da saúde e assistência social e do património, cultura e associativismo. Foram também considerados alguns indicadores globais de educação e formação que permitiram a caracterização dos níveis de escolarização da população do concelho.

Ao nível da rede educativa procurou-se analisar as condições de funcionamento do parque escolar e, também, traçar um quadro retrospectivo da procura de ensino, avaliando os níveis de escolarização, as taxas de cobertura, de sucesso e de abandono de cada nível de ensino. Em concreto, foi feita uma caracterização-síntese da situação actual da educação e do desenvolvimento do concelho, avaliando os principais constrangimentos e potencialidades existentes.

A Terceira Fase consistiu na definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa. Esta foi, essencialmente, constituída pelas orientações a dar à política educativa na região e por propostas precisas de intervenção e de reordenamento do território educativo, estruturalmente definidas de acordo com o diagnóstico elaborado na fase anterior e nas projecções e cenários educacionais de procura escolar perspectivados para o concelho. Qualquer acção de planeamento tem de ser, necessariamente, suportada em cenários de evolução a curto e médio

prazo, que no caso concreto, implicaram a exploração e análise das projecções: i) de evolução da população escolar a frequentar o ensino regular (da educação pré-escolar ao ensino secundário, incluindo o ensino profissional) e ii) de evolução demográfica, por grupos quinquenais de idade, de cada concelho até 2010.

As propostas devem ser entendidas como princípios orientadores de uma acção convergente de muitas vontades, de parceiros sociais com perspectivas diversas da mesma realidade. Princípios orientadores de uma política democrática e participada, que toma expressão na fase de concretização das propostas.

A Quarta Fase foi dedicada à revisão do documento definitivo proposto pela equipa de coordenação, tendo sido entregue para análise e aprovação por parte do Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de cada autarquia.

O plano de execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja implicou a constituição de um grupo de trabalho composto pela equipa da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área sócio-educativa em cada autarquia. A equipa técnica da ESEB assumiu a coordenação dos trabalhos o que implicou: i) a definição da estratégia metodológica global; ii) a orientação da execução sob a responsabilidade dos técnicos das autarquias e desenvolvimento específico de outras sob sua responsabilidade; iii) a organização da reflexão e análise global do documento em construção e iv) a elaboração do relatório final e versão definitiva de cada Carta Educativa.

Ao longo dos trabalhos, a equipa de coordenação e os técnicos de cada autarquia mantiveram contactos mais ou menos regulares[12] o que implicou a realização de algumas reuniões de trabalho individualizado e de trabalho conjunto com cada equipa, para discussão e análise de procedimentos comuns de execução das Cartas Educativas e para a exploração de resultados preliminares. Complementarmente, foram realizadas visitas de trabalho a cada concelho, em que a equipa da ESEB e representante (s) da autarquia visitaram e tomaram contacto com a realidade da rede de equipamentos escolares. Para além da observação no terreno, que permitiu a recolha directa de um conjunto de indicadores de caracterização do parque escolar existente, foram também realizadas, aquando da visita e sempre que possível, reflexões conjuntas sobre os objectivos e as características do trabalho em curso, com os membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, Escolas Básicas Integradas, Escolas Secundárias, professores e educadores de diversos níveis de ensino em exercício nas diversas escolas visitadas,

[12] A frequência dos contactos mantidos com os técnicos foi distinta de autarquia para autarquia.

responsáveis e professores de Escolas Profissionais, representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local existentes em cada concelho, entre outros.

A caracterização escolar foi direccionada segundo os seguintes indicadores: a localização dos edifícios, o seu estado de conservação, a adequação dos espaços e respectiva organização e utilização, a área de recreio, a sua capacidade em número de salas, principais problemas e potencialidades, entre outros indicadores.

O processo de concepção das Cartas Educativas foi iniciado em Outubro de 2003, tendo sido realizada a 24 de Outubro, a primeira reunião conjunta entre a equipa da ESEB e representantes de cada autarquia em que foi apresentada e discutida a linha metodológica a seguir, proposta pela equipa coordenadora.

Ao longo do desenvolvimento do guião de trabalho definido para as Cartas Educativas houve a necessidade de superar alguns problemas e dificuldades que estão eminentemente associados à natureza, quantidade e qualidade dos dados exigidos na sua concepção. "As situações concretas são frequentemente complexas. As situações educativas concretas têm grande probabilidade de o serem. Muitas delas, em que as manifestações de vontade dos diversos intervenientes se pautam por preocupações e dinâmicas diferentes, eventualmente contraditórias, quase certamente o são" (Martins, 2000:31).

De facto, a concepção da Carta Educativa pressupõe partilha e participação. Partilha de dados e participação na perspectiva do confronto e assunção de diferentes perspectivas. A Carta Educativa é, pois, um instrumento de planeamento estratégico de qualquer território educativo que se quer feito de e para o mesmo. Como exemplos deste pressuposto metodológico explicitam-se: os pedidos de colaboração e de assunção de responsabilidades por parte dos Conselhos Municipais de Educação na concepção de partes específicas do trabalho; a circular enviada a todos os Conselhos Executivos dos Agrupamentos de Escolas a informar os objectivos e metodologia seguida; os contactos estabelecidos com membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, das Escolas Básicas Integradas, das Escolas Secundárias, bem como, com professores e educadores de diversos níveis de ensino, com responsáveis e professores de Escolas Profissionais, com representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local, entre outros, aquando das visitas efectuadas a cada concelho; as reuniões de trabalho realizadas com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia.

No âmbito das condições de execução técnica definidas no protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMBD foi garantido espaço e meios para que os dispositivos, possíveis, de participação funcionassem.

2.2. Procedimentos metodológicos específicos para a concepção da Carta Educativa do concelho de Aljustrel

Conscientes de que a qualidade do Sistema Educativo não depende apenas da valorização dos espaços de aprendizagem, a Carta Educativa deve expressar a mobilização de toda uma comunidade local que reconhece nos agentes educativos os vectores principais da necessária animação, mediação e concertação de vontades na promoção e procura constante da qualidade e adequabilidade do sistema educativo local aos desafios colocados por uma sociedade cada vez mais exigente com as competências dos seus cidadãos.

A Carta Educativa de Aljustrel fez-se em parceria. Num primeiro nível, e no âmbito do protocolo estabelecido entre a AMDB (actual AMBAAL) e a ESEB, numa parceria de coordenação e execução técnica assegurada pelas equipas da ESEB e da Câmara Municipal de Aljustrel. Num segundo nível, pela colaboração da maioria dos parceiros locais que integram e estruturam a rede educativa local, a saber: Agrupamento Vertical de Escolas e Jardins-de-infância de Aljustrel, Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, Misericórdias e IPSS do Concelho.

A colaboração destes implicou a disponibilização de dados de diversa natureza, que permitiram caracterizar a evolução recente e a situação actual da rede educativa do concelho e fundamentar, conjuntamente com os dados obtidos através do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística, as propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.

É importante destacar a participação efectiva e disponível das entidades referidas. Contudo, não obstante os esforços desenvolvidos no sentido de proceder a uma recolha de dados o mais completa possível, junto das instituições, nem todas procederam ao envio da totalidade da informação solicitada e que visava, nomeadamente: (i) a caracterização do parque escolar ao nível dos recursos disponíveis e da tipificação dos principais problemas e potencialidades detectadas; (ii) a identificação do número de alunos a frequentar a escola no ano lectivo de 2004/2005 (uma vez que no momento de recolha dos dados se encontravam disponíveis na D.R.E.A. apenas o registo do número de matrículas até ao ano de 2003/04) e (iii) a identificação do pessoal docente e não docente afecto durante o período 1998/1999 a 2004/2005. Embora não acontecendo na maioria dos casos, este facto tem, naturalmente, reflexo no tipo de abordagem e exploração dos dados que

foi feita, sendo as limitações da análise de alguns indicadores devidamente identificadas ao longo do texto.

A equipa da Câmara Municipal de Aljustrel forneceu parte da informação que serviu de base à caracterização da situação socio-económica, bem como educativa.

Os resultados deste trabalho conjunto formalizam-se no texto que a seguir se apresenta.

PARTE II.
O CONCELHO DE ALJUSTREL: CARACTERIZAÇÃO

1.Caracterização socio-económica

1.1 Elementos geográficos e territoriais

O concelho de Aljustrel situa-se a 37,8 km a sudoeste de Beja, tem uma área de 458,4Km2, e inscreve-se, na sua totalidade, na bacia hidrográfica do Sado, estando a maioria da sua área englobada na sub-bacia da ribeira do Roxo. Está confinado a Norte pelo concelho de Ferreira do Alentejo, a Este pelo de Beja, a Sul pelos de Ourique e Castro Verde e a Oeste pelo de Santiago do Cacém. Representa 5,4% da área geográfica e 7,8% da população do Baixo Alentejo.

Figura 1. Mapa e rede viária do concelho de Aljustrel.

Actualmente, o concelho divide-se administrativamente em cinco freguesias: Aljustrel, Ervidel, Messejana, Rio de Moinhos e S. João de Negrilhos. A freguesia de Aljustrel é sede de concelho.

O concelho é servido pela Auto-estrada do Sul (A2), pelas estradas nacionais 2, 263, 261 e 383, o que torna a sua acessibilidade fácil em todas as direcções. É, igualmente, servido por transportes públicos ferroviários e rodoviários que o ligam às principais cidades da região (Beja e Évora), à capital do país e ao Algarve.

1.2 Elementos demográficos

Com base em indicadores de síntese e informação demográfica, procurar-se-á fornecer uma "fotografia" das principais características da população do concelho de Aljustrel, no momento actual. A necessidade desta análise justifica-se pela importância que os fenómenos demográficos

aportam para o planeamento, pois eles constituem, por si só, motores ou entraves ao processo de desenvolvimento do território, integrando as potencialidades ou, pelo contrário, as debilidades de um concelho.

Segundo o Recenseamento de 2001, residiam neste concelho 10567 habitantes, repartidos entre as cinco freguesias que o compõem, apresentando uma densidade populacional de 23,1 habitantes por km².

Na generalidade dos concelhos do Baixo Alentejo, a tendência de crescimento é negativa, com excepção do concelho de Alvito. Entre 1991 e 2001, Aljustrel perdeu 11,9% da sua população, um valor muito superior à média regional e sub-regional, correspondendo a um dos **decréscimos populacionais mais elevados observados na década de 90** nesta região, logo seguido de Mértola e Ferreira do Alentejo – ambos com variações negativas superiores a 10% da sua população residente. Recorde-se que globalmente, a região do Alentejo registou um decréscimo populacional de 0,7% e a sub-região Baixo Alentejo de 5,5%.

Zona	1991	2001	Variação%
Alentejo	782331	776585	-0,7
Baixo Alentejo	143020	135105	-5,5
Aljustrel	**11990**	**10567**	**-11,9**
Almodôvar	8999	8145	-9,5
Alvito	2650	2688	1,4
Barrancos	2052	1924	-6,2
Beja	35827	35762	-0,2
Castro Verde	7762	7603	-2,0
Cuba	5494	4994	-9,1
Ferreira do Alentejo	10075	9010	-10,6
Mértola	9805	8712	-11,1
Moura	17549	16590	-5,5
Odemira	26418	26106	-1,2
Ourique	6597	6199	-6,0
Serpa	17915	16723	-6,7
Vidigueira	6305	6188	-1,9

Tabela 1. População residente no Alentejo, Baixo Alentejo e Concelhos, 1991 e 2001.
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Freguesia	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Aljustrel	6095	2988	3107	5559	2749	2810
Ervidel	1599	792	807	1309	655	654
Messejana	1303	660	643	1112	558	554
Rio de Moinhos*	937	486	451	864	446	418
S. João de Negrilhos	2056	1030	1026	1723	869	854
Total	**11990**	**5956**	**6034**	**10567**	**5277**	**5290**

Tabela 2. População residente no concelho de Aljustrel, por freguesias em 1991 e 2001.
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.
* A freguesia de Rio de Moinhos é a mais recente do concelho tendo sido criada pela Assembleia da República em 1985.

Em 2001, cerca de metade da população (52,6%) do concelho concentrava-se na freguesia de Aljustrel, sede de concelho, tendo-se assistido ao aumento desta tendência entre os momentos censitários.

A freguesia de Ervidel foi a localidade que perdeu mais população (-18,1% entre 1991 e 2001), juntamente com as freguesias de S. João de Negrilhos (-16,2%) e Messejana (-14,7%,) nas últimas décadas.

Grupos etários	1991	2001
0-14	2145 (17,9%)	1370 (13%)
15-24	1679 (14%)	1378 (13%)
25-64	5887 (49,1%)	5374 (51%)
65+	2279 (19%)	2445 (23%)
Total	11990 (100%)	10567 (100%)

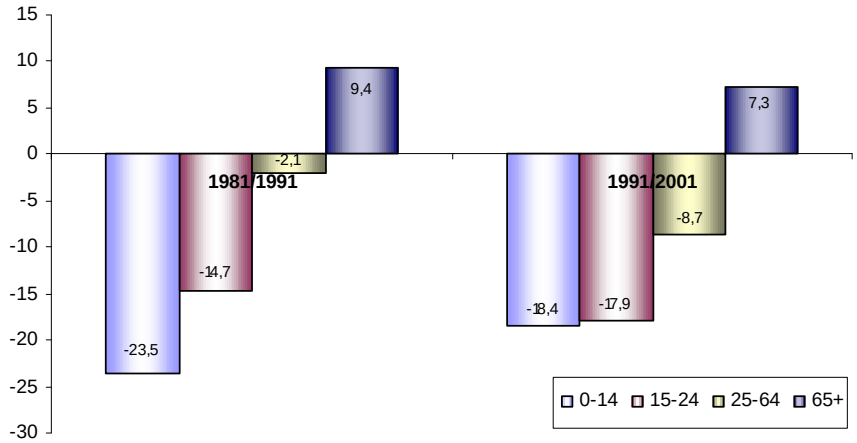
Tabela 3. Evolução da população residente, no concelho de Aljustrel, entre 1991 e 2001, por grupos etários.
Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Relativamente à estrutura etária da população, regista-se, ao longo das duas décadas em análise, um acentuado desequilíbrio. Por um lado, verificamos que o peso relativo do grupo etário dos Jovens (0-14 anos) na população total diminuiu (passou de 17,9% para 13% entre 1991 e 2001) e, pelo contrário, o peso do grupo etário dos Idosos (65 e mais anos) aumentou significativa e

progressivamente (passou de 19% em 1991 para 23,1% em 2001). Este aumento da população idosa evidencia uma melhoria geral das condições de vida e um aumento da esperança média de vida. Por si só não é preocupante a menos que, tal como se veio a verificar, conjugado com baixas taxas de natalidade e consequente diminuição da população jovem, tenha contribuído para o adensar de uma situação de duplo envelhecimento populacional.

Entre 1981 e 2001, o grupo etário dos 0-14 anos perdeu mais de metade da sua população (51,2%); o grupo dos 15-24 anos perdeu cerca de 30%. O grupo dos 25-64 anos perdeu cerca de 10,6% mas o grupo dos 65 e mais anos, ao contrário dos anteriores, aumentou em 17,4% o seu peso relativo no total da população.

Gráfico 1. Variação da população residente no concelho de Aljustrel, por grupos etários, 1981/1991 e 1991/2001.



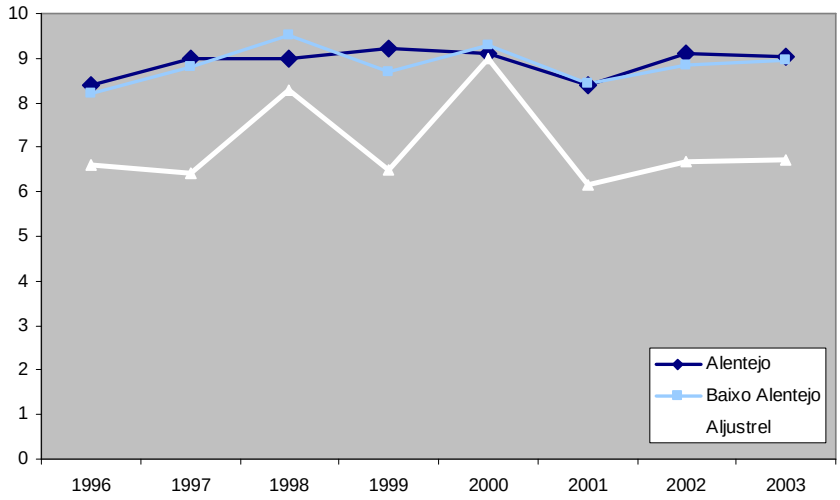
Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001.

A situação de envelhecimento na base, e a tendência para a sua perpetuação, é visível nos valores da taxa de natalidade. Mais uma vez, evidencia a situação depressiva de Aljustrel, com valores encontrados para o concelho consideravelmente menos optimistas do que os valores encontrados para o país, distrito e região do Baixo Alentejo, quer ao nível dos níveis de natalidade quer, igualmente, no que respeita aos índices de envelhecimento.

Em 2001, a taxa bruta de natalidade foi de 6,2% e a taxa bruta de mortalidade de 16% (para cada 1000 residentes, houve 6 nascimentos e 16 óbitos); a taxa de crescimento demográfico natural foi de -10%, evidenciando uma predominância do total de óbitos sobre o total de nascimentos. Em

2004, o índice de envelhecimento[13] atingiu os 188 idosos por cada 100 jovens do concelho. Um valor superior ao que se regista a nível nacional (105), à média da região do Alentejo (168) e à média da sub-região Baixo-Alentejo (177). As previsões demográficas para o país sustentam que este fenómeno tende a acentuar-se até ao ano 2010, afectando particularmente as regiões do interior do país.

Gráfico 2. Evolução da taxa de natalidade no concelho de Aljustrel, Baixo Alentejo e Alentejo, entre 1996 e 2004.



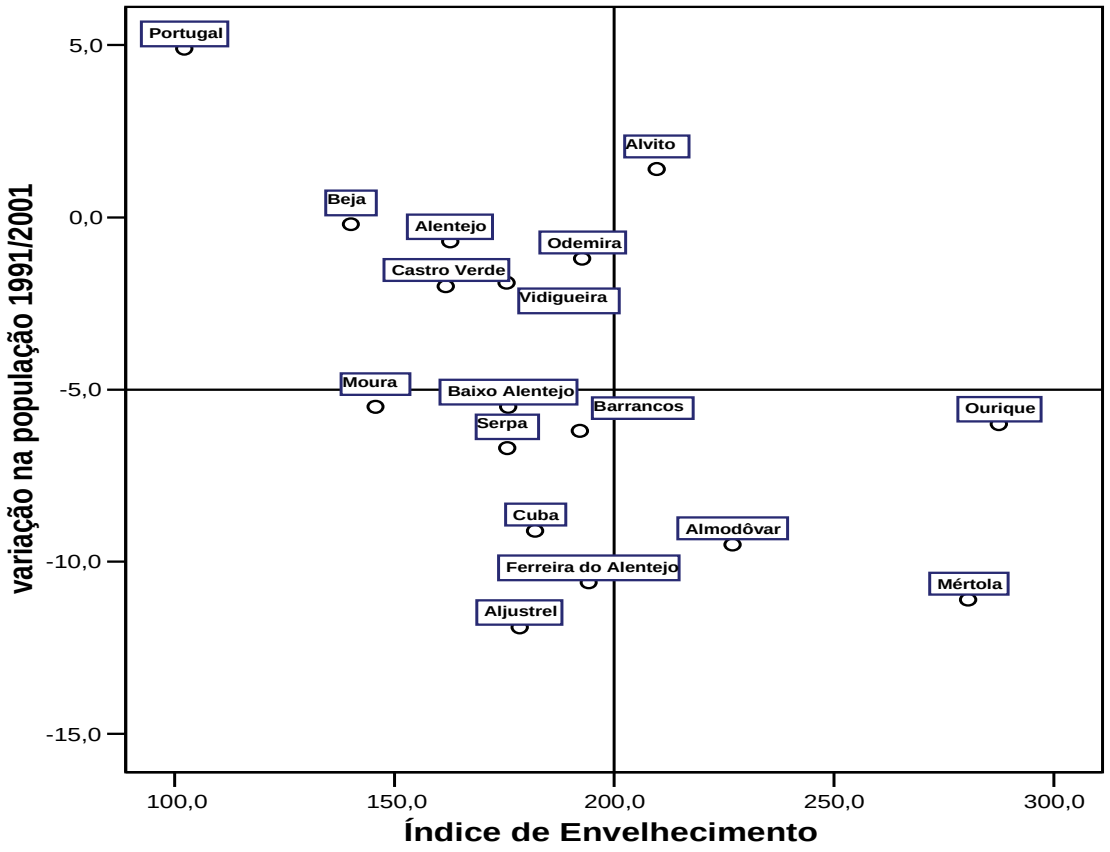
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Alentejo, 1996 a 2004.

Zona	Taxa de natalidade ‰	Taxa de mortalidade ‰	Índice de envelhecimento %	Saldo natural
Aljustrel	**6,4**	**16,1**	**188**	**-97**
Alentejo	9,2	13	170,4	-2895
Baixo Alentejo	9	15,2	177,8	-803
Portugal	10,4	9,7	108,7	56121

Tabela 4. Indicadores demográficos em Aljustrel, no Alentejo, Baixo Alentejo e no país, 2004.
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004.

[13] Relação entre a população idosa e a população jovem: população com 65+ anos/população entre os 0-14 anos.

Gráfico 3. Comparação de indicadores populacionais nos concelhos do Baixo-Alentejo, 2001.



Fonte: INE, Censos 2001.

1.3. Actividade Económica e Emprego

1.3.3. Actividade económica

Aljustrel continua a ser um município essencialmente agrícola onde, em grande parte, ainda se pratica a cultura de cereais em regime extensivo. Contudo, neste sector de actividade, merece destaque a agricultura de regadio praticada no perímetro do Roxo, com produções de hortícolas e horto-industriais, especialmente tomate, mas também milho, oleaginosas e leguminosas. Futuramente, aquando do alargamento do perímetro de rega, com a chegada ao Roxo da água proveniente da barragem do Alqueva, este potencial será fortemente ampliado. Por outro lado, assiste-se à renovação e expansão da área de olival[14].

A área média de superfície agrícola útil (SAU) por exploração situa-se entre os 5 e os 100 ha e mais de metade da SAU é ocupada por culturas temporárias (62%) ou encontra-se em pousio (31%).

[14] www.mun-aljustrel.pt/concelho/economia.asp, disponível on-line.

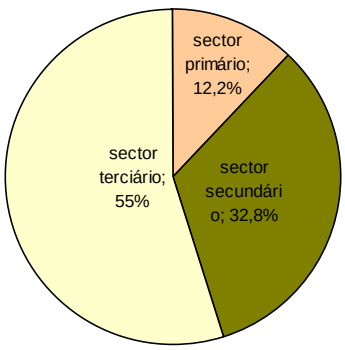
Freguesia	SAU ha	População Agrícola	População Residente
Aljustrel	19184	341	5559
Ervidel	2265	148	1309
Messejana	10127	306	1112
Rio de Moinhos	1857	65	864
S. João de Negrilhos	5709	515	1723

Tabela 5. Importância do Sector Agrícola por freguesia, em 2001.
Fonte: INE, Censos 200.

São João de Negrilhos e Messejana, com cerca de 30% e 27,5% da respectiva população activa a trabalhar na agricultura, são as freguesias rurais onde o sector primário tem maior expressão enquanto sector empregador. Aljustrel (6,1%) e Rio de Moinhos (7,5%) são as freguesias com menos população activa afecta a actividades agrícolas. A actividade que mais marcou a vida económica cultural e social de Aljustrel foi a indústria extractiva, tendo sido um dos principais sectores com capacidade empregadora no concelho. Salienta-se que no futuro, e de acordo o anunciado recentemente pelo Governo, sobre a abertura das minas que se encontram encerradas desde 1992, se prevê uma revitalização deste sector de modo a contribuir para uma maior sustentabilidade económica do concelho.

Em termos de potencialidades registe-se, por fim, que o conjunto das actividades ligadas ao comércio e serviços, à construção civil, à carpintaria, à serralharia, às artes gráficas, ao serviço automóvel, à fabricação de explosivos civis, entre outras, tem vindo a assumir importância na economia local. Devem, ainda, ser mencionadas, entre outras, as actividades económicas que se prendem com o turismo rural, ambiental e cultural, especialmente o património resultante da história mineira, de que já existem projectos em curso para a sua valorização na óptica da sua potenciação turística.

Gráfico 4. População do concelho por sectores de actividade (%), 2001.



Fonte: INE, Censos 2001.

Em 2001, o sector económico que empregava maior número de indivíduos era o sector terciário (55% do total de activos), seguindo-se o sector secundário (32,8%) e, por último, com menor expressão comparativamente, o sector agrícola (12,2%). Um indicador que revela o dinamismo da actividade económica é o número de sociedades e empresas sediadas no concelho. No final de 2004 havia 1250 empresas sediadas em Aljustrel, das quais 256 (20,5%) no sector secundário. Refira-se que as empresas com sede no concelho representam 7,6% do total de empresas com sede no Baixo Alentejo e 1,2% das empresas com sede no Alentejo[15].

Indicador	Primário	Secundário	Terciário
Sociedades sediadas	44	32	93
Empresas sediadas*	277	256	717
Pessoal ao serviço em sociedades	74	246	239

Tabela 6. Sociedades, empresas sedeadas no concelho de Aljustrel e pessoal ao serviço, no final de 2004

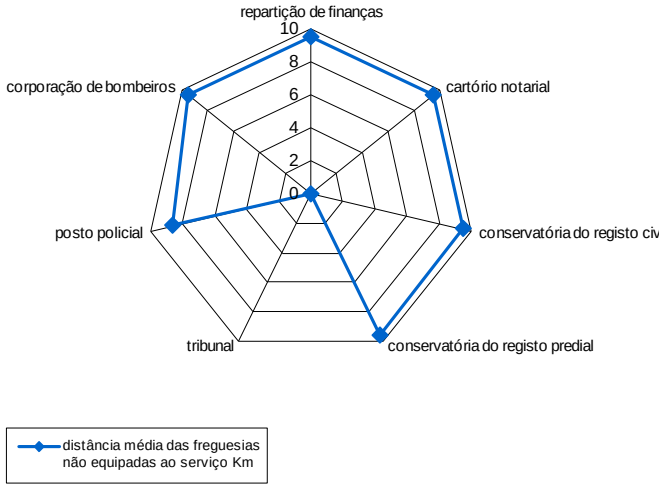
***** As empresas incluem empresas em nome individual e sociedades em actividade.

Fonte: INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas, 2004.

1.3.1.1.Procura de bens e serviços

A procura de bens e serviços (medicamentos, livros, médicos) é, na generalidade, satisfeita na sede de concelho, onde as pessoas resolvem a maioria das suas necessidades. As freguesias de residência só têm alguma importância na oferta dos bens menos raros como os alimentos e o vestuário.

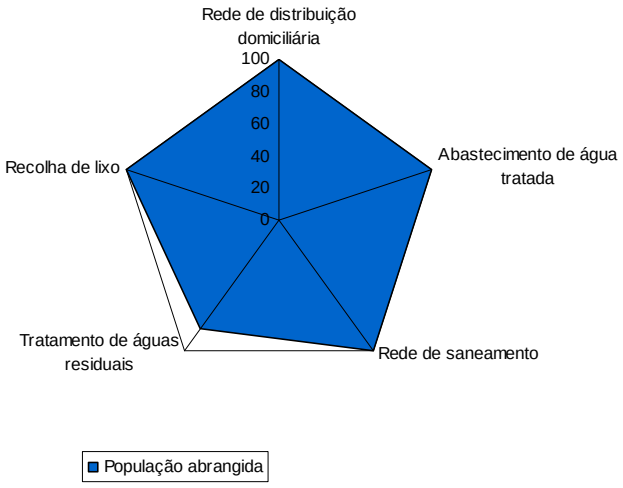
Gráfico 5. Distância média das freguesias não equipadas em relação a serviços públicos.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

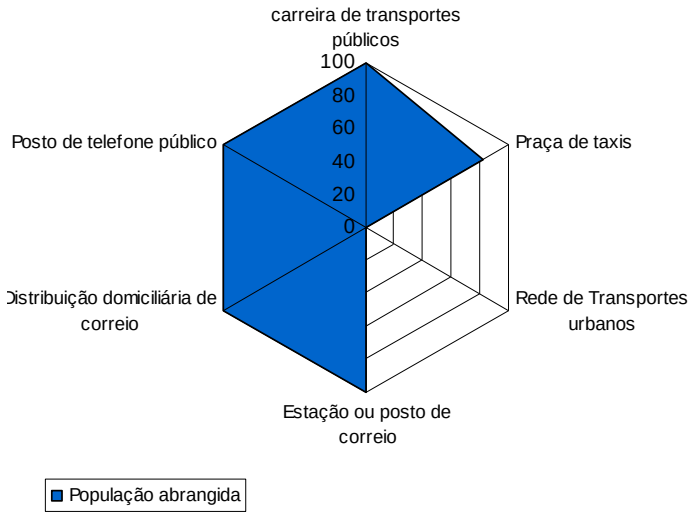
[15] Em 2004 o Anuário Estatístico da Região Alentejo informava que o Alentejo detinha um total de 20456 empresas no sector primário, das quais 3935 no Baixo Alentejo e 277 em Aljustrel. 21930 empresas no sector secundário, das quais 3182 no Baixo Alentejo e destas 256 em Aljustrel. 47795 empresas no sector terciário das quais 9429 no Baixo Alentejo e, destas, 717 no concelho de Aljustrel.

Gráfico 6. Freguesias cobertas pelos serviços de água, gás, saneamento, resíduos sólidos.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

Gráfico 7. Freguesias cobertas pelos serviços de transportes e comunicações.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

De um modo geral, pode dizer-se que a cobertura abrange 100% da população apenas em relação a bens alimentares de primeira necessidade; todas as freguesias têm pelo menos um minimercado e estabelecimentos de bebidas.

A maioria das freguesias dispõe, ainda, de equipamentos e serviços como distribuição de água, saneamento, recolha de lixo ou carreira de transportes públicos, correio e telefone público.

Apenas metade da população (52,6% do total) do concelho está abrangida por serviços públicos como finanças, conservatória ou banca. A distância média a percorrer para ter acesso a esses bens e serviços é de 10 km.

1.3.2. Emprego

A Taxa de desemprego era de 16,7% em 1991, tendo diminuído para 12,7% em 2001. Por outro lado, a taxa de actividade[16] aumentou de 36,7% em 1991 para 39,4% em 2001.

O desemprego tem afectado predominantemente as mulheres, cuja taxa de desemprego chegou a atingir o triplo da dos homens – em 2001 o desemprego afectava três vezes mais as mulheres do que os homens, ainda que se tenha registado uma diminuição, comparativamente a 1991. A taxa de actividade das mulheres subiu comparativamente a 1991 e também proporcionalmente em relação à dos homens. Este valor revela uma tendência para uma participação maior das mulheres no mercado de trabalho.

Indicador	1991		2001	
	H	M	H	M
Taxa de Desemprego	8,8	32,5	7,4	20,7
Taxa de Actividade	49,1	24,4	47,7	31,2

Tabela 7. Comparação da situação perante o emprego entre sexos, 1991 e 2001.
Fonte: INE, Censos 2001.

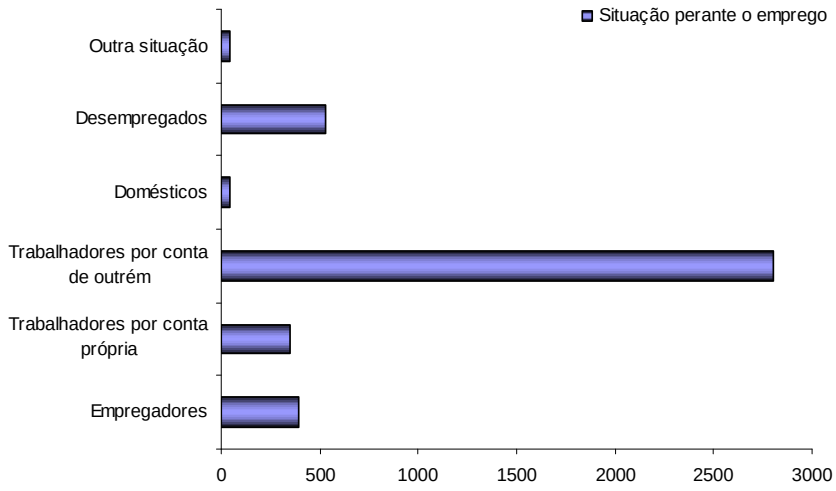
Em 2001 registaram-se 529 desempregados em Aljustrel: 105 à procura de primeiro emprego e 424 à procura de novo emprego: 76,2% e 61,7% respectivamente eram mulheres. Tradicionalmente o sexo feminino é mais afectado pelo desemprego, pelo baixo nível de habilitações literárias e pela situação de precariedade económica. Características da população e do desemprego no Alentejo e no concelho de Aljustrel.

1.3.2.1. Situação Perante o Trabalho

A situação perante o trabalho diagnosticada pelos censos em 2001 era a seguinte:

[16] Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população: População activa/população total*100.

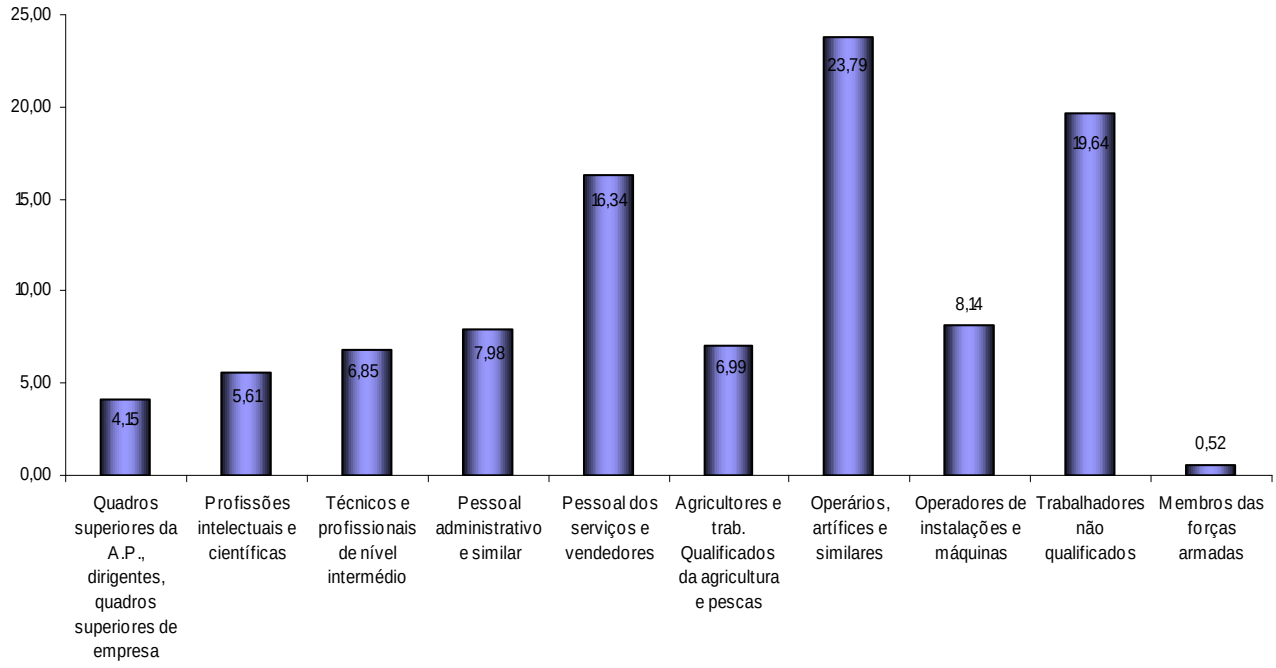
Gráfico 8. Situação perante o trabalho em 2001.



Fonte: Censos de 2001.

No total da população activa, cerca de 77,2% trabalhava por conta de outrem e apenas 9,7% trabalhava por conta própria. Como vimos anteriormente, o sector terciário emprega a maioria da população trabalhadora, porém uma análise mais detalhada confirma que são as profissões manuais e menos qualificadas as mais desempenhadas no concelho de Aljustrel.

Gráfico 9. População empregada segundo a profissão, 2001.



Fonte: INE, Censos 2001.

O trabalho de natureza manual caracteriza a estrutura do emprego no concelho. A registar o baixo número de quadros superiores e especializados no total da força trabalhadora. Por fim, em termos comparativos pode concluir-se que Aljustrel detém, no total, menos quadros superiores e especializados do que a média da região Alentejo (5,9%) e maior predominância de operários e artífices (18,5%).

1.4. Educação e Ensino

Cada vez mais o desenvolvimento social e económico deixam de poder aferir-se apenas pela evolução dos recursos materiais, para passar a depender de indicadores de natureza diferente como sejam o estado geral das habilitações de uma população ou a sua capacidade de aprender mais e melhor.

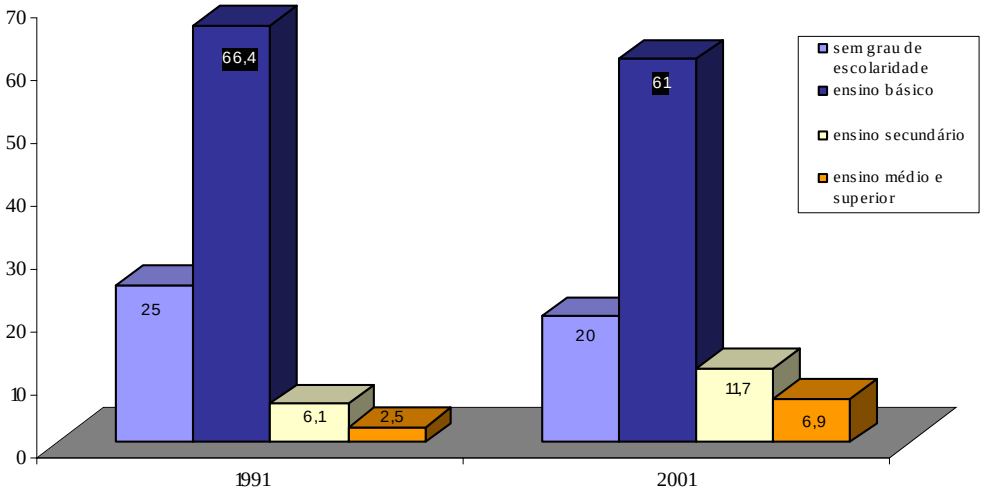
Dado que o ponto 2 desta caracterização é dedicado ao sistema educativo de Aljustrel, neste subponto fazemos referência, apenas, às habilitações escolares da população.

1.4.1. Habilitações literárias e escolarização

De acordo com os últimos Recenseamentos (2001), o nível geral de habilitações da população é baixo. Em 2001, a taxa de analfabetismo era de 17.3% (INE, 2001), sendo de 21,3% em 1991. A elevada taxa de analfabetismo, que subsiste ainda em 2001, apesar do recuo em 18,8% relativamente a 1991, é um indicador ilustrativo ao qual acresce, ainda, o peso excessivo das habilitações no 1º e 2º ciclo e o peso incipiente da população com o ensino secundário e superior completos.

No Gráfico10 encontram-se os principais indicadores das habilitações e a sua evolução em 10 anos. Assinale-se que, apesar do crescimento positivo da escolarização nos níveis habilitacionais mais elevados, feito sobretudo à custa dos grupos etários mais jovens, a estrutura geral não se altera. O peso relativo das habilitações mais baixas é muito elevado na globalidade da população.

Gráfico 10. Estrutura das habilitações da população: evolução no período intercensitário 1991/2001.



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

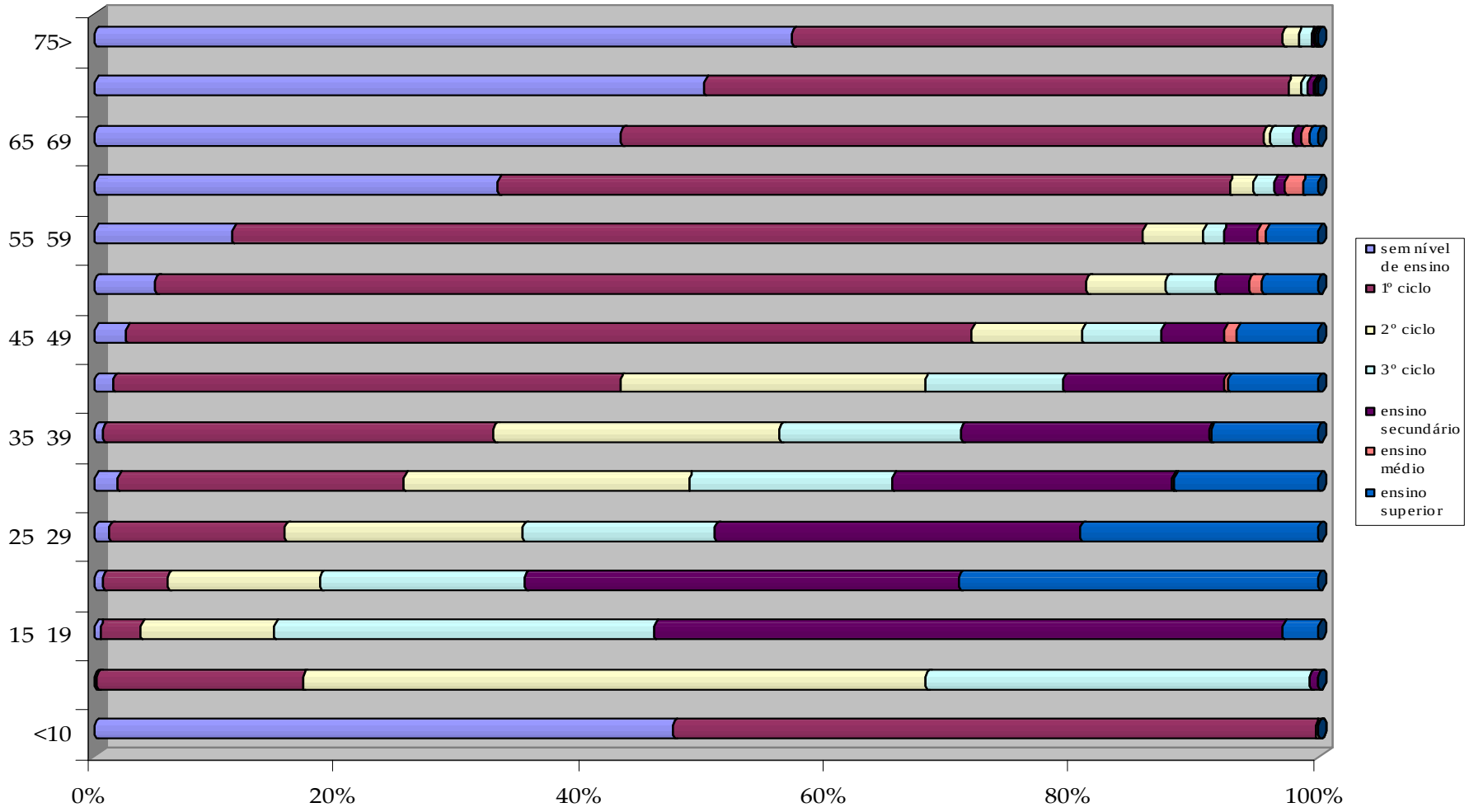
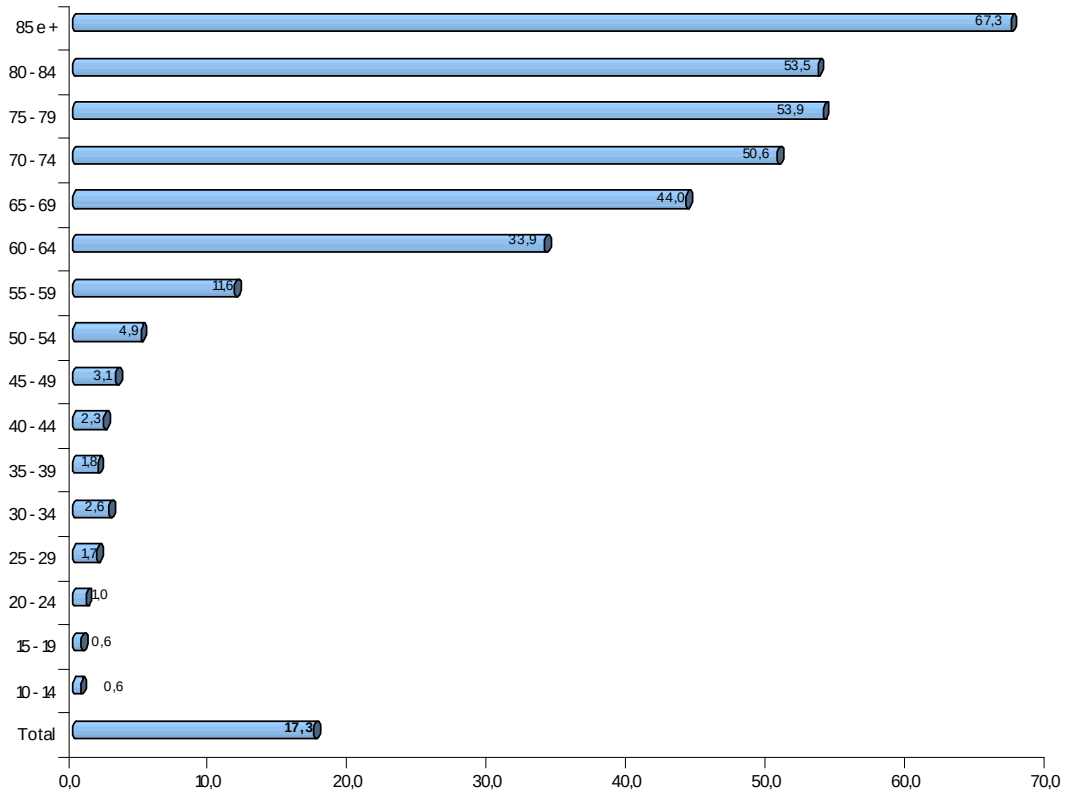


Gráfico 11. Estrutura das habilitações da população por grupos etários, 2001.
Fonte: INE, 2001.

A análise dos dados apresentados no gráfico, permite corroborar as conclusões anteriores: de facto, nos grupos etários mais velhos predominam as habilitações mais baixas ou a ausência de habilitações. O aumento do nível geral de habilitações deve-se aos grupos etários mais jovens que estão, maioritariamente, inseridos no sistema de ensino. Porém **subsistem casos de ausência total de um grau de ensino completo a partir dos 15** anos, o que não deixa de ser preocupante.

Gráfico 12. Taxa de analfabetismo por grupo de idade, em 2001.

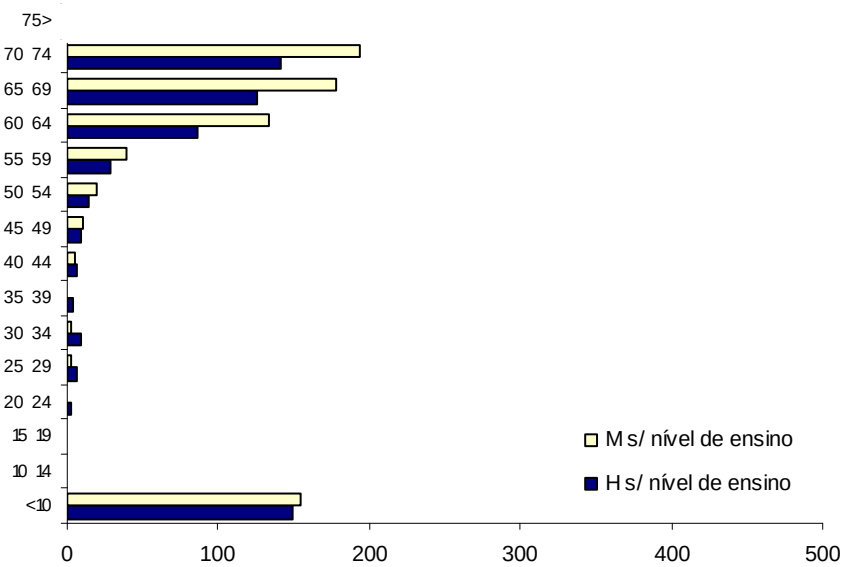


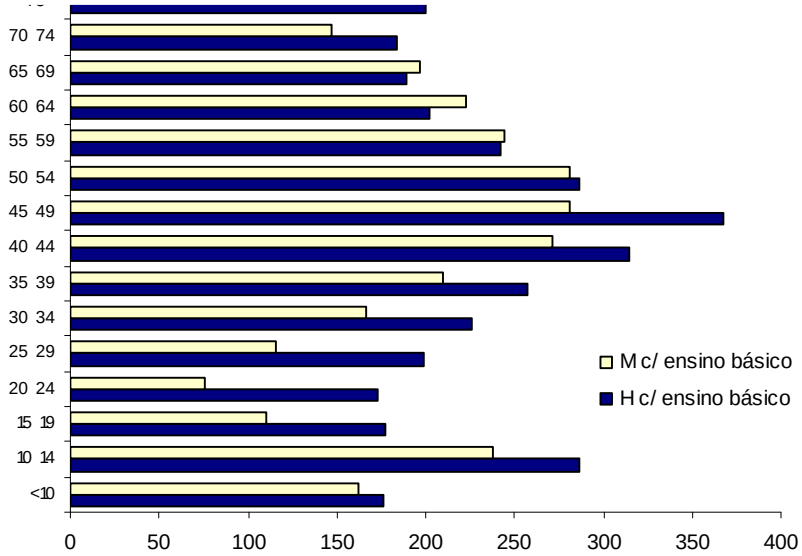
Fonte: INE, Censos 2001

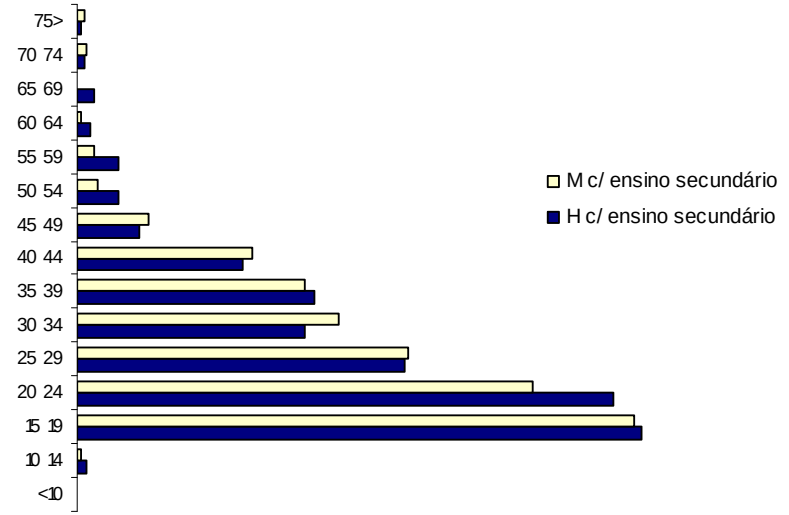
Quando se observam as habilitações por sexo (Gráfico13) verifica-se que as mulheres compõem grande parte da população analfabeta em Aljustrel. Este facto está relacionado com a idade. Porém à medida que se sobe na escala de habilitações, o nº de mulheres supera o de homens com grau de escolaridade mais alto. Ao invés do fenómeno anterior, este deve-se aos grupos etários mais jovens que registam uma tendência para a feminização do ensino[17].

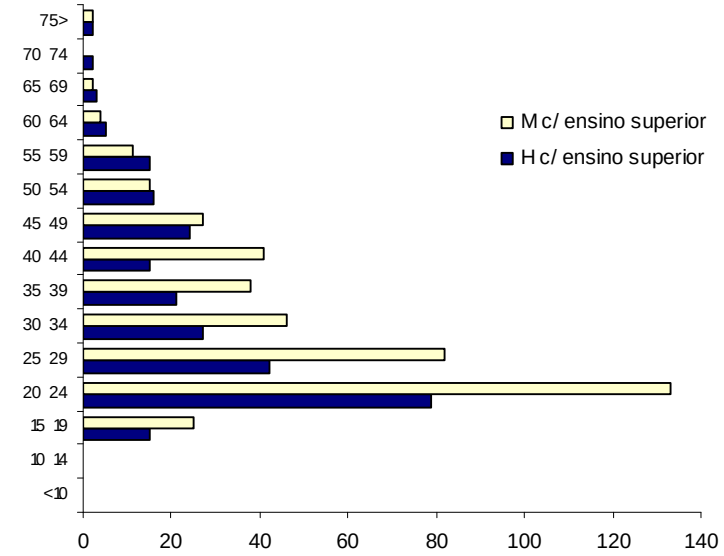
[17] A feminização do ensino está relacionada com uma presença maioritária do sexo feminino nos diferentes graus de ensino e com taxas de aproveitamento superiores entre as mulheres.

Gráfico 13. Distribuição da população por habilitações, sexo e idade, 2001.









Fonte: INE, Censos 2001.

1.5. Assistência Social e Saúde

Os contrastes sociais e económicos tendem a reflectir-se no estado geral de saúde e bem-estar da população. Isto é, o estado geral de saúde e protecção social varia em função da urbanização/litoralização dos concelhos. Por essa razão, os desequilíbrios na distribuição populacional tendem a reflectir-se por exemplo, na oferta de saúde: camas hospitalares, médicos e outros recursos de apoio ao bem-estar geral.

1.5.1. Assistência social

Quanto à assistência social analisam-se alguns equipamentos e indicadores.

Equipamentos

Equipamento	Freguesias equipadas		Distância média das freguesias não equipadas ao serviço (Km)	Capacidade
	% Das freguesias equipadas	População abrangida		
Apoio à infância				
Creche	40	64,2	8,6	60
ATL's	40	64,2	8,6	125
Apoio à terceira idade				
Lar de idosos	60	75	7,1	150
Centro de dia	80	92,2	5,0	100
Apoio domiciliário	80	92,2	5,0	160

Tabela 8. Equipamentos de assistência social.
Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2001, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2001.

Com referência ao último Censos, verificamos que a cobertura da rede social não abrange a totalidade da população, porém as distâncias médias que as separam dos equipamentos são curtas. Os dados mostram que, no sector da economia social, há margem para crescimento, particularmente se os critérios de distribuição mudarem em função da composição etária da população, das suas necessidades e estrutura sócio-económica.

1.5.2. Saúde

Indicadores de Saúde em 2002[18]:

Médicos/1000 habitantes: 0,7

Pessoal de enfermagem/1000 habitantes: 1,1

Farmácias/10000 habitantes: 3

[18] Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo 2003.

Consultas por habitante: 3,4

Taxa média de mortalidade infantil1998/2002: 10‰[19]

Índice sintético de saúde [Hospitais, centros de saúde/10000km²]: 1,1

O rácio nacional aponta como sendo satisfatório 1 médico por cada 1500 habitante, pelo que, Aljustrel se encontra dentro destes limites. Porém, verifica-se que este facto não contribui significativamente para melhorar o estado geral de saúde das populações mais desfavorecidas. Por um lado, a continuidade e a articulação com os serviços mais especializados é deficitária. Por outro, a influência de factores como o envelhecimento e o baixo nível de habilitações da população faz-se sentir no acesso à informação e na percepção adequada sobre um bom estado de saúde.

As distâncias geográficas são pouco importantes quando comparadas com outros factores de natureza sócio-económica.

Equipamento	Nº de Unidades	Capacidade	Cobertura	Nº pessoas ao serviço
Centros ou extensões do Centro de Saúde	5	s/ internamento	100%	Pessoal ao serviço (total): 42 Pessoal médico: 8
Farmácias e postos de medicamentos	5	---	100%	Profissionais de farmácia: 10

Tabela 9. Equipamentos de Saúde e pessoal ao serviço em Aljustrel, 2001.
Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2001

1.6. Cultura e Associativismo

Neste ponto analisa-se o conjunto dos equipamentos e actividades culturais e desportivas. O associativismo, nas suas diferentes formas e objectivos é, por um lado, manifestação de uma sociedade mais activa e, por outro, promotor de um desenvolvimento mais próximo dessa sociedade. Por esta razão, o número de associações activas numa dada comunidade é um indicador do dinamismo da respectiva população.

1.6.1. Cultura e Desporto

[19] No mesmo quinquénio a taxa de mortalidade infantil no país foi de 6,3‰

Equipamento	% Freguesias cobertas	População abrangida	Localização
Biblioteca	20	50,8	Aljustrel
Auditório	20	50,8	Aljustrel
Anfiteatro	20	50,8	Aljustrel
Sala de cine-teatro	20	50,8	Aljustrel
Sala de festas	60	75	Aljustrel, Corte Vicente Anes e Ervidel
Sala de exposições	20	50,8	Aljustrel
Centro sócio-cultural	40	24,5	S. João de Negrilhos e Rio de Moinhos
Museu	60	75	Aljustrel, Ervidel e Messejana
Praça de touros	20		Messejana

Tabela 10. Equipamentos Culturais no concelho, em 2001.
Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2001.

Em termos de equipamentos culturais, o concelho de Aljustrel conta com uma biblioteca com acesso a 30459 documentos (registados no ano de 2002). O concelho dispõe, ainda, de centros sócio-culturais instalados em duas freguesias (S. João de Negrilhos e Rio de Moinhos) e salas de festas nas restantes freguesias. A maioria dos equipamentos culturais está concentrada na sede de concelho.

Concelho	Freguesia	Tipo de Instalação	Localização	Medidas	Bal.	Ilum.	Tip.Piso	Proprietário	Gestão	Área/m2	Ano de Const.
Aljustrel	Aljustrel	Polidesportivo	Aljustrel	47,5x30	Sim	Não	Cimento	M. Educação	E. E.B. 2/3 Aljustrel	1.425	2000
			Aljustrel	25,7x16,8	Não	Não	Cimento	Autarquia	E.E.B.-1ºCiclo 3	431	2000
			Aljustrel	27,7x8,5	Não	Não	Betume	Autarquia	E.E.B.-1ºCiclo 1	235	1999
			Aljustrel	31x18,8	Não	Não	Betume	Autarquia	E.E.B.1ºCiclo 2	582	1999
			Aljustrel	75X36	Sim	Não	Betume	M. Educação	Esc. Sec. Aljustrel	2.700	1992
			Aljustrel	40X20	Sim	Sim	Mosaico	Autarquia	Autarquia	800	1978
			Carregueiro	40X20	Não	Não	Cimento	J. Freguesia	J. Freguesia	800	1985
			Corte V.Anes	41,5x22,15	Não	Não	Betume	J. Freguesia	J.Freguesia	919	2000
			S. João Deserto	44,30X22	Não	Não	Betume	Autarquia	J.Freguesia	975	1998
	Ervidel	Polidesportivo	Ervidel	23X12,5	Não	Não	Cimento	Autarquia	J. Freguesia	288	1975
			Ervidel	40X20	Sim	Sim	Betume	Autarquia	J. Freguesia	800	2005
	Messejana	Polidesportivo	Messejana	44X22	Não	Não	Betume	Autarquia	J. Freguesia	968	2005
	Rio Moinhos	Polidesportivo	Rio Moinhos	44X22	Sim	Não	Betume	J. Freguesia	J. Freguesia	968	1992
		Polidesportivo	Jungeiros	40X20	Sim	Não	Betume	Autarquia	J. Freguesia	800	2000
	S. J Negrilhos	Polidesportivo	S. João Negrinhos	44X22	Não	Não	Betume	Autarquia	J. Freguesia	968	1992
Aljustrel	Aljustrel	Campo de Futebol	Aljustrel	105X65	Sim	Sim	Natural	Minas Aljustrel	S.C.M. Aljustrelense	6.825	1947
			Aljustrel	105x68	Sim	Sim	Sintetico	Autarquia	Autarquia	7.140	2003
			Aljustrel	104x60	Sim	Sim	Natural	Autarquia	Autarquia	6.240	2003
			Corte Vic. Anes	99X62	Não	Não	Natural	Autarquia	J. Freguesia	6.138	1984
	Ervidel	Campo de Futebol	Ervidel	100X62,5	Sim	Sim	Natural	Alvorada F. Clube	Alvorada F. Clube	6.250	1972
	Messejana	Campo de Futebol	Messejana	105X65	Sim	Sim	Natural	Autarquia	G.D.Messejanense	6.825	1979
	Rio Moinhos	Campo de Futebol	Rio Moinhos	100X64	Sim	Sim	Natural	Autarquia	J. Freguesia	6.400	1976

	S. João Negrilhos	Campo de Futebol	S. João Negrinhos	105X64	Sim	Sim	Natural	J. Freguesia	J. Freguesia	6.720	1981
			Jungeiros	100X61	Sim	Não	Natural	Autarquia	J. Freguesia	6.100	1981
Aljustrel	Aljustrel	Sala de Desporto	Aljustrel	28X20X7	Sim	Sim	Tacos	M. Educação	Esc. B.2,3 Aljustrel	560	1975
			Aljustrel	30x12	Sim	Sim	Sintético	M. Educação	Esc. Secundária Aljustrel	360	2002
			Aljustrel	12X12	Sim	Sim	Sintético	M. Educação	Esc. Secundária Aljustrel	144	2002
			Aljustrel	15,50X8,55X3,80	Sim	Sim	Mosaico	Autarquia	Autarquia	133	1994
Aljustrel	Aljustrel	Pavilhão Desp.									
			Aljustrel	44X26X9	Sim	Sim	Madeira	Autarquia	Autarquia	1.144	1994
Aljustrel	Aljustrel	Piscina Descoberta									
			Aljustrel	50X21	Sim	Sim	Mosaico	Autarquia	Autarquia	1.050	1996
			Aljustrel	21X10	Sim	Sim	Mosaico	Autarquia	Autarquia	210	1996
Aljustrel	Aljustrel	Piscina Coberta									
			Aljustrel	20X11	Sim	Sim	Mosaico	Autarquia	Autarquia	220	1998
Aljustrel	Aljustrel	Campo de Ténis									
			Aljustrel	36X18	Sim	Sim	Betume	Autarquia	Autarquia	648	1994
			Aljustrel	36X18	Sim	Sim	Betume	Autarquia	Autarquia	648	1994
			Aljustrel	36X18	Sim	Não	Betume	Mina de Aljustrel	Mina de Aljustrel	648	1992
Aljustrel	Aljustrel	Campo de Tiro									
			Aljustrel	19x16	Não	Não	Natural	A.Caçadores.L.C.A	A.Caçadores.L.C.A	304	1998
TOTAL										78.366	

Tabela 11. Equipamentos e actividades desportivas no concelho.
Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel,2006.

Agentes	Localização
• Grupo Coral «As Margens do Roxo»	Ervidel
• Grupo Coral Feminino de Ervidel	Ervidel
• Grupo Coral Feminino do MDM	Aljustrel
• Grupo Coral Feminino Flores de Primavera	Ervidel
• Grupo Coral da Freguesia de S. João de Negrilhos	S. João de Negrilhos
• Grupo Coral da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
• Grupo Coral «Os Cigarras»	Aljustrel
• Grupo Coral «Os Mineiros» de Aljustrel	Aljustrel
• Grupo Coral do Sindicato dos Mineiros	Aljustrel
• Grupo de Danças e Cantares Planície Alentejana	S. João de Negrilhos
• Rancho Folclórico Verdes Campos de Jungeiros	S. João de Negrilhos
• Cantes da Planície	Messejana
• Nova Aurora	Aljustrel
• Fora da Lei (música ligeira)	Aljustrel
• 4ª Série (música ligeira)	Ervidel
• Ar de Rock (música ligeira)	Aljustrel
• Banda Filarmónica de Aljustrel	Aljustrel
• Sound Makers	Ervidel
• Grupo Musical d'Novo (música ligeira)	Aljustrel
• GAITA – Grupo Amador de Iniciação Teatral de Aljustrel	Aljustrel
• Alvorada Futebol Clube	Ervidel
• Casa do Benfica	Aljustrel
• Grupo Desportivo Messejanense	Messejana
• NARM – Núcleo de Atletismo Recreativo Messejanense	Messejana
• Negrilhos Futebol Clube	S. João de Negrilhos
• Operário Futebol Clube	Rio de Moinhos
• Sport Clube Mineiro Aljustrelense	Aljustrel
• Associação de Caçadores Livres do Concelho de Aljustrel	Aljustrel
• Moto Clube de Aljustrel	Aljustrel
• Centro Republicano Instrução e Recreio Aljustrelense	Aljustrel
• Centro de Convívio de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
• Centro de Convívio de Vale d´Oca	Aljustrel
• Sociedade Columbófila Aljustrelense	Aljustrel
• Sociedade Musical de Instrução e Recreio Aljustrelense	Aljustrel
• Sociedade Recreativa da Corte Vicente Anes	Aljustrel
• Sociedade Recreativa de Montes Velhos	Montes Velhos
• Sociedade Recreativa de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
• Sociedade Recreativa de Jungeiros	Jungeiros
• Associação de Solidariedade Social de S. João de Negrilhos	S. João de Negrilhos
• Centro Paroquial de Bem Estar Social de Ervidel	Ervidel
• Centro de Animação Infantil	Aljustrel
• Cocaria – Associação de Solidariedade Social de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
• Engenho e Arte – Associação de Defesa e Valorização de Messejana	Messejana
• ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	Messejana
• Misericórdia Nossa Senhora da Assunção de Messejana	Messejana
• N.A.V.A. – Núcleo de Artes Visuais de Aljustrel	Aljustrel
• Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	Aljustrel

Tabela 12. Agentes Culturais, desportivos e recreativos existentes no concelho de Aljustrel, em 2001.
Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel, 2006

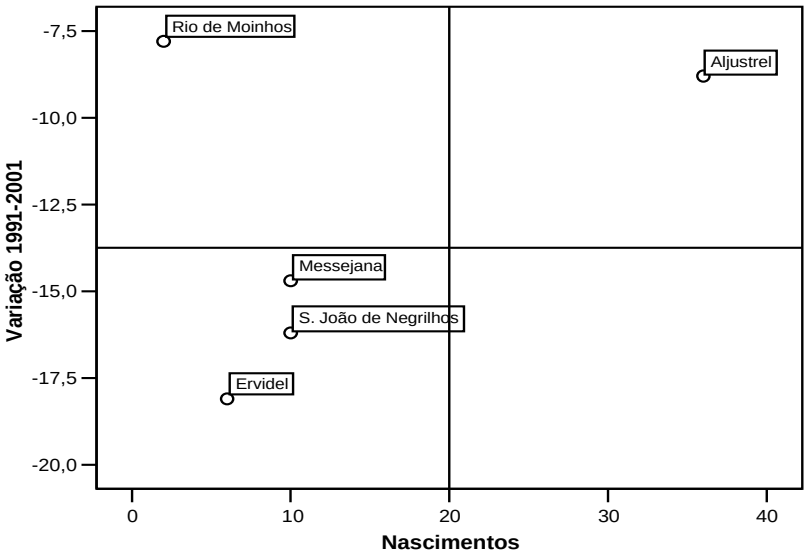
À semelhança do que acontece noutros concelhos alentejanos, o cante detém um lugar especial na dinamização cultural da comunidade. Existem grupos corais em todas as freguesias com a capacidade de mobilizar grupos etários que, tradicionalmente, estão afastados de outras iniciativas culturais. A destacar, ainda, a existências de outras bandas/grupos musicais em segmentos diferentes e mais vocacionados para públicos mais jovens.

Também o clube desportivo assume particular destaque na maioria das comunidades.

1.7. Uma análise das dinâmicas territoriais a partir do posicionamento das freguesias

No último momento da caracterização apresenta-se uma exploração gráfica sobre o posicionamento das freguesias no concelho. No que diz respeito à dimensão de análise **território e demografia** considera-se a seguinte informação: área total da freguesia, densidade populacional, variação na população entre 1991-2001, nascimentos, % da população a trabalhar na agricultura e Superfície Agrícola Utilizada (SAU).

Gráfico 14. Dinâmica demográfica das freguesias do concelho de Aljustrel, entre 1991/2001.

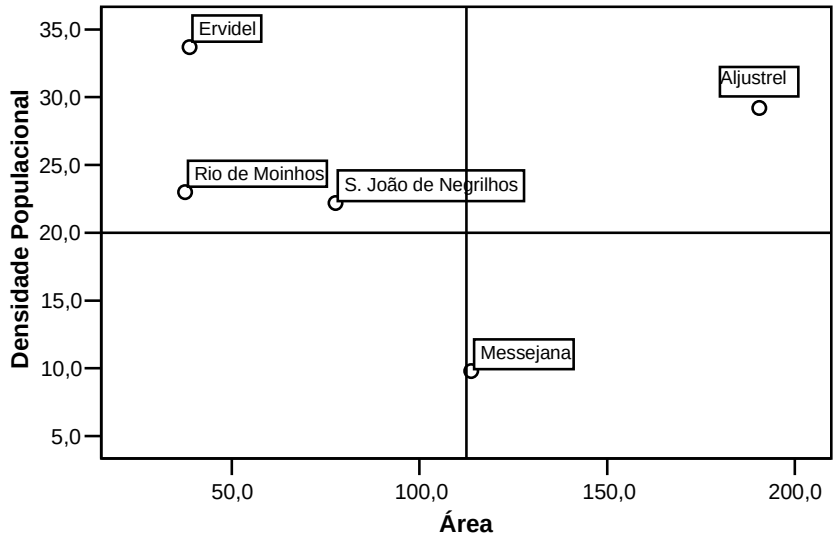


Fonte: Estudalentejo, 2006.

Os dados inscritos no gráfico acima, contribuem para reforçar as conclusões já avançadas no I ponto da caracterização: a perda de população caracteriza a maioria das freguesias do concelho de Aljustrel ao longo da década de 90. Destaca-se a freguesia de Ervidel com a maior variação

populacional (negativa) e um baixo número de nascimentos. Rio de Moinhos e Aljustrel têm a menor variação populacional e apresentam respectivamente o menor e o maior número de nascimentos.

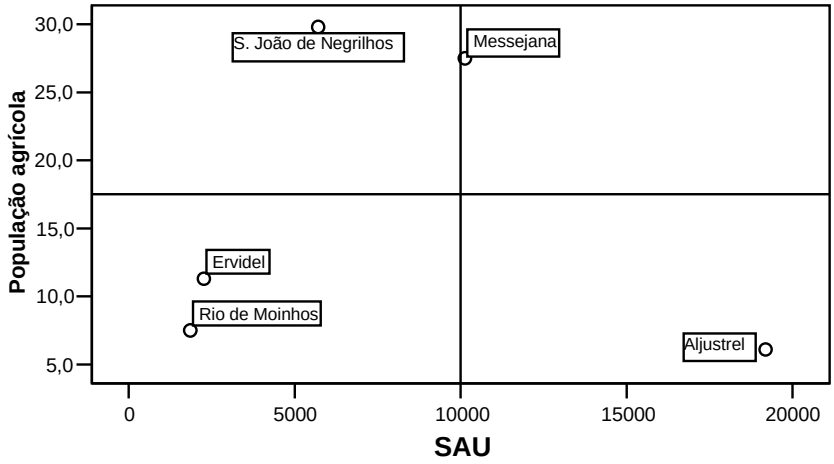
Gráfico 15. Densidade populacional por freguesia, em 2001.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

Aljustrel é a freguesia com maior área geográfica do concelho mas, ao contrário do esperado não apresenta a maior concentração de habitantes por Km². A densidade média do concelho foi de 21,7 habitantes por Km² em 2004 (segundo a informação mais recente disponível no INE) tendo descido relativamente a 2001, altura em que foi de 23,1 habitantes por Km². Apenas uma freguesia (Messejana) apresenta um valor inferior à média da densidade populacional concelhia. Recorde-se que a densidade populacional no Baixo Alentejo era, em 2001, de 16 habitantes por Km².

Gráfico 16. Peso da população agrícola por freguesia, em 2001.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

São João de Negrilhos e Messejana são as freguesias mais rurais do concelho: perto de 30% da sua população trabalha no sector agrícola. Aljustrel é a freguesia com maior superfície agrícola utilizada, mas menos população afecta a actividades do sector primário, o que revela também um nível maior de mecanização da agricultura.

2. A situação educativa do concelho e evoluções mais recentes

2.1. Estabelecimentos de educação e ensino

Neste ponto inclui-se a caracterização de um conjunto de indicadores, entre os quais se destaca, a evolução do parque escolar, a sua distribuição pelo concelho e a caracterização dos estabelecimentos. Os dados foram disponibilizados pela DREA, para o período entre 1999/2000 e 2004/2005. Para o ano lectivo de 2005/2006, todos os dados foram disponibilizados pelas entidades a que se referem.

2.1.1. Evolução do número e tipologia dos estabelecimentos

A rede escolar de Aljustrel é constituída por estabelecimentos de todos os níveis de educação não superior, integrando entidades de natureza pública e de natureza particular, cooperativa e de solidariedade social. Esta última é composta pelas creches/jardins-de-infância A Borboleta, da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel e A Toca do Capi, da Associação Engenho e Arte - Defesa e Valorização do Património de Messejana.

Vejamos a evolução dos estabelecimentos de educação, no que diz respeito à sua tipologia, em cada ano lectivo do intervalo apontado.

Tipologia de estabelecimentos de ensino	Ano Lectivo						
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Jardim-de-infância	10	10	6	3	3	3	2
Pólo de Itinerância - Pré-escolar	3	3	3	4	4	4	3
EB1 com JI	0	0	4	7	7	7	10
EB1 (Escola Básica do 1º ciclo)	13	12	8	5	5	5	4
EBM (Ensino Básico Medidatizado)	1	1	1	1	1	0	0
EB2,3	1	1	1	1	1	1	1
Escola Secundária c/3ºCEB	1	1	1	1	1	1	1
Centro de Formação Profissional	1	1	1	1	1	1	1
Total	**30**	**29**	**25**	**23**	**23**	**22**	**22**

Tabela 13. Evolução do Parque Escolar do Concelho de Aljustrel, entre os anos lectivos de 1999/00 e 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; Agrupamento Vertical de Escolas e JIs de Aljustrel, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel; Associação de Defesa e Valorização do Património de Messejana, 2006; Câmara Municipal de Aljustrel, 2004.

Síntese

- A análise da evolução do número total de equipamentos escolares parece indicar uma diminuição progressiva e significativa: 29 estabelecimentos em 1999/00 para 20 em 2005/2006.
- Em 2005/06 o concelho integrava 2 jardins-de-infância (privados), 10 EB1/JIs, 3 pólos de educação pré-escolar itinerante, 4 EB1, uma EB2.3, uma Escola Secundária/3ºCEB e um Centro de Formação Profissional.
- A diminuição verificada no número de estabelecimentos deve-se a diferentes mudanças no parque escolar. Assim, nos três primeiros anos lectivos, ocorreu o encerramento de duas EB1 (EB1 nº2 de Messejana, em 1999/00 e Aldeia dos Elvas, em 2000/01). A partir de 2001/02, a diminuição fica a dever-se, também, à junção de EB1 com jardins-de-infância, transformando-se em EB1/JI. Assim, nestes casos, verificou-se uma alteração da tipologia de escola e não uma diminuição real. Note-se, no entanto, que na transição entre o ano de 2005/06 para 2006/07, ocorre o encerramento da EB1 com EPEI de Carregueiro e da EB1 de São João do Deserto.
- A oferta de educação pré-escolar tem sido assegurada no concelho por diferentes regimes: pólos de educação pré-escolar itinerante e jardins-de-infância, agregados ou não a outros edifícios. Em 2002/2003 criou-se um novo pólo de itinerância.
- Quanto ao 2ºCEB, até ao ano de 2003/04, existiram 2 estabelecimentos distintos que asseguraram esta oferta: uma Escola do Ensino Básico Mediatizado e a EB2.3. de Aljustrel. Dada a extinção do EBM, na actualidade o 2ºCEB existe, apenas, na EB2.3.
- A partir de 2004/05, o 3º CEB passou a ser disponibilizado, para além da EB2.3, na Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel.
- A frequência de cursos de natureza técnico-profissional é assegurada pelo Centro de Formação Profissional de Aljustrel, do Instituto de Emprego e de Formação Profissional.

2.1.2. O Agrupamento Vertical de Escolas e Jardins-de-infância de Aljustrel

Com excepção dos estabelecimentos de ensino secundário e de carácter particular, o território educativo do concelho de Aljustrel está agregado num único agrupamento de natureza vertical. Na sequência do Dec. Lei n.º 115 – A/98, o Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljustrel (AVECA) foi constituído no ano lectivo de 2000/2001, tendo sede na EB2,3 de Aljustrel.

Assim, no presente ano lectivo, o Agrupamento é constituído por um total de 13 estabelecimentos – 2 EB1, 8 EB1/JI, 2 EPEI e pela EB2.3 – em concreto:

Tipologia	Estabelecimento
EB2.3.	Dr. Manuel de Brito Camacho
EB1/JI	Ervidel
	Campo da Esperança
	Avenida
	Messejana
	Montes Velhos nº1
	Montes Velhos nº2
	Rio de Moinhos
	Eucaliptos
EB1	Corte Vicente Anes
	Jungeiros
EPEI	Corte Vicente Anes
	Jungeiros

Quadro 1. Designação dos estabelecimentos que integram o AVECA, em 2006.
Fonte: AVECA, 2006.

2.1.2.1. Número e regime de funcionamento das turmas do AVECA

No ano lectivo de 2005/2006, o AVECA é composto por 55 turmas: 19 dos 2º e 3º CEB, 23 do 1ºCEB e 13 da educação pré-escolar.

Estabelecimento	Número de turmas			Total
	Ed. Pré-escolar	1º CEB	2º e 3º CEB	
EB2.3.	*	*	19	**19**
EB1/JI de Ervidel	2	2	*	**4**
EB1/JI Campo da Esperança	2	3	*	**5**
EB1/JI Avenida	1	5	*	**6**
EB1/JI Messejana	1	2	*	**3**
EB1/JI Montes Velhos nº1	1	1	*	**2**
EB1/JI Montes Velhos nº2	1	1	*	**2**
EB1/JI Rio de Moinhos	1	2	*	**3**
EB1/JI Eucaliptos	1	3	*	**4**
EB1 de Corte V. Anes	*	1	*	**1**
EB1 de Carregueiro	*	1	*	**1**
EB1 de S. João do Deserto	*	1	*	**1**

EB1 de Jungeiros	*	1	*	**1**
EPEI de Jungeiros	1	*	*	**1**
EPEI Corte V. Anes	1	*	*	**1**
EPEI Carregueiro	1	*	*	**1**
Total	**13**	**23**	**19**	**55**

Tabela 14. Número de turmas do AVECA, segundo ciclo de ensino, no ano lectivo de 2005/2006.
Fonte: AVECA, 2006.
Legenda: * não aplicável

Síntese

- Nas EB1/JI, existem entre 2 a 4 turmas, e nas EB1 e nos EPEI a média é de, apenas, uma turma, cada.
- O número de turmas de 1ºCEB é em regra, mais elevado do que de educação pré-escolar.
- Todas as turmas decorrem em horário lectivo normal, não existindo situações de desdobramento de horário.

2.1.3. Rede de espaços de Actividades de Tempos Livres (ATL)

Em complemento à rede de equipamentos escolares existente, o concelho de Aljustrel dispõe de 4 Centros de Actividades de Tempos Livres:

- Centro de Animação Infantil Municipal;
- A Borboleta;
- ATL Santa Casa da Misericórdia de Messejana;
- ATL de São João de Negrilhos;
- ATL da COCARIA;
- "O Cantinho da Criança".

2.2. Distribuição no concelho, por freguesia

Neste ponto apresentamos a distribuição dos estabelecimentos escolares, por freguesia, no intervalo 1999/00 a 2005/06.

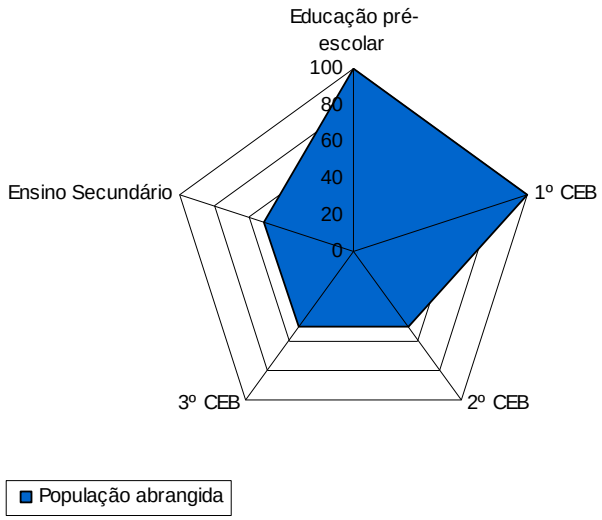
Freguesia	Estabelecimento	Ano lectivo						
		1999/0(	2000/01	2001/0:	2002/0	2003/0-	2004/0!	2005/0(
Aljustrel	JI SCMA	1	1	1	1	1	1	1
	EPEI	2	2	2	3	3	3	2
	JI	3	3	3	0	0	0	0
	EB1 /JI	0	0	0	3	3	3	3
	EB1	6	6	6	3	3	3	3
	EB 2,3	1	1	1	1	1	1	1
	E.Secundária/3ºCEB	1	1	1	1	1	1	1
	Total	**14**	**14**	**14**	**12**	**12**	**12**	**11**
Ervidel	JI	1	1	0	0	0	0	0
	EB1	1	1	0	0	0	0	0
	EB1 /JI	0	0	1	1	1	1	1
	Total	**2**	**2**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
Messejana	Toca do Capi	1	1	1	1	1	1	1
	JI	1	1	1	1	1	1	0
	EB1	2	1	1	1	1	1	0
	EB1 /JI	0	0	0	0	0	0	1
	EBM	1	1	1	1	1	*	0
	Total	**5**	**4**	**4**	**4**	**4**	**3**	**2**
Rio de Moinhos	JI	1	1	0	0	0	0	0
	EB1	1	1	0	0	0	0	0
	EB1 /JI	0	0	1	1	1	1	1
	Total	**2**	**2**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
São João de Negrilhos	EPEI	1	1	1	1	1	1	1
	JI	2	2	0	0	0	0	0
	EB1	3	3	1	1	1	1	1
	EB1 /JI	0	0	2	2	2	2	2
	Total	**6**	**6**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**

Tabela 15. Distribuição do Parque Escolar, por freguesias, entre 1999/00 e 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; AVECA, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel, 2006, Associação Engenho e Arte, 2006.

Síntese

Todas as freguesias dispõem de oferta de educação pré-escolar e de 1ºCEB. Preferencialmente localizadas na sede, cada freguesia dispõe, pelo menos, uma EB1 com JI. Ao nível da educação pré-escolar, as duas maiores freguesias em área geográfica dispõem, ainda, de oferta complementar no sector privado.

Gráfico 17. Abrangência dos equipamentos de ensino em termos de cobertura populacional.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

A fraca densidade populacional e a proximidade geográfica parecem ser critérios que justificam esta distribuição de equipamentos escolares.

Aljustrel

Freguesia que tem o maior número de estabelecimentos (11). A educação pré-escolar é garantida por tipos diferentes de oferta: JIs públicos, Centro Infantil da SCMA, infantário "Cantinho da Criança", e na localidade próxima de Corte Vicente Anes, por pólos de itinerância. É nesta freguesia que se concentra toda a oferta após o 1º CEB.

S. João de Negrilhos

Freguesia que dispõe, na actualidade, de 2 EB1/JI: Montes Velhos nºs 1 e 2. As alterações nesta freguesia estão relacionadas, pois, com a junção entre JI e EB1, e não com a extinção de estabelecimentos, sendo de destacar a criação de EPEI na localidade de Jungeiros.

Ervidel

Em Ervidel, tal como aconteceu noutras freguesias, a rede de equipamentos existente foi reorganizada em 2001/2002 dando origem a uma EB1 com JI resultante da agregação das unidades preexistentes para a educação pré-escolar e 1º ciclo.

Messejana

É a segunda freguesia do concelho de Aljustrel em termos de área geográfica. Dispõe, à semelhança das outras duas freguesias anteriores, oferta de educação pré-escolar e de 1º ciclo localizada, desde 1999/2000, exclusivamente na sede de concelho. Em termos de oferta de educação pré-escolar, existe o JI público e um Centro de Educação Infantil com valência de creche – a Toca do Capi – que pertence à rede privada. Importa destacar o encerramento de uma escola: Aldeia dos Elvas em 2000/01. Da rede de escolas de Messejana, durante o período em análise, fez também parte uma escola básica mediatizada com oferta de 2º ciclo que complementava a outra oferta existente no concelho para o mesmo nível de escolaridade.

Rio de Moinhos

Freguesia que apresenta grande estabilidade na sua rede escolar, apenas sendo de destacar a junção da EB1 e do JI existente, dando lugar a uma EB1/JI que serve toda a freguesia.

2.3. Infra-estruturas e recursos físicos das escolas e jardins-de-infância

2.3.1. Caracterização geral

Neste ponto, é feita uma descrição geral dos principais recursos físicos, nomeadamente, instalações, equipamentos e infra-estruturas existentes em cada uma das escolas e jardins-de-infância do concelho. Esta análise permite caracterizar a situação existente para que a partir daí se possam diagnosticar fragilidades e potencialidades que irão ser tidas em linha de conta na concepção das propostas de intervenção e de reordenamento para o concelho.

Os dados encontram-se descritos na Tabela16 e foram obtidos junto do Agrupamento de Escolas de Escolas de Aljustrel. Posteriormente, na Tabela 17, encontramos descritas as instituições não agrupadas, segundo os mesmos moldes, tendo os dados aí apresentados sido obtidos junto das mesmas: Associação de Defesa do Património de Messejana (JI), e Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel.

Edifício, segundo freguesia		Tipologia	Estado geral de conservação	Salas Gerais			Salas Temáticas				Recursos específicos[20]								
				Aula	Apoio	Devolutas	EVT	Música	Laboratório	Informática	Biblioteca	Instalações de desporto	Espaço exterior	Serviço de refeições	ATL	Computador		Centro de Recursos	Gabinete Professores
																C/ Net	S/ net		
Aljustrel	**EB2.3**	T	Bom	16	5	0	5	1	3	2	1	P, G	Sim	Sim, I	*	___	___	1	2
	EBI/JI C. Esperança	PC	Bom	5	0	0	0	0	0	0	1	Não	Sim	Sim, E	0	6	0	1	0
	EB1/JI Eucaliptos	PC	Bom	5	0	1	0	0	0	0	2	Não	Sim	Sim, E	0	4	3	0	0
	EB1/JI Avenida	PC	Bom	6	0	2	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim, E	0	7	0	0	0
	EB1 CVA	PC	Bom	1	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	1	0	0	0
	EPEI CVA	T	Bom	1	1	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	0	1	0	0
	EB1 de Carregueiro	PC	Bom	1	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	0	1	0	0
	EPEI Carregueiro	T	Bom	1	2	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	0	1	0	0
	EB1 São João do Deserto	PC	Bom	1	0	1	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	1	1	0	0

[20] Os dados referentes ao espaço exterior e aos computadores são apenas indicativos. De acordo com o AVECA, não estão actualizados pois a câmara está a intervir nas escolas e está a ser implementada a banda larga.

Ervidel	**EB1/JI**	PC	Bom	0	0	3	0	0	0	0	1	Não	Sim	Não	0	0	0	0	0
		CM	Bom	4	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim, E	0	1	1	0	1
Messejana	**EB1/JI**	PC	Bom	3	0	0	0	0	0	0	1	Não	Sim	Sim, E	0	1	2	0	0
S.J.Negrilhos	**EB1/JI MV nº1**	PC	Bom	2	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim, E	0	0	2	0	0
	EB1/JI MV nº2	PC	Bom	3	0	0	0	0	0	0	1	Não	Sim	Sim, E	0	4	0	0	1
	EB1/EPEI Jungeiros	PC	Bom	2	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	1	1	0	0
Rio de Moinhos	**EB1/JI**	PC	Bom	3	0	1	0	0	0	0	2	Não	Sim	Sim, E	0	1	3	0	0
Total				**54**	**8**	**8**	**5**	**1**	**3**	**2**	**9**	*	*	*	**0**	**28**	**16**	**2**	**4**

Tabela 16. Infra-estruturas e recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Aljustrel, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.

Fonte: AVECA, 2006.

Legenda: C/ - com; S/ - sem; C - cantina; E - Fornecimento externo; P. Pavilhão; G. Ginásio; CM - Coronel Mourão; T - Tradicional; S/t - Sem tipologia; PC - Plano de Centenários; __ informações não disponibilizadas; * - não aplicável.

Síntese

EB2.3. Dr. Manuel de Brito Camacho

- A escola EB2,3 Dr. Manuel Brito Camacho constitui, em termos gerais, um bom equipamento escolar, dotado de um conjunto de espaços indispensáveis à actividade curricular e extracurricular, encontrando-se em bom estado de conservação.
- No que diz respeito a salas de carácter específico ou temático, existentes apenas neste estabelecimento, a EB2.3 dispõe de 1 sala de música, 5 salas de educação visual e/ou tecnológica, 3 laboratórios e 2 salas de informática.
- Existe uma biblioteca escolar, assim como um centro de recursos educativos.
- De acordo com o GIASE (2006), esta escola possui, ainda, os seguintes equipamento/infra-estruturas:
  - Associação de Pais
  - Papelaria Escolar
  - Reprografia
  - Salas de Estudo
  - Gabinete de Apoio Educativo
  - Desporto Escolar
  - Jornal Escolar
  - Clubes: Clube da Rádio Escolar; Clube Amigos do Museu;
- As instalações destinadas aos professores consistem em 2 gabinetes.
- O espaço exterior é composto por zonas para jogos. As instalações de desporto aí existentes consistem num campo polidesportivo descoberto e num ginásio.
- A escola assegura refeições, existindo, para o efeito, uma cantina e bufete escolar.
- Não foram descritos problemas ou potencialidades por parte do Agrupamento.

EB1 e JIs/EPEIs

- De acordo com o Agrupamento, todos os estabelecimentos escolares se encontram num «bom» estado geral de conservação.
- À excepção da EB1 de Corte Vicente Anes, todos os estabelecimentos dispõem de mais de uma sala. Assim, a média varia entre 2 a 4 salas de aula, distribuídas diversamente pelas valências de educação pré-escolar e de 1ºCEB. Importa referir a EB1/JI de Eucaliptos, em que a educação pré-escolar funciona em duas salas juntas.
- Existem, ao todo, 1 sala de apoio no EPEI de Corte Vicente Anes.
- A destacar a existência de um total de 8 salas devolutas, nos seguintes estabelecimentos: EB1/JI de Rio de Moinhos (1), EB1/JI de Eucaliptos (1), e B1/JI de Avenida (2), EB1 de São João do Deserto (1) e num dos edifícios da EB1/JI de Ervidel (3).
- No que se refere a espaços de carácter mais específico, destaca-se a existência de um total de 8 bibliotecas. De acordo com o Agrupamento, estas funcionam, também, como centros de recursos.
- Apenas a EB1/JI de Ervidel e a EB1/JI de Montes Velhos nº2 dispõem de gabinetes trabalho para os professores, um em cada estabelecimento.
- De acordo com o AVECA (2006), nenhuma EB1/JI ou EB1 apresenta instalações próprias de desporto. No entanto, de acordo com o IND (2003), as EB1/JI nºs 1, 2 e 3 de Aljustrel e a EB1/JI de Ervidel possuem campos polidesportivos descobertos.
- Verificamos que em 2005/2006, 8 estabelecimentos disponibilizam serviço de refeições:
    - Na EB1/JI de Ervidel, as refeições são fornecidas ao abrigo do acordo de colaboração da educação pré-escolar.
    - Nas EB1/JI de Campo da Esperança, de Eucaliptos e de Avenida, as refeições são fornecidas ao abrigo do acordo de colaboração da educação pré-escolar, no ATL da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel.
    - Na EB1/JI de Messejana as refeições são fornecidas ao abrigo do acordo de colaboração da educação pré-escolar, no ATL da Santa Casa da Misericórdia.
    - Nas EB/JI de Montes Velhos nº1 e nº2, as refeições são asseguradas através do acordo de colaboração da educação pré-escolar, e servidas no Centro de Solidariedade Social local.

- Quanto aos equipamentos informáticos, aqui indicados pelo número de computadores existentes, concluímos por um total de 44 computadores distribuídos pela educação pré-escolar e 1ºCEB, estado estes recursos presentes em todos os estabelecimentos. Destes, 16 não possuem acesso à Internet. O número de computadores por estabelecimento é, como constatamos no quadro, muito variável.
- Banda Larga está implementada em todas as escolas do concelho;
- Não foram referidas potencialidades ou problemas por parte do Agrupamento.

Edifício, segundo freguesia		Tipologia	Estado geral de conservação	Salas Gerais			Salas Temáticas				Recursos específicos								
				Aula	Apoio	Devolutas	EVT	Música	Laboratório	Informática	Biblioteca	Instalações de desporto	Espaço exterior	Serviço de refeições	ATL	Computador		Centro de Recursos	Gabinete Professores
																C/ Net	S/ net		
Aljustrel	**SCMA**	R	Bom	3	0	0	0	0	0	1	0	1	sim	Sim	3	3	7	0	1
Messejana	**Toca do Capi**	_	Bom	___	_	_	0	0	0	0	0	0	Sim	Sim, E	0	0	1	0	0
Aljustrel	**E.Secundária/ES**	B	Regular	18	3	_	1	0	1	3	1	1	Sim	Sim, C	*	44	7	1	1

Tabela 17. Infra-estruturas e recursos existentes nas entidades não agrupadas do concelho de Aljustrel, no ano lectivo de 2005/06.
Fonte: Associação Engenho e Arte, 2006; Santa Casa da Misericórdia, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB, 2006.
Legenda: C/ – com; S/ – sem; E. fornecimento externo; C – cantina; PG – Pavilhão gimnodesportivo; B. – Blocos interligados; S/t – sem tipologia; R – construção de raiz; * – não aplicável; __ informações não disponibilizadas.

Síntese

JI da Santa Casa da Misericórdia

Trata-se de um edifício construído de raiz e tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel. É composto por 3 salas de aula/actividades, 3 salas destinadas à valência de ATL, uma sala de informática e um gabinete de professores. Apresenta espaço exterior e instalações de desporto próprias. As refeições são asseguradas na própria entidade. Os recursos informáticos consistem num total de 10 computadores, dos quais apenas 3 com acesso à Internet.

Toca do CAPI

- O CAPI – Centro de Apoio à Pequena Infância – é tutelado pela Engenho e Arte – Associação de Defesa do Património de Messejana.
- Dispõe, além dos espaços da associação, de um pátio no espaço exterior, onde se podem realizar actividades com as crianças.
- O JI utiliza, ainda, o pavilhão gimnodesportivo para a realização de actividades de expressão motora.
- Em termos de outros recursos de que o JI dispõe, existe um computador, sem acesso à Internet.
- As refeições das crianças são asseguradas por fornecimento externo.
- Não foram referidas potencialidades ou necessidades por esta entidade.

Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel

- Inaugurada em 1992, esta escola funciona num edifício dividido em blocos, situado à entrada da vila de Aljustrel. É composta por 18 salas de aula e 3 salas de apoio, estruturadas em blocos interligados. Em termos de salas e espaços de carácter específico, encontramos uma sala de educação visual, um laboratório e três salas de informática.
- Como espaços de apoio à pesquisa, existem uma biblioteca e um centro de recursos. Além deste último e das salas de informática, importa referir a existência de um total de 51 computadores, dos quais 44 asseguram a ligação à Internet.
- Existe um gabinete de professores, que serve como espaço de apoio ao trabalho/actividade dos mesmos.

- De acordo com o GIASE (2006), a escola dispõe, ainda das seguintes infraestruturas/equipamentos:
    - Associação de Estudantes
    - Associação de Pais
    - Papelaria Escolar
    - Reprografia
    - Salas de Estudo
    - Sala audiovisuais; Sala de Internet
    - Desporto Escolar
    - Jornal Escolar, Rádio Escola, Clube de Informática e Clube de Desporto Escolar.
- As refeições são asseguradas na própria escola, na cantina existente para o efeito.
- Também a prática de desporto decorre em instalações próprias, em concreto, um pavilhão gimnodesportivo.
- Não foram referidas potencialidades ou necessidades por esta entidade.

2.3.2. História recente dos estabelecimentos escolares

No quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais definida pela Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, cumpre também aos órgãos municipais "… participar no planeamento educativo e na gestão dos equipamentos educativos" (DR, 1999: 6304) o que implica a realização de investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico". No período retrospectivo de 7 anos tomado como referência para a concepção desta Carta Educativa, o parque escolar de Aljustrel foi alvo de obras de conservação/remodelação e de construção, entre as quais se destacam:

<u>Ano de 2000</u>

- Construção de balneários na Escola Básica 2,3 de Aljustrel, obra custeada pela DREA.

<u>Ano de 2001</u>

- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Internet na Escola, que teve por objectivo disponibilizar a alunos e professores das EB1 do concelho a utilização educativa da Internet. No caso concreto foi garantido a todas escolas do 1º ciclo do concelho, a disponibilização de acesso RDIS, de espaço para albergar páginas web das escolas, de contas de correio electrónico, de apoio educativo através da unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa no sentido da promover a construção de um espaço educativo na Internet de apoio às actividades das escolas em articulação com a Câmara Municipal e outras entidades. Os encargos resultantes da aquisição dos computadores foram suportados em 25% pela Câmara Municipal e em 75% pelo MCT.

Ano de 2004/05

- Candidaturas à Rede de Bibliotecas Escolares (RBE).

Ano de 2006

- **Intervenção no parque escolar**

As Escolas do Concelho de Aljustrel estão a ser alvo de obras englobadas na empreitada geral de "remodelação de jardins-de-infância do primeiro ciclo do concelho de Aljustrel"[21]. Estão a ser alvo de intervenção as seguintes escolas:

Vila de Aljustrel

- Escola do Ensino Básico EB1 – N.º 2 / Jardim Infantil – **Escola de Campo Esperança;**
- Escola do Ensino Básico EB1 – N.º 3 / Jardim Infantil – **Escola dos Eucaliptos;**
- Escola do Ensino Básico EB1 – N.º1 – **Escola da Avenida**;
- Jardim Infantil – **Antiga Cantina Escolar.**

Freguesias de Aljustrel

- Escola do Ensino Básico EB1/ Jardim Infantil – **Rio De Moinhos;**
- Escola do Ensino Básico EB1/ Jardim Infantil – **Messejana;**
- Escola do Ensino Básico EB1 – n.º 1 – **Montes Velhos;**

[21] Texto elaborado pela CMA (2006).

- Escola do Ensino Básico EB1 – N.º2 / Jardim Infantil – **Aldeia Nova;**
- Escola do Ensino Básico EB1 / Polo de Itinerância – **Jungeiros;**
- Escola do Ensino Básico EB1/ Jardim Infantil Escola do Coronel Mourão – **Ervidel.**

A intervenção inclui os seguintes trabalhos:

- Demolição das instalações sanitárias existentes por não apresentarem condições;
- Execução de instalações sanitárias para o Jardim-de-infância, 1.º Ciclo e Deficientes;
- Recuperação dos pavimentos existentes e substituição de pavimentos em mau estado;
- Reparação de vãos interiores e substituição de alguns vãos exteriores;
- Pinturas exteriores e interiores do edifício;
- Colocação de irradiadores a óleo para climatização;
- Substituição da rede eléctrica;
- Sistema de detecção de incêndio;
- Arranjos exteriores a nível de colocação de um parque infantil, bebedouro, bancos, etc.

- **Instalação do sistema de Banda Larga nos computadores das EB1/JIs.**

2.4. A oferta de ensino secundário

Quanto aos cursos de ensino secundário, os alunos do concelho dispõem de duas grandes possibilidades, como abaixo podemos constatar. Os dados aí mencionados referem-se ao ano lectivo de 2005/06 e foram disponibilizados pela Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, onde se encontram em vigor.

Cursos gerais de ensino regular:

- Ciências e tecnologias;
- Ciências sociais e humanas;
- Ciências socio-económicas;
- Agrupamento 1 – Científico Natural;

- Agrupamento 3 – Económico-social.

Cursos de tecnológicos:

- De administração;
- De informática.

Podemos concluir por uma oferta de ensino secundário de alguma diversidade, englobando cursos de carácter tecnológico, em áreas de grande actualidade, e cursos de carácter geral vocacionados para o prosseguimento de estudos.

2.5. A oferta de ensino profissional

No concelho, a formação profissional, existente sob a forma de diversas modalidades, é da responsabilidade do Centro de Formação Profissional de Aljustrel. Os dados abaixo referem-se ao momento actual e foram facultados pela Câmara Municipal de Aljustrel.

Qualificação inicial:

- Técnicas de acção educativa (Nível III);
- Tecnologia de Informação e Comunicação Multimédia (Nível III);
- Refrigeração, Ar condicionado e climatização (Nível II);
- Serralharia Mecânica (Nível II).

Educação e formação de Adultos (EFA):

- Costura (B2);
- Pintura e Construção Civil (B3);
- Arte Floral (B2);
- Manutenção Hoteleira (B3);
- Op. Agrícola/C. Arvenses/Hort. (B2);
- Jardinagem e espaços verdes (B2);
- Carpintaria de limpos (B3);
- Cantaria (B3);
- Serralharia Civil (B3);
- Cozinha (B3);

- Canalizações (B3);
- Electricidade de instalações (B3);
- Geriatria (B3).

Educação e Formação de Adultos desfavorecidos:

- Jardinagem e espaços verdes (B2).

Formação Social e Profissional:

- Pintura da Construção Civil (Nível II).

Aprendizagem:

- Técnico de Desenho/Preparador de Obra (Nível III);
- Assistente comercial bancário (Nível III).

Activos qualificados:

- Gestor de IPSS.

Especialização tecnológica:

- Instalação e manutenção de redes e sistemas informáticos.

Verificamos que a oferta apresenta alguma diversidade. No entanto, contempla, em boa parte, profissões e ofícios manuais (cantaria, por exemplo), mas também formações relacionadas com a intervenção sócio-educativa (geriatria, como exemplo) ou as áreas relacionadas com as novas tecnologias e sistemas de informática. Destina-se a diversos públicos, desde activos qualificados a activos que, pretendendo ver reconhecidas as competências adquiridas ao longo da vida e respectiva correspondência ao sistema formal de ensino, necessitam frequentar formação complementar.

2.6. A oferta ao nível da educação de adultos

Além da formação profissional acima referida, neste ponto são abordadas, sucintamente, as práticas de educação de adultos no concelho, no plano do ensino recorrente, da educação extra-escolar e do reconhecimento, validação e certificação de competências.

2.6.1. Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar

O **Ensino Recorrente** destina-se aos indivíduos que não concretizaram a sua escolaridade em idade própria de o fazer, que abandonaram antecipadamente a escolaridade ou que, em última análise, procuram qualificar-se, com mais de 15 anos (no caso do Ensino Básico) ou mais de 18 anos (no que se refere ao Ensino Secundário) e decorre em horário nocturno.

No ano lectivo de 2005/06, todos os ciclos desta modalidade estão disponíveis no concelho.

A **Educação Extra-escolar** constitui um campo mais vasto de actuação, o que fica expresso na definição avançada no Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000), onde aparece inserida numa perspectiva de educação ao longo da vida, a ter lugar em múltiplos contextos. Trata-se de acções de temática e metodologia variada, podendo assumir um carácter de maior ou menor formalidade.

2.6.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

Neste concelho, o processo RVCC encontra-se sob a responsabilidade do pólo da ESDIME, em concreto, da estrutura «Casa do S@ber+», localizada na vila de Ferreira do Alentejo. Existe desde 2001 e abrange adultos de todos os concelhos do Baixo Alentejo e de alguns concelhos do Alentejo Litoral. Esta vertente pretende a certificação de conhecimentos e competências adquiridas em contextos informais, mediante as experiências de vida. Destina-se aos indivíduos com mais de 18 anos, conferindo equivalência aos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, por via da análise das aprendizagens e competências desenvolvidas ao longo do percurso de vida.

Paralela e complementarmente ao RVCC, esta estrutura desenvolve os Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), e as Acções S@ber+. Estas são um terceiro pólo de formação e consistem em iniciativas de carácter esporádico, de curta duração e destinam-se a adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, e têm como objectivo o reforço e/ou a aquisição de competências nos domínios pessoal e profissional.

2.7. A oferta ao nível da educação especial e do apoio à deficiência

O apoio às pessoas com deficiência do concelho é assegurado pelas seguintes entidades:

- CERCIBEJA - Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Beja, com intervenção nos 14 concelhos do Baixo Alentejo;

- Centro de Paralisia Cerebral de Beja, com intervenção nos 14 concelhos do Baixo Alentejo.

CERCIBEJA

Esta entidade desenvolve a sua acção junto de crianças, jovens e adultos com diversos tipos de deficiência, nas vertentes da educação especial, do desenvolvimento pessoal, da formação e das actividades ocupacionais. Aposta na formação profissional, através de cursos nas áreas do artesanato, cozinha, serralharia e carpintaria, entre outros, desenvolvendo um esforço de integração dos utentes no mercado de trabalho.

Centro de Paralisia Cerebral de Beja

O núcleo regional de Beja pretende, de acordo com a função e missão da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, promover a reabilitação e integração social de pessoas com Paralisia Cerebral, através da aposta na educação, no lazer e no trabalho. Pretende, ainda, desenvolver a formação dos técnicos e contribuir para a investigação no domínio da Paralisia Cerebral. Desenvolve a sua actuação nos seguintes domínios: Avaliação/Orientação Profissional, Formação Profissional, Ajudas Técnicas, Intervenção Precoce, Educação Especial, entre outras.

2.8. População Discente

Neste ponto é feita a descrição da população discente, que tem frequentado os níveis e modalidades de educação disponibilizados pelo concelho. Esta evolução foi sistematizada com base na informação disponibilizada pela DREA, no que respeita ao período de 1999/00 a 2004/2005, e pelos próprios estabelecimentos, para o ano de 2005/06.

Tendo por referência a distribuição global dos estabelecimentos de ensino no concelho de Aljustrel, foi possível identificar e sistematizar a evolução da população escolar em cada nível, por freguesia. Não foi possível sistematizar os mesmos dados nem para ensino especial e para a educação extra-escolar pelo facto de não estarem desagregados por freguesia.

2.8.1. Evolução da frequência no ensino regular

Na tabela que se segue, estão descritos os valores globais de frequência nos vários ciclos e níveis de educação regular, entre os anos de 1999/00 e 2005/06.

Nível de ensino	Ano lectivo						
	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Educação pré-escolar	293	308	275	310	321	315	226
1º CEB	469	454	394	380	349	346	361
2º CEB	232	249	257	243	214	189	168
3º CEB	346	349	325	325	336	334	340
Ensino Secundário	361	309	267	256	253	256	222
Total	**1701**	**1598**	**1454**	**1443**	**1399**	**1364**	**1317**

Tabela 18. Evolução da população discente a frequentar a rede escolar pública do concelho, por nível de ensino, entre 1999/2000 e 2005/2006.
Fonte: DREA, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006; AVECA, 2006; Câmara Municipal de Aljustrel, 2004, SCMA, 2006.

Síntese

- Em termos globais, verifica-se um decréscimo forte número de alunos, sobretudo nos primeiros 3 anos do intervalo. Na actualidade, existem 1317 alunos no ensino regular, em todo o concelho.
- A leitura sobre cada um dos níveis de educação revela que os decréscimos mais fortes ocorreram, sobretudo, no 1ºCEB (menos 108 alunos) e no ensino secundário (menos 139 alunos em relação a 1999/00) e no ano de 2005/06, na educação pré-escolar.
- O 2ºCEB evidencia quebras, representada uma diferença de 64 alunos em relação ao primeiro ano do intervalo.
- O 3º CEB apresenta grande estabilidade em termos da evolução do número total de alunos.

2.8.1.1. A capacidade instalada e a resposta à procura de educação

Na comparação entre o número total de alunos matriculados em 2001 e a população residente no concelho de Aljustrel, com idade para frequentar o ensino básico (até aos 14 anos), é possível constatar que a taxa média de cobertura é de 85,9%[22].

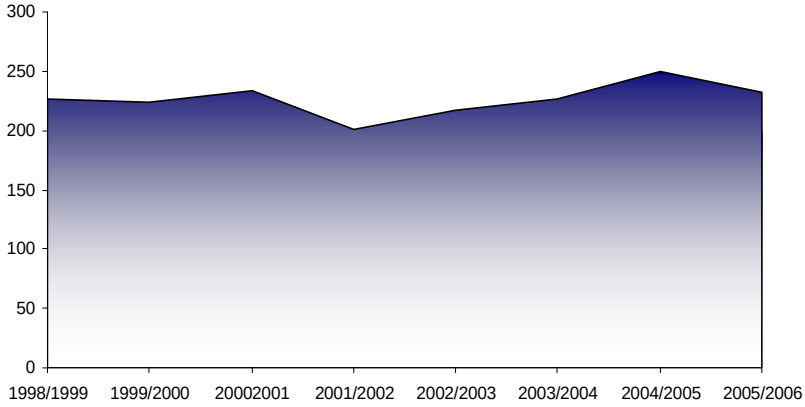
[22] Tendo em conta a população residente por idades exactas (informação disponível nos Censos 2001) e o número de alunos matriculados por grau de ensino pode ser calculado um indicador da cobertura do dispositivo

Interessa apurar que gerações frequentam os diferentes ciclos de estudos e como evolui esta população escolar. Os gráficos que se seguem ilustram estas questões.

Educação pré-escolar

O número de crianças matriculadas na educação pré-escolar aumentou ligeiramente ao longo dos anos em análise, em cerca de 2%.

Gráfico 18. Evolução das crianças matriculadas na educação pré-escolar[23].



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino (2006); AVECA, 2006; Associação Engenho e Arte, 2006.

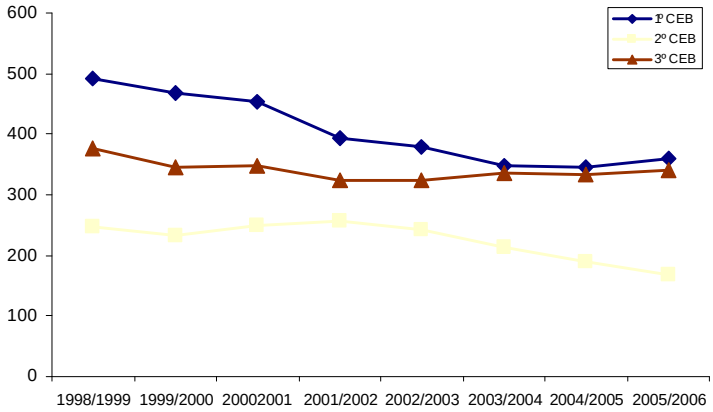
Ensino básico

A evolução do nº de alunos no 1º ciclo apresenta uma tendência decrescente traduzindo-se na redução de 26,5% de alunos matriculados. A variação do número de matriculados no 2º ciclo é negativa (cerca de -31%) e representa uma diminuição de 64 crianças matriculadas neste ciclo de estudos. Em termos relativos o 3º ciclo é o ciclo que perde menos alunos no período sobre o qual incide a análise.

instalado. O valor apurado mostra que um valor significativo não está no sistema educativo ou não frequenta as instituições locais. A mesma fonte regista um **abandono** da escola n a população com idades entre os 10 e os 15 anos, sem concluir o 9º ano de 3,9. Valor que sobe para 22,4% na população com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. **A saída da escola** sem completar o ensino secundário (população com idades entre 18 e 24 anos) atinge 44% destas gerações.

[23] Até ao ano de 2003/04, inclusive, não inclui os alunos a frequentar os EPEI do concelho, dado que só a partir do ano de 2004/05 estes passaram a ser contabilizados pela DREA, fonte destes dados até este ano.

Gráfico 19. Evolução da população escolar no ensino básico.

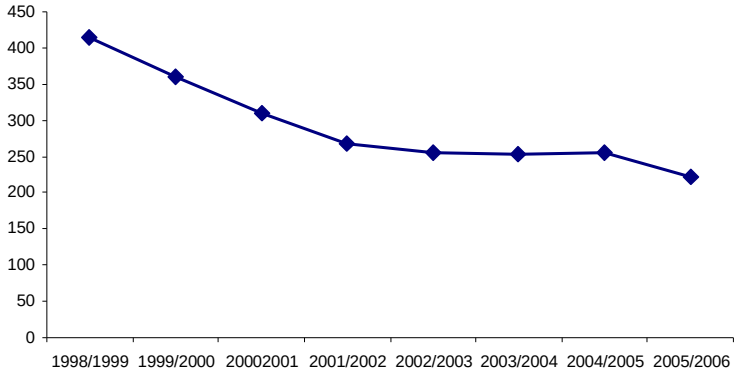


Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino, 2006; AVECA, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006.

O primeiro ciclo detém um peso maior no total da população escolar do ensino básico, como se pode observar no gráfico. O 2º ciclo regista uma perda mais acentuada do nº de alunos matriculados.

Ensino secundário

Gráfico 20. Evolução das matrículas no ensino secundário.



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006.

Também as gerações de alunos matriculados no ensino secundário evidenciam uma curva descendente ao longo dos anos escolares em análise.

A redução de alunos é bastante forte, traduzindo-se numa quebra de cerca de 46%.

2.8.1.2. Taxas de cobertura e níveis reais de escolarização

A taxa de cobertura diz respeito ao número total de alunos matriculados em cada ciclo de estudos sobre a população em idade de o fazer (geração escolarizável).

A taxa real de escolarização tem em conta apenas os alunos matriculados com idade esperada para frequentar aquele ciclo/nível de estudos. Por essa razão esta taxa é substancialmente mais baixa, mas não é permeável às repetidas retenções durante o percurso escolar. Ela é também a exacta medida da eficácia do sistema e da sua qualidade geral na escolarização das sucessivas gerações.

Ciclo de estudos	*Alunos Matriculados*	*População recenseada em 2001*	*Taxa de cobertura*	*Taxa real de escolarização*
Pré-escolar	234	241	97	96,6
1º Ciclo	454	358	126	85,2
2º Ciclo	249	226	110,2	76,5
3º Ciclo	349	303	115,2	66,9
Ensino básico	1052	887	118,6	88,4
Ensino Secundário	309	380	81,3	76,6

Tabela 19. Taxa de cobertura e taxa real de escolarização por nível de ensino em 2001.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Como se conclui, as taxas de cobertura e real de escolarização são praticamente coincidentes na educação pré-escolar, o que significa que a quase totalidade de crianças em idade pré-escolar do concelho frequentam, na prática, esta modalidade nos estabelecimentos existentes para o efeito.

As maiores diferenças entre estes dois indicadores verificam-se ao nível dos 2º e 3º CEB, e do ensino secundário.

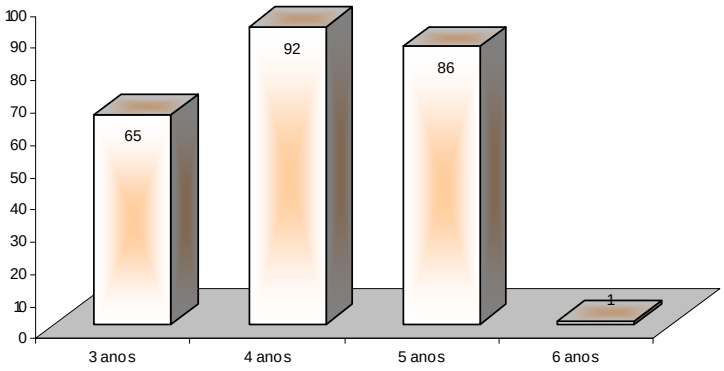
Síntese das tendências encontradas

- Ligeiro aumento do número de crianças matriculadas no pré-escolar.
- Diminuição do número de efectivos matriculados no ensino básico.
- Cobertura suficiente em termos de capacidade de resposta à procura do ensino básico.
- Diminuição da população escolar matriculada no ensino secundário.

2.8.1.3 Alunos matriculados por idades

Educação pré-escolar

Gráfico 21. Crianças matriculadas na educação pré-escolar por idade, em 2001.

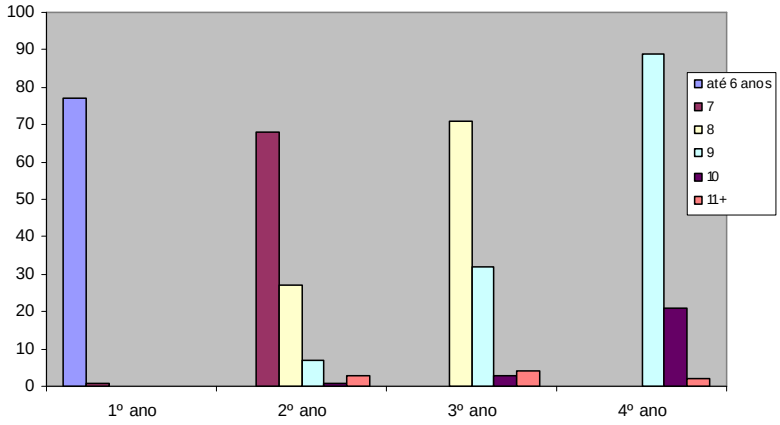


Fonte: Estudalentejo, 2006.

Destacamos o facto de, no último Censos (2001), existirem mais crianças de 4 anos do que de 5, idade, estas últimas com prioridade de matrícula, a frequentar a educação pré-escolar.

Ensino básico

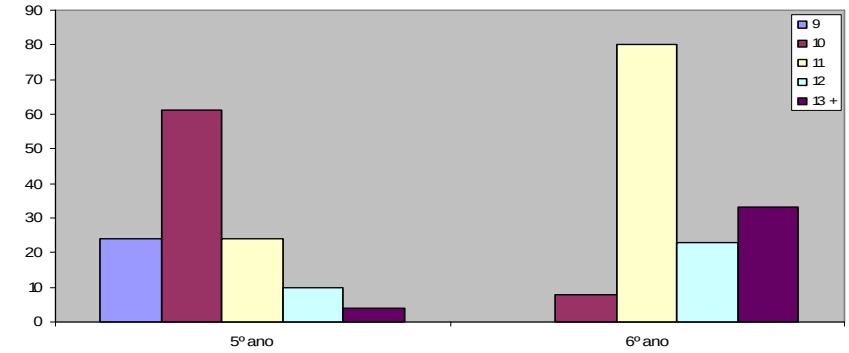
Gráfico 22. Crianças matriculadas 1º Ciclo, por idade, em 2001.



Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

A existência de alunos matriculados em cada ciclo de estudos, com idades não esperadas para o frequentar indicia retenção escolar. Por exemplo, no 3º ano do 1º ciclo do ensino básico 29% das crianças matriculadas ultrapassam em 1 ano a idade esperada e no 4º ano quase 19% estão na mesma situação.

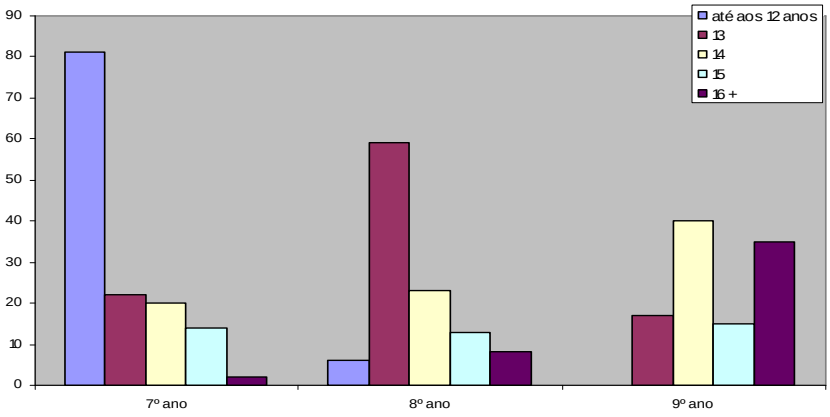
Gráfico 23. Crianças matriculadas 2º Ciclo, por idade, em 2001



Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

No 2º ciclo quase 20% dos alunos matriculados no 5º ano têm um ano a mais e 11,4% têm 2 ou mais anos. No 6º ano 23% tem dois ou mais anos além da idade esperada.

Gráfico 24. Crianças matriculadas 3º Ciclo, por idade, em 2001.

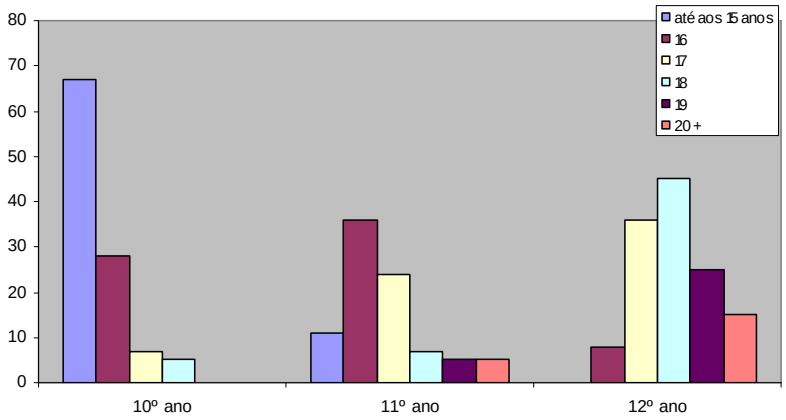


Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

No 3º ciclo, 16% dos alunos matriculados no 7ºano tem um ano a mais além do esperado, 25,6% têm ou mais anos além da idade convencionada para frequentar este ano. Situação que se repete no 8º ano onde 21% dos alunos matriculados tem dois ou mais anos além da idade convencionada e no 9º ano 32,7% estão na mesma situação. A presença de alunos com idades inesperadas para frequentar um dado nível de ensino aumenta ao longo do ensino básico, onde o 9º ano apresenta as idades mais elevadas.

Ensino secundário

Gráfico 25. Alunos matriculados no ensino secundário, por idade, em 2001.



Fonte: GIASE Alunos matriculados por idades, 1999/00 e 2000/01.

A tendência repete-se no ensino secundário: no 10º ano 26% dos alunos matriculados têm um ano a mais e 11% 2 ou mais anos. No 11º ano, a incidência é mais alta: 27% tem um ano a mais. No 12º ano, quase 35% tem um ano a mais além do esperado e 31% têm 2 ou mais anos.

2.8.1.4. Evolução do número de alunos, por freguesia

Neste ponto é descrita a evolução do número de alunos, por ciclo de ensino e por estabelecimento, em cada uma das freguesias, ao longo dos sete anos do intervalo.

Freguesias	Estabelecimento[24]		Ano Lectivo						
			1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Aljustrel	JI SCMA		48	54	57	69	65	65	66
	EPEI Corte V. Anes		6	5	5	6	6	6	6
	EPEI Carregueiro		__	___	__	6	6	4	2
	EPEI S. João do Deserto		6	6	3	6	7	5	*
	EB1 Corte V. Anes		12	11	10	12	11	7	9
	EB1 Carregueiro		10	8	7	3	3	5	6
	EB1 São João do Deserto		9	10	4	14	15	5	7
	EB1 /JI C. Esperança	Pré-escolar	19	27	23	34	27	29	18
		1ºCEB	63	64	62	56	54	46	56
	EB1 /JI Avenida	Pré-escolar	19	17	18	18	23	25	19
		1ºCEB	71	88	55	83	76	84	105
	EB1 /JI Eucaliptos	Pré-escolar	29	21	18	18	20	15	15
		1ºCEB	92	91	90	49	52	61	46
	EB2.3.	2ºCEB	212	226	228	214	202	189	168
		3ºCEB	346	349	325	325	336	287	262
	E. Secundária/3ºCEB	3ºCEB	__	___	___	___	____	---	78
		ES	361	309	267	256	253	256	222
	Total		**1253**	**1230**	**1172**	**1169**	**1156**	**1089**	**1085**
Ervidel	EB1 /JI	Pré-escolar	24	29	30	21	27	24	21
		1ºCEB	46	34	30	31	23	33	32
	Total		**70**	**63**	**60**	**52**	**50**	**57**	**53**
Messejana	JI Toca do Capi		15	15	15	15	15	12	15

[24] Será apresentado, salvo excepções eventuais, o número de alunos por estabelecimento, consoante a sua tipologia actual, de modo a facilitar a leitura, dado que as alterações ocorridas foram, já, anteriormente, mencionadas.

	EB1 de Aldeia dos Elvas		2	*	*	*	*	*	*
	EB1 /JI Messejana	Pré-escolar	9	15	12	10	11	10	13
		1ºCEB	51	46	38	32	27	25	21
	EBM		20	23	29	29	12	*	*
	Total		**97**	**99**	**94**	**86**	**65**	**47**	**49**
Rio de Moinhos	EB1 /JI	Pré-escolar	25	25	15	21	19	22	18
		1ºCEB	30	24	24	35	32	34	38
	Total		**55**	**49**	**39**	**56**	**51**	**56**	**56**
S. João de Negrilhos	EPEI de Jungeiros		9	9	9	6	10	10	11
	EB1 /JI Montes Velhos nº 1	Pré-escolar	16	7	9	12	14	13	11
		1ºCEB	30	33	28	22	17	17	18
	EB1 /JI Montes Velhos nº 2	Pré-escolar	18	22	12	12	12	11	11
		1ºCEB	34	27	26	25	25	23	19
	EB1 de Jungeiros	1ºCEB	19	18	20	18	14	6	4
	Total		**126**	**116**	**104**	**95**	**92**	**80**	**74**

Tabela 20. Evolução da população discente global por freguesias e nível de ensino, entre os anos lectivos de 1999/00 e de 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006; AVECA, 2006; Associação Engenho e Arte, 2006; Santa Casa da Misericordia de Aljustrel, 2006 Câmara Municipal de Aljustrel, 2006
Legenda: * encerrado; --- inexistente no momento.

Síntese

- A análise dos dados permite voltar a confirmar o peso central da freguesia de Aljustrel na vida social e educativa de todo o concelho. Outro elemento merecedor de realce, na análise da tendência global por freguesias, são os registos de frequência no pré-escolar e 1º ciclo da freguesia de Rio de Moinhos que, ao contrário do cenário global, tende para a estabilização com registos consecutivos nestes últimos 2 anos lectivos de aumento, com alguma expressividade da população escolar a frequentar o 1º ciclo.
- Ao analisarmos os registos de frequência do pré-escolar constatamos, em termos globais, uma oscilação, mais ou menos comum às várias freguesias. Assim, os anos de 2003 a 2005 registaram um elevado número de crianças, nalguns casos contabilizado os valores mais elevados do intervalo. No ano de 2005/06 assiste-se a uma diminuição na maior parte dos casos, por vezes, na ordem das 10 crianças.
- Os registos de frequência do 1º ciclo regular evidenciam, tal como constatado em sub-capítulo anterior, tendência generalizada para decréscimo. No cômputo global destaca-se a situação preocupante da EB1 do Carregueiro com 6 alunos, e a EB1 de São João do Deserto, com 7 alunos, em 2005/06, acompanhando o ritmo de diminuição registado, consecutivamente, nos anos anteriores. Importa ainda, atender ao 1ºCEB de Jungeiros, com apenas 4 alunos, e com uma quebra radical em relação aos anos anteriores.
- Quanto à dinâmica do número de alunos por freguesia, as freguesias Rio de Moinhos, de Aljustrel e de Ervidel revelam maior estabilidade e solidez. Pelo contrário, Messejana e São João de Negrilhos denotam um cenário de quebra progressiva, com perdas na ordem dos 50 alunos entre os pólos do intervalo.

2.8.2. Evolução da frequência da Educação de Adultos

Neste ponto pretende-se caracterizar a educação de adultos no concelho, seguindo, sempre que possível, os mesmos referenciais a que recorremos na educação regular. Assim, num primeiro momento apresentam-se os dados totais de frequência no concelho, as idades dos alunos e cursos existentes por freguesia.

2.8.2.1. Evolução do número total de alunos por modalidade

Ano Lectivo	Nível de ensino	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Ensino Recorrente	1ºCEB	31	22	40	42	48	36	46
	2ºCEB	18	13	15	15	43	41	14
	3ºCEB	46	37	59	52	19	20	76
	Ensino Secundário	83	122	240	291	94	102	148
Total		**178**	**194**	**354**	**400**	**204**	**209**	**284**
Educação Extra-escolar		31	-	35	55	-	___	402
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências		270*						63

Tabela 21. Evolução do número de alunos a frequentar as modalidades de educação de adultos, no concelho de Aljustrel, entre os anos de 199/00 e de 2005/06.
Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel, 2004; Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Extra-Escolar, Aljustrel, 2003; Escola Secundária com 3ºCEB, 2006; AVECA, 2006.
Legenda: *corresponde ao número de inscritos no processo de RVCC entre Janeiro de 2001 e Janeiro de 2005, no concelho; __dados não disponibilizados.

Síntese

- A evolução da população a frequentar o Ensino Recorrente apresenta bastantes oscilações, registando, no global, valores de frequência positiva. Os anos de 2001/02 e 2002/03 congregaram o maior número de alunos, havendo, a partir deste momento, um decréscimo significativo, para cerca de metade.
- Analisando os ciclos de ensino, verificamos que estas diferenças se devem, sobretudo, a um menor número de inscritos nos cursos de ensino secundário e de 3ºCEB, dado que, nos restantes níveis, esse indicador aumentou (ver a partir do ano de 2003/04). Estes dois níveis têm, contudo, registado a frequência mais elevada.
- O ano de 2005/06 parece indicar uma mudança positiva, registando um acréscimo de 75 alunos apenas tendo em linha de conta o ensino recorrente, face ao ano lectivo anterior.
- Relativamente ao processo de RVCC, que apresenta características muito diferentes, nomeadamente, a inexistência de um limite temporal, como acontece nas restantes modalidades, entre Janeiro de 2001 e Junho de 2005, inscreveram-se na Casa do S@ber+ para o processo de RVCC, 270 adultos de Aljustrel, correspondendo a 13.7% do total de

inscritos. Destes, 101, correspondendo a 12.0% do total, obtiveram a certificação das suas competências.

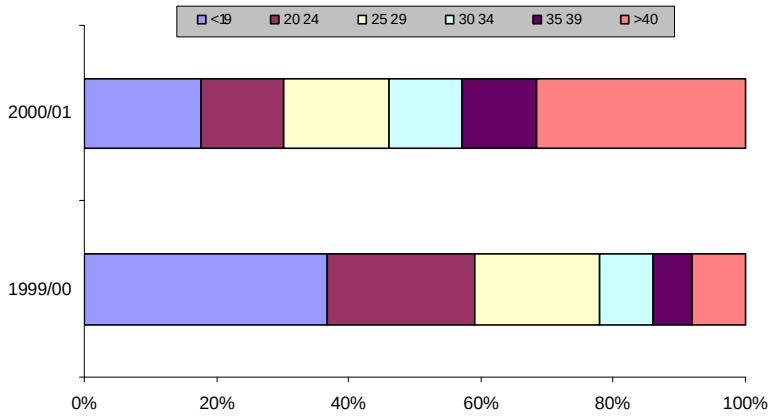
- Em relação aos cursos de educação extra-escolar, com base nos dados disponibilizados, parece existir uma tendência para o aumento do número de inscritos.

2.8.2.2. Alunos matriculados, por idade

À semelhança do ensino regular, apresenta-se a distribuição dos adultos inscritos, por grupos de idades. Apenas foi possível aceder aos dados referentes ao Ensino Recorrente, pelo que as restantes modalidades não serão referidas quanto a este aspecto.

Ensino Básico

Gráfico 26. Alunos matriculados no ensino básico recorrente, por idade, em 2001.

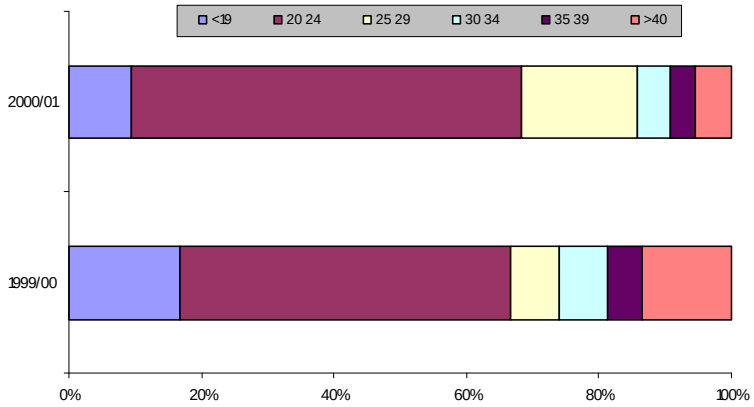


Fonte: GIASE, Alunos matriculados por idade em 1999/00 e 2000/2001.

Podemos concluir por uma diferenças nas idades apenas tendo em conta estes dois anos lectivos. Assim, se em 1999/00 estes cursos eram frequentados, sobretudo, por adultos com idade até 19 anos, e entre os 20 e os 24 anos, representando, cerca de 60% dos inscritos, no ano lectivo seguinte, embora estes dois grupos etários continuem com alguma expressão, verificamos uma maior frequência de adultos mais velhos. Assim, o grupo etário mais representativo é o dos indivíduos com mais de 40 anos, seguido do grupo etário até 19 anos e entre os 25 e os 29 anos. Estes dados poderão indicar uma procura de escolarização por parte das gerações mais velhas, sinal bastante positivo tendo em atenção o perfil de habilitações baixas que caracteriza o concelho.

Ensino Secundário

Gráfico 27. Alunos matriculados no ensino secundário recorrente, por idade, em 2001.



Fonte: GIASE, Alunos matriculados por idade em 1999/00 e 2000/2001.

Quanto aos adultos que frequentavam o ensino secundário, os dois anos em análise revelam características mais semelhantes entre si. Assim, em ambos os momentos, os adultos entre os 20 e os 24 anos totalizam o maior número, podendo tratar-se de jovens que, tendo abandonado precocemente o sistema educativo, voltam a ingressar com o intuito de aumentarem as suas habilitações. Destaque também para o aumento do número de adultos com mais de 40 anos (1999/00) e entre os 25 e os 29 (2000/01).

2.8.2.3. Evolução do número de inscritos na educação de adultos, por freguesia

Vejamos qual a distribuição das modalidades acima mencionadas pelas freguesias do concelho, e o respectivo número de adultos inscritos.

Freguesia, segundo modalidade		Número de alunos por curso, em cada ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Aljustrel	E.R	1ºCEB: 19 2º CEB: 18 3º CEB: 21 E. Sec.: 83	1ºCEB: 12 2ºCEB: 13 3ºCEB: 37+15 E. Sec.: 122	1ºCEB: 20 2ºCEB: 15 3ºCEB: 49 E. Sec.: 240	1ºCEB: 17 2ºCEB: 15 3ºCEB: 52 E. Sec.: 291	1ºCEB: 15 2ºCEB: 43 3ºCEB: 19 E. Sec.: 94	2ºCEB: 41 3ºCEB: 10 E. Sec.: 117	1ºCEB: 12 2ºCEB: 14 3ºCEB: 59 E. Sec.: 96
Messejana	E.R	1º CEB: 12	1º CEB: 10	1ºCEB: 10	1ºCEB: 10	1ºCEB: 12	1ºCEB: 10	1ºCEB: 10
Rio de Moinhos	E.R	3º CEB: 15	3º: 16	3ºCEB: 10	0	0	0	0
São João de Negrilhos	E.R	3ºCEB: 10	0	1ºCEB: 10	1ºCEB: 15	1ºCEB: 21	1º CEB Jungeiros: 10 1ºCEB M. Velhos: 16	1º CEB Jungeiros: 10 1ºCEB M. Velhos: 14
Ervidel	E.R	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 22. Cursos existentes no ensino recorrente, entre os anos de 1999/2000 e de 2005/2006, por freguesia.

Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel, 2004; Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar, 2004; Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006.

Legenda: E.R. – Ensino Recorrente.

Síntese

- A análise por freguesia permite confirmar, novamente, o peso central que a vila de Aljustrel assume no panorama educativo. De facto, em cada ano, cerca de 80% dos alunos estão inscritos em modalidades que decorrem nesta freguesia. Esta preponderância está, também, associada ao facto de este ser o único local do concelho que proporciona a frequência do ensino secundário que, como vemos, é o ciclo com maior número de inscritos em todos os anos.
- A destacar, num pólo oposto, as freguesias de Ervidel e de Rio de Moinhos, onde praticamente, não existem cursos ao longo do intervalo.
- Além do ensino secundário, o 1ºCEB é o nível com uma procura mais estável e abrangente pelas freguesias.
- Importa referir que, no caso de Aljustrel, o 2ºCEB tem sido assegurado, maioritariamente pelo Centro de Fonação Profissional, através dos Cursos EFA – Educação e Formação – os quais aliam a vertente da certificação com 2ºCEB à componente de formação profissional. Tratam-se de cursos na sequência do processo de RVCC[25].

- Ao nível da Educação Extra-escolar[26], foram consideradas as acções desenvolvidas sob a responsabilidade da Coordenação Concelhia e as Acções Saber +, desenvolvidas pela Casa do S@ber+. Assim, destacamos a partir de 2001/2002, o envolvimento de 190 adultos.
- De entre as áreas abrangidas contam-se a Tapeçaria de Arraiolos, o Artesanato em Estanho e Latão, e as Artes Decorativas.
- Sob o formato Saber +, estruturadas em acções de curta duração (50 horas), foram realizadas acções em domínios como o Euro, Literacia Tecnológica e Internet (módulos de Iniciação e Aprofundamento) e Internet. Funcionaram nas localidades de Aljustrel e Jungeiros.

[25] A partir de 2000/01, os Cursos do 2º ciclo do ensino recorrente foram sendo substituídos pelos Cursos EFA (cursos de Educação e Formação de Adultos) do Projecto da Ex – ANEFA. Os cursos são promovidos por entidades formadoras públicas ou privada (Centro de Formação Profissional de Aljustrel e ESDIME de Messejana), que se candidatam a financiamento ao POEFDS ou PORA. Os Cursos têm uma componente de Formação Base (escolar com equivalência ao 2º Ciclo) e uma componente de Formação Profissionalizante (Nível I).

[26] Não mencionada no quadro, uma vez que não dispomos de informações sistematizadas.

RVCC

Ano	Adultos Inscritos no Processo RVCC	Adultos que iniciaram o Processo RVCC	Adultos Certificados pelo Processo RVCC
2001	144	64	10 (Ao nível do 9º ano)
2002	38	16	51 (48 com o 9º ano e 3 com o 6º ano)
2003	44	43	17 (14 com o 9º ano e 3 com o 6º ano)
2004	44	27	25 (Ao nível do 9º ano)
2005	105	49	29 (Ao nível do 9º ano)
2006	26	37	34 (Ao nível do 9º ano)
Total	**401**	**236**	**166 (160 Adultos com o 9º ano certificado e 6 ao nível do 6º ano)**

Tabela 23. Dados referentes ao processo RVCC no concelho, desde o ano de 2001.
Fonte: RVCC Esdime, 2006.

Dos 401 Adultos inscritos no processo RVCC na ESDIME, 236 iniciaram a fase do reconhecimento de competências, sendo que os restantes foram encaminhados para ofertas mais adequadas ao seu perfil, como por exemplo: EFA´s, Ensino Recorrente, Ofertas formativas do CFP, entre outras.

Dos 236 Adultos que iniciaram o processo RVCC, 166 já estão certificados. Os restantes encontram-se a frequentar as diversas fases do processo.

2.8.3. Aprovação e não aproveitamento

A caracterização dos percursos de escolarização através dos indicadores de aprovação e de retenção escolar, permite retirar ilações acerca da dinâmica da população escolar concelhia, variável multidimensional e de interpretação chave para a concepção da Carta Educativa e respectivas propostas de (re)dimensionamento da rede da oferta educativa. Os resultados apurados de aprovação e abandono foram disponibilizados pela DREA, por escola e ano curricular, no período compreendido entre os anos lectivos de 1998/99 a 2002/2003, e apenas se encontram disponíveis para a educação regular.

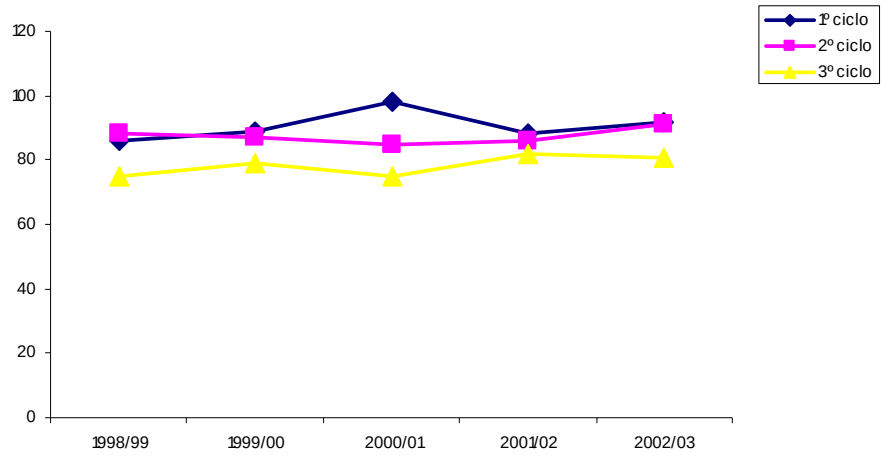
2.8.3.1. Análise dos valores globais do concelho, por nível de ensino

As gerações escolarizáveis encontram-se, na sua maioria, no sistema educativo. Tudo indica que a capacidade instalada do parque escolar não encontrará problemas de maior em responder à procura. O grande desafio que caracteriza os novos tempos está definitivamente relacionado com a qualidade da escolarização.

Ensino básico

A taxa média de retenção no 1º ciclo, ao longo dos 5 anos em estudo situa-se nos 9,5%, subindo para 12,3% no 2º ciclo, e para 22% no 3º ciclo. Quanto ao indicador de sucesso escolar – a taxa de transição para o ano seguinte – o valor médio mais baixo regista-se no 3º ciclo: 78,4%. Segue-se o 2º ciclo com 87,5% e, finalmente, a taxa de conclusão média mais elevada regista-se no 1º ciclo atingindo os 90,6%.

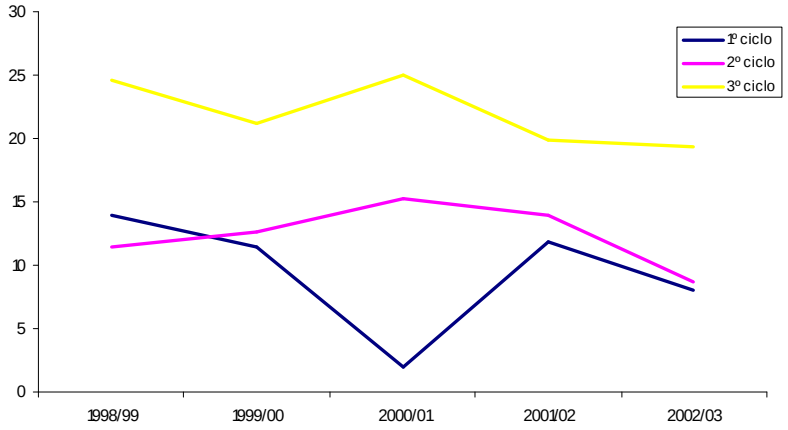
Gráfico 28. Comparação das taxas de conclusão nos diferentes ciclos do ensino básico.



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

O terceiro ciclo apresenta a taxa de sucesso escolar mais baixa do ensino básico.

Gráfico 29. Comparação das taxas de retenção nos diferentes ciclos do ensino básico.



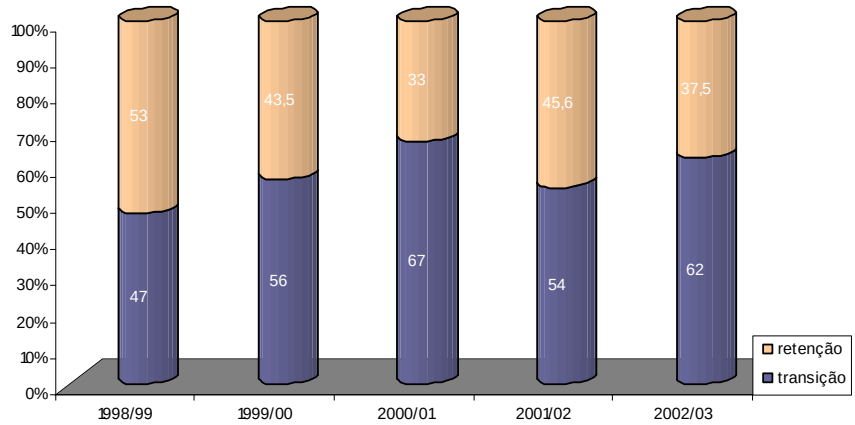
Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

É também o 3º ciclo que apresenta a taxa de retenção mais alta. Anote-se a oscilação no comportamento da taxa de retenção no 1º ciclo quando as metas nacionais apontam para a eliminação da retenção escolar neste nível de ensino.

Mais recentemente, o «Diagnóstico Social do Concelho de Aljustrel», elaborado em 2006, dá conta de valores de insucesso e retenção, que nos permitem reforçar as conclusões destes anos. Assim, tomando como referência o ano lectivo de 2004/05 (último disponível), de acordo com este documento, a média de retenção no 3ºCEB foi de 27%, sendo que o 9º ano representa o ano de maior insucesso, com valores na ordem dos 38%.

Ensino secundário

Gráfico 30. Taxa de conclusão média no ensino secundário.



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

O sucesso escolar é bastante mais baixo no ensino secundário, comparativamente ao ensino básico. Conforme referimos anteriormente, a existência de alunos matriculados no ensino secundário com idades fora dos limites esperados, indica a existência de retenção. Registe-se que quase metade de uma geração de alunos matriculados fica retida neste nível de ensino.

Também o Diagnóstico Social da CMA (2006) permite reforçar estas conclusões, apontando valores elevados de insucesso escolar neste grupo. Assim, tomando como referência o ano lectivo de 2004/05 (último disponível), de acordo com, esse documento, a taxa média de insucesso no concelho foi de 39%, sendo que o 12º ano representou o ano de maior insucesso, com valores na ordem dos 65%.

2.8.3.2. Análise dos níveis de sucesso no 1º CEB, por estabelecimento

Após termos apresentado as taxas de conclusão do concelho, em cada ciclo de ensino, fazemos, neste sub-capítulo, uma abordagem mais fina, descendo ao pormenor dos resultados obtidos em cada um dos estabelecimentos no concelho onde é leccionado o 1º CEB. Esta leitura torna-se particularmente relevante para o exercício de reordenamento da rede escolar no quadro dos critérios que, recentemente, foram apresentados pela equipa do Ministério da Educação para a decisão do encerramento de escolas do 1º ciclo do ensino básico. Estes, para além do número de alunos em cada escola, remetem-nos para os

índices de sucesso obtidos (cf. «Acordo relativo a Cartas Educativas e Rede escolar do 1º CEB», DREA, 2006, em anexo).

Feito este enquadramento, clarificamos que serão tratadas apenas as valências de 1ºCEB do concelho, uma vez que é aí que se jogam os aspectos mais urgentes do reordenamento.

Os dados disponíveis, desagregados por distrito e por escola, tratam apenas uma parte do intervalo que até aqui tem sido utilizado, em concreto, os anos lectivos de 1998/99 a 2002/03. A opção por usar o intervalo comum pretende permitir uma leitura comparativa entre as médias encontradas para o país, para o distrito e para o concelho. Optamos pela designação de aproveitamento e não aproveitamento, pois os valores apresentados referem-se à percentagem de alunos matriculados e que não transitaram, incluindo, como tal, alunos que abandonaram o sistema ou a escola onde inicialmente se haviam matriculado (cf. dados de base em anexo).

Região	Anos lectivos				
	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Portugal	90,5%	91,1%	91,2%	91,5%	92,4%
Baixo Alentejo e Alentejo Litoral *	92,5%	90,7%	91,7%	90,7%	90,7%
Concelho de Aljustrel	85,9%	88,6%	92,5%	88,1%	91,9

Tabela 24. Taxas de aproveitamento no 1º ciclo do ensino básico entre 1998/99 e 2002/03.
Fonte: GIASE, 2006; DREA, 2004.
Nota: * dados calculados pela equipa a partir das fontes indicadas.

Síntese

- Numa análise comparativa, observa-se que os valores de sucesso encontrados para o concelho de Aljustrel apresentam oscilações ao longo dos anos lectivos em análise com valores compreendidos entre os 85,9% e os 92,5%.
- No entanto, podemos concluir que a tendência, apesar de não linear em termos dos totais obtidos para cada um dos anos lectivos, parece ser de uma evolução positiva, tal como a observada a nível regional e nacional.
- No último ano lectivo, os valores para o concelho são ligeiramente mais elevados dos que caracterizam a região do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (BAAL) e, mais baixos, do que os observados para o país. Destacamos que na análise destes dados se deve ter em conta a especificidade de cada um dos espaços regionais em comparação que apresentam realidades médias distintas, nomeadamente: a *nacional* – com cerca de meio milhão de alunos matriculados no 1º ciclo, com a média alcançada ao *nível regional* – uma das zonas menos densamente

povoadas e com fortes níveis de envelhecimento da população – com menos de 30 000 alunos no BAAL e menos de 400 no concelho no último ano lectivo descrito. Deste modo, ao analisarmos os valores encontrados para o concelho em escolas onde o número absoluto de alunos é muito baixo, a situação de um pequeno quantitativo de casos de falta de aproveitamento revela-se proporcionalmente muito elevada.

Analisemos cada uma das escolas do concelho, na tabela abaixo.

Escola	Indicador	Ano lectivo				
		998/99	999/00	000/01	2001/02	2002/03
EB1/JI de Avenida	Matrículas	82	91	89	84	89
	Aproveitamento	75	79	84	81	82
	Tx. Aproveitamento	**91%**	**84%**	**94%**	**96%**	**92%**
EB1/JI de Campo da Esperança	Matrículas	63	64	64	62	55
	Aproveitamento	61	63	64	58	50
	Tx. Aproveitamento	**97%**	**98%**	**100%**	**94%**	**91%**
EB1/JI de Eucaliptos	Matrículas	70	68	57	56	49
	Aproveitamento	58	54	50	46	41
	Tx. Aproveitamento	**83%**	**79%**	**88%**	**82%**	**84%**
EB1/JI de Ervidel	Matrículas	50	45	34	28	31
	Aproveitamento	40	37	31	25	29
	Tx. Aproveitamento	**80%**	**82%**	**91%**	**89%**	**94%**
EB1Jungeiros	Matrículas	19	19	23	21	17
	Aproveitamento	14	16	20	17	17
	Tx. Aproveitamento	**74%**	**84%**	**87%**	**81%**	**100%**
EB1/JI Montes Velhos nº1	Matrículas	28	28	32	24	21
	Aproveitamento	22	27	26	18	21
	Tx. Aproveitamento	**79%**	**96%**	**81%**	**75%**	**100%**
EB1/JI Montes Velhos nº2	Matrículas	39	33	27	30	25
	Aproveitamento	32	30	27	28	24
	Tx. Aproveitamento	**82%**	**91%**	**100%**	**93%**	**96%**
EB1/JI de Rio de Moinhos	Matrículas	31	28	15	25	33
	Aproveitamento	25	25	10	15	33
	Tx. Aproveitamento	**81%**	**89%**	**67%**	**60%**	**100%**
EB1 de S. João do Deserto	Matrículas	7	9	8	9	14
	Aproveitamento	5	9	8	8	14
	Tx. Aproveitamento	**71%**	**100%**	**100%**	**89%**	**100%**

EB1de Messejana	Matrículas	55	51	46	37	32
	Aproveitamento	49	47	46	34	30
	Tx. Aproveitamento	**89%**	**92%**	**100%**	**92%**	**94%**
EB1 de Carregueiro	Matrículas	12	8	8	7	5
	Aproveitamento	11	7	7	6	5
	Tx. Aproveitamento	**92%**	**88%**	**88%**	**86%**	**100%**
EB1 de C. Vicente Anes	Matrículas	16	12	11	11	12
	Aproveitamento	13	10	10	11	6
	Tx. Aproveitamento	**81%**	**83%**	**91%**	**100%**	**50%**

Tabela 25. Aproveitamento escolar nas escolas do 1º CEB do concelho de Aljustrel, entre os anos lectivos de 1998/1999 e de 2002/2003.
Fonte: DREA, 2004, Evolução do Aproveitamento. Região Alentejo. 1998-2003.

Síntese

- Quando analisadas as escolas singularmente, para o mesmo horizonte temporal, verifica-se uma tendência de manutenção ou de elevação dos valores de aproveitamento, com excepção de apenas um caso onde se observa uma descida significativa dos valores de aproveitamento – EB 1 de Corte Vicente Anes (passa de 100% em 2001/02 para 50% em 2002/03).
- Regra geral, e tendo como base o último ano lectivo em análise, observa-se um elevado nível de sucesso, que obviamente se deseja igualável a 100%, observado em praticamente todos os estabelecimentos de ensino sem que existam diferenças entre escolas com um número de alunos igual a 5 e escolas com um total de 89 alunos.

2.8.4. Abandono escolar e saída precoce

Importa, também, analisar as taxas de saída precoce[27] e de saída antecipada, calculadas a partir dos dados dos Censos de 2001 e disponibilizadas no site oficial do Ministério de Educação.

Ao nível do abandono escolar, os números registados podem ser considerados positivos, na medida em que, à excepção da situação verificada no 3º ciclo em 1999/2000 na EB 2,3 de Aljustrel, em que foram registados 17 casos de abandono, os dados existentes informam-nos da existência de um número reduzido de casos sem perfil de sistematicidade. Merecedor de análise complementar são os indicadores

[27] Saída precoce: " total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (in www.min-edu.pt, Janeiro de 2004).

que o DAPP tornou públicos sobre esta matéria calculados a partir do Censos de 2001, relativos a: abandono escolar[28], saída antecipada[29] e saída precoce da escola[30].

Em Aljustrel, o abandono registado foi de 3,9% – numa estatística nacional, com limites de intervalo entre 9,5% e 1,4%; a saída antecipada foi de 22,4% – num intervalo entre 56,5% e 9,4% – valor que é um pouco inferior ao registado para o Baixo Alentejo (25,1%,), mas ainda, assim, significativo. A saída precoce foi de 44,0%, num intervalo entre 73,9% e 23,8%. Merece uma atenção especial a taxa de saída antecipada da escola pois refere-se a uma população que já deveria ter cumprido uma escolaridade obrigatória de nove anos.

Níveis de ensino	Ano lectivo			
	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02
1º ciclo	0	0	0	1
2º ciclo	2	1	0	0
3º ciclo	2	17	0	0

Tabela 26. Número de abandonos registados no ensino básico, no concelho de Aljustrel, por ciclo.
Fonte: DREA, 2003.

Mais recentemente, o Diagnóstico Social do concelho dá conta de algumas conclusões que vêm no mesmo sentido das apresentadas. Assim, de acordo com este documento, um total de 32 alunos, essencialmente, do 3ºCEB, abandonou os estudos entre os anos de 2002/03 e de 2004/05.

2.9. Pessoal docente

Os objectivos deste sub capítulo situam-se em torno do conhecimento e análise do perfil dos profissionais afectos a cada um dos níveis de ensino existentes no concelho de Aljustrel, às características do seu perfil profissional, sintetizadas no tipo de vínculo e nas habilitações para o exercício da docência, durante o intervalo 1999/00 a 2005/06. Os dados foram obtidos junto de cada uma das entidades a que se referem, apresentando-se os anos que cada uma delas disponibilizou para análise.

2.9.1. Evolução das habilitações e do vínculo profissional

[28] "total de indivíduos no momento censitário, com 10-15 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (ME, 2003).

[29] "total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (ME, 2003).

[30] "total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (ME, 2003).

Santa Casa da Misericórdia e Associação Engenho e Arte

Entidades		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel								
Habilitações	Bacharelato	2	1	2	0	0	0	0
Habilitações	Licenciatura	0	1	1	3	3	3	3
JI da Engenho e Arte								
Habilitações	Licenciatura	2	2	2	2	2	2	2
Total		**4**	**4**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**

Tabela 27. Evolução das habilitações e do vínculo profissional do pessoal docente do JI da Associação Engenho e Arte e da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel, entre os anos de 1999/2000 e 2005/2006.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel e Associação Engenho e Arte, 2006.

Síntese

- Em 2005/06 existiam 5 educadores de infância em funções nestas entidades, 3 dos quais no JI da Santa Casa da Misericórdia e 2 na Associação Engenho e Arte, situação comum a quase todo o intervalo.
- As suas habilitações consistem em licenciatura na área da educação de infância, embora no inicio do intervalo tenham existido educadores que possuíam apenas o bacharelato.
- Não foram indicadas as características do seu vínculo profissional.

Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel

Nível de ensino	Vínculo profissional e habilitações		Ano lectivo					
			2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Educação pré-escolar e 1º CEB	Vínculo Profissional	QE/QU	32	30	31	28	25	24
		QZP/QVP	33	32	24	23	20	25
		Contratad	7	0	2	2	5	5
		Destacad	6	6	5	5	5	6
	Habilitações Profissionais		**78**	**68**	**62**	**58**	**55**	**60**
	Total educação pré-escolar		15	19	16	16	15	15
	Total 1ºCEB		63	49	46	42	40	45

	Total		**78**	**68**	**62**	**58**	**55**	**60**
2º e 3ºCEB	Vínculo Profissional	QND/QNP	27	26	22	26	34	35
		QZP	10	14	20	15	14	11
		Contratad	15	15	14	10	7	7
	Habilitações	Própria	1	2	2	1	2	1
		Suficiente	1	1	1	1	1	1
		Profission	50	52	53	49	52	51
	Total		**52**	**55**	**56**	**51**	**55**	**53**
Total global			**130**	**123**	**118**	**109**	**110**	**113**

Tabela 28. Evolução das habilitações e do vínculo profissional do pessoal docente do Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel entre os anos de 2000/2001 e 2005/2006.
Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel, 2006.
Legenda: QE – Quadro de Escola; QZP – Quadro de Zona Pedagógica; QND – Quadro de Nomeação Definitiva; QNP – Quadro de nomeação provisória; QU – Quadro único;

Síntese

- O número total de professores e de educadores de infância em funções no agrupamento vertical tem vindo a diminuir, fixando-se em 113 profissionais no ano lectivo 2005/06): 15 educadores de infância, 45 docentes do 1ºCEB e 53 docentes dos 2º e 3ºCEB.
- Analisando em detalhe, verificamos que este decréscimo é mais evidente nos últimos três anos do intervalo, e se deve, sobretudo, à diminuição dos docentes do 1ºCEB.
- Quanto ao vínculo dos profissionais, concluímos por um cenário de razoável estabilidade, dado que, em todos os anos lectivos, a maior parte dos docentes e educadores se encontram colocados nos Quadros de Escola e de Zona Pedagógica. O número de docentes contratados é, na maioria dos casos, reduzido.
- Concluímos, também, por um bom perfil ao nível das habilitações para o exercício da docência, uma vez que, a maior parte dos professores e educadores possui habilitações profissionais para a docência.

Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel

Nível de ensino	**Vínculo profissional e habilitações**		**Ano lectivo**						
			1999 2000	**2000 2001**	**2001 2002**	**2002 2003**	**2003 2004**	**2004 2005**	**2005 2006**
Ensino secundário e 3ºCEB	Vínculo Profissional	QE	18	17	17	21	21	26	26
		QZP	6	8	19	12	12	14	16
		Contratado	30	24	14	15	7	9	11

	Habilitações	Profissionai	40	40	44	36	36	43	47
		Próprias	12	9	6	4	4	6	5
		Suficientes	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**
	Total		**54**	**49**	**50**	**48**	**40**	**49**	**53**

Tabela 29. Evolução das habilitações e do vínculo profissional do pessoal docente da Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, entre 1999/00 e 2005/06.
Fonte: Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 206.
Legenda: QE – Quadro de Escola; QZP – Quadro de Zona Pedagógica; QND – Quadro de Nomeação Definitiva; QNP – Quadro de nomeação provisória; QU – Quadro único;

Síntese

- O número global de docentes desta escola tem-se mantido relativamente estável, existindo ligeiras oscilações entre os diversos anos.
- Quanto à situação profissional, podemos concluir por um quadro de alguma instabilidade no corpo docente, dado que, embora em regra a maior parte dos docentes se encontre nos Quadros de Escola ou de Zona Pedagógica, em todos os anos há um número importante de docentes contratados. Este valor supera, em diversos anos, o número de docentes colocados no QZP.
- Já o perfil de habilitações é bastante positivo, dado que, a significativa maioria é profissionalizada ou possui habilitações próprias para a área que lecciona.

2.10. Pessoal não docente

Neste ponto pretende-se descrever e caracterizar o perfil do pessoal não docente do concelho. Assim, faz-se uma descrição das suas funções e, à semelhança do pessoal docente, do seu vínculo profissional e habilitações, ao longo do intervalo médio de 1999/00 a 2005/06.

2.10.1. Número e funções desempenhadas

Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel

Âmbito de funções	Ano lectivo					
	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Administração	10	9	9	8	8	10
Auxiliar acção educativa	35	41	40	36	33	21

Cozinha	3	4	4	4	4	3
Vigilância	2	1	2	2	2	2
Total	**50**	**55**	**55**	**50**	**47**	**36**

Tabela 30. Número de profissionais e funções exercidas, do Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel, entre 1999/00 e 2005/2006.
Fonte: AVECA, 2006.

Síntese

- O corpo de pessoal não docente do agrupamento tem vindo a decrescer, sobretudo nos três últimos anos do intervalo.
- No momento mais actual da análise, este era composto por 10 funcionários da administração, 21 auxiliares de acção educativa, 3 profissionais de cozinha e 2 de vigilância.
- A maior diminuição constata-se no grupo dos auxiliares de acção educativa.

Escola Secundária com 3ºCEB

Escola Secundária com 3ºCEB

Âmbito de funções	Ano lectivo					
	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Administração	11	10	9	8	8	8
Auxiliar acção educativa	17	14	13	13	9	9
Cozinha	4	3	2	2	2	2
Vigilância	2	2	2	2	2	2
Total	**34**	**29**	**26**	**25**	**21**	**21**

Tabela 31. Número de profissionais e funções exercidas, da Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, entre 1999/00 e 2005/2006.
Fonte: Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, 2006.

A tendência verificada nesta escola é de diminuição do pessoal não docente. Em 2005/06, este é composto por auxiliares de acção educativa (9), 8 profissionais da administração, 2 funcionários de cozinha e 2 de vigilância.

2.10.2. Habilitações literárias e vínculo profissional

Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel

Agrupamento de Escolas de Aljustrel		Ano lectivo						
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Vínculo	Quadro	-	40	36	36	32	30	24
	Contrato	-	14	19	19	18	17	12
Habilitações	1º CEB	-	9	14	13	8	5	1
	2º CEB	-	2	1	2	2	2	2
	3ºCEB	-	19	11	11	12	12	10
	3º CEB	-						
	Ensino sec incompleto	-	8	10	10	9	9	7
	Ensino Secundário	-	16	19	19	19	19	16
Total		**-**	**54**	**55**	**55**	**50**	**47**	**36**

Tabela 32. Vínculo profissional e habilitações literárias do pessoal não docente do AVECA, entre 2000/01 e 2005/06.
Fonte: AVECA, 2006.

Síntese

- Embora a maioria dos profissionais se encontre em situação de estabilidade contratual, importa notar que em todos os anos existe uma parte considerável em situação de contratação.
- A análise das habilitações permite identificar uma maioria de profissionais com o ensino secundário, bem com frequência de escolaridade pós-obrigatória.

3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Aljustrel

Neste capítulo é feita uma descrição da acção da Câmara Municipal de Aljustrel, em matéria de educação, partindo, em concreto, das competências estabelecidas legalmente. Nos últimos anos, verificou-se um processo de sucessiva desconcentração e transferência das competências no domínio educativo para o plano de actuação local, tal como já comentado na Parte I deste documento. Estas atribuições referem-se, com particular destaque, à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, e incidem quer sobre a manutenção do edificado, quer sobre o apetrechamento de material destinado à prática pedagógica.

As áreas de intervenção educativa, em torno das quais a Câmara Municipal de Aljustrel congrega a sua actuação situam-se, maioritariamente, na educação de Infância e no 1º ciclo do ensino básico. Assinala-se a intervenção nos seguintes domínios:

- Transportes escolares;
- Componente de apoio social à família;
- Acção social escolar;
- Intervenção nos equipamentos
- Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico.

3.1. Transportes escolares

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, definiu como competência dos municípios a organização, financiamento e controle do funcionamento dos transportes escolares.
A comparticipação nos transportes escolares acontece sempre que os alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular ou cooperativo) residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, bem como nos casos em que os alunos tenham sido matriculados compulsivamente em escolas situadas fora da área da sua residência.

Os alunos abrangidos pelos limites da escolaridade obrigatória, isto é, que ainda não tenham atingido os 15 anos, têm direito a transporte gratuito. A partir desta idade, este serviço é comparticipado em 50% pela autarquia. De acordo com a Portaria 181/86, de 6 de Maio, os alunos do ensino secundário têm uma comparticipação de 50% do valor total do passe, com base no critério da distância casa/escola.

Número de alunos transportados

Número de alunos transportados	Ano lectivo						
	1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
Carreiras públicas	557	487	368	343	341	323	315
Veículos privativos	30	27	14	17	18	8	8
Total alunos	**587**	**514**	**382**	**360**	**359**	**331**	**323**
Circuitos normais	14	14	14	14	14	11	11
Circuitos especiais	1	1	–	–	–	–	–
Total de circuitos	**15**	**15**	**14**	**14**	**14**	**11**	**11**
Total Investimento anual (€)	90.266,00	89.177,00	86.498,00	85.342,50	99.422,10	98.688,06	111.865,50

Tabela 33. Número total de alunos transportados pela CMA, e respectivos circuitos e montante de investimento, entre os anos lectivos de 1999/00 e de 2005/06.
Fonte: CMA, 2006.

Síntese

- O número de alunos transportados tem vindo a diminuir fortemente, consequência da diminuição registada nos efectivos.
- A maior parte dos circuitos são efectuadas de modo integrado nas viaturas municipais, nos circuitos normais. Em 2005/06, foram transportados 8 alunos em veículos privativos.
- Registe-se o aumento do montante investido, não obstante a diminuição do número de alunos transportados.
- No caso de opção pela frequência de um curso profissional no Centro de Formação Profissional o transporte dos formandos das distintas freguesias e localidades do concelho é garantido através de um subsídio de transporte para o efeito, que pode ser aplicado em viatura própria ou em transportes rodoviários.

3.2. Acção social escolar

Neste ponto apresentamos o número de alunos beneficiados pelas modalidades de acção social escolar, segundo tipo de apoio e montante investido por parte da CMA, adoptando o mesmo intervalo de análise do documento.

Acção social escolar

Nível de Ensino/tipo de apoio concedido	Escalões atribuídos	Ano lectivo						
1º CEB		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2005 2006
	A	144	109	81	123	132	129	100
	B	29	47	67	31	25	18	11
	Total	**173**	**156**	**148**	**154**	**157**	**147**	**111**
Bolsa estudo ensino superior	---	15	19	19	20	20	20	20
Total alunos		**188**	**171**	**167**	**174**	**177**	**167**	**131**

Tabela 34. Indicadores relativos aos auxílios económicos da CMA, entre os anos lectivos de 1999/00 e 2005/06.
Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel, 2006.

Síntese

A nível geral, regista-se uma diminuição de alunos abrangidos pelas modalidades de acção social escolar. Em 2005/06 131 alunos, a frequentar o 1ºCEB e inscritos no ensino superior beneficiam destas modalidades. A maior parte dos alunos beneficiam de escalão A.

3.3. Promoção de iniciativas e projectos de carácter pedagógico e cultural

A Câmara através dos seus serviços desenvolve regularmente projectos e iniciativas complementares da acção educativa:

- **CAIM** – Centro de Animação Infantil Municipal através do qual proporciona às crianças dos cinco grupos etários a ocupação dos seus tempos livres de forma criativa e lúdica por meio de variadas acções de expressão plástica e de motricidade como a dança, a música, tecelagem, arte aplicada e fusing. O CAIM dispõe de espaço de cerâmica, azulejo, polivalente, de reciclagem, informática, carpintaria, pintura, jogos, etc. A frequência média diária é de 100 crianças e a dinamização deste espaço está a cargo de uma Educadora de Infância, uma Técnica Superior de Animação Sociocultural, um Técnico Profissional de animação Cultural, duas Auxiliares de Acção Educativa e uma Auxiliar de Serviços Gerais. As instalações carecem de ser ampliadas e melhoradas;
- **Biblioteca Municipal** – A Biblioteca desenvolve regularmente o projecto de animação infantil denominado a "hora do conto" dirigido aos alunos do Ensino Básico e dos Jardins de Infância; encontros dos alunos com a escrita e os seus autores; oficinas de poesia e escrita criativa destinados aos alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico; Teatro destinado aos alunos de todos os graus de ensino, etc.

- **Museu Municipal** – O museu dispõe no seu funcionamento regular uma vertente designada de Serviço Educativo, através do qual se realizam actividades dirigidas à comunidade escolar, desenvolvidas em parceria com as escolas, projecto que assenta na realização de actividades lúdicas, pedagógicas, formativas, ligadas à ocupação dos tempos livres e em interligação com as diversas estruturas socioculturais do concelho. Um exemplo é o projecto actualmente em curso denominado "O Ciclo do Pão – Quando os moinhos ainda moíam e as moagens se tornaram industriais".

- **Serviços Desportivos** – Estes serviços camarários desenvolvem o projecto "Escola de Iniciação Desportiva" com o objectivo de proporcionar acções pedagógicas de expressão e educação físico-motora. O projecto atinge crianças entre os 6 e os 10 anos e desenvolve-se em todas as freguesias do concelho. As acções decorrem nos espaços desportivos municipais e proporcionam às crianças um conjunto diversificado de vivências motoras visando criar e consolidar hábitos de prática desportiva, contribuir para o desenvolvimento desportivo do concelho e ocupar de forma lúdica e formativa os tempos livres das crianças.

Projecto «Escola de Iniciação desportiva»

Iniciado em Janeiro de 2005, o projecto «Escola de Iniciação Desportiva» tem como objectivo global proporcionar aulas de expressão e educação físico-motora. O projecto abrange crianças com idades entre os 6 e os 10 anos, nas localidades de Rio de Moinhos, Messejana, Ervidel, Jungeiros, Montes-Velhos e Corte V. Anes. Trata-se de uma iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Aljustrel (serviços de desporto), e conta com a colaboração das Juntas de Freguesia e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho.

Estas aulas decorrem em todos «os espaços desportivos das freguesias do concelho [e] têm como objectivo: proporcionar às crianças um conjunto de vivências motoras diversificadas que contribuam para a consolidação de hábitos de prática desportiva; contribuir para o desenvolvimento de actividades desportivas no Concelho de Aljustrel; ocupar o tempo livre das crianças do concelho, através da prática desportiva; dinamizar e rentabilizar os espaços desportivos existentes no nosso concelho e promover o convívio e o espírito de grupo e entreajuda decorrentes da prática de actividades motoras»[31].

[31] *In* www.mun-aljustrel.pt, *download* feito em Abril de 2006.

3.4. Novos desafios lançados à autarquia

Neste ponto são descritas algumas medidas recentemente lançadas ao nível do Ministério da Educação e que constituem desafios à acção da autarquia em matéria da educação.

3.4.1. O Programa de Generalização do Inglês aos Alunos dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Trata-se de uma medida do Ministério da Educação, estabelecida pelo Despacho nº14 753/2005, de 24 de Junho, tendo como objectivo principal proporcionar uma «oferta educativa extracurricular gratuita, que permita desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma [língua inglesa] ao longo da vida» (Introdução) aos alunos do 1º CEB, em concreto, dos que se encontram a frequentar os 3º e 4º anos. Esta medida integra um conjunto de intenções que se relacionam com o alargamento do horário lectivo nas escolas do 1º CEB, integrando as iniciativas de carácter extra-escolar. A frequência é gratuita, decorre semanalmente num tempo lectivo previsto para 135 minutos.

O concelho de Aljustrel

A sua implementação iniciou-se no ano lectivo de 2005/06, fruto de parceria entre o AVECA e a Câmara Municipal, abrangendo todas as escolas do 1º CEB. Este programa acontece «em regime de complemento educativo de frequência gratuita (…) apoia 91 alunos, do 3º ano, e 83 do 4º, abrangendo um total de 174 crianças do Concelho de Aljustrel (…). Os locais de aprendizagem e os recursos humanos estão a cargo do Agrupamento de Escolas; à Câmara Municipal de Aljustrel cabe a cedência dos transportes para a deslocação dos alunos das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, para aquelas onde funciona o Programa de Inglês»[32].

Nos casos em que as aulas não decorrem na escola de origem, as crianças são transferidas para os seguintes estabelecimentos:

- EB1 do Carregueiro: para a EB1 da Avenida 1º de Maio em Aljustrel;
- EB1 de S. João do Deserto: para a EB1 do Eucaliptos;
- EB1 da Corte Vicente Anes: para EB1 de Ervidel;
- EB1 nº1 de Montes Velhos e EB1 de Jungeiros: para a EB1 Nº2 de Montes Velhos.

As aulas são leccionadas por três professores, e funcionam em blocos de 90 minutos no horário das 16h às 17:30h.

[32] *In* www.mun-aljustrel.pt, *download* feito em Abril de 2006.

3.4.2. O Programa de Generalização das Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Trata-se de uma medida do Ministério da Educação, estabelecida pelo Despacho nº. 22 251/2005 (2ª série) de 25 de Outubro. Tem como principal objectivo suprir um vazio legal quanto às atribuições dos municípios no fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB e define o modelo de financiamento necessário para tal. De facto, embora esteja definido como competência dos municípios (Lei nº.159/99, de 16 de Setembro), apenas este despacho vem estabelecer "o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação" (Preâmbulo, ponto 2). Segundo o regime previsto, a comparticipação financeira do município é de 0,58€, valor de refeição por aluno. No caso dos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, o pagamento da refeição é da responsabilidade do município.

O concelho de Aljustrel

A sua implementação iniciou-se no ano lectivo 2005/2006, promovida pela Câmara Municipal de Aljustrel, abrangendo todas as escolas do concelho, em que num universo de 355 alunos , 73 estão abrangidos pelo programa de generalização de refeições escolares.

Dada a impossibilidade do município assegurar, por si só, o fornecimento das refeições aos alunos do 1º CEB, uma vez que não possui os equipamentos/recursos necessários para a confecção das mesmas, estabeleceu parcerias com diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho para aí serem fornecidas as refeições aos alunos. Para o efeito os alunos deslocam-se através de transporte efectuado pela câmara municipal.

3.4.3. Programa de Generalização do Inglês nos 3º e 4º anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

Trata-se de uma medida do Ministério da Educação, estabelecida pelo Despacho n.º12 591/2006 de 16 de Junho, tendo como objectivo principal proporcionar uma oferta educativa extracurricular gratuita, que permita desenvolver e fomentar o interesse pela aprendizagem da língua inglesa aos alunos do 3º e 4º anos, bem como o desenvolvimento de outras actividades de enriquecimento curricular aos alunos do 1º CEB.

Esta medida integra um conjunto de intenções que se relacionam com o alargamento do horário lectivo nas escolas do 1º CEB, tornando-o mais compatível com as necessidades das famílias, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem aos alunos deste nível de ensino.

A frequência é gratuita, decorre semanalmente num tempo lectivo previsto de 135 minutos para o ensino do Inglês, o ensino da Música e a actividade Física e Desportiva, não devendo ultrapassar os 90 minutos para as restantes.

O concelho de Aljustrel

A sua implementação iniciou-se no ano lectivo 2006/2007, promovida pela Câmara Municipal de Aljustrel em parceria com o AVECA e o Conservatório Regional do Baixo Alentejo, abrangendo todas as escolas do 1º CEB. Este programa acontece em regime de complemento educativo e engloba o ensino do Inglês, música e desenvolvimento da actividade física e desportiva, abrangendo um total de 355 crianças do concelho de Aljustrel. Os locais onde são desenvolvidas as actividades são cedidos pelo Agrupamento de Escolas, cabendo à Câmara Municipal quer a disponibilização dos recursos humanos, quer a cedência dos transportes para a deslocação dos alunos para as escolas onde funcionam as actividades.

Nos casos em que as actividades não decorrem na escola de origem, as crianças são transportadas para os seguintes estabelecimentos:

Ensino do Inglês

- EB1 Corte Vicente Anes para EB1 Ervidel;
- EB1 n.º2 Montes velhos e EB1 Jungeiros para EB1 n.º1 Montes Velhos

Ensino da Música e actividade Física e Desportiva

- EB1 n.º2 Montes Velhos e EB1 Jungeiros para EB1 n.º1 Montes Velhos

As aulas são leccionadas por quatro professores de Educação Física, um professor de Inglês e dois professores de música, e funcionam em blocos de 45 minutos.

3.4.4. Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura

O Despacho Conjunto nº. 834/2005, de 12 de Outubro, aprova o «Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura». Trata-se de uma iniciativa conjunta entre os Ministérios da Educação e da Cultura, que pretende o incremento e difusão da cultura junto das escolas, através de orientação educativa por parte das entidades que promovem as acções culturais.

Este programa parte da consciência das potencialidades educativas contidas nos espaços de cultura, bem como da necessidade de rentabilizar os recursos do Sistema Educativo português, em concreto, os docentes sem horário ou com horário incompleto.

Podem aceder a esta iniciativa Agrupamentos de Escolas e/ou escolas não agrupadas (na qualidade de entidades educativas) e museus, monumentos, entre outros (na qualidade de entidades culturais). Além destas, e de modo complementar, podem integrar este programa, outras entidades, tais como, municípios, juntas de freguesia ou associações de desenvolvimento local (Capítulo I, art. 3º, alínea 4).

Quanto ao tipo de acções a desenvolver, o documento sugere diversas propostas de projecto, que deverão ser consolidadas através de protocolos entre as entidades envolvidas. Como exemplo, temos: "concepção, preparação e realização de actividades de serviços educativos", "coordenação e acompanhamento de clubes de escola", "apoio no estudo e gestão de fundos bibliográficos e documentais" ou "concepção e execução de acções de formação continuada em diversos domínios", entre outras (Capítulo I, art. 4º).

O despacho estabelece que os projectos desenvolvidos devem prever "a deslocação dos alunos das escolas envolvidas a espaços de cultura, pelo menos uma vez por ano" (Preâmbulo, ponto 4).

4. Diagnóstico

Este capítulo apresenta uma síntese das características da rede educativa de Aljustrel, evidenciadas ao longo dos capítulos anteriores. O diagnóstico será feito, destacando as potencialidades e os problemas detectados, quer em termos genéricos, para o concelho, quer na especificidade de cada nível de ensino. São referidos também aspectos detectados no Diagnóstico Social do Concelho de Aljustrel, elaborado em 2006 pelo Núcleo Executivo da Rede Social de Aljustrel, que entendemos terem implicações para a Educação.

Remetemos o leitor para a Parte IV deste documento, onde se apresentam as propostas definidas para responder ao quadro de necessidades desenhado a partir do confronto entre as potencialidades, os problemas e as características de evolução da situação educativa no concelho de Aljustrel e do país, e relativas às várias modalidades de educação existentes.

4.1. Potencialidades

4.1.1. De carácter geral

- Com excepção do ensino profissional, o concelho dispõe de todas as modalidades de ensino não superior, dispondo também, de oferta ao nível da educação de adultos.
- A localização privilegiada do concelho, coloca-o relativamente próximo das ofertas de superior existentes no concelho de Beja, bem como de outras ofertas de ensino profissional.
- Todas as freguesias têm estabelecimentos de educação.
- A rede de escolas de Aljustrel apresenta uma desconcentração razoável, existindo oferta de educação pré-escolar e de 1º Ciclo do Ensino Básico em todas as freguesias, e em regra, em mais do que uma localidade.
- Evolução recente da rede escolar, nomeadamente, a reconversão de tipologias ao nível da educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, a partir do ano lectivo de 2001/02. Todos os estabelecimentos de 1ºCEB e de educação pré-escolar funcionam em espaço próximo ou conjunto, o que pode trazer vantagens ao nível da optimização de recursos.
- Não obstante o peso das habilitações baixas que ainda se faz sentir, o número de indivíduos com os ensinos secundário e superior aumentou cerca do dobro no período intercensitário.
- Implicação da Câmara Municipal de Aljustrel em aspectos tais como a promoção de projectos de natureza cultural e educativa para o concelho, assim como para a dotação de infra-estruturas escolares. Como exemplo, destacamos as candidaturas à rede de bibliotecas escolares, e a

intervenção no parque escolar em curso.

- Existência de alguma diversidade nos equipamentos culturais, com espaços que prevêem a realização de diversos eventos, tais como, exposições, espectáculos, comemorações, entre outras.
- Abrangência razoável da rede de equipamentos desportivos, presentes em todas as freguesias do concelho, e existência diversidade nos mesmos, permitindo a prática de modalidades tais como ténis, natação e desportos colectivos.
- Existência de entidades de acção diversificada no plano social e educativo, de que a ESDIME ou a Associação Engenho e Arte, são exemplos.
- Existência de movimento associativo, com associações cuja missão incide nas áreas desportiva, musical, recreativa e sócio-cultural, com representações em todas as freguesias do concelho.
- Indicação de trabalho em parceria, entre a CMA e outras entidades locais, de carácter municipal, nomeadamente, no serviço de refeições, fornecido mediante acordo com IPSSs do concelho.
- Previsões de desenvolvimento económico para o concelho, com a reabertura das minas de Aljustrel, anunciada em 2006 e com a ligação do perímetro de rega a Alqueva, reabilitação do perímetro de rega em curso e a ampliação da respectiva área.

4.1.2. Desagregadas por modalidade de educação

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

- Existência de jardim-de-infância ou outros tipos de oferta de educação pré-escolar (tais como os EPEI) e de escolas do 1ºCEB em todas as freguesias do concelho;
- Bom estado geral de conservação de todos os estabelecimentos.
- A maior parte das escolas e JIs dispõe de mais do que uma sala de aulas.
- Existência de salas devolutas e diversos estabelecimentos, as quais poderão ser equacionadas para acolher outras actividades.
- Disponibilidade de recursos informáticos, a maioria com acesso à Internet e de *software* educativo. De destacar a actualização e qualificação destes recursos, dado que no momento actual, está em decurso o apetrechamento com o sistema de Banda Larga em todos os computadores.
- A existência da valência de ATL em três de freguesias com maior dinâmica demográfica escolar.
- Existência de equipamentos de desporto nas EB/JI nºs 1, 2 e 3 de Aljustrel e na EB1/JI de Ervidel.

- Existência de biblioteca, na EB/JI de Eucaliptos, EB1/JI de Ervidel, EB1/JI nº2 de Montes Velhos, na EB1/JI de Rio de Moinhos e na EB1/JI de Messejana.
- Intervenção regular numa perspectiva de qualidade por parte da Câmara Municipal, no que se refere à manutenção e aos equipamentos: no ano lectivo de 2005/06 estão a ser intervencionados 10 estabelecimentos de um total de 14.
- Todas as turmas do 1º CEB funcionam em regime lectivo normal, o que se enquadra nas directivas preconizadas pelo Ministério da Educação.
- Embora os valores médios de transição sejam, em alguns anos, inferiores à média do país e da região, verifica-se uma tendência de manutenção ou elevação das taxas de transição no 1º CEB.
- Implementação do Programa de Generalização da Língua Inglesa junto de todos os alunos dos 3º e 4º anos do 1ºCEB, tendo sido desenvolvido um esforço conjunto entre AVECA e CMA para a criação de condições de frequência.

2º e 3º ciclos do ensino básico

- Existência de 2 equipamentos que garantem a valência do 3º ciclo regular;
- Frequência estável deste ciclo, com quebras e acréscimos ligeiros ao longo em análise;
- Qualidade dos espaços e do edifício da Escola EB 2,3 de Aljustrel, com:
  - salas temáticas (laboratório, salas de: educação visual e/ou tecnológica, música, informática e centros de recursos e biblioteca) e salas de apoio;
  - espaços para as actividades desportivas (interior e exterior);
  - gabinetes de trabalho destinados aos professores;
  - organismos/iniciativas diversas, tais como, Associação de Pais, clubes, desporto escolar, e jornal escolar,

Ensino secundário

- Considerada num estado de conservação regular, o estabelecimento oferece alguma diversidade nos espaços: sala de educação visual, laboratório, salas de informática, biblioteca e centro de recursos. Existe, ainda, um espaço de trabalho para os docentes e instalações de desporto próprias.
- Elevado número de computadores com acesso à Internet.

- Existe oferta de cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos e cursos de natureza tecnológica/profissionalizante.
- Quadro docente qualificado, com a quase totalidade dos docentes com habilitações profissionais para a docência.

Educação de Adultos

- Frequência expressiva do 1ºCEB, 3ºCEB e de ensino secundário recorrente, em todos os anos analisados.
- Oferta de cursos de ensino profissional, para complemento ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

4.2. Problemas

4.2.1. De carácter geral

- Não obstante o decréscimo registado entre 1991 e 2001, os valores de analfabetismo permanecem, ainda, bastante superiores aos encontrados na média do país: 1991 (21.3%) e 2001 (17.3%). De entre a população escolarizada, predominava em 2001 o peso das habilitações baixas, com 61% da população com algum nível adentro do ensino básico. Em acréscimo, subsistiam casos sem qualquer nível de ensino no grupo dos 0-14 anos, situação expectável nos grupos etários mais elevados.
- Quebras na frequência escolar, não existindo, ainda, um cumprimento a 100% da escolaridade obrigatória.
- Instabilidade na frequência dos níveis de educação pós 1º CEB existentes no concelho.
- A oferta após o 1º Ciclo está disponível, apenas, na sede de concelho.
- Apesar de alguma abrangência da rede, verifica-se uma concentração de determinados equipamentos de natureza cultural e desportiva na freguesia de Aljustrel.
- De acordo com o Diagnóstico Social (2006), ligação deficitária entre escola/família/comunidade.
- De acordo com o Diagnóstico Social (2006), escassez de parcerias e de interligação entre as entidades educativas do concelho (não obstante os exemplos apresentados).

4.2.2. Desagregados por modalidade de educação

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

- Necessidade de oferta de creche e de ATL nas freguesias de Ervidel;
- Inexistência de salas temáticas ou de carácter polivalente nas EB1/JI.
- Inexistência de biblioteca nos seguintes casos: EB1/JI de Avenida, EB1/EPEI de Corte Vicente Anes, EB1/EPEI de Carregueiro, EB1 de São João do Deserto, EB1/JI nº1 de Montes Velhos e EB1/EPEI de Jungeiros.
- Défice de espaços de desporto coberto nas EB1/JI;
- Quase inexistência de espaços de apoio ao trabalho pedagógico e curricular dos docentes: apenas as EB1/JI de Ervidel e de Montes Velhos nº2 dispõem de gabinete de professores.
- Baixa frequência nas EB1 de Corte Vicente Anes (9 alunos), e Jungeiros (4 alunos), no ano lectivo de 2005/2006.

2º e 3º ciclos do ensino básico

- Decréscimo progressivo na frequência do 2º ciclo do ensino básico;
- Expressiva taxa de abandono escolar, verificada nos dados recolhidos por diversas fontes (DREA e CMA), tendência que parece ser comum a todo o intervalo estudado. Assim, em 1999/00, dos 18 casos registados pela DREA (2003), 17 ocorreram no 3ºCEB. Também a CMA (2006) aponta um total de 32 alunos, essencialmente, do 3ºCEB, que abandonaram os estudos entre os anos de 2002/03 e de 2004/05.
- Valores elevados de insucesso escolar e de retenção. Tomando como referência o ano lectivo de 2004/05 (último disponível), de acordo com o Diagnóstico Social da CMA (2006), a média de retenção foi de 27%, sendo que o 9º ano representa o ano de maior insucesso, com valores na ordem dos 38%.

Ensino secundário

- Indicadores de alguma instabilidade no corpo docente: em alguns anos do intervalo estudado, o número de docentes contratados supera o de docentes colocados nos Quadros de Zona Pedagógica e/ou de Escola.
- Inexistência de profissionais na área da psicologia e orientação.

- Peso significativo de alunos matriculados no ensino secundário com idades fora dos limites esperados, o que indica a existência de retenção. De facto, as taxas médias de retenção no ensino secundário chegam aos 50% em diversos anos lectivos (DREA, 2003). Tomando como referência o ano lectivo de 2004/05 (último disponível), de acordo com o Diagnóstico Social da CMA (2006), a taxa média de insucesso foi de 39%, sendo que o 12º ano representou o ano de maior insucesso, com valores na ordem dos 65%.

Educação de adultos

- Forte concentração da oferta de ensino recorrente na freguesia de Aljustrel.
- Pouca frequência das modalidades de educação de adultos nas freguesias de Ervidel e de Rio de Moinhos, ao longo do intervalo em análise.

PARTE III.

CENÁRIOS E PROJECÇÕES

1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local

Esta parte tem por objectivo projectar as características da rede educativa para os próximos cinco anos. Se até aqui a preocupação foi em caracterizar os processos de evolução e de mudança, agora chegou o momento de clarificar a direcção tendencial.

A abordagem prospectiva que apresentamos será feita a partir de um conjunto de indicadores e de propostas, tendo como base a noção de imprevisibilidade, balizada por desejável continuidade. Assim, esta parte é composta por:

- um capítulo que resume duas abordagens prospectivas à educação em Portugal – uma de teor político, em termos da metas a alcançar e outra ancorada num estudo prospectivo de planeamento educacional do sistema português;
- um capítulo que enquadra as prioridades sentidas pela autarquia de Aljustrel, em termos de alguns elementos que integram o diagnóstico social do concelho e das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho, onde são enquadrados pela autarquia os contributos da escolarização para o desenvolvimento local;
- um capítulo que apresenta as projecções da população de Aljustrel, em termos da grande tendência pesada para o desenvolvimento da educação – as questões demográficas – e em termos das expectativas de procura e de conclusão dos diferentes níveis de ensino instalados no concelho, que se reflectem nos indicadores sobre os níveis de escolarização da população do concelho;
- um capítulo com indicadores, de maior especificidade, relativos à procura esperada para cada escola existente no concelho, pela população em idade certa de frequentar cada nível de ensino.

As expectativas sobre o comportamento destes elementos – condicionantes e políticos – estarão na base da proposta de reordenamento da rede educativa de Aljustrel que se apresenta na última parte deste documento.

2. Prospectivas para a Educação em Portugal

"Explorar futuros possíveis é (...) a maneira mais fecunda
de a inteligência humana influenciar os deuses."
(Carneiro, 2000: 32)

O exercício de prospectiva e planeamento da rede educativa concelhia, aqui em decurso, exige contemplar e integrar os pressupostos usados na prospecção do Sistema Educativo Português. Os estudos prospectivos assentam "numa atitude consciente, voluntária e activa de determinação" (Caraça, 2000: 83).

O planeamento educativo deve ser conduzido de forma sistémica e integradora dos diferentes níveis de ensino, modalidades e contextos de educação, no entanto são necessárias algumas referências parcelares, de forma a orientar os esforços de mudança e a definição das necessidades educativas mais prementes nos diferentes territórios a considerar.

Com este objectivo apontam-se, a seguir, dois tipos de dados, que permitem a extracção de indicadores distintos:

- metas assumidas pelo Ministério da Educação relativas aos níveis de escolarização da população e taxas de cobertura escolar a alcançar em todo o país;
- os cenários educativos traçados para Portugal e as projecções daí emergentes, com o horizonte temporal de 2000 – 2020, no estudo desenvolvido sob a direcção e coordenação de Roberto Carneiro, no final da década de 1990, apoiado pelo PRODEP e publicado em 2000 pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação: O Futuro da Educação em Portugal, tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação

A educação pré-escolar sofreu um grande incremento na segunda metade da década de 1990, que culminou no processo de alargamento da rede pública do pré-escolar e na publicação das orientações curriculares para este nível de educação.

Assim, propunha-se o Ministério da Educação que, até ao fim do século XX, frequentassem o pré-escolar 90% das crianças com cinco anos, 75% das crianças com quatro anos e 60% das crianças com três anos (Decreto-Lei nº. 147/97). Os objectivos então traçados eram também de natureza qualitativa, acrescentando-se que as salas de JI deveriam ser frequentadas por no mínimo 20 crianças e no máximo 25. Interessa destacar que se considerava a educação itinerante e a animação comunitária como opções a serem tomadas nas zonas de baixa densidade populacional.

O ensino básico regular é de frequência obrigatória para todos, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº. 46 de 1986) e com regulamentação de 1989. Como tal, a principal meta a considerar é,

necessariamente, a de que 100% das crianças e adolescentes entre os 6 e os 15 anos estejam a frequentar a escola. Aliás em "1999/00 Portugal atingiu os 100% de escolarização até aos 15 de idade, em virtude de uma medida de 1986" (Oliveira Martins, 2000: 23).

Em matéria de finalidades para o ensino básico, o XVII Governo estabeleceu o alargamento do funcionamento das escolas do 1.º CEB, para a implementação de actividades curriculares, de forma a que todos os alunos tenham um acesso igual a este tipo de oportunidades. Destaca-se, dentro desta lógica de expansão das oportunidades educativas o Programa de generalização da Língua Inglesa, destinado aos alunos dos 3º e 4º anos do Ensino Básico, cuja implementação foi prevista para entrar em vigor no ano lectivo de 2005/06.

O XVII Governo criou, no ano de 2005, o Programa de generalização das refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico. Trata-se de uma medida do Ministério da Educação que tem como principal objectivo suprir um vazio legal quanto às atribuições dos municípios no fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB e define o modelo de financiamento necessário para tal.

Com a Iniciativa Novas Oportunidades, prevê-se para o ensino secundário, uma aposta em especial no ensino profissional, estimando-se que em 2010, metade dos 145 000 alunos a frequentar o ensino secundário estejam matriculados na via profissionalizante. Como tal, de acordo com a Iniciativa, em 2010 todas as escolas secundárias públicas deverão disponibilizar cursos de ensino profissional, esperando-se a existência de um total de 450 cursos.

Quando à educação de adultos, quer no que diz respeito à conclusão do ensino obrigatório quer do ensino secundário, esta iniciativa prevê, até 2010, que 42 000 adultos concluam o ensino básico e 65 000 o ensino secundário. O Programa prevê que tal deverá acontecer, preferencialmente, através dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) embora continuem a existir as ofertas ao nível do ensino recorrente. Estes cursos deverão decorrer em diversas entidades, com preferência para os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), escolas secundárias, agrupamentos de escolas, entre outras. Isto é, é apontada a necessidade de aumentar progressivamente a frequência do ensino secundário, bem como de diversificar a oferta existente e de articular o funcionamento de escolas regulares e profissionais existentes nos diversos territórios educativos, fortalecendo os percursos de escolarização do ensino secundário. De facto, nos últimos períodos de governação, tem sido várias vezes feita, por diferentes protagonistas políticos, a apologia da escolarização até aos 18 anos de idade. Até 2010, este programa prevê a existência de um total de 500 centros em 2010, estando igualmente previsto o alargamento da certificação até ao 12ºano de escolaridade. Ao nível dos CRVCC, dever-se-á «garantir que até 2010 mais de 650.000 pessoas obtenham uma certificação de competências, tendo como meta que em 2010 estejam a ser emitidos, por ano, cerca de 75.000 diplomas conferentes de habilitação escolar equivalente ao ensino básico e 125.000 diplomas conferentes de habilitação escolar equivalente ao ensino secundário».

Importa referir, em todos os ciclos e com implicações particularmente evidentes para os docentes, o Programa de promoção de projectos educativos na área da cultura. Trata-se de uma iniciativa conjunta

entre os Ministérios da Educação e da Cultura, que pretende a difusão e incremento da cultura, junto das escolas e através de orientação educativa por parte das entidades que promovem as acções culturais.

Este programa parte da consciência das potencialidades educativas contidas nos espaços de cultura bem como da necessidade de rentabilizar os recursos do Sistema Educativo português, em concreto, os docentes não colocados ou com horário incompleto, poderão exercer funções em espaços do Ministério da Cultura e pretende contribuir para a meta da qualificação e rentabilização do Sistema Educativo.

2.2. Cenários e projecções para a Educação em Portugal: 2000-2020

Este sub capítulo pretende sintetizar o olhar prospectivo sobre o Sistema Educativo Português, desenvolvido pelo estudo acima referenciado e apresentado por Roberto Carneiro da seguinte forma:

"O presente estudo prospectivo representa uma profunda interpelação ao sistema educativo que nos legou a modernidade industrial. Que educação e que formação poderemos aspirar a ter no final dos próximos 20 anos? Qual o perfil educativo que melhor poderá servir o Portugal do século XXI? Como garantir um *quantum* de mudança efectiva, sem que o país se volte a atrasar, com respeito por uma cultura multissecular de nação?" (2000: 33).

A necessidade de grande rigor metodológico e de forte triangulação de dados e de fontes para o pensamento sobre futuros possíveis resultou na constituição de equipas de trabalho pluridisciplinares, de forma a caracterizar a situação educativa portuguesa, quantitativamente e qualitativamente, a analisar e identificar as tendências dominantes e os principais factores de ruptura e de desenvolvimento, no sentido de fundamentar e construir cenários possíveis para o futuro da educação em Portugal.

O objectivo da apresentação das principais conclusões deste trabalho é balizar o exercício de prospectiva delimitado pelas fronteiras concelhias. Interessa portanto apresentar em traços gerais:

- o paradigma de desenvolvimento deste estudo – a Sociedade Educativa como horizonte para 2020;
- uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o horizonte do futuro da educação em Portugal, um desenvolvido de acordo com o cenário de referência, o outro a partir de um cenário voluntarista;
- algumas estratégias orientadoras de mudança educativa com impacto ou replicação ao nível de decisão local.

2.2.1. O paradigma: a Sociedade Educativa como horizonte

O desenho de futuros possíveis para a educação necessita de uma moldura conceptual dentro da qual possa ser concretizado.

O estudo que este subcapítulo referencia conclui pela mobilização da educação em Portugal na direcção da Sociedade Educativa – como a meta a ser alcançada em 2020. A apologia desta epifania resultou da análise de pólos de discussão centrais à compreensão da sociedade portuguesa, especialmente na sua dimensão educacional, mas que se estendem a todos os domínios da dinâmica social e a todos os actores. Os temas centrais que se constituíram como pólos de discussão para o enquadramento compreensivo da construção dos cenários educativos foram: a relação que os portugueses mantêm com o saber; o papel da Educação nos percursos para a excelência, o sucesso e a competitividade; a conceptualização das instituições educativas como lugares de civilização; o reforço das relações de alteridade na constante construção da identidade portuguesa; a consolidação de sistemas de avaliação extensíveis aos vários domínios e dimensões da Educação, no sentido da construção de mudança com sentido.

A meta educativa proposta à sociedade portuguesa aponta para a organização de um sistema de educação enquadrado pela complexidade; é uma meta relativa à sociedade e não apenas da exclusiva responsabilidade do poder central, pela devolução de poderes e competências à sociedade civil, no sentido da emergência de "comunidades activas e motores de uma nova ordem educativa. Comunidades que lideram a oferta da aprendizagem desde a Educação pré-escolar à pós-graduação universitária, respeitando a diversidade natural de níveis de escolaridade, mas apostando na organização dos vizinhos para fazer brotar soluções e serviços de proximidade (...)". Estes princípios apelam a "um acréscimo notório de inteligência política, a uma lúcida estratégia de construção do futuro (e de desconstrução de vícios do passado), a uma mobilização dos actores sociais para a dinamização de comunidades educadoras, à emergência de novas lideranças e agentes de mudança locais, a uma prática de realização de compromissos sociais, e a rigorosas medidas de avaliação das iniciativas" (Carneiro, 2000:54).

Assim enquadrada, a Sociedade Educativa caracteriza-se pela existência de:

"escolas e centros de formação em rede;

centros **locais** e primazia comunitária;

multiplicidade de propósitos;

prioridade à aprendizagem permanente;

diversos grupos-alvo;

partenariados alargados entre escolas, centros de formação, empresas e unidades de investigação;

competências básicas para a formação ao longo da vida;

mobilidade" (*idem, ibidem*: 53).

e também por:

"um reforço dos contratos de gestão;

um reforço das redes sociais e educacionais e de informação;

uma ligação de todas as instituições e centros educativos e de formação à Internet;

uma forte relação entre Educação e desenvolvimento;

centros de aprendizagens polivalentes" (Oliveira Martins,2000: 13-24).

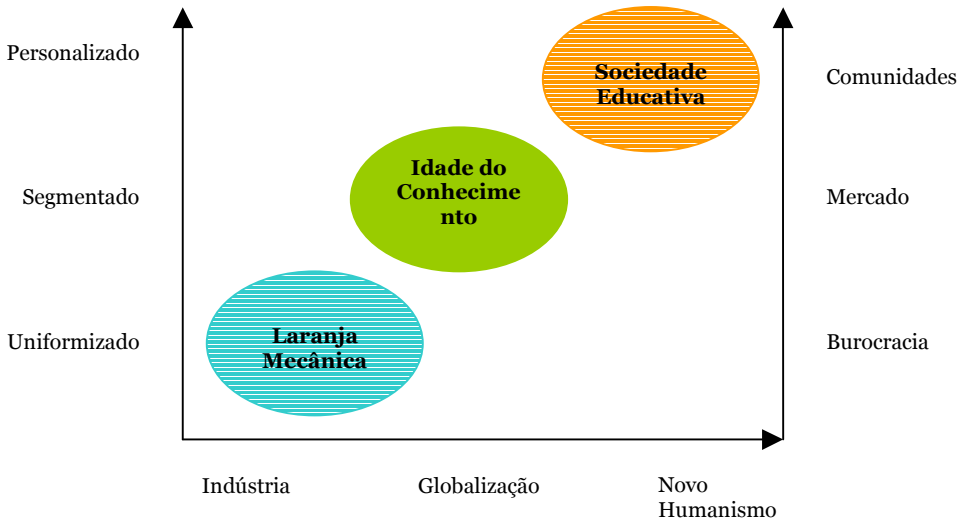
Torna-se, assim, claro que «o futuro da educação em Portugal» implica fortemente as comunidades locais e a assunção dos poderes pelas mesmas, num quadro de orientação, financiamento e avaliação pelo poder central. Desta forma se intensifica a compreensão da construção da Carta Educativa como um dos elementos potenciais do percurso para a Sociedade Educativa.

Este paradigma de funcionamento social é de uma extrema exigência para todos os sectores sociais – como tal é referido pelos autores deste trabalho como uma abordagem «voluntarista» ao futuro da Educação. Daqui se constata que a ausência de um compromisso social radical e persistente – referido genericamente como «New Deal» – compromete em absoluto a chegada a uma sociedade educativa, uma vez que esta nunca será o fruto natural da relação espontânea das forças coexistentes.

Até aqui, o olhar tem repousado no horizonte de 2020, que marca o princípio do porvir considerado para o estudo do futuro da Educação em Portugal. No entanto, este estudo foi realizado a partir de uma matriz temporal tripla: o passado, o presente e o futuro.

Esta matriz temporal contribui para a compreensão do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais. A imagem que a seguir se apresenta sintetiza estes estádios de desenvolvimento – sob uma forma unívoca, uma vez que a partir de cada estádio se passa ao seguinte ou se estagna.

Figura 2. Paradigmas de Evolução dos Sistemas Educativos Ocidentais.



Fonte: Adaptado de Carneiro, R. (2000: 48).

A Sociedade Educativa aparece como o estádio de desenvolvimento futuro mais apurado, em que a educação se sustenta sobre comunidades aprendentes e o sistema se caracteriza pela especificidade e pelo espaço reservado à diversidade de processos de aprendizagem, com um nível de personalização progressivo. Esta imagem que temos vindo a caracterizar funciona aqui como a utopia necessária à abordagem do futuro: "o sonho desta nova sociedade será realizar a unidade e continuidade do aprender: em cada indivíduo, em cada comunidade, em cada nação" (Carneiro, 2000: 48).

Esta utopia situa-se no campo dos possíveis por ser dada como congruente com as tendências de evolução identificadas no presente – e sintetizadas na designada Idade do Conhecimento. Esta remete para a ideia de globalização na educação, a par de uma lógica de distribuição segmentada e com configurações de mercado. A Idade do Conhecimento sintetiza um estádio emergente dos sistemas educativos, e como tal ainda não completamente alcançado – é uma abordagem do futuro presente e que orienta a leitura e as opções de hoje, por caracterizar a fase actual do desenvolvimento do nosso sistema educativo na transição entre a Laranja Mecânica e a plena Idade do Conhecimento. A Idade do Conhecimento é também a idade dos saberes. É determinada pelo incremento, a um ritmo extremamente acelerado, da oferta de informação, conhecimento e formação e pela disseminação deste «novo conhecimento» através da facilidade introduzida pelas «novas tecnologias» e suportada por todo o enquadramento da «nova economia». De acordo com Roberto Carneiro, desta idade dos conhecimentos e dos saberes passaremos a idade da unidade dos saberes, com respeito pela diversidade dos conhecimentos e da sua ancoragem: é a Sociedade Educativa.

A Laranja Mecânica sintetiza o passado dos sistemas educativos ocidentais; no caso da construção de futuros aqui em análise, este paradigma constitui uma espécie de presente passado, por em Portugal nos encontrarmos em diversos aspectos na transição acima referida. A Laranja Mecânica refere sistemas educativos ancorados no modelo industrial, concretizado em sistemas de oferta uniformes e rotinizados, conduzidos de acordo com uma lógica tecno-burocrática-corporativa, que se concretiza na escola como instituição moderna, ao lado de prisões e hospícios.

Estas três dimensões temporais – passado, presente e futuro – revestem-se de particular importância para o exercício lógico e compreensivo de prospectiva, aqui em desenvolvimento.

Da nossa leitura desta prospectiva da Educação em Portugal retemos que no futuro próximo – que é o que delimita a Carta Educativa – é necessário definir as estratégias que asseguram a entrada de todas as comunidades regionais e locais portuguesas na Idade do Conhecimento – especialmente as da nossa área de intervenção que corresponde a uma das áreas de maior depressão do país: assim a nossa utopia de «referência» para a construção dos cenários educativos concelhios será a idade do conhecimento, o que nos parece ser a opção conceptual mais consistente com a abordagem nacional.

2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal

A matriz das três dimensões temporais será apenas parcialmente utilizada neste subcapítulo de apresentação de dados quantitativos – uma vez que os cenários sintetizam um olhar prospectivo e não retrospectivo, o passado é a dimensão temporal que aqui não será analisada, embora constatada como referência a jusante.

As projecções que a seguir se apresentam foram concebidas pela equipa técnica do DAPP, no âmbito do estudo coordenado por Roberto Carneiro, que aqui vem sendo relatado.

Esta componente quantitativa do estudo tomou como referências medidas e princípios de política educativa e as tendências de desenvolvimento demográfico. No que é relativo a questões de política educativa, os documentos de referência foram os grandes objectivos globais assumidos pelo Governo (no final da década de 1990), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP).

Da interpretação destes documentos de enquadramento das políticas públicas, a equipa destacou como princípios estruturantes do desenvolvimento do Sistema Educativo Português:

- a expansão da educação pré-escolar;
- a consolidação do ensino básico;
- a generalização de frequência do ensino secundário;
- a expansão e diversificação da formação inicial de jovens;
- o reordenamento do ensino superior com a reafirmação do politécnico;
- a elevação da capacidade e qualidade formativas do sistema de ensino;
- a promoção de aprendizagens ao longo da vida.

A demografia é assumida como «a grande tendência pesada do Sistema Educativo». Neste sentido, a fonte considerada foram as projecções demográficas desenvolvidas pelo INE, para um horizonte temporal equivalente ao do estudo aqui em análise. Foram destacadas as seguintes conclusões prioritárias para as projecções da procura escolar:

- "o número de jovens com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos continuará em evolução decrescente, passando de 14,1% em 1995, para 12,9% em 2020;
- a forte quebra do número de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 22, que passará de 12,9% em 1995, para 9,3% em 2020" (São Pedro *et al*, 2000: 184).

Estas projecções demográficas, as linhas orientadoras da política educativa acima referidas e as tendências de evolução do sistema educativo português detectadas no estudo de sintetizado no subcapítulo anterior – que concluem pela transição do paradigma «Laranja Mecânica» para o da «Idade do Conhecimento» – permitiram a concepção de dois cenários para o desenvolvimento das projecções quantitativas:

- o cenário 1, considerado de referência, assenta na tendência pesada e configura o futuro da situação educativa portuguesa, se tudo continuasse a evoluir como aconteceu até ao momento das projecções;
- o cenário 2, considerado «voluntarista», configura um futuro da situação educativa portuguesa assente na mudança e em políticas e práticas educativas mais consistentes e esforçadas – que permitiriam a entrada na plena «Idade do Conhecimento» e a transição progressiva no sentido da «Sociedade Educativa».

Feito este enquadramento apresentam-se dois conjuntos de projecções – um em cada cenário – das seguintes dimensões de estudo:

- procura escolar: relativas apenas à frequência em idade própria e operacionalizada nas taxas de habilitações literárias conseguidas e introduzindo alguns dados sobre os índices de frequência dos diferentes níveis de ensino;
- oferta escolar: operacionalizada em dois conjuntos de projecções para 2010 relativas aos docentes, assumindo-se que a reestruturação do parque escolar está em marcha e que este é quantitativamente suficiente para a procura;
- necessidades de aprendizagem ao longo da vida: operacionalizadas em termos do número de indivíduos da população activa que não concluíram o ensino básico, ou o secundário ou o superior e que se considera desejável que venham a concluir.

Procura escolar: as habilitações literárias em 2020, conseguidas na frequência do ensino regular

Na tabela que se segue, sintetizamos as previsões da procura escolar em idade própria, com base nos índices das habilitações literárias que serão alcançadas em 2020, de acordo com cada um dos cenários acima referenciados.

Habilitações literárias	2020 Cenário 1	2020 Cenário 2
Ensino básico	12,00%	3,00%
Ensino secundário	48,00%	45,00%
Ensino superior	40,00%	52,00%

Tabela 35. Habilitações literárias previstas para 2020.
Fonte: São Pedro, *et al.*, 2000.

Qualquer um dos cenários equacionados tem como pressuposto que 100% da população frequentará a escola a partir dos 6 anos de idade e que não a abandonará sem ter concluído o 9º ano de escolaridade – como já acima demos nota, isto foi parcialmente alcançado no final da década de 1990, uma vez que então se verificou 100% de escolarização até aos 15 anos de idade. Desta forma, um primeiro aspecto a destacar é que, em ambos os cenários, deixarão de se verificar saídas da escola antes da conclusão do que em 2004/2005 é o ensino básico obrigatório.

Ainda relativo aos pressupostos comuns aos dois cenários para o desenvolvimento destas projecções quantitativas, um segundo aspecto a destacar é que até 2020 as saídas da escola só ocorrerão no final do nível de estudos iniciado; ou seja, todos os que iniciarem o ensino secundário e o ensino superior concluirão com sucesso esses níveis de ensino – em 2004/2005 estávamos ainda muito longe destes indicadores.

Se o rumo da educação em Portugal não sofrer grandes alterações – isto é, de acordo com o cenário 1 – de entre esses 100% que entram na escola básica, 12% terminarão o seu percurso escolar, em idade certa, com a obtenção do diploma do actual ensino básico e 88% prosseguirão estudos, ou seja, entrarão no ensino secundário regular ou no seu equivalente de pendor mais profissionalizante De entre estes, 48% interromperão o percurso escolar e tentarão a entrada no mercado de trabalho com o diploma de conclusão do ensino secundário. Prevê-se ainda que 40% da população que terminou o ensino secundário com sucesso frequentará e concluirá com sucesso o ensino superior.

O cenário 2 exige a implementação de medidas e opções com forte impacto no rumo da educação e da escolarização em Portugal. Se estas medidas forem tomadas, verificar-se-á que de entre os 100% da população que terminar o ensino básico regular, apenas 3% interromperá aí o seu percurso escolar e 97% prosseguirá estudos de nível secundário. De entre estes, 45% interromperão o percurso escolar com a conclusão com sucesso do ensino secundário ou seu equivalente. Daqui resulta que 52% da população

com o diploma do ensino secundário prosseguirá e concluirá estudos de nível superior politécnico ou universitário.

Para uma leitura mais completa destes dados prospectivos, apresentamos a seguir os esquemas desenvolvidos pela equipa do DAPP para uma rápida compreensão dos percursos de escolarização que permitirão alcançar aquelas habilitações literárias.

Os dados aqui apresentados constituem uma breve síntese da leitura prospectiva quantitativa da situação da educação em Portugal, pelo que recomendamos a consulta da fonte aqui utilizada e amplamente referenciada.

Oferta escolar: os recursos humanos, nomeadamente os docentes para os vários níveis de ensino em 2010.

Mais dificultada é a síntese das previsões relativas às características dos recursos humanos necessários para garantir os percursos de escolarização acima referidos, uma vez que os dados desenvolvidos pela equipa do DAPP são marcadamente mais complexos. Estes dados são mais dependentes da acção de um conjunto de variáveis, de que são exemplo: a abertura e encerramento de cursos de formação de professores dos diferentes níveis de ensino, a eventual diversificação das funções dos docentes, a manutenção da possibilidade da profissionalização em serviço, o intervalo etário de entrada na reforma, a entrada de outros técnicos na escola, a emergência de iniciativas de cariz educacional, de modo não escolar, e que abrem possíveis para a necessidade e possibilidade da entrada de outros técnicos, entre outras. As características do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais propõem mudanças que introduzem uma dimensão de porvir nas equações relativas ao futuro, o que claramente dificulta as previsões relativas às características dos recursos humanos.

Estas dificuldades resultaram em opções metodológicas, de que destacamos o facto de as projecções serem na sua maioria relativas ao ano de 2010 e na dificuldade de encontrar diferenças entre as projecções relativas a cada um dos cenários.

Feitas as advertências, passamos a referir algumas das conclusões alcançadas para a estrutura de educação formal hoje em vigor, relativas aos recursos humanos. Estas conclusões foram alcançadas na dependência directa da procura escolar atrás sinteticamente referidas e, também, das alterações enunciadas no final da década de 1990 relativas ao perfil dos docentes, à entrada de outros técnicos no sistema educativo e à gestão dos recursos humanos.

Relativamente aos educadores de infância, prevê-se um aumento acentuado da procura: de 11 508 contratados em 2000/01 para 16 199 em 2010/2011 (DAPP, 2000: 215). Na sequência das quebras de natalidade, as projecções indicam uma redução para cerca de 14 700 educadores em 2020 (DAPP, 2000: 215).

Prevê-se a estabilização da relação entre procura e oferta de docentes do 1º ciclo do ensino básico em 2010/2011, havendo, no entanto, uma quebra entre 2005/06 e 2010/11 de 30 320 necessários para 29 595 (DAPP, 2000: 217). Para a década de 2011-2020, as projecções concebidas indicam a baixa da procura de docentes para 27 000, paralelamente a um progressivo rejuvenescimento do corpo docente deste ciclo de ensino (DAPP, 2000: 217).

No que se refere ao 2º ciclo do ensino básico, as projecções remetem para conclusões distintas, dependendo das áreas de ensino, bem como da década em análise para o intervalo em estudo. Assim, para 2000/2010, prevê-se o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Matemática/Ciências da Natureza e Educação Física e falta de docentes nas áreas da Música e das Artes Visuais (DAPP, 2000: 222).

O desenvolvimento das projecções, sem diferenciação significativa entre os dois cenários, permite previsões mais genéricas para a década seguinte (2011/2020) apontando para uma tendência geral decrescente da procura do número de docentes (DAPP, 2000: 222).

Os números relativos à procura de docentes para o 3º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário apresentam alguma convergência com o ciclo anterior; deste modo, prevê-se para a década de 2000/2010, o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Biologia, Geologia, História e Matemática – embora com índices distintos para cada um dos grupos – assim como a carência nas áreas das Artes, Música, Informática e Educação Física.

Genericamente, prevê-se uma tendência geral estacionária do conjunto das duas décadas, relativamente à procura de professores – novamente sem diferenciação significativa entre os dois cenários. Relativamente às evidências de excedentes, o estudo propõe estratégias de mobilidade vertical, para os docentes do 2º ciclo do ensino básico, e para todos os docentes o exercício de outras funções distintas da docência, embora dentro do sistema educativo.

Aprendizagem ao longo da vida: quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação.

A terceira dimensão considerada para as projecções quantitativas da situação da educação em Portugal evidencia claramente a ênfase colocada na educação permanente para todos. Deste modo, foram equacionadas as necessidades de formação de todos os que já estão no mercado de trabalho, independentemente do estatuto e da faixa etária em que se encontram.

De forma a possibilitar cálculos transversais e genéricos, a referência foi a formação que permita a equivalência aos diferentes níveis de ensino, no sentido de uma maior convergência com a União Europeia (cenário 1) e, mais optimisticamente, do percurso mais rápido no sentido da Sociedade Educativa (cenário 2). Com efeito, em ambos os cenários cabe o formato mais tradicional da frequência do ensino recorrente,

mas as opções mais fortemente apoiadas neste estudo vão para a formação profissional dos diferentes níveis europeus e para o mais recente modelo de certificação e validação de competências adquiridas.

Com efeito, no que se refere a esta dimensão, ambos os cenários apresentados assentam numa perspectiva voluntarista, uma vez que se considera insuficiente e inadequada a manutenção das medidas e estratégias educacionais para a aprendizagem ao longo da vida propostas pelo sistema educativo português até ao final da década de 1990. Daqui decorre que, para qualquer dos dois cenários apresentados, se proponha um esforço redobrado no primeiro quinquénio do período em estudo e se delimite este período ao horizonte de 2015, clarificando assim a urgência de medidas para estas modalidades de formação e educação. Apesar da exigência que estes cenários pressupõem, as ambições foram limitadas à formação até ao nível do ensino secundário.

A tabela que a seguir se apresenta sintetiza, em valores absolutos por correspondência estrita com a fonte utilizada, a quantidade de indivíduos da população activa com necessidades diferenciadas de formação.

Níveis de formação	**Cenário 1 (2015)**	**Cenário 2 (2015)**
6º ano de escolaridade	767 000	1 822 000*
9º ano de escolaridade	537 000	1 715 000
Ensino secundário	1 201 000	1 658 000
Total	2 505 000	5 195 000

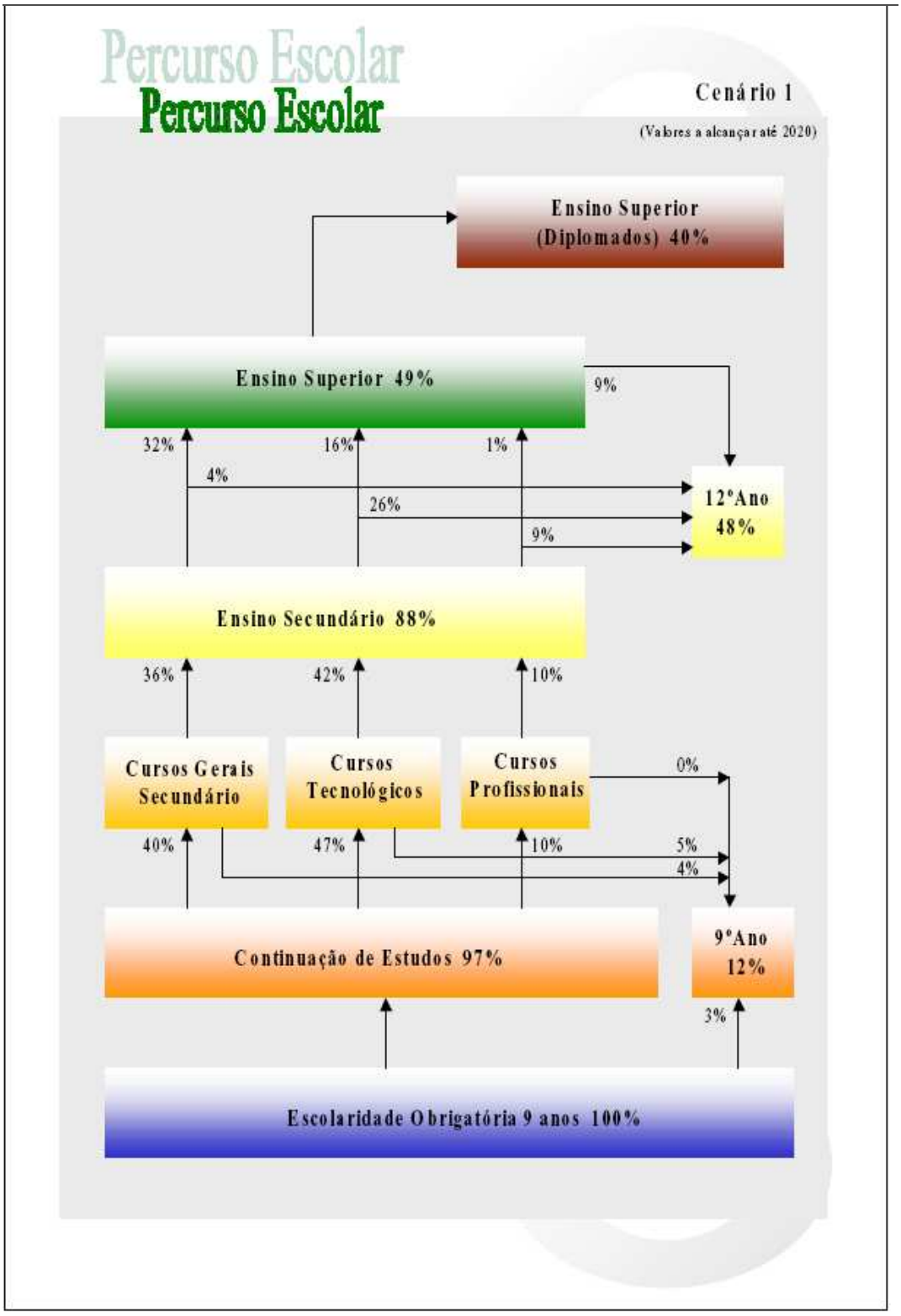
Tabela 36. Quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação, em cada um dos cenários.
Fonte: São Pedro, *et al., 2*000.
Legenda: * até 2005.

Os níveis de formação considerados para as projecções acima apresentadas exigem um primeiro destaque primordial: a muito baixa escolarização da população activa portuguesa patente especialmente nos números para a formação de nível inferior no ensino básico em qualquer um dos cenários – aqui cabem todos os indivíduos analfabetos, os que não concluíram qualquer nível de ensino e os que não concluíram com sucesso 6 anos de escolaridade. Um segundo destaque para os totais implicados que reforçam a constatação das imensas necessidades de escolarização da população portuguesa e que exercem forte pressão sobre toda a sociedade portuguesa no sentido de corrigir esta situação.

O cenário 1 (ver Quadro Global 1) exprime a quantidade de indivíduos que deveriam ter formação equivalente aos três níveis de ensino considerados para que em 2015 Portugal alcance as taxas de escolarização que os outros países da União Europeia apresentam no final da década de 1990.

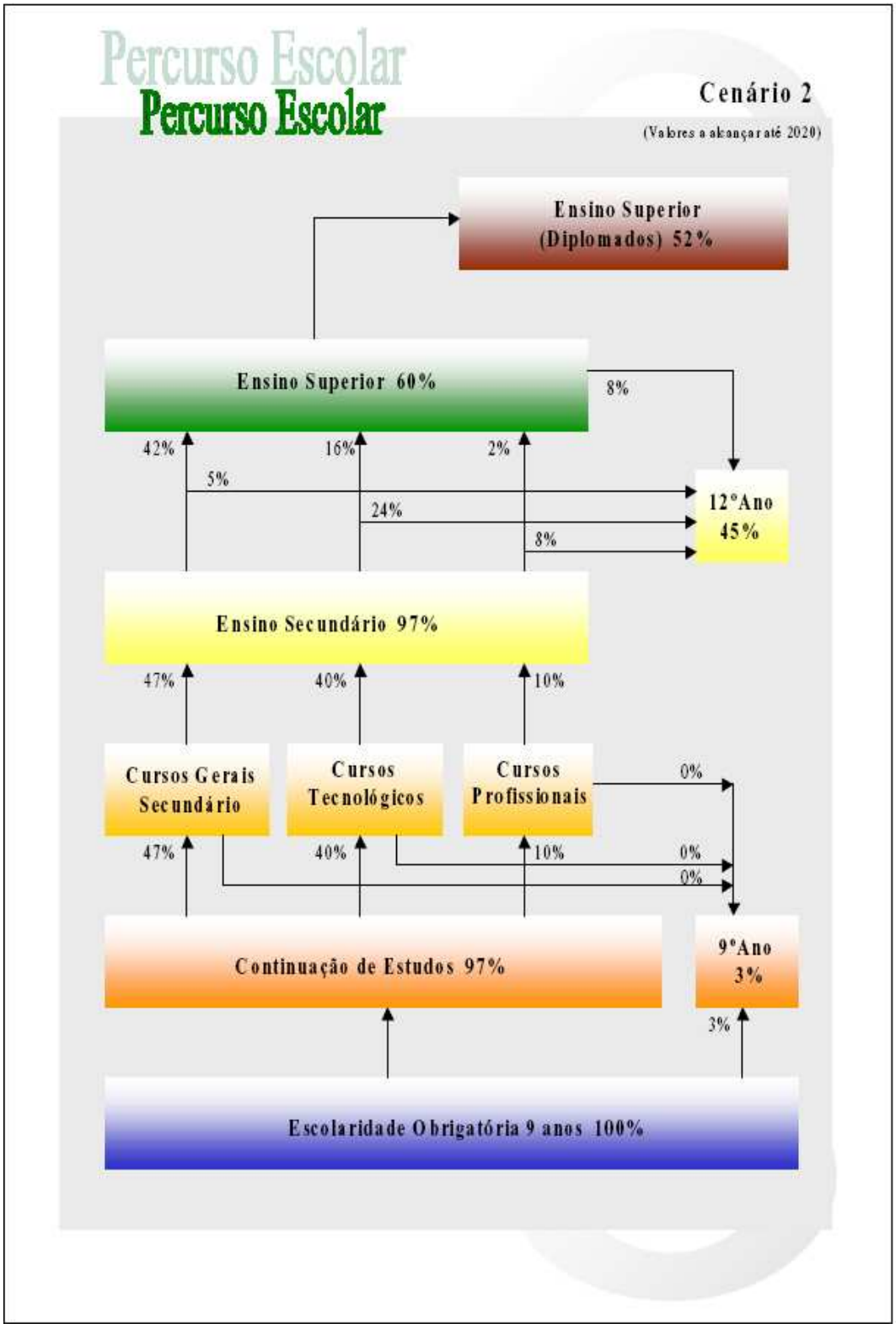
O cenário 2 (ver Quadro Global 2) exprime a quantidade de indivíduos a serem formados para que em 2015 Portugal encontre a convergência plena com os níveis de escolarização da população activa da União Europeia.

Quadro Global 1. Cenário 1 de evolução das habilitações escolares, em 2020.



Fonte: Carneiro, R. (2000: 180).

Quadro Global 2. Cenário 2 de evolução das habilitações escolares, em 2020.



Fonte: Carneiro, R. (2000: 181).

2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação

- assegurar a manutenção de cobertura e frequência de 100% ao longo da escolaridade obrigatória;
- promover a continuidade do alargamento do acesso à educação de infância;
- promover meios de acesso/investimento na educação pós básica, no sentido da generalização da frequência do ensino secundário;
- potenciar e formar redes de sustentação da educação no concelho;
- reforçar oportunidades de aceder aos conhecimentos básicos essenciais: línguas, matemática e novas tecnologias;
- desenvolver ofertas de educação para adultos;
- desenvolver a oferta ou acesso de validação e certificação de competências;
- promover e estimular formação a distância;
- promover a relação/interligação da educação e formação profissional;
- colaborar na promoção de literacia digital, incrementando, desenvolvendo ou tornando acessíveis procedimentos de certificação.

3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Aljustrel

O presente capítulo apresenta conclusões de estudos prospectivos elaborados com diferentes objectivos e por diferentes fontes. Assim, no que se refere aos dados de projecção demográfica, temos como fonte a Estudalentejo – colaboradora das Cartas Educativas do Distrito de Beja. Já no que se refere aos estudos prospectivos da população de cada escola do concelho de Aljustrel, introduzimos as conclusões dos trabalhos elaborados pela DREA - parceira das Cartas Educativas do Distrito de Beja. Estes estudos têm como referência a evolução que o concelho teve em cada um dos indicadores analisados; desta forma, remete-se o leitor para os capítulos relativos à caracterização socio-económica e escolar, no sentido de dar coerência às projecções que a seguir se apresentam, uma vez que uma projecção é, por definição, um conjunto de hipóteses condicionais da evolução baseado num apurado conhecimento do passado e na capacidade de prospectiva acerca da forma como este influenciará o futuro.

3.1. Uma hipótese de evolução da população de Aljustrel

A projecção da população para 2006 e 2012, tendo em conta a evolução da mortalidade, da natalidade e da migração ao longo das últimas décadas, permite situar o contexto em que será necessário tomar decisões.

Uma projecção é, por definição, um conjunto de previsões condicionais da evolução baseado num apurado conhecimento do passado e na capacidade de previsão acerca da forma como este influenciará o futuro.

O cenário demográfico para o concelho de Aljustrel é de perda acentuada da população jovem, tendência verificada nas últimas duas décadas. O número de crianças entre os 0 e os 4 anos diminuirá previsivelmente 22% até 2006 mas no final da década (2012), a redução de efectivas neste grupo etário atingirá os 27,6%, comparativamente a 2001. Também no grupo etário 5-9 a redução atingirá os 37% no final da década e os 37,4% no grupo 10-14.

O nº de jovens com idades compreendidas entre os 15-19 anos sofrerá uma retracção de perto de 32% até 2006 mas em 2012 terá subido para 48% e o grupo seguinte (20-24) continuará a perder população atingindo os 48,2% em 2012.

As tendências demográficas apresentam-se pois como factor incontornável no planeamento da educação e de todo o seu dispositivo para responder às legitimas expectativas de quem a procura.

Idades	HM	HM	HM
Total	**10567**	**9800**	**9035**
85+	257	303	300
80	318	354	392
75	492	550	552
70	674	669	591
65	704	641	576
60	670	599	671
55	601	676	779
50	656	771	742
45	767	745	629
40	755	635	572
35	667	589	550
30	620	569	579
25	638	628	486
20	**722**	**552**	**374**
15	**656**	**447**	**341**
10	**529**	**401**	**331**
5	**447**	**364**	**285**
0	**394**	**306**	**285**

Tabela 37. Estimativas da população para o concelho de Aljustrel até 2012.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Estas projecções estatísticas contudo deverão ser contrariados face aos efeitos socio-económicos dos investimentos em curso em grandes projectos de desenvolvimento no Concelho (minas e regadio) e na região (Alqueva, Aeroporto de Beja e Porto de Sines).

3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino

A dimensão condicional de um exercício de projecção deriva da previsão do comportamento de uma variável ao longo do período estipulado. As projecções realizadas no campo da educação assentam frequentemente na conjugação de índices de transição/retenção verificados ao longo de ciclos de estudos e aplicados à população escolar até se atingir a população final de efectivos escolares. O método consiste em estimar primeiro o volume da população por idades, ou grupos de idades, no final do período estipulado. Seguidamente, através da aplicação sucessiva do quociente de sobrevivência (progressão nos estudos) aos efectivos estimados, obtém-se a população escolar no final de cada ciclo de estudos. Na concepção do modelo está, em primeiro lugar a escolha de hipóteses de trabalho e a definição de pressupostos. O modelo de fluxos tem por objectivo fornecer um esquema que, tratando os dados disponíveis (alunos matriculados, alunos que transitam e alunos que ficam retidos no mesmo ano de

escolaridade), permita descrever o fluxo de alunos através dos vários ciclos de estudos. Pressupõe-se que:

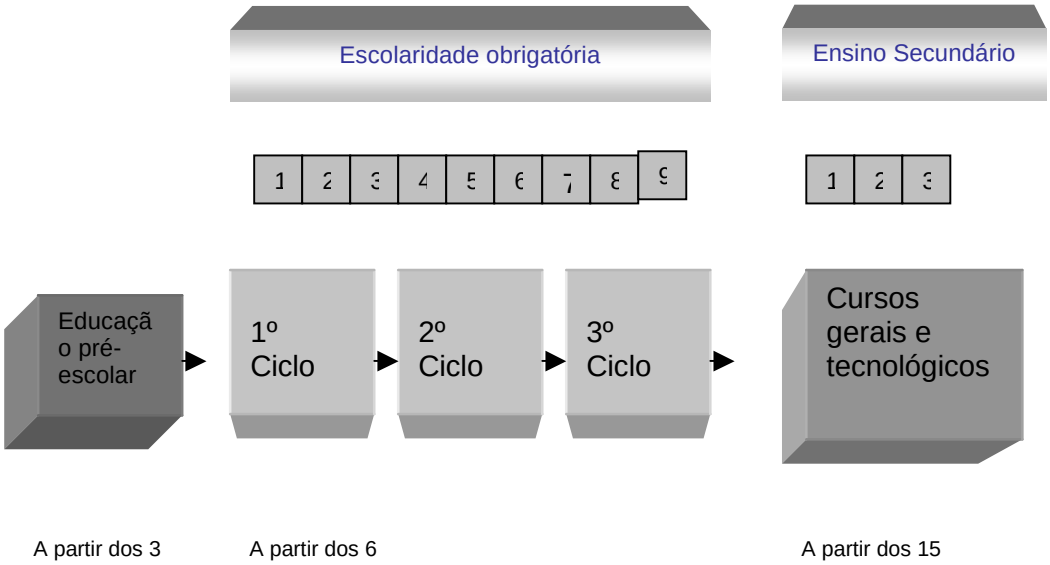
- os alunos matriculados num dado ano provêm de um ano curricular anterior, no ano lectivo transacto e de outros, em menor número, serem repetentes do mesmo ano curricular;
- no ano lectivo seguinte, os alunos podem vir a repetir o ano curricular, transitar para o ano curricular posterior ou abandonar a escola.

Condições de cenarização:

A natureza e objectivos deste trabalho não permitem a alienação relativamente ao contexto actual do quadro educativo e todo o peso da sua evolução. Por essa razão é necessário perspectivar o desenvolvimento da oferta educativa no concelho de Aljustrel tendo em conta as tendências actuais e a sua manutenção nos próximos 5 anos.

Em presença deste cenário, a que pode chamar-se de «tendências pesadas» do concelho, podem perspectivar-se as consequências da manutenção das tendências identificadas.

Figura 3. Dispositivo educativo instalado no concelho de Aljustrel.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

Síntese das tendências identificadas:

a. A Taxa Anual de Crescimento Médio (TACM) mostra que a transição cresceu 1,4% ao ano enquanto o insucesso diminuiu 10,5% no mesmo período.

b. No 2º ciclo a transição aumentou 0,6% ao ano e a retenção diminuiu 5,4% ao ano entre 1998/99 e 2002/03.

c. No 3º ciclo a retenção diminuiu 4,6% ao ano. A transição aumentou 1,5% ao ano.

d. No ensino secundário a taxa de conclusão aumentou 5,6% ao ano e a retenção diminuiu 6,6%.

e. O número de crianças matriculadas no pré-escolar cresceu 0,3% ao ano entre 1998/99 e 2005/06.

f. O número de crianças matriculadas no 1º ciclo do ensino básico decresceu 3,8% ao ano no mesmo período de tempo.

g. No 2º ciclo a população escolar diminuiu 4,7% ao ano.

h. O 3º ciclo perdeu 1,25% dos seus alunos, por ano, entre 1998/99 e 2005/06.

i. No ensino secundário a população escolar diminuiu 7,4% ao ano no mesmo período de tempo.

3.2.1. As expectativas de evolução da população escolar

Educação Pré-escolar

Em 2001 a cobertura da educação pré-escolar era de 97% em Aljustrel, taxa superior à média do distrito que se situava nos 88,4%. A evolução do número de matriculados caminha para uma taxa de cobertura de 100%. A diminuição a população entre os 0 e os 4 anos provocará, inevitavelmente a diminuição das matrículas no pré-escolar, mesmo que a taxa de cobertura deste nível de ensino ainda cresça até aos 100%. Assim espera-se uma diminuição na ordem dos 6% até 2012.

Ano	Crianças matriculadas no ensino pré-escolar	Variação relativamente a 2001 (%)
2001	234	
2006	212	-9,4
2012	220	-5,9

Tabela 38. Estimativa do nº de Crianças matriculadas na educação pré-escolar.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Gráfico 31. Evolução do número de crianças matriculadas na educação pré-escolar.

Fonte: DREA: alunos matriculados entre 2000 e 2005; Estudalentejo, 2006.

Ensino Básico

Se as tendências diagnosticadas se mantiverem, sem alterações de fundo, o cenário de escolarização no ensino básico terá as seguintes características:

Ano	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2001	88,0	85,9	82,0
2006	88,3	89,0	84,1
2010	90	90,1	88,3

Tabela 39. Níveis de conclusão previstos.
Fonte: DREA, 2004; Estudalentejo, 2006.

As taxas de conclusão em cada ciclo do ensino básico evidenciam pequenos ganhos apesar da forma inconstante como evoluíram. O terceiro ciclo regista a taxa de conclusão mais baixa

	1º Ciclo	Variação em relação a 2001 (%)	2º Ciclo	Variação em relação a 2001 (%)	3º Ciclo	*Variação em relação a 2001 (%)*
2001	394		257		325	
2006	327	*-17*	188	-26,8	305	-6,2
2012	282	*-28,4*	157	-38,9	290	-10,8

Tabela 40. Número da população escolar esperada.
Fonte: DREA, 2004; Estudalentejo: Projecções da População Escolar de Aljustrel, 2006.

Num cenário em que a tendência para o decréscimo de efectivos se mantém prevê-se que as gerações integradas no sistema educativo regridam também, acompanhando o movimento natural da população.

Esta previsão poderá ser invertida através do incremento das taxas reais de escolarização, i. é, combatendo os elevados níveis de abandono da escola verificados em 2001.

Ensino secundário

Ano	Conclusão	Retenção
2001	54	45,6
2006	56	44
2012	60	40

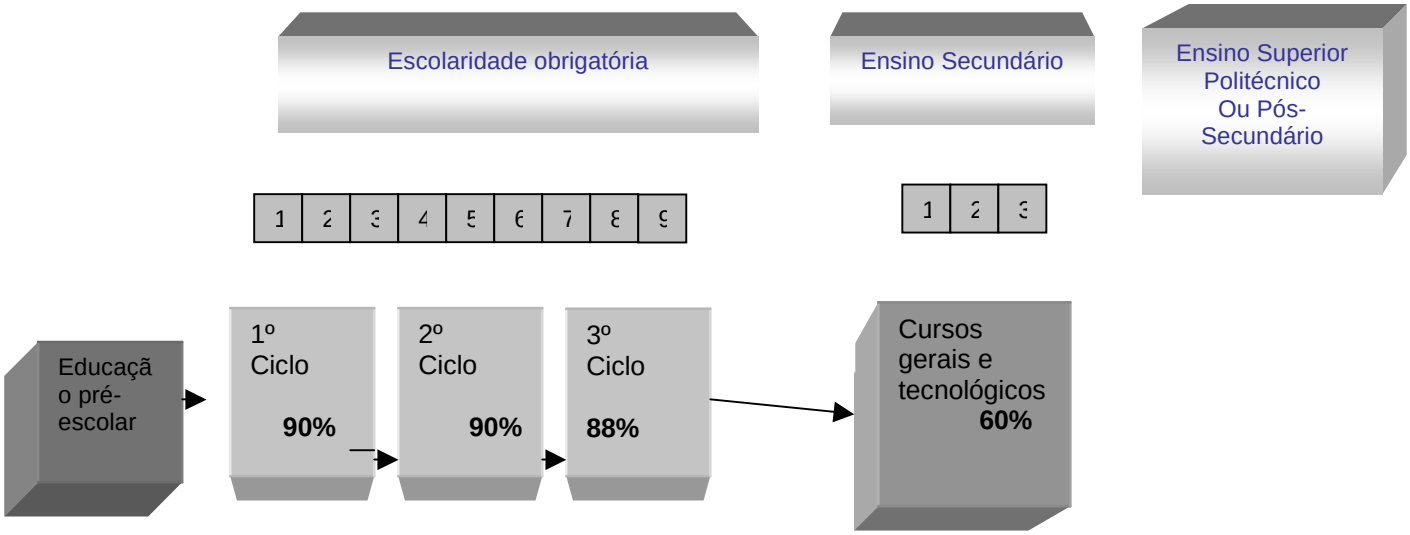
Tabela 41. Níveis de conclusão e de retenção previstos no ensino secundário
Fonte: DREA, 2004; Estudalentejo: Projecções da População Escolar de Aljustrel, 2006.

Os baixos níveis de conclusão verificados no ensino secundário evidenciam um ritmo muito lento de escolarização neste nível de ensino no concelho. A conjugação de baixos níveis de conclusão com a redução de população com idades entre os 15 e os 19 (-48%) a previsão é de forte redução do efectivo em 2012.

	População esperada no secundário	*Variação em relação a 2001 (%)*
2001	267	
2006	220	-17,6
2012	203	-23,9

Tabela 42. População escolar esperada no ensino secundário
Fonte: DREA, 2004; Estudalentejo: Projecções da População Escolar de Aljustrel, 2006.

Figura 4. Cenário de escolarização no concelho de Aljustrel.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas do concelho

O cálculo da evolução prospectiva do número de alunos em cada Escola dos Ensinos Básico e Secundário e Jardim-de-infância de Aljustrel **foi feito pela DREA, cobrindo o período entre 2006/2007 a 2011/2012.** Os valores apresentados foram calculados a partir da relação estabelecida entre dois indicadores chave: taxa de cobertura em cada ano de cada ciclo de ensino e população esperada com idade de frequentar cada ano escolar. O primeiro indicador foi encontrado a partir da média observada entre 2000/2001 e 2003/2004, já a população esperada em cada ano tem por referência a população observada no recenseamento geral da população de 2001.

Em anexo encontram-se na íntegra os valores da população esperada em cada uma das Escolas dos Ensinos Básico e Secundário e Jardins de Infância do concelho, que a seguir comentaremos de forma mais sintética, iluminando os resultados que nos parecem mais pertinentes para a concepção de propostas de reordenamento da rede de escolas de Aljustrel.

Salienta-se que a análise se centra na comparação directa dos valores projectados oficiais para 2006/2007 e 2011/2012. Os valores apresentados expressam as tendências de evolução calculadas em 2004, sendo natural a existência de diferenças face aos valores reais constatados no presente ano lectivo de 2005/2006.

Tendência de evolução prevista para a Educação de Infância

A tendência de evolução da população a frequentar os estabelecimentos com valência de pré-escolar entre 2006/07 e 2011/12 é de aumento dos totais, face aos valores projectados pela DREA para os

valores de frequência escolar no ano lectivo de 2006/2007, que se traduz na expectativa do aumento de alunos para a totalidade dos estabelecimentos. Este aumento é de pelo menos 1 criança, no caso da EPEI de Jungueiros que se prevê que passe de 9 crianças em 2006/07 para 10 em 2012, até 10 crianças, caso de JI S Casa da Misericórdia de Aljustrel.

Prevê-se ainda que o nº de efectivos com a idade de 3 anos diminua 14% até 2012, com 4 anos aumente 31,7% e com 5 cerca de 15%. Deve registar-se que este aumento do nº de crianças a frequentar o pré-escolar na segunda metade da década não chega para anular o efeito de diminuição de crianças entre 2001 e 2012.

A taxa de cobertura do pré-escolar é superior a 100% em todas as idades.

Tendência de evolução prevista para o 1º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, os dados prospectivos da DREA não identificam qualquer aumento da frequência, apontando antes para uma tendência de diminuição do número de inscritos – em termos do concelho, prevê-se um total de 356 inscritos em 2006/07 e de 284 em 2011/2012. Uma redução de 20,2% no efectivo.

Escolas por freguesias		Previsão DREA
Aljustrel	EB1/JI de Avenida (n.º1)	89 alunos em 2006/07 – 71 alunos em 2011/12
	EB1/JI Campo Esperança (n.º2)	53 alunos em 2006/07 – 43 alunos em 2011/12
	EB1/JI de Eucaliptos (n.º3)	61 alunos em 2006/07 – 49 alunos em 2011/12
	EB1 de Corte Vicente Anes	9 alunos em 2006/07 – 7 alunos em 2011/12
	EB1 de S. João do Deserto	A suspender em 2006/07
Rio de Moinhos	EB1/JI de Rio de Moinhos	31 alunos em 2006/07 – 25 alunos em 2011/12
Ervidel	EB1/JI de Ervidel	29 alunos em 2006/07 – 23 alunos em 2011/12
Messejana	EB1 de Messejana	28 alunos em 2006/07 – 22 alunos em 2011/12
São João de Negrilhos	EB1 de Jungeiros	12 alunos em 2006/07 – 9 alunos em 2011/12

Tabela 43. Escolas do 1º ciclo com tendência de diminuição de frequência entre 2006/07 e 2011/12.
Fonte: DREA, 2006.

Destacam-se os casos das EB1 de Carregueiro, EB1 de Jungeiros e EB1 de Corte Vicente Anes, para as quais se prevê um nível de frequência inferior a 10 alunos até ao fim da década.

Todas as idades esperadas para frequentar o 1º CEB têm uma previsão de redução de efectivos até 2012, a saber: 6 anos (-22,5%), 7 anos (-22,2%), 8 anos (0) e 9 anos (-32,2%) .

Estas perspectivas de evolução da população nas várias escolas do concelho são convergentes com a tendência demográfica acima assinalada, que indica uma redução de 36,2% do número de efectivos, ou seja, de crianças com idade de frequentar o 1º ciclo do ensino básico; deste modo esta é uma tendência que dificilmente poderá ser contrariada.

A taxa de cobertura da escolarização é superior a 100% em todas as idades deste ciclo: aos 6 anos 107,7%, aos 7 anos 138,5%, aos 8 anos 107% e aos 9 anos 101,2%. Estes valores indicam a existência de retenção, de alunos com idades inesperadas para frequentar este ciclo.

Tendência de evolução prevista para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

As perspectivas de evolução da frequência dos 2º e 3º ciclos do ensino básico são de redução do efectivo escolar[33]. Assim:

- no 2º ciclo prevê-se uma diminuição do número de alunos entre 2006/07 e 2001/2012 (de 174 inscritos em 2006/2007 para 155 em 2011/2012); O único estabelecimento que assegura este ciclo de estudos, a EB23 Dr. Manuel Brito Camacho, perde 19 alunos.
- no 3º ciclo prevê-se também uma diminuição do número de alunos entre 2006/07 e 2011/2012 (de 290 para 246alunos).
- O confronto destes dados com a projecção da população de Aljustrel – apresentada em 3.1. – permite evidenciar coerência, uma vez que em ambos os cenários, e em termos globais, a expectativa é de diminuição da população com idade de frequentar estes níveis de ensino (diminuição de 37,4% entre 2006 e 2012).

As idades esperadas para frequentar o 2º ciclo perdem população (-20% com 10 anos e -1,2% com 11 anos). Quanto às idades esperadas para frequentar o 3º ciclo prevê-se uma recuperação de efectivo com 12 anos (+15%) e uma diminuição nas seguintes: -32,7% na idade dos 13 anos e -23%. Na idade dos 14 anos.

Analisando a taxa de cobertura da escolarização por idade verifica-se que ela é superior a 100% até aos 12 anos e inferior a esse valor aos 13 e aos 14 anos. Estes resultados revelam a existência de retenção escolar, de alunos a frequentar um ciclo de estudos com idades inesperadas mas também

[33] Para uma leitura integral destes dados, remetemos para ao anexo 4.

abandono do sistema (no caso das idades de 13 e 14 anos em que a taxa de cobertura é de 98,5% e de 95% respectivamente).

- A oscilação esperada na frequência destes ciclos de ensino permite assim, sustentar a hipótese de que existem outros factores para além dos demográficos que influenciam a evolução esperada nos níveis de frequência, o que mediante a adopção de medidas de planeamento educacional e social poderá garantir uma pequena inversão e mesmo controlo dos cenários apresentados. Relembrando que estes são dados que reflectem a tendência pesada do sistema educativo de Aljustrel entre 1998 e a actualidade, destaca-se a possibilidade de intervir no sentido de melhorar a estrutura geral das habilitações da população do concelho – apresentada em 3.3.

Tendência de evolução prevista para o Ensino Secundário

As perspectivas de evolução da frequência do ensino secundário são de clara diminuição; assim, se não houver qualquer intervenção o ensino secundário em Aljustrel perde 29,7% da sua população entre 2006/07 e 2011/12 – em termos absolutos: de 256 alunos em 2006/07 desce para 180 em 2011/12.

Os elevados níveis de retenção e de abandono que se registam neste ciclo de estudos conjugados com a diminuição demográfica dos grupos etários mais jovens estão na origem de cenários muito pessimistas para o sistema de ensino instalado.

Estes valores devem ser cruzados com outros dados, de modo a possibilitar o equacionar de implicações para o planeamento educacional do concelho. Assim, destacamos que a diminuição relativa da população a frequentar o secundário (29,7%) é muito mais baixa do que a diminuição relativa dos totais do grupo etário em idade de frequentar o secundário (48%). Por outro lado a taxa média de cobertura deste nível de ensino tem ainda bastante margem para crescer (77,2% entre 2001 e 2003, de acordo com a DREA) e diminui com a idade de frequência (aos 15 anos a taxa de cobertura é de 96%, aos 16 é de 66,8% e aos 17 é de 65,5%, ainda de acordo com a DREA). O cruzamento destes dados permite-nos afirmar que em Aljustrel se espera uma diminuição da frequência do ensino secundário, enquanto as metas do país vão no sentido da generalização deste nível de escolarização, a isto acresce o facto de que, da população existente, há uma parte muito significativa que continuará a sair do sistema de ensino se nada for feito para os impedir.

Síntese das tendências identificadas:

- No pré-escolar espera-se uma recuperação do nº de crianças (+19%) entre 2006 e 2012 mas o saldo da década é negativo. Registe-se a diminuição do nº de crianças com 3 anos (-14%) o que perspectiva nova diminuição nas matrículas);

- No 1º CEB regista-se uma diminuição de 20% em relação a 2006 mas o saldo é negativo também em relação a 2001;
- O 2º e 3º CEB perdem população em relação a 2006 e também em relação a 2001;
- Também o ensino secundário regista perda de população escolar.
- O concelho perde 26% das gerações escolarizáveis só entre 2006/2012.
- A rede escolar privada ganha 19,6% e a pública perde -15,2% do total do seu efectivo populacional

3.3. Expectativas para a estrutura geral de habilitações da população

Num cenário em que as tendências diagnosticadas se mantêm, as hipóteses de evolução são as seguintes:

i. Redução do analfabetismo ao mesmo ritmo i. é, à taxa de 2,1 % ao ano.

ii. Redução da escolarização no ensino básico à taxa de 0,84 % ao ano.

iii. Crescimento do número de habitantes com o ensino secundário ao ritmo de 6,8% ao ano.

iv. Crescimento do número de habitantes com o ensino superior ao ritmo de 10,6% ao ano.

Indicador	2006	2012
Taxa de analfabetismo	15,6	14,1
Taxa de escolarização no ensino básico	58,5	56
Taxa de escolarização no ensino secundário	16,6	23,5
Taxa de escolarização no ensino médio e superior	12	21

Tabela 44. Cenarização da evolução das habilitações da população.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Este cenário, sendo perspectivado de acordo com a tendência manifestada pela análise retrospectiva dos indicadores do concelho, evidencia a necessidade de intervir ao nível da dinâmica educativa do concelho, de modo a contrariar esta expectativa – particularmente ao nível da baixa frequência da escolarização pós-obrigatória.

4. As tendências de evolução da educação: Aljustrel face ao País

O conteúdo desta Parte III da Carta Educativa de Aljustrel proporciona exercícios sintéticos de comparação que a tornarão mais directamente ligada aos propósitos do planeamento local da educação.

O exercício que apresentamos compreende a comparação das tendências de evolução apresentadas para o País e para Aljustrel ao nível da frequência dos diferentes níveis de ensino e da estrutura geral das habilitações da população. Esta síntese deverá ser lida ao nível das tendências detectadas e não tanto dos valores expressos, uma vez que os indicadores prospectivos disponíveis para o país se referem a 2020, enquanto que as projecções desenvolvidas para o concelho têm o limite de 2012.

4.1. A evolução da escolarização no País e em Aljustrel

Destacamos as seguintes situações:

- as taxas de analfabetismo em Aljustrel são superiores às do país (20% média do concelho, para 9% de média do país). Estes valores são, ainda, superiores em algumas freguesias, destacando-se também que, em 2001, existia analfabetismo em todas as faixas etárias, com excepção da dos 10 aos 14 anos, embora com diferente expressão;
- no concelho a expansão da educação pré-escolar está a concretizar-se de acordo com as metas assumidas para o país, registando-se uma taxa de cobertura muito próxima dos 100%;
- a escolarização básica obrigatória ainda não está assegurada na totalidade em Aljustrel (61% em 2001), estando mais próxima dos 100% no país do que no concelho;
- a nível nacional propõe-se um aumento generalizado da frequência do ensino secundário, mas esta tendência ainda não se verifica de modo significativo em Aljustrel como se pode constatar nas taxas de escolarização da população em 1991 e 2001 (apesar do crescimento registado na década, em 2001 apenas 11,7% da população tinha como habilitação o ensino secundário), na quebra do número de alunos a frequentar este nível de ensino, nas saídas anteriores à conclusão e mesmo nas previsões para 2012;

Relativamente às projecções apresentadas para o país e para o concelho, a comparação que se segue estabelece-se entre os cenários de tendência pesada – o «Cenário 1» para o país e o único apresentado para o concelho. Havendo uma diferença de uma década, devemos comparar apenas as tendências e ritmos de evolução e não os valores, tal como acima sublinhámos. Uma leitura atenta permite-nos evidenciar divergências entre estas previsões:

- de um modo geral, os indicadores que caracterizam a estrutura geral das habilitações da população de Aljustrel e a sua evolução nos últimos anos estão distantes dos valores encontrados para o país;
- em Aljustrel prevê-se uma taxa de analfabetismo de 14,4% em 2012, o que significa que daqui a cinco anos a taxa de analfabetismo do concelho manter-se-á ainda mais elevada do que a do país em 2001 (9%);
- relativamente ao ensino básico, as previsões para Aljustrel em 2012 remetem para 56% da população com este nível de ensino, sendo que, tanto no país como no concelho, se espera uma diminuição do número de pessoas com apenas este nível de ensino, ao nível do país ela será mais forte, prevendo-se que, em 2020, somente 12% da população portuguesa terá o ensino básico, com vantagem para o prosseguimento de estudos;
- no que se refere à população habilitada com o ensino secundário, encontra-se uma tendência de crescimento para o concelho e para o país, embora a do concelho se verifique a um ritmo inferior, prevendo-se que 23,5% da população de Aljustrel terá concluído o ensino secundário em 2012 e 48% da população do país o terá feito em 2020;
- prevê-se um crescimento da população com o ensino superior para ambos os territórios, sendo que, para Aljustrel se prevê que 21% da população detenha este grau de ensino em 2012, enquanto que 40% o terão no país em 2020.

PARTE IV.

PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DE ALJUSTREL

1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa em 2006

As propostas apresentadas para a rede educativa de Aljustrel foram equacionadas tomando como referência as actuais características estruturantes do Sistema Educativo Português. Paralelamente, servem-nos de guia as opções mais enfatizadas no estudo prospectivo sobre a situação educativa do país, as medidas já implementadas pela actual equipa do Ministério da Educação, bem como os estudos prospectivos elaborados especificamente para o concelho pela DREA e pela empresa Estudalentejo, em 2006, e os problemas e potencialidades apurados a partir do Diagnóstico, anteriormente apresentado.

1.1. Necessidades educativas detectadas no concelho de Aljustrel

A análise da situação educativa do concelho, no que respeita à sua evolução recente e realidade actual, bem como a consciência dos desfasamentos identificados entre os ritmos de desenvolvimento do concelho e do país, e os estudos prospectivos – nomeadamente as projecções dos índices de escolarização – permitiram a identificação de um conjunto de carências transversais à situação educativa do concelho de Aljustrel**. Falamos, em concreto, da necessidade de**:

- continuar a apostar no desenvolvimento da educação pré-escolar, na tentativa de concretizar as metas de pré-escolarização a 100% apontadas pelo Ministério da Educação.
- garantir o cumprimento, a 100%, da escolaridade obrigatória de 9 anos;
- apostar na qualificação dos estabelecimentos de educação e ensino, assegurando as características desejáveis de segurança e conforto. Deverão ser equipados, em concreto, com espaços destinados a actividades específicas (expressões,...), a actividades de tempos livres, à componente de apoio à família, às actividades extracurriculares e gabinetes de trabalho para docentes.
- melhorar os espaços de recreio nas escolas de 1º CEB e nos JIs;
- apostar na prática desportiva em contexto escolar, oferta de infra-estruturas de desporto nas freguesias e reforçar as parcerias de utilização destes equipamentos por parte das escolas e JIs;
- garantir o fornecimento de refeições a todos os alunos da educação pré-escolar e do 1º CEB que necessitem deste serviço;
- proceder ao encerramento, de forma gradual e progressiva, das escolas com 10 alunos e menos, na medida em que não oferecem as características de escolarização e socialização que permitem o desenvolvimento integral das competências previstas, nem condições de trabalho adequadas para os docentes. Para tal, dever-se-á continuar e reforçar a aposta na qualificação dos Centros

Escolares, numa perspectiva de investimento e rentabilização da qualidade dos espaços e recursos;

- necessidade de reforçar a oferta de escolarização de segunda oportunidade para as faixas etárias mais jovens, indiciadas pelas taxas de «saídas» da escola e pelos níveis de analfabetismo verificados a partir dos 15 anos (cf. Caracterização socio-económica);
- apostar na generalização da frequência do ensino pós-básico, dado o iminente alargamento da escolaridade obrigatória para o ensino secundário e o decréscimo nos índices de frequência encontrados neste nível nos últimos anos;
- corrigir os níveis de saída precoce e de insucesso no 3ºCEB e no ensino secundário;
- promover a educação de adultos nas vertentes da alfabetização e da educação ao longo da vida, incluindo o acesso ao reconhecimento, validação e certificação de competências;
- reforçar o acesso às novas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC);
- apostar na contratação de novos profissionais nas áreas de educação e de animação;
- reforçar a ligação escola/família/comunidade;
- reforçar a articulação entre entidades no concelho.

As necessidades identificadas definem as áreas de intervenção prioritárias assumidas na Proposta, que se materializa num conjunto de medidas que a seguir se apresentam.

2. Proposta

Tal como clarificámos na introdução do documento, a Carta Educativa é um documento de planeamento local de educação que deve definir prioridades de acção, a fim de dar resposta às necessidades/carências da situação educativa. Neste âmbito, o plano de intervenções explicita:

- a identificação e justificação das situações que implicam, por um lado, o encerramento e, por outro, a construção de espaços educativos;
- a intervenção no edificado e no espaço exterior;
- as estratégias de optimização da utilização dos recursos consagrados à educação;
- a ponderação das formas preferenciais de expansão do sistema educativo, de forma a evitar rupturas ou situações de inadequação com o desenvolvimento social do concelho e;

- a definição de estratégias de utilização da Carta Educativa em benefício da promoção do desenvolvimento da educação no Concelho.

Estas características e objectivos da Carta Educativa serão a referência e a estrutura organizadora da proposta para o Concelho de Aljustrel.

2.1. Suspensão de escolas do 1ºCEB

A análise da conjuntura educativa do concelho permitiu identificar situações de fragilidade, que poderão justificar o reordenamento da rede, por via da suspensão das escolas que apresentarem um quadro de pouca sustentabilidade. Os critérios a ter em linha de conta para as decisões de suspensão serão os seguintes:

- Evolução retrospectiva do número de alunos do 1º CEB em cada escola, e tendência prospectiva de frequência (com uma previsão) menor ou igual a 10 alunos. Embora o Ministério aponte, em 2006, para o encerramento de escolas do 1º CEB até 20 alunos, tal critério é desajustado para a realidade, quer da região do Baixo Alentejo, quer para a realidade concelhia, dado que, por vezes, apenas a escola de sede de freguesia consegue atingir estes quantitativos, em permanência. Observar o critério dos 20 alunos como limite, implica comprometer boa parte dos restantes critérios tomados como base de decisão.
- Assegurar a dispersão da oferta de educação pré-escolar e do 1º CEB, mantendo o acesso a ambos os níveis de educação em todas as freguesias do concelho;
- Combater as situações de isolamento;
- Conversão dos edifícios, de modo a congregarem diversos níveis de ensino, tal como pressuposto na ideia de Centro Escolar;
- Gestão e optimização de recursos;
- Distância percorrida entre edifícios e condições do percurso a efectuar nos trajectos casa/escola-JI e escola/JI-casa.
- Manutenção de oferta educativa no maior número de freguesias possível, concentrando a oferta nas escolas com melhores condições, do ponto de vista das infra-estruturas, da localização, bem como, como da previsão da evolução demográfica.

No concelho de Aljustrel, a eventual suspensão de estabelecimentos de ensino deverá acontecer de modo gradual e sustentado, garantindo que as transferências decorrentes da decisão de suspensão assegurem uma melhoria real das condições de frequência e vivência escolar dos alunos, dos docentes e não docentes.

EB1 e EPEI – Corte Vicente Anes

De acordo com os elementos disponíveis, os estabelecimentos que estão mais próximos de observar as condições para a suspensão são a EB1 e EPEI de Corte Vicente Anes. No entanto face aos investimentos em curso em grandes projectos de desenvolvimento (mina e regadio), a evolução demográfica desta localidade tende a ser favorável o que poderá inverter a tendência.

Entretanto, caso a evolução seja de forma a justificar a suspensão do estabelecimento, a transferência deverá ser feita para a sede do concelho, para o estabelecimento que apresentar melhores condições de acolhimento.

Em 2011/12, assumindo a concretização destas decisões, a rede pública de escolas do 1ºCEB e de JIs do concelho ficará organizada em 9 centros escolares, caso entretanto tenha encerrado a EB1 de Corte Vicente Anes:

- EB1/JI de Avenida;
- EB1/JI de Eucaliptos;
- EB1/JI de Campo da Esperança;
- EB1/JI de Ervidel;
- EB1/JI de Messejana;
- EB1/JI de Montes Velhos nº1;
- EB1/JI de Montes Velhos nº2;
- EB1/EPEI de Jungeiros;
- EB1/JI de Rio de Moinhos.

EB1/EPEI de Jungeiros

A viabilidade da EB1/EPEI de Jungeiros deverá ser analisada com maior frequência, devido às suas características actuais e esperadas:

- Ainda que a evolução até ao ano de 2003/04 tenha sido positiva, verifica-se uma quebra drástica no número de crianças na educação pré-escolar e no 1ºCEB: 11 crianças na educação pré-escolar e 4 no 1ºCEB em 2005/06. Para o 1ºCEB, os valores estão bastante abaixo do preconizado pelo Ministério da Educação.

- Previsão de 10 crianças na educação pré-escolar e de 9 no 1ºCEB, em 2011/12 de acordo com a DREA (2006). A manutenção do 1ºCEB contribuirá para a viabilização do EPEI.
- Bom estado de conservação do edifício, com duas salas e recursos informáticos. A confirmarem-se as expectativas de crescimento no número de alunos (comparativamente com a situação actual), a escola tem capacidade para acolher estes dois ciclos de ensino, em simultâneo.
- Inserção no contexto: de acordo com o Diagnóstico Social da CMA (2006), a freguesia de São João de Negrilhos, na qual se insere esta escola, necessita de valência de creche, o que indica a existência de crianças no contexto global da freguesia. Como tal, a médio prazo, a gestão da ocupação/frequência das EB1/JIs deve ter em atenção uma distribuição harmoniosa, de modo a não sobrecarregar os estabelecimentos e, ao mesmo, tempo, a viabilizar todas as escolas que continuem a oferecer condições para a vivência escolar.
- A escola está a ser alvo de intervenções de requalificação global. Para outras intervenções/medidas não contempladas no projecto elaborado pela autarquia, consultar os pontos 2.3 e 2.4.
- Esta escola serve uma população cuja base económica assenta fundamentalmente no regadio e as respectivas infraestruturas hidráulicas de rega estão a ser objecto de importantes investimentos de renovação e ampliação com efeitos socio-económicos positivo esperados.

2.2. Criação de novos espaços e respostas de educação

O «Diagnóstico Social do Concelho de Aljustrel» (2006) realçou a necessidade de garantir oferta de creche nas freguesias de Ervidel e de São João de Negrilhos, e de ATL na freguesia de Ervidel. De acordo com o documento, esta necessidade é justificada com base na existência de 20 crianças dos 0 aos 3 anos na freguesia de Ervidel que não têm resposta de creche, e de 41 crianças entre os 3 e os 12 anos, nesta mesma freguesia, que não têm resposta de ATL assegurada[34].

Previsões de evolução

Dado que as projecções oficiais da DREA não contemplam as crianças entre os 0 e os 3 anos, não é possível apresentar a perspectiva de evolução demográfica esperada neste grupo etário para estas duas freguesias.

Quanto à educação pré-escolar (a partir dos 3 anos) e ao 1ºCEB, a cinco anos, as previsões apontam para um total de129 crianças em 2011/12 (DREA, 2006):

[34] Em relação à freguesia de São João de Negrilhos não existem indiciadores sistematizados.

- Ervidel: 28 crianças em 2007/08 e 23 crianças em 2011/12, na educação pré-escolar; 21 crianças no 1ºCEB, em 2007/2008, e 25 crianças em 2011/12;
- São João de Negrilhos: 33 crianças em 2007/08 e 38 crianças na educação pré-escolar; 51 crianças em 2007/08 e 43 crianças em 2011/12, no 1ºCEB.

Intervenção

Face às necessidades constatadas, poderão ser adoptadas as seguintes medidas:

1. Criação de uma creche nas freguesias de Ervidel e de São João de Negrilhos. Esta poderá ser criada em espaços de raiz, podendo, também, ser equacionada a hipótese de instalação nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs) ou nas escolas locais. Deverá ser assegurado o contacto frequente entre as crianças a integrar nesta creche e as crianças abrangidas pelas restantes respostas para a educação pré-escolar. De modo semelhante, deverá garantir-se o mesmo princípio para os técnicos envolvidos.

2. Criação de uma rede de amas, com contacto assegurado com o JI de Ervidel e com a futura creche. Deverá ser assegurado o contacto frequente entre as amas e os educadores/auxiliares, bem como entre as crianças nas várias respostas existentes em cada freguesia. Este contacto materializa-se sob a forma de formação e de participação em actividades conjuntas.

3. Criação da valência de ATL na freguesia de Ervidel. Esta deverá ser integrada na EB1/JI de Ervidel. Ver ponto 2.3.

2.3. Intervenção e qualificação do espaço escolar

Neste ponto são referidas as intervenções a efectuar nos edifícios da rede de escolas de Aljustrel, face ao conjunto de necessidades detectadas e seguindo uma perspectiva de evolução para cada um dos espaços.

Projectos de requalificação das EB1/JI

Necessidades detectadas na generalidade dos estabelecimentos

- Escassez de espaços de desporto, cobertos e descobertos, nas EB1 e JIs;
- Inexistência de salas polivalentes/espaços para desenvolvimento de actividades específicas;
- Escassez de gabinetes de professores;

Todas as propostas de intervenção no edificado e espaço exterior que se seguem tomam por base os seguintes princípios:

- Garantia do conforto e da segurança;
- Modernização dos espaços;
- Adaptação às situações de mobilidade condicionada;
- Equilíbrio com as características dos edifícios já existentes;
- Aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação;
- Diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

EB1/JI de Campo da Esperança

O plano de intervenção da EB1/JI de Campo da Esperança inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:
  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);
  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;
  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.
- **Criação de um espaço de trabalho para os professores, também inexistente na actualidade.**
- **Criação de biblioteca escolar, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares.**
- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Campo da Esperança

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Construção de gabinete de professores	10.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	40.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	62.000,00 €
Total	**187.000,00 €**

EB1/JI de Avenida

O plano de intervenção da EB1/JI de Avenida inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:

  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);

  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;

  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.

- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Avenida

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	80.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	65.000,00 €
Total	**220.000,00 €**

EB1/JI de Eucaliptos

O plano de intervenção da EB1/JI de Eucaliptos inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:
  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);

- uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;

- um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.

- **Criação de biblioteca escolar, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares.**
- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Eucaliptos

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	40.000,00 €
Equipamento e material didáctico	60.000,00 €
Total	**175.000,00 €**

EB1/JI de Ervidel

O plano de intervenção da EB1/JI de Ervidel inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** através da intervenção/optimização das 3 salas devolutas existentes actualmente. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas. Dadas as propostas de alargamento do horário escolar, efectuadas pelo Ministério da Educação, que prevêem a extensão do funcionamentos escolar com actividades de natureza extracurricular para as crianças, o conceito de ATL deve, cada vez mais, ser pensado de modo integrado nas EB1/JIs. Os seus objectivos, actividades esperadas e recursos implicados são, grosso modo, os mesmos. **Donde, esta nova sala/espaço polivalente deverá ser equipado de**

modo a funcionar como espaço para ATL O horário máximo de funcionamento deverá ser definido tendo em atenção as disponibilidades dos pais e encarregados de educação e o bem-estar das crianças.

- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:

  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,...);

  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;

  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.

- **Dotação de material e equipamento didáctico.**

- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.

- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Ervidel

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	35.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	55.000,00 €
Total	**165.000,00 €**

EB1/JI de Messejana

O plano de intervenção da EB1/JI de Messejana inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:

  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,...);

  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;

  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.
- **Criação de um espaço de trabalho para os professores, também inexistente na actualidade.**
- **Criação de biblioteca escolar, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares.**
- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Messejana

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Construção de Gabinete de professores	16.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	50.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	59.000,00 €

Total	**200.000,00 €**

EB1/JI de Montes Velhos nº1

O plano de intervenção da EB1/JI de Montes Velhos nº1 inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:

  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);

  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;

  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.
- **Criação de um espaço de trabalho para os professores, também inexistente na actualidade.**
- **Criação de um espaço para instalação de uma biblioteca escolar.**
- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Montes Velhos nº1

Âmbito	Montante, em €

Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Construção de Gabinete de professores	18.000,00 €
Construção de Biblioteca	35.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	57.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	75.000,00 €
Total	**260.000,00 €**

EB1/JI de Montes Velhos nº2

O plano de intervenção da EB1/JI de Montes Velhos nº2 inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:
  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);
  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;
  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.
- **Criação de biblioteca escolar, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares.**
- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.

- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Montes Velhos nº2

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	35.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	55.000,00 €
Total	**165.000,00 €**

EB1/EPEI de Jungeiros

O plano de intervenção da EB1/EPEI de Jungeiros inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:
  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);
  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;
  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.
- **Criação de um espaço de trabalho para os professores, inexistente na actualidade.**
- **Criação de um espaço para instalação de uma biblioteca escolar.**
- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/EPEI de Jungeiros

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Construção de Gabinete de professores	16.000,00 €
Construção de Biblioteca	35.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	45.000,00 €
Equipamento e Material Didáctico	69.000,00 €
Total	**240.000,00 €**

EB1/JI de Rio de Moinhos

O plano de intervenção da EB1/JI de Rio de Moinhos inclui:

A. Intervenção no edificado

- **Criação de um espaço polivalente,** a construir na proximidade/exterior do edifício existente, com ligação ao mesmo por percurso exterior coberto. Este espaço deverá ser destinado à prática de desporto ou para outras iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, entre outras). Além destas, esta nova sala poderá funcionar como espaço para ATL. Deverá ser um espaço que permita desenvolver actividades diversas, por exemplo, em dias de condições meteorológicas adversas.
- Para apoio a este espaço polivalente, deverá ser criado:

  - uma arrecadação interior, para arrumo de materiais (de desporto,…);

  - uma arrecadação de apoio aos espaços exteriores;

  - um espaço de copa (e respectiva instalações sanitárias – IS – de apoio). Neste deverá ser possível preparar e acondicionar o lanche das crianças.

- **Dotação de material e equipamento didáctico.**
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala de aula;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.

Custos previstos para a intervenção na EB1/JI de Rio de Moinhos

Âmbito	Montante, em €
Construção de Espaço polivalente	75.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	51.000,00 €
Equipamento e Material didáctico	64.000,00 €
Total	**190.000,00 €**

CAIM – Centro de Animação Infantil Municipal

O CAIM funciona como apoio ao prolongamento escolar para criança entre os 3 e os 6 anos e como um espaço de ocupação de tempos livres para crianças dos 4 ao 14 anos.

Este organismo proporciona às crianças dos diversos grupos etários a ocupação dos seus tempos livres de modo formativo e lúdico com actividades variadas.

O edifício onde funciona o CAIM foi um edifício adaptado, não conseguindo no momento dar resposta as solicitações, visto estar obsoleto e desprovido de condições adequadas para as funções a que se destina.

Este equipamento carece de novas instalações, considerando-se a construção de um novo edifício com ao seguinte programa:

- Área administrativa (escritórios e sala de reuniões);
- Sala de acolhimento;
- Refeitório;
- 2 Atelies para actividades;
- 2 salas polivalentes

- 3 salas;
- Instalações sanitárias adequadas;
- Sala Multimédia;
- Biblioteca;
- Espaço de recreio ao ar livre.

O plano de intervenção do CAIM de Aljustrel inclui:

A. Construção do edifício

- **Construção de um Edifício novo,** este espaço deverá ser destinado à prática de ocupação dos tempos livres, para crianças dos 4 aos 14 anos, para a realização de iniciativas (tais como reuniões, actividades de expressões, comemorações, formação, entre outras).
- Para apoio a este espaço, deverá ser criado:
  - uma área administrativa;
  - uma sala de acolhimento;
  - um refeitório;
  - Atelies para actividades;
  - Salas polivalentes
  - Instalações sanitárias adequadas;
  - Sala de multimédia;
  - Biblioteca.
- Instalação de uma **bancada de apoio** às actividades de expressão plástica em cada sala;

B. Espaço exterior

- Garantia de zonas de acesso directo, onde seja possível acederem, sem condicionantes, as viaturas de emergência e outras. Deverão ser instalados portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças dos recintos ou a entrada de pessoas estranhas à escola.
- Adaptação das acessibilidades, de modo a que os utentes com mobilidade reduzida, possam aceder, sem constrangimentos, ao exterior.
- Criação de um parque infantil adequado a uma faixa etária dos 4 aos 14 anos.

Custos previstos para a criação do CAIM de Aljustrel:

Âmbito	Montante, em €

Construção de Edifício	650.000,00 €
Acessibilidades e arranjos exteriores	150.000,00 €
Equipamento e Material didáctico	200.000,00 €
Total	**1.000.000,00 €**

Escola EB 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho

O plano de intervenção na Escola EB 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho – Aljustrel inclui:

A. Intervenção no edificado:

- Conservação geral da escola;
- Construção de Pavilhão Desportivo.

Custos previstos para a intervenção da Escola EB 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho:

Âmbito	**Montante, em €**
Conservação do Edifício	250.000,00 €
Construção de Pavilhão Desportivo	750.000,00 €
Total	**1.000.000,00 €**

Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel

O plano de intervenção na Escola Secundária – Aljustrel inclui:

A. Intervenção no edificado:

- Conservação geral da escola.

Custos previstos para a intervenção da Escola Secundária com 3ºCEB

Âmbito	**Montante, em €**
Conservação do Edifício	500.000,00 €
Total	**500.000,00 €**

QUADRO RESUMO

Âmbito	**Montante, em €**
EB1/JI de Campo da Esperança	187.000,00 €

EB1/JI de Avenida	220.000,00 €
EB1/JI de Eucaliptos	175.000,00 €
EB1/JI de Ervidel	165.000,00 €
EB1/JI de Messejana	200.000,00 €
EB1/JI de Montes Velhos nº1	260.000,00 €
EB1/JI de Montes Velhos nº2	165.000,00 €
EB1/EPEI de Jungeiros	240.000,00 €
EB1/JI de Rio de Moinhos	190.000,00 €
CAIM – Centro de Animação Infantil Municipal	1.000.000,00 €
Escola EB 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho	1.000.000,00 €
Escola Secundária	500.000,00 €
Total	4.302.000,00 €

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

Escola Básica n.º 2 – Campo Esperança – Aljustrel

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º ciclo e Jardim de Infância. A intervenção consiste no seguinte:

- Construção de um espaço polivalente com sala de refeitório, de uma sala de apoio aos docentes;
- Reequipamento com mobiliário e material didáctico;
- Arranjos exteriores;
- Vedação do perímetro escolar.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, investigação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA

C.M.A.

Investimento previsto:

187.000 €

Informações complementares:

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

Escola Básica n.º 1 – Aljustrel (Avenida)

Descrição:

Este estabelecimento está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1.º Ciclo e Jardim de Infância. A intervenção proposta consiste no seguinte: - Construção de um espaço polivalente com área de refeitório; - Reequipamento com mobiliário e material didáctico; - Melhoria do espaço exterior e das acessibilidades.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

220.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com o projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

Escola Básica n.º 3 (Aljustrel/Eucaliptos)

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º ciclo e Jardim de Infância. A intervenção proposta consiste no seguinte: - Construção de um espaço polivalente com a área de refeitório; - Requalificação com mobiliário e material didáctico; - Arranjos exteriores e melhoria das acessibilidades.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

175.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com o projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

Escola Coronel Mourão - Ervidel

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício da "Escola Primária e Elementar Agrícola" e integra o 1.º Ciclo e Jardim de Infância. A intervenção consiste em adaptar a escola do "Plano dos Centenários" adjacente a sala polivalente, refeitório, sala de informática e dotá-la dos necessários equipamentos e melhorar os espaços exteriores.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

165.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com o projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

E.B. n.º 1/JI – Messejana

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º Ciclo e Jardim-de-infância. A intervenção consiste no seguinte: - Construção de espaço polivalente com área para refeitório e gabinete para professores; - Reequipamento com mobiliário e material didáctico; - Melhoria das acessibilidades e do espaço exterior;

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

200.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

EB1/JI – Montes Velhos n.º 1

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º ciclo e Jardim-de-infância. A intervenção consiste no seguinte:

- Construção de sala polivalente integrando espaço de refeitório, biblioteca e gabinete de professores;
- Requalificação com mobiliário e equipamento didáctico;
- Melhoramento de acessibilidades e arranjos exteriores

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, no desporto e na juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

260.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

EB1/JI – Montes Velhos n.º 2

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º ciclo e Jardim-de-infância. A intervenção consiste no seguinte: - Construção de um espaço polivalente com área de refeitório,; - Reequipamento com novo mobiliário e material didáctico; - Melhoria das acessibilidades e do espaço exterior.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, no desporto e na juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

165.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

E.B. n.º 1/JI – Jungeiros

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º Ciclo e Jardim-de-infância. A intervenção consiste no seguinte: - Construção de um espaço polivalente com área de refeitório, biblioteca e gabinete de professores; - Reequipamento com novo mobiliário e material didáctico; - Melhoria das acessibilidades e do espaço exterior.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

240.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes reparações de remodelação de acordo com projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Requalificação

Designação:

E.B. n.º 1/JI – Rio de Moinhos

Descrição:

Este estabelecimento de ensino está instalado num edifício do "Plano dos Centenários" e integra o 1º Ciclo e Jardim-de-infância. A intervenção consiste no seguinte: - Construção de espaço polivalente com área para refeitório; - Reequipamento com novo mobiliário e material didáctico; - Melhoria das acessibilidades e do espaço exterior.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

190.000 €

Informações complementares:

O edifício foi recentemente objecto de grandes obras de remodelação de acordo com projecto aprovado pela DREA.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Nova construção

Designação:

Centro de Animação Infantil Municipal

Descrição:

Construção de um novo edifício para instalação do Centro de Animação Infantil Municipal composto por área administrativa, sala de acolhimento, refeitório, ateliers, salas polivalentes, três salas, sala multimédia, biblioteca, instalações sanitárias, espaço de recreio e respectivo equipamento.

Estratégias em que se insere:

Aposta na educação, formação, cultura, desporto e juventude

Articulações:

Agrupamento Vertical das Escolas do Concelho de Aljustrel/Associação de Pais

Prioridade:

Responsabilidade:

DREA C.M.A.

Investimento previsto:

1.000.000 €

Informações complementares:

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

001/E

Designação:

Obras de Conservação/Requalificação da Escola Secundária com 3º ciclo de Aljustrel

Descrição:

Conservação geral da escola, incluindo substituição de cobertura em fibrocimento e climatização.

Estratégias em que se insere:

Manutenção do Parque Escolar.

Articulações:

Prioridade:

2ª

Responsabilidade:

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Investimento previsto:

500.000,00€

Informações complementares:

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALJUSTREL

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

001/E

Designação:

Obras de Conservação/Requalificação da Escola Básica 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho – Aljustrel

Descrição:

Construção de Pavilhão Desportivo e conservação geral da escola.

Estratégias em que se insere:

Manutenção e requalificação do Parque Escolar.

Articulações:

Prioridade:

2ª

Responsabilidade:

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Investimento previsto:

1.000.000,00€

Informações complementares:

2.4. Optimização do funcionamento escolar

Para além das medidas referidas como necessárias em face dos encerramentos, e que englobam quer aspectos relativos à ampliação, quer à optimização de espaços e recursos, sugerem-se as seguintes medidas, organizadas em termos de globais (extensivas a todas as escolas e JI do concelho) e específicos (sugestões direccionadas para determinado estabelecimento).

2.4.1. Medidas globais

- **Dever-se-á apostar na criação e/ou revitalização das páginas Web dos estabelecimentos**, por forma a que estas possam funcionar como repositórios de conteúdos e recursos educativos em suporte digital. Esta medida será de especial importância para a actuação docente, dado que grande parte dos espaços de pesquisa e de acesso à informação estão, ainda, relativamente concentrados na sede de freguesia.

- **Melhoria do material e recursos educativos disponíveis nas EB1/JI,** que pode beneficiar de uma eficaz redistribuição do material existente na escola a encerrar pelas outras escolas que se manterão em funcionamento. Deverá ser feito um **levantamento de necessidades junto das escolas e Jardins-de-infância**, por intermédio e em conjunto com o Agrupamento, **de modo a saber que tipos de materiais são efectivamente necessários em cada caso** (jogos didácticos e de expressão, livros, jogos/materiais que desenvolvam a motricidade, entre outros). **Este referencial deverá ser elaborado anualmente,** dado que se trata na maior parte dos casos de materiais facilmente desgastáveis e que se destinam a serem manuseados pelas crianças, devendo ser entregue à autarquia.

- **Reforço dos protocolos entre a CMA, as juntas de freguesia e demais entidades de interesse do concelho, para a dinamização da oferta de âmbito cultural e educativo**. Num concelho marcado pela interioridade e concentração dos equipamentos de acesso à informação e cultura em poucos pontos do território, dever-se-á procurar garantir a realização de iniciativas culturais no espaço local. Estas contribuirão, também, para a consolidação e atractividade das comunidades locais[35],

[35] Tendo em linha de conta o quadro de relativa instabilidade docente que, se regista em diversas escolas e jardins de infância do concelho, a valorização das comunidades locais através do enriquecimento global das suas vivências tem sido apontado por vários estudos (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1987) como medida importante para a fixação dos docentes e sua ligação ao espaço local. Refira-se que o estudo mencionado (solicitado

devendo, em cada caso, colocar-se as escolas como parceiros privilegiados, e para a própria dinamização do movimento associativo local.

Estas medidas poderão passar pela revitalização/fomento da actividade dos centros comunitários locais e articulação destes com as escolas e jardins-de-infância.

- **Promoção de iniciativas e projectos que tenham como público-alvo ou participantes os alunos da educação pré-escolar e do 1º Ciclo, por parte do AVECA**, numa lógica de fomento da articulação do percurso escolar das crianças. Como exemplo, sugerem-se feiras temáticas, semanas de ciência, divulgação de determinados conteúdos ou disciplinas, bem como visitas de estudo para o contacto mais próximo com a escola.

- **Promoção da aproximação dos pais e encarregados de educação ao contexto escolar**: iniciativas de informação e actividades, em áreas diagnosticadas como sendo do seu interesse; realização de convívios temáticos, entre outras. Esta aproximação passa, também, por um envolvimento dos pais e encarregados de educação na mudança e nas vivências da escola/JI. Em concreto, chamamos a atenção para a **necessidade de se realizarem sessões de informação e esclarecimento junto dos pais, em horário compatível para estes, acerca dos encerramentos de escolas pensados**, dado que estas decisões nem sempre são consensuais. **Dever-se-á auscultar a opinião dos pais, em face do que se planeia para o concelho, expondo os critérios que estão na base das decisões, assim como as implicações positivas e negativas das mesmas.**

- **Criação, a curto prazo, de um sistema de intercâmbio entre as bibliotecas locais e a Biblioteca Municipal. Trata-se de uma forma de promover a rotatividade do fundo bibliográfico e de recursos**, entre a Biblioteca Municipal e as restantes escolas, o que **permitirá optimizar e diversificar a oferta, assim como criar ligação dos leitores à biblioteca municipal desde logo.**

- **Criação de uma Newsletter digital, para actualização dos projectos e iniciativas dirigidas às escolas,** de forma as escolas possam concorrer a financiamentos ou prémios que revertam positivamente em termos de benefícios materiais e de boas práticas. **Este trabalho de actualização poderá ser desenvolvido pela Câmara, e as informações obtidas integradas também na Agenda ou**

pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo) apontava, já, como uma das dimensões de intervenção para o cumprimento da escolaridade obrigatória tanto a interligação escola-comunidade quanto a acção do professor, muitas vezes deslocado da sua residência e com baixa motivação para o exercício da docência.

Boletim municipal. Dever-se-á, sempre que possível, assegurar que a publicação dos concursos ou projectos em causa, sejam publicados nestes suportes com uma antecedência de 30 dias. Esta pesquisa deverá ser feita através da Internet, por exemplo, nos endereços electrónicos relativos ao Ministério da Educação, tais como, Direcção Geral do Desenvolvimento e Inovação Curricular ou Direcção Regional de Educação do Alentejo, entre outros.

Em concreto, chamamos a atenção para o SIQE – Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação do Ministério da Educação – no âmbito do qual são apoiados projectos e iniciativas das escolas, de diversa natureza.

Esta actualização deve, também, incidir sobre eventos de interesse para a educação no concelho, como por exemplo, as iniciativas promovidas pela Biblioteca Municipal.

- **Promoção da inclusão e acessibilidade no concelho.** Tendo em atenção a necessidade de eliminar dificuldades no acesso aos meios e serviços, dever-se-á assegurar a possibilidade de todos os cidadãos poderem desfrutar dos espaços e recursos do concelho. Este trabalho, já contemplado nos projectos de requalificação das escolas do 1º CEB/JIs, deverá passar por uma **revisão geral dos edifícios concelhios e respectiva adaptação**, através de desnivelamento, da colocação de rampas, de placas elevatórias, entre outras. Por outro lado, a inclusão deverá passar pelo **reforço da interligação entre as entidades que servem o concelho (tais como APPC ou CERCIBEJA) e as escolas e entidades do concelho, por exemplo, promovendo actividades em conjunto e garantindo a possibilidade de participação/acesso a todos nos eventos de carácter público ou municipal.**

2.4.2. Medidas específicas

2.4.2.1. Optimização de espaços e recursos

EB1/JI de Jungeiros – em 2006/07

- Dotação do serviço de refeições escolares, actualmente inexistente.

EB1/JI de Avenida – em 2006

- Candidatura ao programa da Rede de Bibliotecas Escolares para criação de biblioteca/centro de recursos na EB1/JI de Avenida, em articulação com a Biblioteca Municipal. Deverá ser rentabilizada uma das salas devolutas actualmente existentes para este efeito.

- Criação de gabinete de professores/educadores na outra sala devoluta.

EB1/JI de Eucaliptos – até 2007

- Criação de gabinete de professores/educadores na sala devoluta existente actualmente.

EB1/JI de Rio de Moinhos – até 2007

- Criação de gabinete de professores/educadores na sala devoluta existente actualmente.

Todas as EB1/JIs do concelho

- Estabelecimento de protocolos para utilização das instalações desportivas municipais, existentes em cada freguesia. Estes acordos permitirão às crianças realizar actividades desportivas ao ar livre, em dias de condições meteorológicas favoráveis. Nas deslocações entre as escolas e as instalações de desporto de cada freguesia, deve assegurar-se sempre a presença de auxiliares de acção educativa.

EB2.3 de Brito Camacho e Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel.

Estas entidades deverão ser **apoiadas na instalação/criação de um Gabinete de Psicologia e Orientação permanente**, isto é, com profissionais alocados exclusivamente às funções nestas escolas. A existência desta infra-estrutura, a tempo inteiro, será uma condição importante para:

- Apoiar os alunos ao nível da sua decisão vocacional (na cedência de informações e esclarecimentos, por exemplo);
- realizar um trabalho conjunto com as famílias dos alunos, prestando o apoio necessário a estas;
- apoiar os docentes, nos aspectos psicopedagógico ou em dificuldades sentidas.

De salientar que, no caso da EB2.3 de Aljustrel, este gabinete deverá estender a sua acção às escolas e JIs do Agrupamento.

Escolas devolutas

Com o encerramento proposto, haverá uma nova escola devoluta – EB1 de Corte Vicente Anes –, que se junta às entretanto encerradas EB1 de São João do Deserto EB1 de Carregueiro. Estas deverão ser **rentabilizadas a favor do movimento associativo local, ou funcionando como espaços de educação e formação de adultos, ou centros de actividades e convívio para idosos e jovens, nomeadamente, proporcionando o acesso à Internet, entre outras actividades.**

Poderá também ser pensada a possibilidade de, mediante a adaptação do espaço para o efeito, **as escolas devolutas serem cedidas para iniciativas locais de emprego,** relacionadas com a promoção de produtos ou actividades tradicionais/características do concelho. Neste caso, deverá haver uma concertação com a delegação do Centro de Emprego e UNIVAs, bem como com as entidades de formação profissional mais próximas, e com a CERCIBEJA, tentando a inserção profissional dos seus formandos que são naturais ou residentes no concelho.

Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros Culturais e Associações desportivas

Nos casos em que não existam espaços de recreio cobertos ou infra-estruturas de lazer e desporto na escola, e numa situação de transição, dado que a curto/médio prazo se prevê a instalação de todas estas facilidades nas EB1/JI do concelho, conforme descrito nos projectos de requalificação, deverão ser pensados **protocolos de utilização com os centros comunitários e culturais, ou associações desportivas locais, para usufruto dos alunos e professores da escolas e jardins de infância.**

Procedimentos

- Adaptação de espaços específicos para acolher os alunos e professores;
- Integração destas actividades no plano de actividades/rotina do centro/associação;
- Dotação de recursos específicos, tais como, materiais de desporto, de expressões (musical, artística,…), jogos, entre outros;
- Sempre que já existam outros públicos ou valências na entidade em causa, sugere-se a articulação das actividades destinadas às crianças com os utentes (por exemplo, idosos da localidade), de modo a favorecer a relação entre gerações e o contacto próximo com a localidade.

2.4.2.2. Reorganização dos circuitos de transporte escolar

Dada a transferência proposta, deverão ser equacionados os percursos de transporte escolar entre Corte Vicente Anes e Aljustrel.

Em relação aos transportes escolares, dever-se-á procurar salvaguardar os seguintes **critérios**:

- **Minimização do tempo de espera**, isto é, entre o momento em que os alunos saem de casa até ao momento em que iniciam as aulas.
- **Adequação às normas de transporte escolar** previstas pelo Ministério da Educação, assegurando **1 auxiliar para cada 15 crianças**, meios de transporte equipados com condições de segurança (cintos, coletes retro-reflectores, sinalização).

- **Adequação do circuito às necessidades dos pais e ao horário de funcionamento das escolas, salvaguardando a frequência das actividades de prolongamento de horário.**

Procedimentos

- **Contratação de auxiliares de acção educativa** para fazer o acompanhamento das crianças nos percursos de transporte.
- Dadas as necessidades de acompanhamento efectivo por parte de adultos e tendo em atenção a aumento do número de circuitos especiais de transporte, realizados tanto por viaturas municipais, quanto por veículos de aluguer, deverá ser pensada a **possibilidade de aquisição de viaturas, com capacidade superior a nove lugares**. Esta medida permitirá, a médio prazo, reduzir encargos com auxiliares de transporte e com o aluguer de circuitos especialmente contratados para o efeito.
- **Garantir formação em matéria de segurança infantil aos condutores e auxiliares** de todas as viaturas, quer aos que já efectuam este serviço, quer aos que poderão vir a fazê-lo, devendo ser contemplados todos os adultos, funcionários ou não da autarquia (por exemplo, taxistas). Esta formação poderá ser integrada nas iniciativas de educação e formação de adultos, devendo estar previstas actualizações de conhecimentos (reciclagem) dos mesmos.

2.4.2.3 Estabilização e qualificação do quadro de pessoal não docente

O alargamento das actividades e facilidades proporcionadas, a nível legal, pela escola – como é o caso do serviço de refeições (ainda não generalizado a todas as escolas e JIs do concelho), o objectivo de extensão do horário escolar até às 17h30, e a implementação de novas actividades extracurriculares – representam novas exigências do ponto de vista da utilização do espaço escolar, bem como um maior número de horas vividas no mesmo. A diversidade destas medidas levanta também a questão da formação destes profissionais, nomeadamente, para o acompanhamento das acções extracurriculares, sendo de prever a necessidade de profissionais com uma formação específica ao nível da educação/animação.

Assim, sugerimos:

- Aposta nos profissionais de animação sócio-cultural, nomeadamente, procurando assegurar estágios e vagas para os alunos que frequentam cursos de formação nesta área na região, assegurando assim, não só uma articulação supramunicipal, mas também, a garantia de fixação de jovens qualificados no concelho.

- Equacionar as contratações junto da delegação da UNIVA e do Centro de Formação Profissional de Aljustrel, nomeadamente, junto de formandos que tenham frequentado formações específicas na área do apoio à infância (por exemplo, curso de auxiliar de acção educativa).

2.5. Expansão da Oferta Educativa

2.5.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

A curto prazo

- Alargamento do Programa de Generalização do Inglês no Ensino Básico aos alunos dos 1º e 2º anos.

A médio prazo

- Iniciação do inglês nas crianças que frequentam a educação pré-escolar.

Estas medidas deverão ser acompanhadas das seguintes:

- Adaptação do sistema de transportes, de modo a que os alunos possam beneficiar das aulas.
- Adaptação dos horários em cada escola, de modo a que possam coexistir turmas de 1º/2º ano e de 3º/4º ano.
- Comparticipação na aquisição de materiais específicos de apoio à disciplina, tais como, jogos e manuais, adaptados às faixas etárias em questão.
- Fornecimento do lanche, dado o número de horas que os alunos irão ter na escola.

2.5.2. Ensino Profissional

A necessidade de expansão da oferta educativa é justificada por:

- Nas Grandes Opções do Plano da CMA para 2006, está definida a aposta nas seguintes áreas:
  - Qualificação do património mineiro com fins turísticos;
  - Incentivo à construção de uma unidade hoteleira e de habitação turística em meio rural;
  - Promoção da imagem do concelho no exterior.

- A análise feita no âmbito do «Diagnóstico Social do Concelho de Aljustrel» (2006), evidenciou, também, a existência de uma franja de jovens para os quais não existe uma resposta em termos do seu percurso educativo no concelho.
- Existência de um historial de casos de saída precoce, abandono escolar e retenção em momentos de transição entre ciclos (9º ano e 12º ano).
- Resposta aos objectivos do ME para o Ensino Secundário regular, no qual se inclui o ensino profissional. O ME prevê a garantia de oferta de vias de estudo adaptadas a todos os alunos, como forma de a expandir a frequência do ensino secundário.
- Resposta às metas definidas pelo Ministério da Educação para a concepção e desenvolvimento da oferta ao nível do ensino secundário, designadamente:
    - «esbatimento das assimetrias locais;
    - articulação com empresas ou serviços existentes na região/território;
    - respostas à procura dos jovens e das famílias (…);
    - atender à especificidade local e regional» (ME, 2006, p.10).

Procedimentos

- Será necessário proceder a um **levantamento de necessidades junto da população,** designadamente, dos alunos a frequentarem os últimos anos do 3º CEB, de forma a perceber quais as suas expectativas de formação e percurso profissional. Paralelamente, **deverão ser auscultados os empresários da região**, de modo a se proceder a uma análise dos perfis profissionais desejados e a verificar/confirmar quais as áreas de formação mais úteis, em face das suas necessidades. **Esta análise deverá ter lugar, ainda, no ano de 2006.**

- Deverão analisar-se as condições definidas pelo Despacho nº 14758/2004 de 23 de Julho, que estipula as condições de gestão pedagógica e organização a observar pelas escolas públicas que se proponham ministrar cursos profissionais do nível secundário da educação. **Estes procedimentos são necessários para a definição dos locais conde serão ministrados estes novos cursos de formação que resultarão como necessários de todo este processo.**

- Deverá ser dada a **oportunidade de permeabilidade entre cursos**, isto é, a possibilidade de se frequentarem disciplinas de outros planos de estudos/cursos**, tendo em vista construção do perfil**

escolar mais adaptado ao aluno e às suas perspectivas de futuro, conforme previsto pelo. O diploma mencionado permite ao aluno alterar o seu percurso formativo e prosseguir estudos noutro curso no ano seguinte.

- **Criação de um grupo de trabalho que integre elementos** do AVECA, da EB2.3 de Aljustrel, do Centro de Formação Profissional de Aljustrel, da Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel, de associações empresariais e/ou comerciais e de outras entidades consideradas pertinentes. **Neste grupo deverão estar representados alunos, professores, técnicos de acompanhamento vocacional, técnicos de emprego, representantes dos empresários da região e outros entendidos como necessários**.

  Este grupo de trabalho deverá, também, numa **lógica supra-municipal**, integrar representantes dos ensinos secundário, profissional e superior da região do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, de outras escolas secundárias dos concelho limítrofes.

  Este grupo de trabalho deverá ser criado já em 2007, e a partir do trabalho por ele desenvolvido serão definidas áreas de formação profissional consideradas de interesse comum, e que possam ser ministradas nas escolas/entidades do concelho. Esta estratégia permitirá apurar necessidades, evitar a sobreposição da oferta formativa, nomeadamente, proporcionada pelos concelhos próximos, bem como rentabilizar recursos humanos e de formação já existentes.

- Após definida a estratégia relativa à oferta educativa a proporcionar, dever-se-á fazer um **levantamento dos materiais e equipamentos necessários** às disciplinas e explorar estratégias para a sua aquisição.

- De modo semelhante, **equacionar o número e habilitações dos docentes e não docentes necessários**, em resultado da entrada em funcionamento de novos cursos, aspecto que foi apontado como obstáculo ao alagamento da oferta formativa.

Aproximação de parceiros

Chamamos a atenção para a necessidade aproximação dos diferentes parceiros, bem como a necessidade de espaços comuns de encontro, evidenciadas a partir do Diagnóstico Social do Concelho (2006). Como tal, sugerem-se algumas práticas a adoptar, na sequência do estabelecido por este grupo de trabalho, e que visam **promover a aproximação de parceiros e entidades**:

- **Criação de uma semana anual de «boas práticas», a concertar entre as entidades acima referidas.** Nesta semana seriam desenvolvidas diversas iniciativas que permitissem, por um lado, a divulgação das ofertas existentes no concelho (à sua população a e outros concelhos), funcionando como momento de demonstração de opções, perfis, saídas profissionais, elementos importantes ao processo de escolha vocacional. Nesta semana seriam, ainda, demonstrados trabalhos desenvolvidos pelas entidades, quer relacionados os cursos leccionados, quer com outras actividades, tais como, a participação em projectos nacionais e internacionais, clubes de actividades existente, publicações, actividades culturais, entre outras. Poderiam ser, também, levadas a cabo conferências, workshops e outras iniciativas com convidados relacionados com os temas escolhidos para desenvolver.

- **Promover a utilização partilhada de espaços entre estas entidades.** Esta medida consiste na possibilidade de alunos de diversos níveis de ensino, com particular destaque para os ensinos profissional e regular, poderem usufruir mutuamente dos seus espaços (salas de aula, laboratórios, espaços exteriores) ou de outros espaços existentes no concelho.

- **Promover o intercâmbio de docentes destas entidades,** de acordo com as suas especializações, por exemplo, para efeitos lectivos, participação em eventos, entre outras.

- **Promover a realização de aulas conjuntas entre alunos de cursos diferentes.**

2.5.3. Educação de adultos

2.5.3.1. Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e RVCC

Não obstante sinais positivos na frequência dos cursos ensino recorrente, os níveis de analfabetismo e a baixa escolaridade, bem como a não cobertura dos cursos de educação de adultos a todo o concelho, exigem que se continue a apostar na promoção das modalidades de educação de adultos, através das seguintes medidas:

- Incentivo e estabelecimento de parcerias entre a CMA, as entidades responsáveis pela coordenação do Ensino Recorrente e da Educação Extra-escolar, o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) de Ferreira do Alentejo e do Centro de

Formação Profissional de Aljustrel, e as associações do concelho ou a intervir em freguesias do concelho, com o objectivo de dinamizar projectos/programas de intervenção social que contribuam para a melhoria das qualificações da população e que possam ir de encontro às necessidades de formação do concelho.

- **Equacionar o funcionamento de acções de educação extra-escolar** – de alfabetização, de promoção de línguas estrangeiras, de utilização de novas tecnologias, de educação para a saúde, aquisição de competências profissionais, a título de exemplo – a **decorrer em estabelecimentos entretanto devolutos, sem constrangimento de horário, isto é, em horário diurno** (sobretudo para população em idade activa jovem, em situação de desemprego ou precariedade profissional, e população idosa), **ou em horário pós-laboral** para adultos activos, nas escolas em funcionamento.

- **Disponibilização dos espaços escolares** localizados nas várias freguesias para os cursos de ensino recorrente ao nível do ensino básico, de modo a potenciar a sua frequência**.**

- **A médio prazo, equacionar a possibilidade de funcionamento de cursos com componente profissionalizante/profissionais para adultos, em regime de horário pós-laboral.** De modo a rentabilizar espaços e recursos, poderá ser assegurado o funcionamento nocturno dos cursos que, entretanto, já estejam em funcionamento em regime diurno na EB2.3/ES com 3ºCEB, ou das novas ofertas formativas que, possivelmente, entrarão em vigor no concelho.

2.5.3.2. Pessoal não docente

Sendo o pessoal não docente um dos principais intervenientes no contexto escolar e confrontando com o baixo nível de habilitações literárias verificadas, bem como a evidência de que o tempo dispendido na escola será, por força das exigências do Ministério da Educação (refeições, educação extracurricular, …), cada vez maior, torna-se imperiosa a aposta na formação destes profissionais.

Para tal deverá ser feito, no início de cada ano lectivo:

- uma actualização do nível de habilitações de profissionais não docentes;
- um levantamento dos interesses e necessidades de formação dos mesmos.

A partir desta análise inicial dever-se-á elaborar um plano de formação, a definir em colaboração com o AVECA, Escola secundária com 3ºCEB e IPSSs envolvidas. Embora podendo conter directrizes e conteúdos comuns, **o plano deverá ser adaptado à realidade de cada um destes contextos específicos.**

Este processo deverá ser coordenado pelo CENFOCAL, entidade localizada em Almodôvar, que presta formação para docentes e não docentes dos concelhos de Ourique, Almodôvar, Castro Verde e Aljustrel. Deverá haver uma concertação com esta entidade, de modo a proceder-se a uma análise dos materiais e recursos implicados nestas acções, procedendo-se ao respectivo apetrechamento.

2.5.3.3. Pais e encarregados de educação

Criação de uma Escola para Pais/Oficinas para pais

As conclusões do Diagnóstico Social do Concelho (2006), apuram a necessidade de espaços e momentos de encontro entre pais, dentro da aproximação entre escola/família/comunidade. Assim, partilhando da lógica de colaboração a que as medidas propostas têm apelado, sugere-se a criação de uma Escola para Pais. Trata-se de uma iniciativa que tem como objectivo prestar apoio e formação aos pais nas temáticas relativas à educação, assim como temas da actualidade. Esta Escola deverá ser criada em conjunto com as seguintes entidades:

- AVECA;
- Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel;
- Associações de pais;
- Biblioteca Municipal e outras;
- Entidades de ensino superior;
- Centro de Formação Profissional de Aljustrel;
- Gabinetes de psicologia e educação.

Com estes elementos, sugere-se a **criação de um grupo de trabalho, ainda no ano lectivo de 2006.** A este grupo caberá a aprofundar a ideia de Escola para Pais, e de elaborar e aplicar instrumentos de recolha de interesse e necessidades junto de pais e encarregados de educação. Com base nesta análise de necessidades, caberá a este grupo delinear o plano de acções para cada ano lectivo. Os temas poderão ser abordados por especialistas ou outros, e de entre os temas possíveis deixamos como exemplo: Desenvolvimento infantil; Adolescência; Decisão vocacional; Dependências; Jogo lúdico, …

Salienta-se a importância de uma abordagem prática destes temas. Uma vez definido o plano, a sua divulgação deverá acontecer através dos diversos órgãos de informação municipal e em espaços de acesso quotidiano.

2.6. Implementação das medidas legisladas no ano de 2005 – algumas reflexões

2.6.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB

Sendo que este programa já se encontra em vigor no concelho, deixamos as seguintes sugestões:

- **Com a decisão de encerramento da EB1 de Corte Vicente Anes, a ter lugar em 2007/08, deverá ser equacionado**:
  - **Redistribuição do material específico de apoio à disciplina** (caso exista), pelas restantes escolas que permanecem em funcionamento;
  - **Compatibilização dos horários/circuitos de transporte das crianças das EB1**, de forma a que possam beneficiar desta oferta.

- **Instituir-se a prática da avaliação do programa**. Assim, a implementação da medida deverá ser avaliada em cada escola, junto de pais, alunos e professores envolvidos (tanto docentes da turma, quanto, docentes de inglês destacados para este efeito), sendo o processo coordenado pela autarquia e agrupamento horizontal.

  Esta avaliação deverá incidir nas sugestões de todos os implicados e deverá ter especial atenção:

  - eventuais necessidades de formação específica;
  - necessidade de materiais didácticos adaptados ao 1º CEB, a utilizar na prática lectiva.

2.6.2. Programa de Generalização da Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

O Ministério da Educação estabelece os procedimentos a adoptar para a candidatura ao Programa, quer no que se reporta aos protocolos a estabelecer entre as entidades interessadas em fornecer as refeições, quer no dossier onde deverão constar as propostas concretas, a ser entregue à Direcção Regional de Educação do Alentejo. Além destes passos, esta iniciativa contém diversas implicações para a acção das autarquias, mais concretamente, da Câmara Municipal, porque a esta compete a fiscalização, controlo e gestão do fornecimento das refeições (Capítulo I, art. 3º, alínea 4).

Sugestões de actuação

Para a concretização do serviço de refeições aos alunos do 1º CEB, será necessário da parte do município:

- analisar as parcerias actualmente existentes com entidades em cujo âmbito de actuação recaia este serviço, nomeadamente, as sedes de agrupamento, equacionado a possibilidade de concretização deste serviço;
- observar os recursos humanos existentes, afectos ao quadro de pessoal do município, de forma a identificar carências e potencialidades, isto é, poder rentabilizar o pessoal que poderá vir a integrar esta função;
- equacionar, caso a caso, os moldes em que o fornecimento das refeições deverá acontecer, conforme referido nos pontos anteriores da Proposta;
- avaliar o funcionamento da medida em cada escola.

Nos casos em que se optar por servir as refeições na escola, será necessário:

- criar e qualificar os espaços onde estas serão servidas, dado que as escolas do 1º CEB dos agrupamentos não dispõem, em regra, deste tipo de espaços, nem de cozinha;
- apetrechar com os utensílios necessários (loiças, mobiliário) e prever um espaço para o aquecimento ou manutenção da temperatura dos alimentos;
- assegurar a presença de auxiliares de acção educativa (consoante o número de alunos), para o apoio à distribuição e gestão da refeição.

Nos casos em que se optar pelo fornecimento da refeição fora do espaço escolar, será necessário:

- Estabelecer protocolos com as entidades responsáveis.
- No caso de a entidade responsável ser a sede de agrupamento, articular os horários de fornecimento de refeições, de modo a não se verificar uma sobrelotação dos espaços, devida à presença simultânea dos alunos da EB2.3 e dos alunos do 1º CEB e pré-escolar.
- Assegurar o transporte das crianças para o local onde será servida a refeição, caso a distância assim o justifique.
- Garantir o acompanhamento das crianças por parte de auxiliares de acção educativa.

Sugestões de avaliação

- Deverão ser recolhidos os pareceres de pais, professores, auxiliares e alunos, em 3 momentos distintos, sensivelmente, no início, meio e final do ano lectivo, quanto aos seguintes indicadores:

  Início: necessidade de dieta alimentar, intolerância a alimentos, horários de refeição, entre outras; sugestões específicas de ementa a adoptar. Será importante a consulta a especialistas da área da nutrição e saúde, aspecto que poderá ser desenvolvido articuladamente com o Centro de Saúde.

  Meio: avaliação da qualidade das refeições, da adequação às necessidades do aluno, acondicionamento, quantidades. Respectiva adaptação em função das falhas eventualmente encontradas.

  Final: sugestões e avaliação global do programa e respectiva devolução da informação à entidade responsável pela confecção das refeições.

2.7. Linhas de orientação da expansão do sistema educativo de Aljustrel e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico

Este segmento da Carta Educativa projecta num horizonte temporal mais alargado o sistema educativo de Aljustrel. Se as propostas até aqui definidas foram concebidas para serem concretizadas – as relativas à gestão de recursos – ou iniciadas – as relativas à construção, reconversão ou encerramento de espaços – nos próximos cinco anos, aqui é o lugar de introduzir algumas linhas que poderão orientar a expansão do sistema educativo desde já e com um prazo de validade de, pelo menos, uma década.

Algumas características do sistema educativo de Aljustrel devem ser reforçadas, de forma a não serem negligenciadas. Outras deverão ser, progressivamente, introduzidas, de forma a suplantar as fortes assimetrias que ainda se verificam entre o concelho e o país. Na primeira parte deste documento, apresentámos algumas das dimensões do debate actual em torno das relações entre educação e desenvolvimento. Neste ponto voltamos a fazer uso das propostas que esse debate introduz, na convicção de que a educação é um dos factores promotores do desenvolvimento das populações e que populações mais desenvolvidas exigem mais qualidade de vida e melhor educação.

Neste sentido, consideramos que no concelho podem ser assumidas as seguintes estratégias que, sendo convergentes com as equações feitas para o País com implicações para o poder local, são devidamente especificadas para a realidade do concelho:

- o sistema escolar deverá sofrer uma concentração física sustentável e uma diversificação da oferta, em coerência com as propostas de encerramento e fusão apresentadas apoiadas na evolução recente e projectada da população escolar.

- dados os níveis de escolarização da população, os valores de frequência e de saída precoce no ensino secundário registados no concelho, é fundamental desenvolver medidas que incentivem o aumento de frequência e de conclusão deste nível de ensino. **No caso concreto, propõe-se**:

- a dinamização do funcionamento em rede da Escola Secundária com 3ºCEB, AVECA, Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel, Associação de Defesa do património de Messejana, Centro de Formação Profissional de Aljustrel e Câmara Municipal de Aljustrel. O trabalho em conjunto permitirá, não só, uma melhor articulação da oferta formativa, mas também, um aumento da diversidade da mesma em claro benefício dos percursos de escolarização e qualificação propostos. Também deverá ser fomentado o desenvolvimento de projectos comuns;

  - o reforço do conhecimento mútuo e do desenvolvimento de projectos em parceria as escolas e agrupamentos de escolas;

  - **a promoção dos artigos tradicionais e das potencialidades de Aljustrel** e a oferta de outros tipos de formação, quer através da criação de cursos de nível técnico profissional e/ou de cursos de educação-formação da escola secundária. A disponibilização de uma oferta desta natureza poderá contribuir para corrigir os níveis de abandono e de não aproveitamento identificados no Diagnóstico.

  - **a criação de bolsas de estudo para os alunos do ensino secundário, (co)financiadas por empresas da região.** A implementação desta medida deverá ser negociada junto do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças a fim de que possa ser aceite no âmbito **da Lei do Mecenato**. Esta, cujo estatuto é definido pelo Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março, permite um conjunto de incentivos fiscais às empresas que integrem acções consideradas ao abrigo do Mecenato educacional, social ou cultural. Este apoio poderá ser concedido a escolas e cooperativas de ensino através de dinheiro ou de bens materiais.

- **o estabelecimento de acordos com as entidades empregadoras do concelho para que, no âmbito dos processos de contratação, seja dada preferência a jovens (com idade inferior ou igual a 20 anos) que tenham cumprido doze anos de escolaridade, ou que nos contratos de trabalho seja incluída uma clausula de formação obrigatória para o jovem.**

- **incentivar a dinâmica da oferta e procura de ensino recorrente e educação extra-escolar através de(a):**
  - acções de sensibilização junto da população;
  - dinamização da cooperação entre a entidade coordenadora da educação de adultos no concelho, autarquias e colectividades locais;
  - diversificação da oferta de acções em educação extra-escolar através da exploração de diversas áreas;
  - continuidade do serviço de transporte, a funcionar em regime nocturno.
- **Assegurar a regularidade e assiduidade de candidaturas a programas de financiamento europeus e nacionais de materiais e projectos de desenvolvimento, para todos os públicos (ex: SIQE, PRODEP, POCI-2010, POEFDS[36]). Chamamos a atenção para os apoios no âmbito do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a vigorar entre 2007/2013.**

2.8. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho

Todo o esforço de produção de um documento deste género perde potencialidades se não se proceder a uma análise e exploração alargadas, isto é, que não realizadas unicamente por e com os responsáveis directos pelo Sector Educativo na Câmara. Assim, uma vez que o Plano Director Municipal de Aljustrel se encontra em fase de revisão e fazendo a Carta Educativa parte integrante do PDM, a equipa encarregue deste processo tê-la-á necessariamente em consideração e deverá promover a participação da comunidade educativa e população em geral, adoptando para tal as seguintes medidas: (alteração pag.183)

- Envio da Carta Educativa para as entidades directa e indirectamente associadas à educação no concelho de Aljustrel;

[36] SIQE – Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação, do Ministério da Educação; PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, do Ministério da Educação; POCI-2010 – Programa Operacional Ciência e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

- Análise e Revisão do documento por parte do Conselho Municipal de Educação e pelos responsáveis do sector educativo da CMA;
- Análise e discussão do documento nas Assembleias de Escola;
- Análise e discussão pública do documento;
- Confronto com o poder central para a tomada de decisões e os compromissos necessários à melhoria do sistema.

O conhecimento integral e a visão global da dimensão educativa dão à autarquia a possibilidade de actuar em múltiplas frentes, que não apenas as que implicam uma responsabilidade directa de execução. De facto, ao congregar o trabalho de diversos parceiros (instituições, docentes, órgãos intermédios do ME,...) os responsáveis autárquicos podem rentabilizar a Carta Educativa no sentido de:

- Negociar junto dos órgãos regionais e centrais do ME, nomeadamente, em decisões que implicam mudanças importantes na estrutura e realidade educativa do município.
- Mediar a relação entre a escola e as empresas, actuando como um dinamizador na atribuição de bolsas de estágio, e na criação de postos de trabalho, numa lógica duplamente orientada: fixação dos jovens na sua região e aumento das qualificações dos profissionais que poderão vir a integrar essas empresas.
- Divulgar e incentivar a prática do mecenato, enquanto estratégia de apoio ao associativismo local, elemento de grandes potencialidades no campo da acção educativa na comunidade.
- Fortalecer a dinâmica de avaliação e de convergência dos projectos e processos educativos implantados, de modo a que a Carta Educativa seja um documento em aberto e lugar de actualização e conjugação de ideias, processos e resultados.

Parte V.

Monitorização da Carta Educativa de Aljustrel

1. Monitorização e controlo da Carta Educativa do concelho de Aljustrel

Do ponto de vista da gestão de projectos, em termos simples, a monitorização consiste no acompanhamento das acções ou projectos planeados num dado momento, de modo a que se possa verificar em que medida os objectivos, as estratégias, os tempos e os custos previstos no plano inicial estão a ser cumpridos. A monitorização é uma forma de avaliação e pretende verificar se existem derrapagens em relação ao planeado, mas também, identificar estratégias de melhoria para futuras intervenções, ou detectar novas necessidades surgidas a partir da execução das acções.

A Carta Educativa é um documento-projecto inacabado, e que necessita adaptar-se à evolução da realidade educativa do concelho, região ou país. A monitorização é a via de actuação que permite, precisamente, fazer esta adaptação, através da recolha de informação actualizada e do acompanhamento das acções: é um «processo de continuidade imprescindível para a actualização do conhecimento da realidade educativo-social e um permanente ajustamento das propostas de intervenção às dinâmicas registadas» (Manual para a Elaboração da Carta Educativa, 2000, Nota prévia).

Pretende-se que a Carta Educativa seja um documento dinâmico e adaptável em função das mudanças ocorridas na realidade educativa local e nacional. Por isso, a monitorização dever ser entendida como a «continuidade natural da Carta Educativa (*idem*, p. 42).

1.1. Fases do processo

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa, o processo de monitorização é composto por 3 fases, conforme designação a seguir:

1. Recolha, organização e disponibilização da informação: obtenção da informação junto dos vários intervenientes educativos, através de instrumentos e bases de dados próprias.

2. Modelos de transformação da informação em instrumentos de acção: isto é, a informação recolhida deverá ser analisada, reflectida, para que dela resultem conclusões e decisões de intervenção.

3. Avaliação dos resultados: feita em dois sentidos. Um primeiro é a avaliação das acções, isto é, em que medida foram concretizadas as acções planeadas; um segundo tem a ver com a formulação das próprias decisões/acções. Esta fase permite a detecção de problemas, necessidades ou desajustamentos, devendo ser definidos modos de colmatar os mesmos.

1.2. Monitorização global e específica

Em termos concretização prática, podemos dividir o processo de monitorização em duas componentes:

1. A monitorização global, onde se define, no essencial, qual a entidade/técnico responsável pela coordenação do processo de monitorização e algumas pistas globais de organização do mesmo;
2. A monitorização específica: que aqui consiste na exploração da fase 1; expõe-se pistas de para a recolha de informação e sugestões de melhoria do próprio documento.

1.2.1. Monitorização global

1. Responsabilidade global do processo de monitorização:

Importa ter presente que o processo de monitorização, embora sob a coordenação da equipa da Câmara Municipal de Aljustrel, deverá ser acompanhado pelo **Conselho Municipal de Educaçã**o requer o envolvimento de um conjunto de parceiros e actores sociais, sem os quais a recolha de dados e o acompanhamento das acções será dificultado e, provavelmente, deficiente ou incompleto. De entre os parceiros privilegiados, com os quais o processo de monitorização deverá ser concertado, assinalamos:

- Agrupamento escolas e de jardins-de-infância de Aljustrel;
- Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel;
- Engenho e Arte;
- Escola Secundária com 3ºCEB de Aljustrel;
- Associação de Solidariedade Social de S. João de Negrilhos
- Centro Social e Paroquial de Ervidel;
- COCARIA
- Irmandade Misericórdia Nossa de Assunção de Messejana
- Entidades responsáveis pela educação de adultos (Centro RVCC,…);
- Juntas de Freguesia;
- Centro de Emprego e Centro de Formação;
- Sectores da Câmara;
- Outros considerados necessários.

Apresenta-se, nas tabelas abaixo, uma proposta de trabalho, que procura ser operacional e concreta, na qual é feita referência também aos parceiros que cuja colaboração se entende indispensável para a monitorização de determinada acção. O envolvimento atempado (isto é, prévio ao momento em que se pretende concretizar a monitorização) e esclarecido (isto é, devidamente concertado e assente nas eventuais sugestões que os parceiros queiram fazer) são aspectos fundamentais para o sucesso do processo de monitorização.

2. Compilação e acessibilidade da informação

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000), deverá ser criada uma base de dados específica para a monitorização da informação, cuja «criação e manutenção (…) deve ser da responsabilidade das Câmaras Municipais (ou Associações de Municípios)» (p. 46). O Ministério da Educação disponibiliza, de acordo com o referido Manual, uma base de dados para este efeito, designada Base de dados TER – Cartas Educativas, em CD-rom.

Poderá, ainda, recorrer-se aos SIG – Sistemas de Informação Geográfica.

3. Instrumento de actualização

Os dados totais deverão ser actualizados através de um relatório escrito, que deverá estar concluído no final da cada ano lectivo. Este será objecto de análise e parecer por parte do Conselho Municipal de Educação.

4. Periodicidade

A periodicidade do processo deverá ser anual, regendo-se de acordo com o ano lectivo. Poderá estar concluído no final de cada ano lectivo ou no início de cada ano lectivo, em referência ao imediatamente anterior.

5. Relação com o documento actual

os relatórios resultantes do processo de monitorização poderão ser integrados na Carta Educativa sob a forma de adenda ou de apêndice. Recomenda-se a elaboração de um documento de síntese, a partir da Carta Educativa, no qual constem as acções a realizar.

1.2.2. Monitorização específica

Centramo-nos na Fase 1, dado que as restantes são posteriores ao momento e alcance actual e dependerão desta primeira. Com a monitorização específica pretende-se:

- Apontar pistas para o acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas;
- Indicar sugestões para a melhoria e desenvolvimento do próprio documento.

A monitorização tem um carácter essencialmente prático e exige procedimentos estruturados e previamente definidos. Ela deve ser baseada no registo periódico de acções e indicadores, de modo a que se possa ajustar o conteúdo da Carta Educativa, às alterações e acontecimentos verificadas na realidade, sobretudo, problemas e necessidades surgidas e à legislação.

Como tal, apresentamos na tabela que se segue um esquema que poderá ser adoptado para o acompanhamento das intervenções. Sugere-se uma metodologia de trabalho assente nos seguintes tópicos:

- Indicadores a recolher;
- Momento de recolha dos dados;
- Instrumento de recolha dos dados;
- Pessoa responsável;
- Entidades a contactar;
- Momento em que se prevê nova actualização.

A. Acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas na Carta Educativa

Tipo de intervenção a acompanhar	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões de intervenção futura
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Obras e intervenções no parque escolar, estabelecimento e espaço exterior	Tempo: cumprimento dos prazos de execução Custo: existência de desvios em relação ao inicialmente previsto Qualidade: execução das intervenções planeadas	Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância). Caderno de encargos do projecto.	Início Meio	Empreiteiros e responsáveis pelas intervenções. Junta de freguesia respectiva. Agrupamento de escolas. ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia. Engenho e Arte Outras entendidas como necessárias.	Após conclusão da intervenção	Existiram problemas, ao nível: • Dos materiais empregues? • Dos tempos definidos para intervenção? • Da interacção com os alunos e professores? • Da segurança?	A partir das obras realizadas, há necessidade de: • Criação de outras infra-estruturas? • Adaptação de espaços já existentes? • Repensar a intervenção feita?
2. Reordenamento da rede escolar	Concretização dos encerramentos previstos. Condições da escola/JI de acolhimento. Percepção de pais, alunos e funcionários em relação à transferência/encerramento. Concretização das eventuais alterações propostas na escola/JI de acolhimento. Vantagens e desvantagens resultantes da transferência	Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância). Reunião/diálogo com pais, funcionários e alunos. Caderno de encargos do projecto de intervenção (se	Início do ano escolar. Momento intermédio e final.	Agrupamento de escolas. ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia. Engenho e Arte Pais, alunos, funcionários envolvidos. Empreiteiros responsáveis pelas intervenções, se	No momento de planeamento do ano lectivo seguinte	Na sequência das medidas tomadas, existem situações de: • Sobrelotação? • Subaproveitamento de espaços? • Percursos de transporte muito longos? • Tempos de espera?	A definir consoante o tipo de problemas encontrados

		aplicável).		aplicável.			
3. Apetrechamento e dotação de recursos	Tipo de recursos Nº de recursos Custos Adequação dos mesmos às necessidades	Plano de levantamento dos recursos	Início do ano lectivo	Agrupamento de escolas. ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia. Engenho e Arte Outros envolvidos	Meio e fim do ano lectivo	Os recursos foram suficientes? Adaptados aos destinatários? Qual a sua durabilidade? Que novos recursos são necessários? A previsão de custos foi correcta?	Será necessário: • Mudar fornecedores? • Elevar a verba disponível? • Alterar recursos? • …
4. Funcionamento escolar	Variável consoante as propostas específicas						
5. Recursos humanos	Número de profissionais adequados ao necessário Adequação do funcionário para as tarefas a realizar Formação/habilitação possuída Satisfação em relação ao trabalho desenvolvido, pelo próprio, pais, alunos	Diálogo com os intervenientes escolares	Início e meio do ano lectivo	Profissionais, agrupamento, ES/3ªCEB, pais,… Outros envolvidos	Final do ano lectivo	Os profissionais e funções foram suficientes? Adequaram-se bem às suas tarefas? Há necessidade de apostar na sua formação? Em que áreas?	Colocação de novos profissionais? Redistribuição do pessoal já existente? Promoção de formação? …
6. Projectos e iniciativas (formação, inglês, actividades extracurriculares, …)	Número de alunos Funcionamento (animador/professo, horário, duração lectiva/da actividade,…) Satisfação dos intervenientes	Observação local Diálogo com pais, professores alunos, pequeno questionário para a recolha de sugestões	Início, meio do ano lectivo	Professores/animadores, pais, alunos,… Agrupamento ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia	Final do ano lectivo	As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado? Quais as dificuldades sentidas?	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) È possível introduzir melhorias na actividade/projecto?

	Materiais da disciplina/actividade			Engenho e Arte Parceiros dos projectos		Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar…)	Como?»
7. Outros equipamentos e infra-estruturas de educação	Aplicável no caso de bibliotecas, centros de cultura, equipamentos desportivos e outros. Os critérios a observar deverão ser os mesmos que referidos no ponto 1 da tabela. Estudo da população alvo dos mesmos.						Quais as actividades pensadas/projectadas para a infra-estrutura? Qual a sua relação ao contexto escolar e à população local?
8. Alargamento da oferta formativa	Público-alvo Número de alunos/docentes Locais da formação Cursos/iniciativas Responsáveis Condições especiais (por exemplo, necessidade de transporte nocturno, …) Dificuldades sentidas Itens semelhantes ao ponto 6	Diálogo com responsáveis, alunos, para recolha de sugestões Equipas do ensino profissional e da educação de adultos	Início, meio	Professores/animadores, pais, alunos,… Agrupamento ES/3ºCEB Equipas que trabalhem no ensino profissional e na educação de adultos	Final do ano lectivo	A formação correspondeu ao esperado? As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado? Quais as dificuldades sentidas? Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar…)	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) É possível introduzir melhorias na actividade/projecto? Como?» É de manter a oferta?

B. Actualização, melhoria e desenvolvimento do documento

Dados de caracterização[37]	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões futuras
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Evolução do parque escolar							
1.1.Reordenamento	Alterações de tipologia (junção de níveis de ensino, por exemplo). Encerramentos (com indicação de estabelecimentos de acolhimento). Novos equipamentos criados.	Grelha, com a discriminação dos estabelecimentos.	Início e final de cada ano lectivo	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia Engenho e Arte	Início e final de cada ano lectivo	Relativos às decisões tomadas.	Que mudanças são necessárias, e face dos desajustamentos detectados? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.2. Intervenção nos estabelecimentos	Intervenções efectuadas até ao momento, por estabelecimento e tipo de intervenção Introdução das principais conclusões do ponto 1 da tabela anterior						Que intervenções de futuro? Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.3. Caracterização dos	Ver indicadores da grelha de	Grelha de caracterizacão que	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas	Início e final de cada ano	A grelha utilizada permite uma caracterizacão fiel e	Que aspectos deverão ser

[37] A numeração dos pontos não coincide, necessariamente, com a numeração que consta do documento. Apresentam-se aqui os tópicos principais, devendo proceder-se a um ajustamento relativamente ao documento. De modo semelhante, os itens da monitorização contemplam aspectos que não se encontram na proposta actual, mas que poderão vir a ser desenvolvidos na prática, numa perspectiva de previsão futura das eventuais áreas a contemplar no terreno nos próximos 5 anos.

estabelecimentos no momento actual	caracterização que consta do documento.	consta do documento.	Sugere-se articulação com os resultados no ponto 1.2.	ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia Engenho e Arte	lectivo.	completa dos estabelecimentos?	retirados ou incluídos nesta grelha de modo a que a caracterização seja o mais eficaz possível?
1.4. Intervenções previstas para futuro	Identificação das intervenções que se afiguram necessárias e respectiva justificação.	Grelha, com a discriminação dos estabelecimentos e do tipo de intervenção a realizar (ampliação, restauração, arranjo exterior,…).	Início e final das intervenções.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia Engenho e Arte Responsáveis pelas intervenções. Juntas de Freguesia. Associações de Pais.		As intervenções respondem às necessidades que lhes deram origem?	Que outras intervenções se estimam necessárias a breve prazo? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos no ponto acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
2. Evolução da população escolar							
2.1. Dados de frequência	Número de alunos por ciclo, e estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia Engenho e Arte Entidades na	Início e final do ano lectivo.	Existem desvios entre as frequências registadas em ambos os momentos? Se sim, em que ciclos/estabelecimentos? A que se devem?	Os momentos de recolha são os mais indicados ou deverão ser pensados outros?

				área da educação de adultos e do ensino profissional.			
2.2. Taxas de ocupação dos estabelecimentos	Indicação do número de turmas e seu regime de funcionamento. Relação com a capacidade do estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia Engenho e Arte	Início e final do ano lectivo.	Existem situações de desdobramento de horário/regime duplo?	Soluções para as eventuais situações de horário desdobrado. Há necessidade de: - transferência de alunos? - juntar valências? - ampliação do espaço? Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
2.3. Transição e retenção escolar	Número de alunos retidos, por ciclo e estabelecimento. Número de alunos que transitaram de ano, por ciclo e estabelecimento.	Grelha para preenchimento.	Final de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB	Final do ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos onde a retenção é mais frequente?	Procura das razões para tais indicadores. Concertação de medidas de reabilitação com o Agrupamento e/ou outras entidades.
3. Pessoal docente	Número de docentes por ciclo e estabelecimento. Habilitações e	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo, após as colocações cíclicas (se aplicável).	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB Santa Casa da	Ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos em que há maior instabilidade do corpo docente?	Concertação de medidas de minimização dos efeitos da instabilidade

	vínculo profissional dos docentes.			Misericórdia Engenho e Arte Outras entidades.			sentida com o Agrupamento e/ou outras entidades.
4. Pessoal não docente	Número de profissionais, por estabelecimento, segundo: - função exercida; - habilitações literárias - vínculo profissional	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB Santa Casa da Misericórdia Engenho e Arte Outras entidades.	Ano lectivo seguinte.	O número de profissionais em cada estabelecimento e função é suficiente?	Equacionar contratações ou recolocação de profissionais em função das necessidades e de alterações ocorridas (encerramentos,…)
5. Acção educativa da CM							
5.1. Transportes escolares	Número de alunos transportados, segundo ciclo e estabelecimento. Tipo de circuitos existentes e responsáveis na execução dos mesmos. Tempo e custo dispendido por circuito. Necessidades sentidas pelos utilizadores.	Plano de transportes municipais, elaborado pela autarquia.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB	Ano lectivo seguinte.	O circuito é adaptado à realidade (localidade, faixa etária, especificidades) de cada aluno? Existe necessidade de criação de outros circuitos? Quais?	Equacionar a concretização dos novos trajectos: - viaturas municipais? - circuitos contratualizados? - Previsão de novas despesas.

5.2. Acção social escolar	Número de alunos beneficiários, segundo tipo de subsídio, ciclo de ensino. Subsídios atribuídos aos estabelecimentos, segundo, montante e destino.	Documentos internos de concurso, da autarquia.	Início de cada ano lectivo ou uma vez decorrido o período de reclamação dos concursos.	Agrupamento de escolas ES/3ºCEB	Ano lectivo seguinte.	Existem alunos em situação de carência que não puderam ser abrangidos pelas modalidades de ASE? Se sim, qual a razão? O que poderá ser feito para resolvê-lo? Quais as falhas detectadas nos processos de candidatura e cedência dos apoios?	Que acções/ medidas poderão contribuir para limitar as falhas no processo? Existe necessidade de criação de novos tipos de apoio? Prevê-se como necessário o aumento do orçamento disponível?
5.3. Projectos e iniciativas	Objectivos Parceiros Número de alunos a abranger, Tipo de acções Tempos Montantes envolvidos .	Documentos internos Formulários de candidatura,….	Início e meio do projecto/iniciativa	Parceiros envolvidos	Final do projecto	Os objectivos foram cumpridos? Existem dificuldades de maior?	É de prever a continuidade do projecto? Em que moldes?

Estes dados deverão ser reunidos num **relatório escrito, a divulgar aos diversos parceiros educativos,** que permita fazer a leitura da evolução do concelho nos vários aspectos. Todas as informações que se encontrem desactualizas na presente Carta Educativa deverão ser objecto de recolha actualizada em 2007.

Bibliografia

AAVV (1990). *Muitos anos de escolas. Ensino Primário -1941*. Lisboa: Ministério da Educação

Barroso, J. (1998). Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. *Colóquio Educação e Sociedade – Escola e Parcerias Educativas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Canário, R. (1999). A escola, a autonomia e a territorialização da acção educativa. *Aprender.* Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, 23.

Caraça, J. (2000). Questões de Método e Linhas Gerais de Evolução – Metodologia do Estudo, em Carneiro, R. (Dir. e Coord.). *O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades – um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

Carneiro, R. (Dir. e Coord.) (2000*). O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Correia, A. (1999). Relações entre escola e comunidade: da lógica de exterioridade à lógica de interpelação. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 22.

DAPP (2000). *In* Carneiro, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Núcleo Executivo da Rede Social de Aljustrel (2006). *Diagnóstico Social do Concelho de Aljustrel*. Câmara Municipal de Aljustrel.

EURYDICE (1998). *Dez anos de reformas ao nível do ensino obrigatório.* Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Guerra, I. (2002). Espaço da organização escolar: a territorialização das políticas educativas. *In* AAVV, *Textos da Conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, E. (Coord.) (2000). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa.* Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

Martins, G. O. (2000). A Educação como espelho. *In* CARNEIRO, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Ministério da Educação (2006). *Planeamento da rede educativa: princípios orientadores*. Lisboa: Ministério da Educação.

Rodrigues, F. (2003). O Projecto Educativo Local da Golegã. *Educação, Sociedade e Culturas – Escola e Territórios*, 20.

São Pedro, M.E. *et al.* (2000). Uma leitura quantitativa do sistema educativo. *In* CARNEIRO, R.(Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Sarmento, M. (1999). Agrupamentos educativos, territorialização e autonomia: raízes estruturais e efeitos de superfície. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 23.

Subirats, J. (2001) Educación: responsabilidad social e identidade comunitária. *In* Cármen Gómez-Granell e Ignacio Vila (Coord.). *La ciudad como proyecto educativo*. Barcelona: Octaedro.

Teodoro, A. (2001). Políticas educativas e novas formas de governação numa época de transnacionalização. *In* Stoer, Cortesão e Correia (orgs.) *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à «educação» da crise*. Porto: Afrontamento.

UNESCO (1996). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI. Porto: Asa.

Legislação consultada

Decreto Regulamentar 12/2000, de 28 de Agosto

Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro

Decreto-Lei nº 108/88 de 31 de Março

Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de Maio

Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio

Decreto-lei nº 147 de 11 de Junho de 1997

Decreto-Lei nº 291/97 de 4 de Setembro

Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro – transportes escolares (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro)

Decreto-Lei nº 314/97 de 15 de Novembro

Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto

Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro

Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de Janeiro

Decreto-Lei nº 89-A/98 de 7 de Abril

Despacho nº 14758/2004 de 23 de Julho

Despacho Conjunto nº 105/97 de 1 de Julho

Despacho Conjunto nº 128/97 de 9 de Julho

Despacho Conjunto nº 258/97 de 21 de Agosto

Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto

Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88

Despacho Conjunto nº15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril

Despacho Conjunto nº 14 753/2005

Despacho nº 22 251/20005

Despacho Conjunto nº 834/2005, de 12 de Outubro

Despacho Normativo nº 27/97 de 2 de Junho

Lei nº 159/99 de 14 de Setembro

Lei nº 169/99 de 18 de Setembro

Lei nº 42/98 de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro – Lei-quadro da Educação Pré-Escolar

ANEXOS

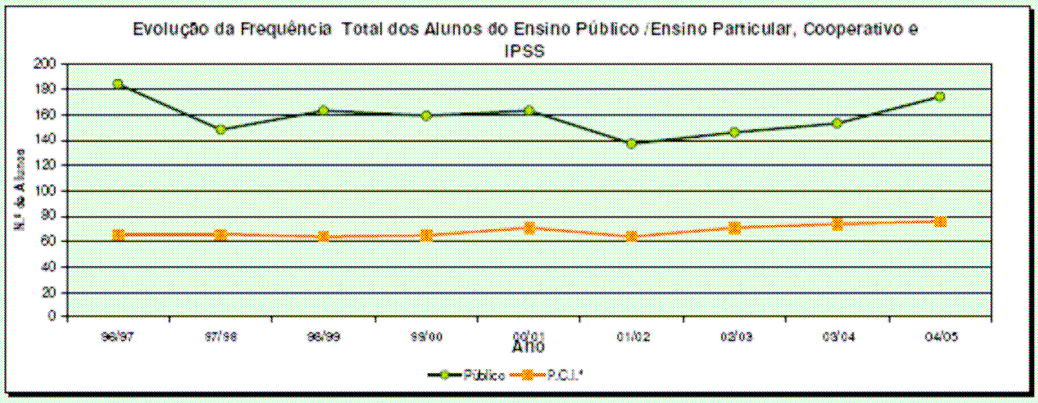
ANEXO1. Evolução do número de alunos por escola entre 1999/2000 e 2004/2005 (DREA, 2006).

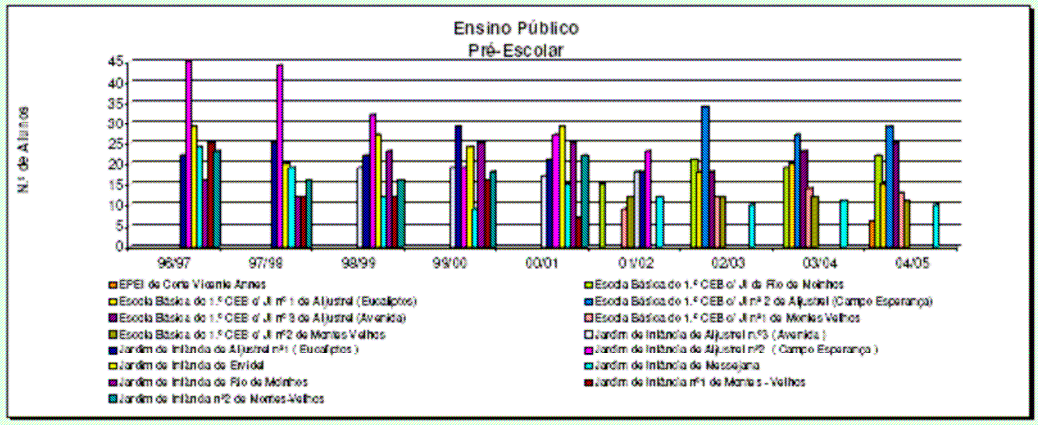
Direcção Regional de Educação do Alentejo

Educação

Concelho de Aljustrel

Pré-Escolar



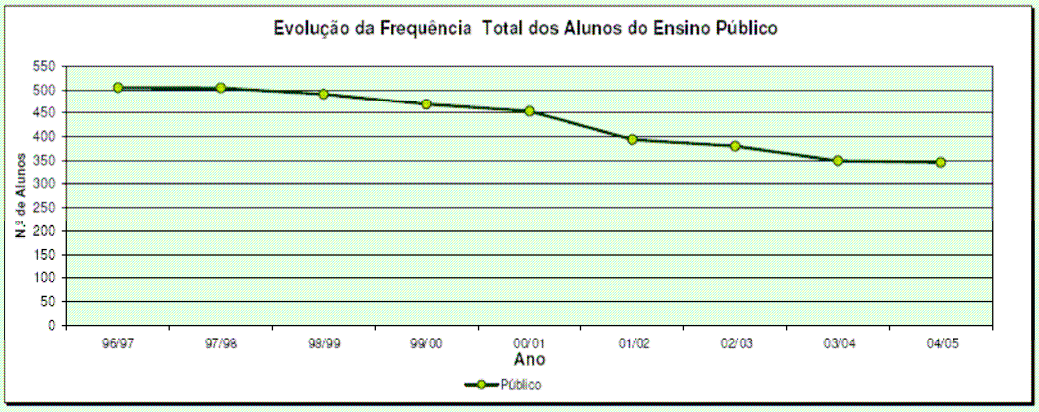


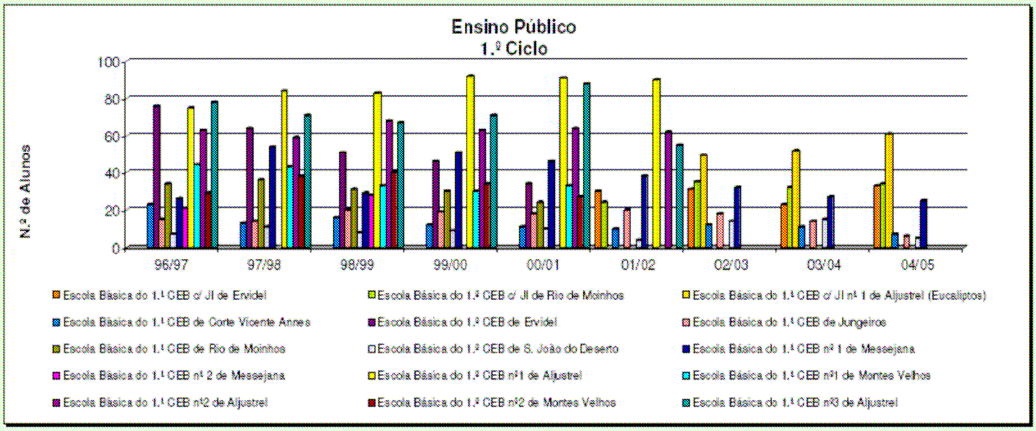
	Estabelecimento de Educação e Ensino	Nº de Alunos Pré-Escolar								
		96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Público	EPEI de Corte Vicente Annes									6
	EPEI de Jungeiros									10
	EPEI de S. João do Deserto									9
	EPEI do Carneguinho									4
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI de Envidal						30	21	27	24
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI de Rio de Moinhos						15	21	19	23
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº 1 de Aljustrel (Eucaliptos)							18	20	19
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº 2 de Aljustrel (Campo Esperança)							34	27	29
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº 3 de Aljustrel (Avenida)							18	23	25
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº1 de Montes Velhos						9	12	14	13
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº2 de Montes Velhos						12	12	12	11
	Jardim de Infância de Aljustrel nº3 (Avenida)				19	19	17	18		
	Jardim de Infância de Aljustrel nº1 (Eucaliptos)	22	25	23	29	21	19			
	Jardim de Infância de Aljustrel nº2 (Campo Esperança)	45	44	35	19	27	23			
	Jardim de Infância de Envidal	20	20	27	24	29				
	Jardim de Infância de Messejana	24	19	12	9	15	12	10	11	10
	Jardim de Infância de Rio de Moinhos	16	12	29	25	25				
	Jardim de Infância nº1 de Montes - Velhos	25	12	12	16	7				
	Jardim de Infância nº2 de Montes-Velhos	23	16	16	18	22				
	Total	184	149	163	159	163	137	146	153	174
P.C.I.*	Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	51	51	49	50	56	49	56	59	64
	Engenho e Arte - Associação Def. Valorização	15	15	15	15	15	15	15	15	12
	Total	66	66	64	65	71	64	71	74	76
	Total do Concelho	250	214	227	224	234	201	217	227	250

* P.C.I.- Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

1.º Ciclo



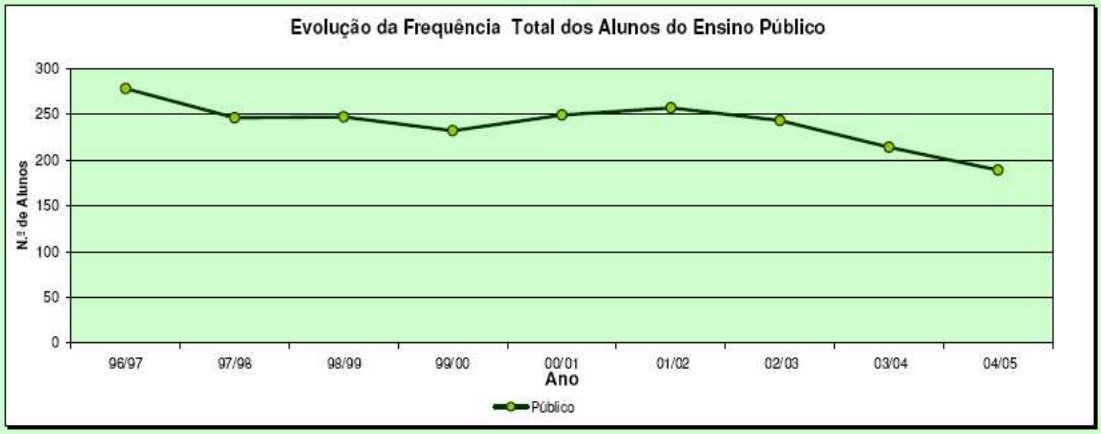


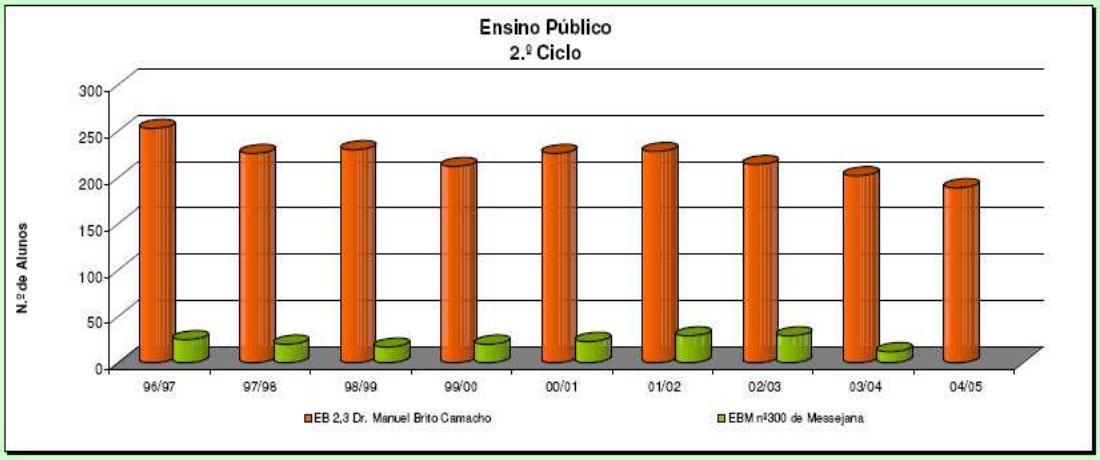
	Estabelecimento de Educação e Ensino	Nº de Alunos 1.º Ciclo								
		96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Público	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI de Ervidel						30	31	23	33
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI de Rio de Moinhos						24	35	32	34
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº 1 de Aljustrel (Eucaliptos)							49	52	61
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº 2 de Aljustrel (Campo Esperança)							56	54	46
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº 3 de Aljustrel (Avanida)							83	76	84
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº1 de Montes Velhos						28	22	17	17
	Escola Básica do 1.º CEB c/ JI nº2 de Montes Velhos						25	25	25	23
	Escola Básica do 1.º CEB de Aldeia dos Elvas	4	6	4	2					
	Escola Básica do 1.º CEB de Carregueiro	10	11	13	10	8	7	3	3	5
	Escola Básica do 1.º CEB de Corte Vicente Annes	23	13	16	12	11	10	12	11	7
	Escola Básica do 1.º CEB de Ervidel	76	64	51	46	34				
	Escola Básica do 1.º CEB de Jungeiros	15	14	20	19	18	20	18	14	6
	Escola Básica do 1.º CEB de Rio de Moinhos	34	36	31	30	24				
	Escola Básica do 1.º CEB de S. João do Deserto	7	11	8	9	10	4	14	15	5
	Escola Básica do 1.º CEB nº 1 de Messejana	26	54	29	51	46	36	32	27	25
	Escola Básica do 1.º CEB nº 2 de Messejana	21		29						
	Escola Básica do 1.º CEB nº1 de Aljustrel	75	84	83	92	91	90			
	Escola Básica do 1.º CEB nº1 de Montes Velhos	44	43	33	30	33				
	Escola Básica do 1.º CEB nº2 de Aljustrel	63	59	68	63	64	62			
	Escola Básica do 1.º CEB nº2 de Montes Velhos	29	39	40	34	27				
	Escola Básica do 1.º CEB nº3 de Aljustrel	76	71	67	71	88	55			
	Total	505	504	491	469	454	394	380	349	346

* P.C.I:-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

2.º Ciclo



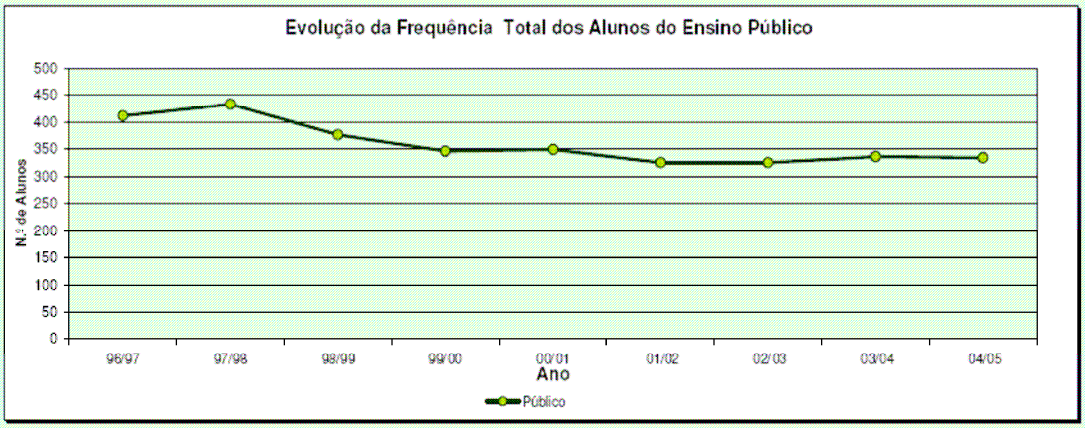


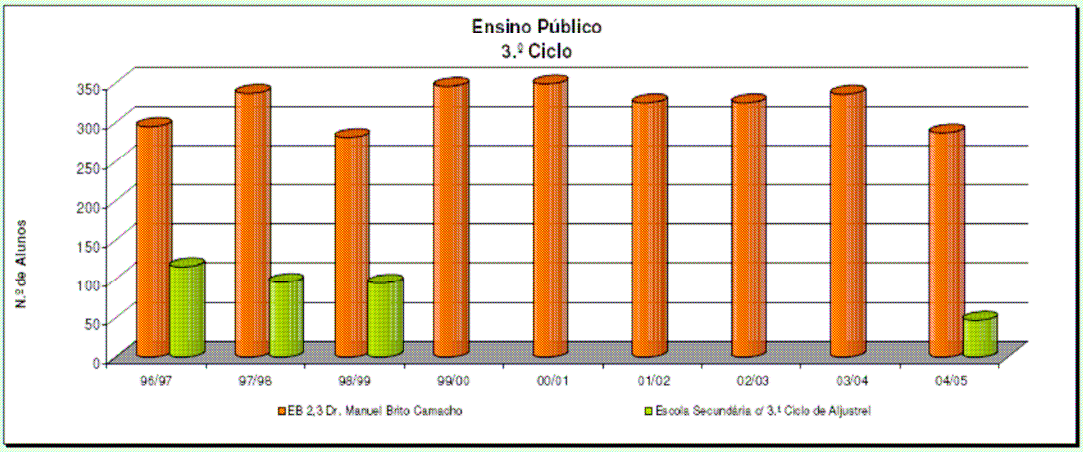
Estabelecimento de Educação e Ensino		Nº de Alunos								
		2.º Ciclo								
		96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Público	EB 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho	253	226	230	212	226	228	214	202	189
	EBM nº300 de Messejana	25	20	17	20	23	29	29	12	
	Total	278	246	247	232	249	257	243	214	189

* P.C. I:-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

3.º Ciclo



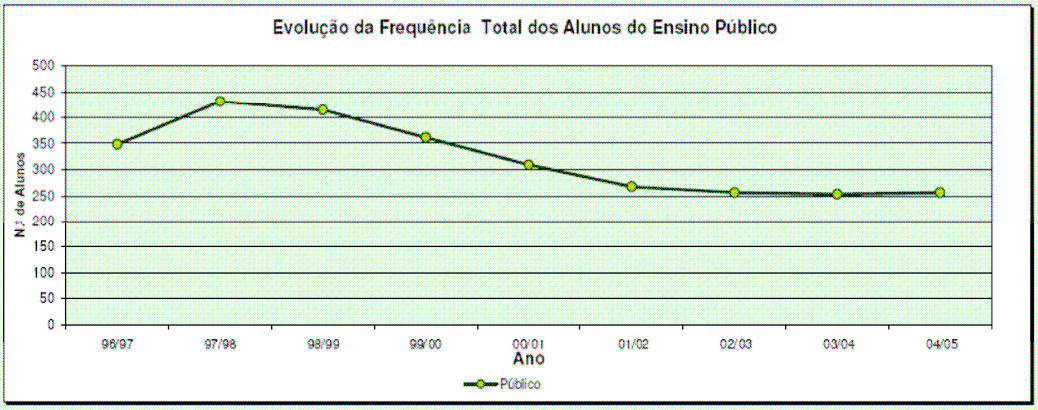


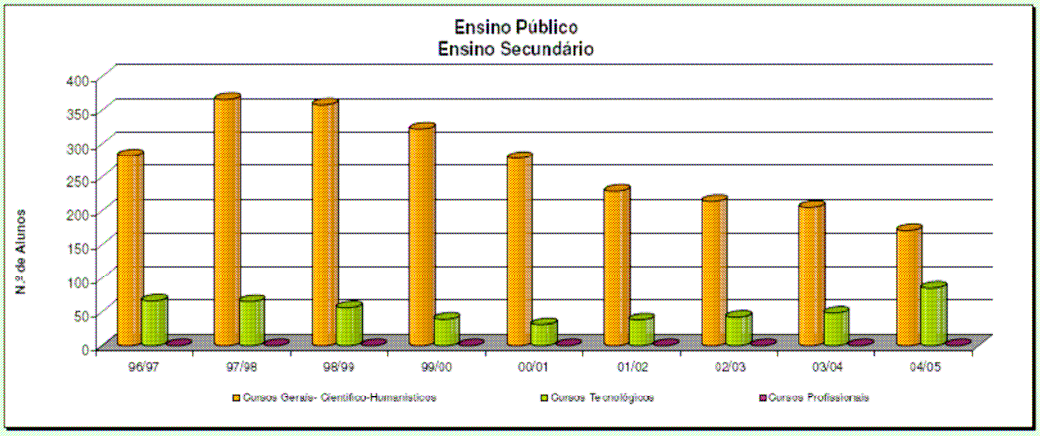
Estabelecimento de Educação e Ensino		Nº de Alunos 3.º Ciclo								
		96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Público	EB 2,3 Dr. Manuel Brito Camacho	295	337	281	346	349	325	325	336	287
	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Aljustrel	116	96	95						47
	Total	411	433	376	346	349	325	325	336	334

* P.C.I:-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

Ensino Secundário



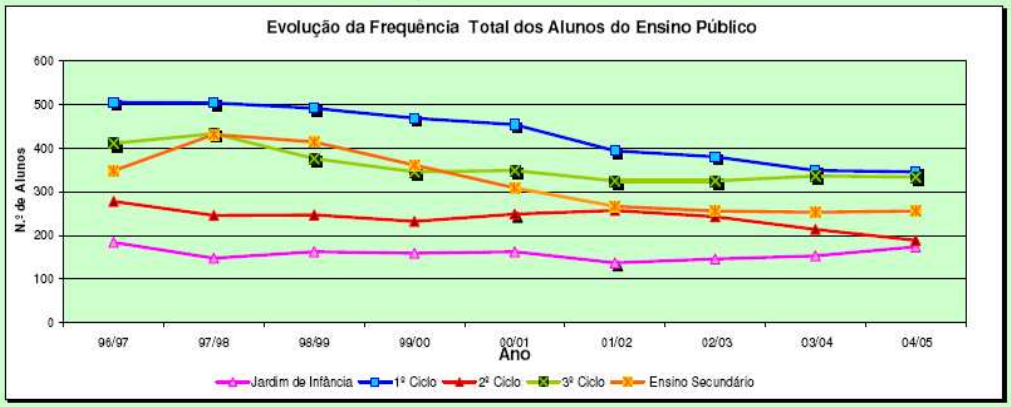


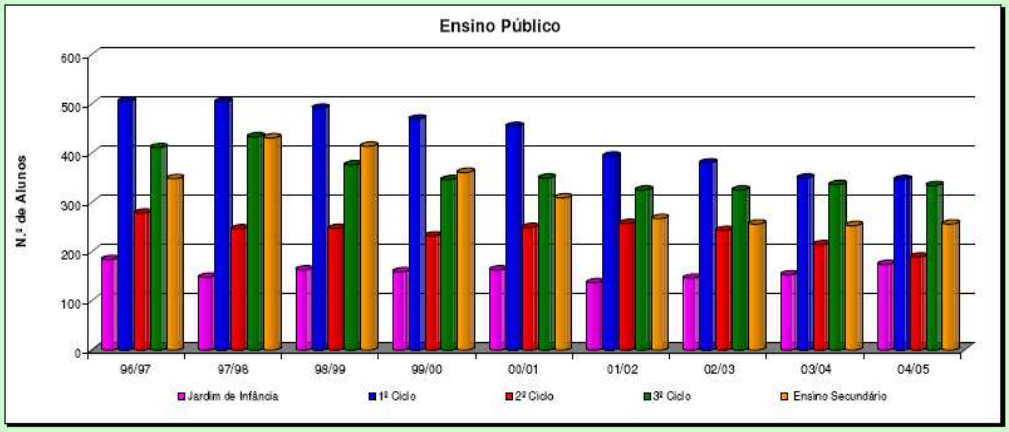
Estabelecimento de Educação e Ensino		Nº de Alunos Ensino Secundário								
		96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Público	*Cursos Gerais- Científico-Humanísticos*									
	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Aljustrel	282	366	358	322	278	229	214	205	171
	Total	282	366	358	322	278	229	214	205	171
	Cursos Tecnológicos									
	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Aljustrel	66	65	56	39	31	38	42	48	85
	Total	66	65	56	39	31	38	42	48	85
	Cursos Profissionais									
	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Aljustrel									
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	348	431	414	361	309	267	256	253	256

* P.C. I.-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

Evolução da Frequência dos Alunos do Ensino Público



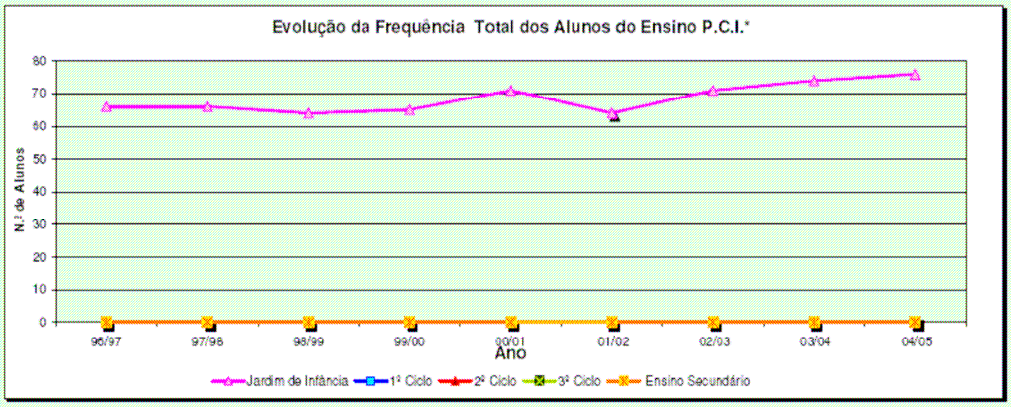


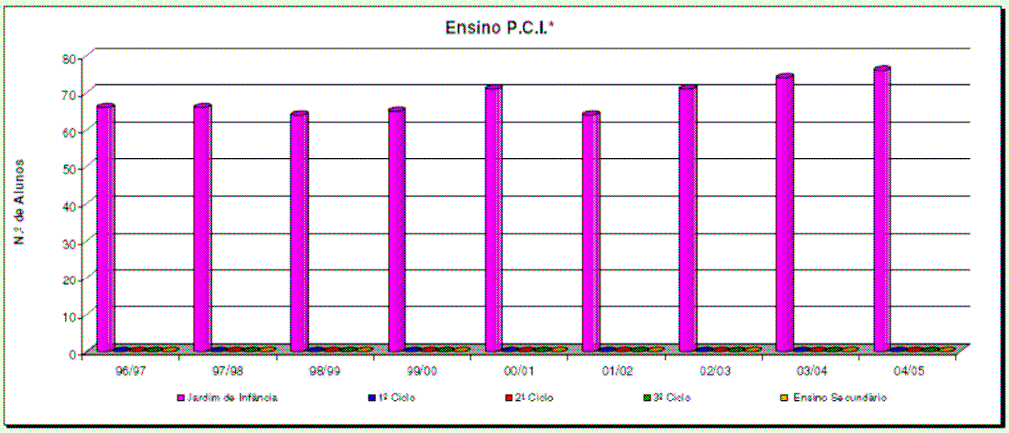
	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Jardim de Infância	184	148	163	159	163	137	146	153	174
1º Ciclo	505	504	491	469	454	394	380	349	346
2º Ciclo	278	246	247	232	249	257	243	214	189
3º Ciclo	411	433	376	346	349	325	325	336	334
Ensino Secundário	348	431	414	361	309	267	256	253	256
Total do Concelho	1726	1762	1691	1567	1524	1380	1350	1305	1299

* P.C. I.-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

Evolução da Frequência dos Alunos do Ensino Particular, Cooperativo e IPSS



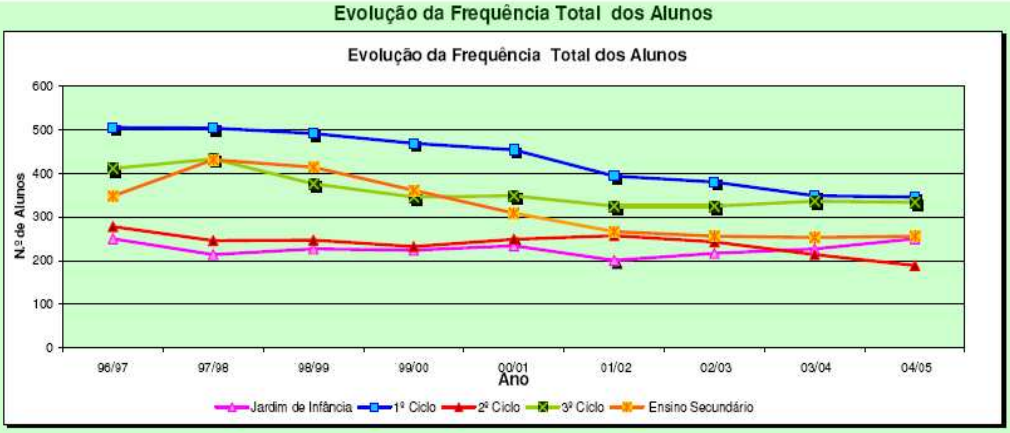


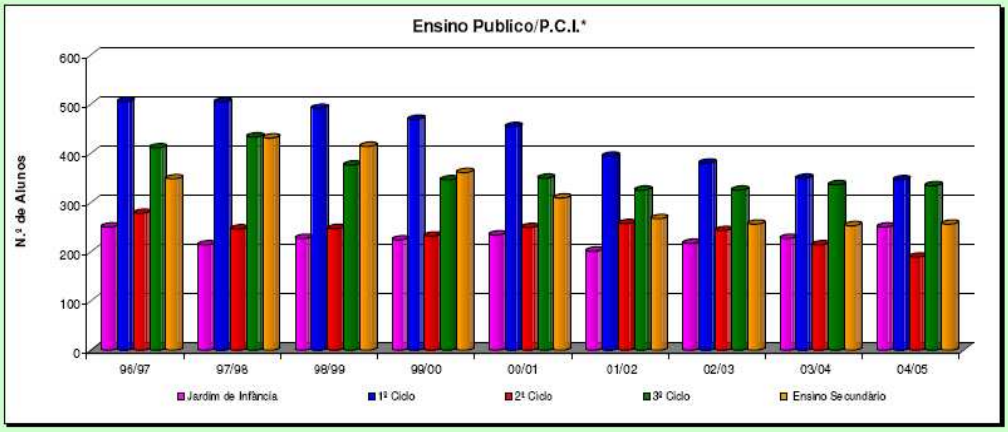
	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Jardim de Infância	66	66	64	65	71	64	71	74	76
1º Ciclo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Ciclo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º Ciclo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Secundário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Concelho	66	66	64	65	71	64	71	74	76

* P.C. I-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

Evolução da Frequência Total dos Alunos



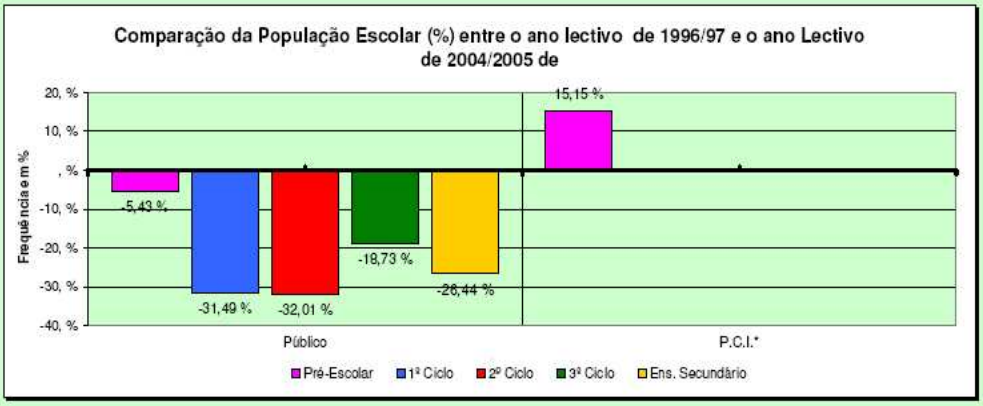


	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Jardim de Infância	250	214	227	224	234	201	217	227	250
1º Ciclo	505	504	491	469	454	394	380	349	346
2º Ciclo	278	246	247	232	249	257	243	214	189
3º Ciclo	411	433	376	346	349	325	325	336	334
Ensino Secundário	348	431	414	361	309	267	256	253	256
Total do Concelho	1792	1828	1755	1632	1595	1444	1421	1379	1375

* P.C. I.-Particular, Cooperativo e IPSS

Concelho de Aljustrel

Comparação da População Escolar em Percentagem



Grau de Ensino	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ens. Secundário
Totais 1996-1997 Público	184	505	278	411	348
Totais 2004-2005 Público	174	346	189	334	256
Totais 1996-1997 P.C.I.*	66				
Totais 2004-2005 P.C.I.*	76				
Público	-5,43 %	-31,49 %	-32,01 %	-18,73 %	-26,44 %
P.C.I.*	15,15 %				

* P.C. I.-Particular, Cooperativo e IPSS

ANEXO 2. Acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1º Ciclo (DREA, 2006).

Ministério da Educação

ANMP

ACORDO RELATIVO A CARTAS EDUCATIVAS E REDE ESCOLAR DO 1º CICLO

Tendo presente que no 1º ciclo do ensino básico subsistem graves problemas de rede escolar que se traduzem na existência de escolas isoladas de reduzida dimensão ou, no oposto, escolas sobrelotadas em regime de desdobramento;

Considerando que é nas escolas de reduzida dimensão que o fenómeno do insucesso escolar se manifesta de forma mais expressiva, existindo uma forte correlação entre taxas de aproveitamento escolar inferiores à média nacional e escolas com poucos alunos;

Considerando os princípios gerais constantes no protocolo celebrado em Dezembro de 2004, no domínio da vigência da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, no que respeita à articulação entre o Ministério da Educação e os Municípios para elaboração das cartas educativas, bem como aos termos de requalificação do 1º ciclo do ensino básico;

Atentos à necessidade de rever e revalidar o referido protocolo, nomeadamente no que respeita à elaboração das cartas educativas e à reorganização da rede de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico;

O Governo, através do Ministério da Educação (ME), e os Municípios, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no quadro de medidas legislativas tomadas no âmbito da política educacional, acordam o seguinte:

Ministério da Educação

ANMP

1- O Ministério da Educação compromete-se, através das diversas Direcções Regionais de Educação, a colaborar com os Municípios no sentido de, até Janeiro de 2006, encontrar soluções para o encerramento de escolas com menos de 20 alunos e com taxas de aproveitamento inferiores à média nacional, aqui designadas por "escolas do insucesso" e de, até ao início do ano escolar de 2006/2007, assegurar as condições necessárias ao seu encerramento.

2 – O Ministério da Educação compromete-se, através do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, a proceder a ajustamentos e clarificações ao nível dos critérios para elaboração e aprovação de cartas educativas, até Janeiro de 2006.

3- O Ministério da Educação compromete-se a assumir as suas responsabilidades ao nível do pagamento da parte que lhe compete dos custos das cartas educativas, durante o ano de 2006 para as que sejam adaptadas e concluídas no decorrer desse mesmo ano e durante o ano de 2007 para as restantes, à medida que forem sendo concluídas, nos termos da cláusula quarta do protocolo celebrado em Dezembro de 2004, entre a ANMP e o ME.

4 – O Ministério da Educação compromete-se a colaborar com os Municípios na definição de um plano para a requalificação do 1º ciclo do ensino básico, incentivando estratégias de requalificação que dêem prioridade à resolução de situações de escolas que têm horário duplo e de escolas com menos de 10 alunos, até Maio de 2006.

5 – O Ministério da Educação compromete-se ainda a, em colaboração com a ANMP, nos termos do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, apresentar, até Abril de 2006, um modelo de financiamento e um calendário de concretização para a renovação do parque escolar do 1º ciclo.

6 – Os Municípios comprometem-se a colaborar com o Ministério da Educação, identificando e comunicando às Direcções Regionais de Educação os problemas e as soluções encontradas no que respeita ao encerramento das "escolas do insucesso".

7- Os Municípios comprometem-se a adaptar as cartas educativas já existentes ou a efectuar, incorporando nelas os ajustamentos e clarificações a definir pelo Ministério da Educação.

Em Lisboa, aos 25 de Outubro de 2005

A MINISTRA DA EDUCAÇÃO

(Maria de Lurdes Reis Rodrigues)

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

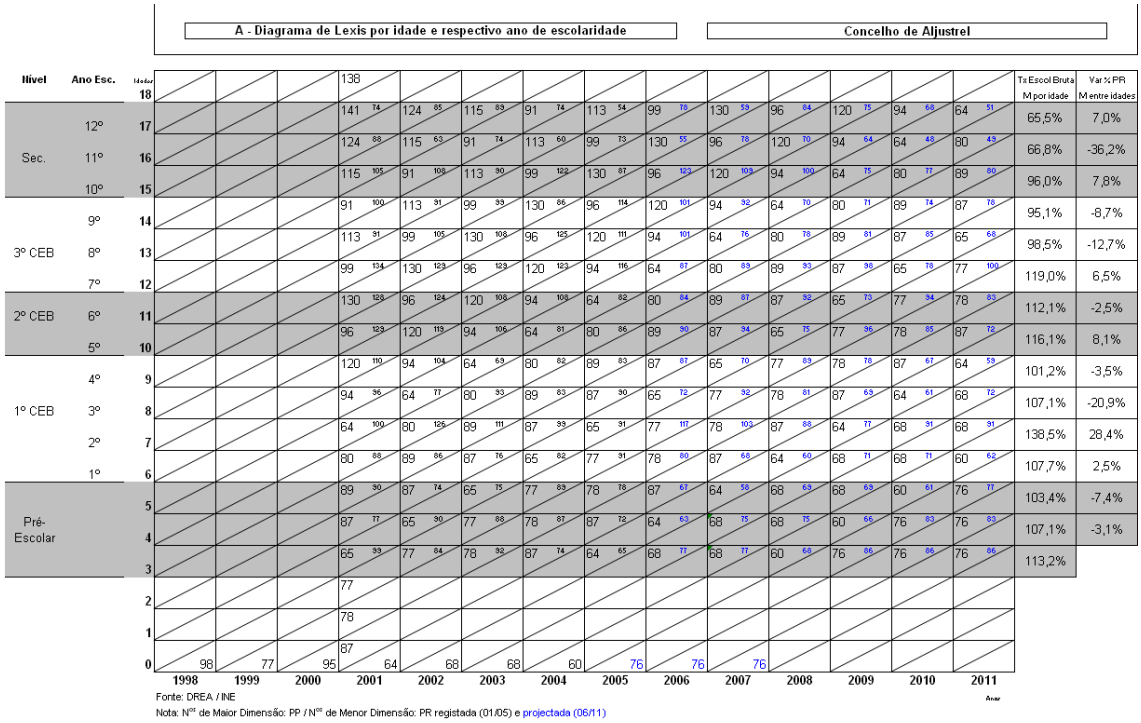
(Fernando de Carvalho Ruas)

ANEXO 3. Aproveitamento escolar entre 1998/1999 e 2002/2003 – dados de base (DREA, 2004).

Aproveitamento 1998 a 2003 - 1º Ciclo
Concelho - Aljustrel

Escola		1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Escola Básica 1º Ciclo c/ JI (nº 1) de Avenida	Matriculas	82	91	89	84	89
	Aproveitamento	75	79	84	81	82
	Taxa de Aproveitamento (%)	**91%**	**87%**	**94%**	**96%**	**92%**
Escola Básica do 1º Ciclo c/ JI (nº 2) de Campo Esperança	Matriculas	63	64	64	62	55
	Aproveitamento	61	63	64	58	50
	Taxa de Aproveitamento (%)	**97%**	**98%**	**100%**	**94%**	**91%**
Escola Básica do 1º Ciclo c/ JI (nº 3) de Eucaliptos	Matriculas	70	68	57	56	49
	Aproveitamento	58	54	50	46	41
	Taxa de Aproveitamento (%)	**83%**	**79%**	**88%**	**82%**	**84%**
Escola Básica do 1º Ciclo de Aldeia do Elvas	Matriculas	4	2	0	0	0
	Aproveitamento	4	2	0	0	0
	Taxa de Aproveitamento (%)	**100%**	**100%**	**0%**	**0%**	**0%**
Escola Básica do 1º Ciclo com JI de Ervidel	Matriculas	50	45	34	28	31
	Aproveitamento	40	37	31	25	29
	Taxa de Aproveitamento (%)	**80%**	**82%**	**91%**	**89%**	**94%**
Escola Básica do 1º Ciclo de Jungeiros	Matriculas	19	19	23	21	17
	Aproveitamento	14	16	20	17	17
	Taxa de Aproveitamento (%)	**74%**	**84%**	**87%**	**81%**	**100%**
Escola Básica do 1º Ciclo com JI nº 1 de Montes Velhos	Matriculas	28	28	32	24	21
	Aproveitamento	22	27	26	18	21
	Taxa de Aproveitamento (%)	**79%**	**96%**	**81%**	**75%**	**100%**
Escola Básica do 1º Ciclo com JI nº 2 de Montes Velhos	Matriculas	39	33	27	30	25
	Aproveitamento	32	30	27	28	24
	Taxa de Aproveitamento (%)	**82%**	**91%**	**100%**	**93%**	**96%**
Escola Básica do 1º Ciclo c/ JI de Rio de Moinhos	Matriculas	31	28	15	25	33
	Aproveitamento	25	25	10	15	33
	Taxa de Aproveitamento (%)	**81%**	**89%**	**67%**	**60%**	**100%**
Escola Básica do 1º Ciclo de S. João de Deserto	Matriculas	7	9	8	9	14
	Aproveitamento	5	9	8	8	14
	Taxa de Aproveitamento (%)	**71%**	**100%**	**100%**	**89%**	**100%**
Escola Básica do 1º Ciclo de Messejana	Matriculas	55	51	46	37	32
	Aproveitamento	49	47	46	34	30
	Taxa de Aproveitamento (%)	**89%**	**92%**	**100%**	**92%**	**94%**
Escola Básica do 1º Ciclo de Carregueiro	Matriculas	12	8	8	7	5
	Aproveitamento	11	7	7	6	5
	Taxa de Aproveitamento (%)	**92%**	**88%**	**88%**	**86%**	**100%**
Escola Básica do 1º Ciclo de Corte Vicente Annes	Matriculas	16	12	11	11	12
	Aproveitamento	13	10	10	11	6
	Taxa de Aproveitamento (%)	**81%**	**83%**	**91%**	**100%**	**50%**

ANEXO 4. Projecções da população escolar do concelho de Aljustrel, até 2011/2012 (DREA, 2006).



B - Peso Relativo Médio dos Estabelecimentos, em cada idade/ano escolar, no concelho de Aljustrel

17 anos (12°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
ES/3 de Aljustrel	75,2	100,0	78	59	84	75	68	51
TOTAL	**75,2**	**100,0**	**78**	**59**	**84**	**75**	**68**	**51**

16 anos (11°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
ES/3 de Aljustrel	71,6	100,0	55	78	70	64	48	49
TOTAL	**71,6**	**100,0**	**55**	**78**	**70**	**64**	**48**	**49**

15 anos (10°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
ES/3 de Aljustrel	102,4	100,0	123	109	100	75	77	80
TOTAL	**102,4**	**100,0**	**123**	**109**	**100**	**75**	**77**	**80**

14 anos (9°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB23 Dr. Manuel Brito Camacho	98,0	100,0	101	92	70	71	74	78
ES/3 de Aljustrel	0,0	0,0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**98,0**	**100,0**	**101**	**92**	**70**	**71**	**74**	**78**

13 anos (8°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB23 Dr. Manuel Brito Camacho	101,0	93,5	96	71	73	76	80	64
ES/3 de Aljustrel	7,0	6,5	7	5	5	5	6	4
TOTAL	**108,0**	**100,0**	**101**	**76**	**78**	**81**	**85**	**68**

12 anos (7°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB23 Dr. Manuel Brito Camacho	108,2	85,7	75	77	80	84	67	86
ES/3 de Aljustrel	18,0	14,3	12	13	13	14	11	14
TOTAL	**126,2**	**100,0**	**87**	**89**	**93**	**98**	**78**	**100**

11 anos (6°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB23 Dr. Manuel Brito Camacho	110,0	100,0	84	87	92	73	94	83
TOTAL	**110,0**	**100,0**	**84**	**87**	**92**	**73**	**94**	**83**

10 anos (5°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB23 Dr. Manuel Brito Camacho	104,2	100,0	90	94	75	96	85	72
TOTAL	**104,2**	**100,0**	**90**	**94**	**75**	**96**	**85**	**72**

9 anos (4°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	14,6	16,3	14	11	15	13	11	10
EB1/Jl de Avenida	21,8	24,3	21	17	22	19	16	14
EB1/Jl de Ervidel	6,0	6,7	6	5	6	5	4	4
EB1/Jl de Eucaliptos	11,8	13,2	11	9	12	10	9	8
EB1/Jl de Rio de Moinhos	5,6	6,3	5	4	6	5	4	4
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	6,6	7,4	6	5	7	6	5	4
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	7,2	8,0	7	6	7	6	5	5
EB1 de Corte Vicente Annes	2,4	2,7	2	2	2	2	2	2
EB1 de Jungeiros	4,6	5,1	4	4	5	4	3	3
EB1 nº1 de Messejana	9,0	10,0	9	7	9	8	7	6
TOTAL	**89,6**	**100,0**	**87**	**70**	**89**	**78**	**67**	**59**

8 anos (3°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	15,0	17,1	12	16	14	12	10	12
EB1/Jl de Avenida	21,0	23,9	17	22	19	17	15	17
EB1/Jl de Ervidel	8,0	9,1	7	8	7	6	6	7
EB1/Jl de Eucaliptos	13,6	15,5	11	14	13	11	9	11
EB1/Jl de Rio de Moinhos	8,2	9,3	7	9	8	6	6	7
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	4,0	4,6	3	4	4	3	3	3
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	5,8	6,6	5	6	5	5	4	5
EB1 de Corte Vicente Annes	2,2	2,5	2	2	2	2	2	2
EB1 de Jungeiros	3,2	3,6	3	3	3	3	2	3
EB1 nº1 de Messejana	6,8	7,7	6	7	6	5	5	6
TOTAL	**87,8**	**100,0**	**72**	**92**	**81**	**69**	**61**	**72**

7 anos (2°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	13,0	12,3	14	13	11	9	11	11
EB1/Jl de Avenida	26,8	25,4	30	26	22	19	23	23
EB1/Jl de Ervidel	8,4	8,0	9	8	7	6	7	7
EB1/Jl de Eucaliptos	23,8	22,6	26	23	20	17	20	20
EB1/Jl de Rio de Moinhos	9,6	9,1	11	9	8	7	8	8
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	5,6	5,3	6	5	5	4	5	5
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	5,6	5,3	6	5	5	4	5	5
EB1 de Corte Vicente Annes	3,0	2,8	3	3	2	2	3	3
EB1 de Jungeiros	2,2	2,1	2	2	2	2	2	2
EB1 nº1 de Messejana	7,4	7,0	8	7	6	5	6	6
TOTAL	**105,4**	**100,0**	**117**	**103**	**88**	**77**	**91**	**91**

6 anos (1°ano)

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	13,2	15,6	12	11	9	11	11	10
EB1/Jl de Avenida	22,4	26,5	21	18	16	19	19	17
EB1/Jl de Ervidel	7,8	9,2	7	6	6	7	7	6
EB1/Jl de Eucaliptos	12,6	14,9	12	10	9	11	11	9
EB1/Jl de Rio de Moinhos	8,8	10,4	8	7	6	7	7	6
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	4,6	5,4	4	4	3	4	4	3
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	5,4	6,4	5	4	4	5	5	4
EB1 de Corte Vicente Annes	1,8	2,1	2	1	1	2	2	1
EB1 de Jungeiros	2,2	2,6	2	2	2	2	2	2
EB1 nº1 de Messejana	5,8	6,9	5	5	4	5	5	4
TOTAL	**84,6**	**100,0**	**80**	**68**	**60**	**71**	**71**	**62**

5 anos

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	10,0	12,7	8	7	9	9	8	10
EB1/Jl de Avenida	10,0	12,7	8	7	9	9	8	10
EB1/Jl de Ervidel	9,2	11,7	8	7	8	8	7	9
EB1/Jl de Eucaliptos	7,2	9,2	6	5	6	6	6	7
EB1/Jl de Rio de Moinhos	8,0	10,2	7	6	7	7	6	8
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	2,8	3,6	2	2	2	2	2	3
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	5,0	6,4	4	4	4	4	4	5
Jl de Messejana	3,8	4,8	3	3	3	3	3	4
EPEI de Carregueiro	1,8	2,3	2	1	2	2	1	2
EPEI de Jungeiros	2,8	3,6	2	2	2	2	2	3
Jl SCMisericórdia de Aljustrel*	15,4	19,6	13	11	14	14	12	15
Eng. e Arte Ass Def. Val *	2,6	3,3	2	2	2	2	2	3
TOTAL	**78,6**	**100,0**	**67**	**58**	**69**	**69**	**61**	**77**

4 anos

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	10,0	12,9	8	10	10	8	11	11
EB1/Jl de Avenida	6,0	7,7	5	6	6	5	6	6
EB1/Jl de Ervidel	7,4	9,5	6	7	7	6	8	8
EB1/Jl de Eucaliptos	5,2	6,7	4	5	5	4	6	6
EB1/Jl de Rio de Moinhos	6,4	8,2	5	6	6	5	7	7
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	3,2	4,1	3	3	3	3	3	3
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	3,6	4,6	3	3	3	3	4	4
Jl de Messejana	5,4	7,0	4	5	5	5	6	6
EPEI de Carregueiro	1,0	1,3	1	1	1	1	1	1
EPEI de Jungeiros	2,0	2,6	2	2	2	2	2	2
Jl SCMisericórdia de Aljustrel*	21,0	27,1	17	20	20	18	22	22
Eng. e Arte Ass Def. Val *	6,4	8,2	5	6	6	5	7	7
TOTAL	**77,6**	**100,0**	**63**	**75**	**75**	**66**	**83**	**83**

3 anos

Estabelecimento	M 01/02-05/06	%	Val.Proj.06/07	Val.Proj.07/08	Val.Proj.08/09	Val.Proj.09/10	Val.Proj.10/11	Val.Proj.11/12
EB1/Jl Campo Esperança	6,0	7,6	6	6	5	6	6	7
EB1/Jl de Avenida	4,8	6,0	5	5	4	5	5	5
EB1/Jl de Ervidel	7,8	9,8	8	8	7	8	8	8
EB1/Jl de Eucaliptos	4,8	6,0	5	5	4	5	5	5
EB1/Jl de Rio de Moinhos	4,6	5,8	4	4	4	5	5	5
EB1/Jl nº1 de Montes Velhos	6,8	8,6	7	7	6	7	7	7
EB1/Jl nº2 de Montes Velhos	4,6	5,8	4	4	4	5	5	5
Jl de Messejana	3,4	4,3	3	3	3	4	4	4
EPEI de Carregueiro	2,0	2,5	2	2	2	2	2	2
EPEI de Jungeiros	4,8	6,0	5	5	4	5	5	5
Jl SCMisericórdia de Aljustrel*	23,0	29,0	22	22	20	25	25	25
Eng. e Arte Ass Def. Val *	6,8	8,6	7	7	6	7	7	7
TOTAL	**79,4**	**100,0**	**77**	**77**	**68**	**86**	**86**	**86**

Nota: dado que as projecções são apresentadas com os valores arredondados à unidade, os totais apresentados podem eventualmente não coincidir com a respectiva s

C - Nº de alunos registados e previstos, por anos lectivos até 2011/12, por estabelecimentos de ensino do concelho de Aljustrel

Estabelecimento	Idades (ano escolar)	2001/02 Val.Abs.	2002/03 Val.Abs.	2003/04 Val.Abs.	2004/05 Val.Abs.	2005/06 Val.Abs.	2006/07 Val.Abs.	2007/08 Val.Abs.	2008/09 Val.Abs.	2009/10 Val.Abs.	2010/11 Val.Abs.	2011/12 Val.Abs.
EB23 Dr. Manuel Brito Camacho	14 anos (9ºano)	100	91	99	86	114	101	92	70	71	74	78
	13 anos (8ºano)	91	105	108	125	76	95	77	73	76	80	64
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	12 anos (7ºano)	134	129	129	76	73	75	77	80	84	67	86
	Subtotal 3ºCEB	**325**	**325**	**336**	**287**	**263**	**271**	**240**	**222**	**231**	**221**	**227**
	11 anos (6ºano)	128	124	108	108	82	84	87	92	73	94	83
	10 anos (5ºano)	129	119	106	81	86	90	94	75	96	85	72
	Subtotal 2ºCEB	**257**	**243**	**214**	**189**	**168**	**174**	**181**	**167**	**170**	**179**	**155**
	Total Estab.	**582**	**568**	**550**	**476**	**431**	**444**	**422**	**389**	**401**	**400**	**382**
EB1/JI Campo Esperança	9 anos (4ºano)	16	13	12	13	19	14	11	15	13	11	10
	8 anos (3ºano)	13	12	17	20	13	12	16	14	12	10	12
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	16	23	13	13	0	14	13	11	9	11	11
	6 anos (1ºano)	17	13	12	0	24	12	11	9	11	11	10
	Subtotal 1ºCEB	**62**	**61**	**54**	**46**	**56**	**53**	**50**	**49**	**45**	**44**	**43**
	5 anos	6	13	11	15	5	8	7	9	9	8	10
	4 anos	12	10	13	5	10	8	10	10	8	11	11
	3 anos	4	11	3	9	3	6	6	5	6	6	7
	Subtotal PE	**22**	**34**	**27**	**29**	**18**	**22**	**23**	**24**	**24**	**25**	**27**
	Total Estab.	**84**	**95**	**81**	**75**	**74**	**76**	**73**	**72**	**69**	**68**	**70**
EB1/JI de Avenida	9 anos (4ºano)	27	26	20	18	18	21	17	22	19	16	14
	8 anos (3ºano)	25	17	19	18	26	17	22	19	17	15	17
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	24	30	23	27	30	30	26	22	19	23	23
	6 anos (1ºano)	21	17	17	26	31	21	18	16	19	19	17
	Subtotal 1ºCEB	**97**	**90**	**79**	**89**	**105**	**89**	**83**	**79**	**74**	**73**	**71**
Escola acolhedora de	5 anos	11	9	8	13	9	8	7	9	9	8	10
EB1 de Carregueiro	4 anos	4	5	8	8	5	5	6	6	5	6	6
A suspender em 2006/07	3 anos	4	4	7	4	5	5	5	4	5	5	5
	Subtotal PE	**19**	**18**	**23**	**25**	**19**	**18**	**18**	**19**	**19**	**19**	**21**
	Total Estab.	**116**	**108**	**102**	**114**	**124**	**107**	**101**	**98**	**93**	**92**	**92**
EB1/JI de Ervidel	9 anos (4ºano)	3	11	0	8	8	6	5	6	5	4	4
	8 anos (3ºano)	11	4	9	9	7	7	8	7	6	6	7
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	9	9	8	7	9	9	8	7	6	7	7
	6 anos (1ºano)	7	9	6	9	8	7	6	6	7	7	6
	Subtotal 1ºCEB	**30**	**33**	**23**	**33**	**32**	**29**	**28**	**26**	**24**	**24**	**23**
	5 anos	13	4	9	7	13	8	7	8	8	7	9
	4 anos	4	11	5	13	4	6	7	7	6	8	8
	3 anos	12	6	13	4	4	8	8	7	8	8	8
	Subtotal PE	**29**	**21**	**27**	**24**	**21**	**21**	**21**	**22**	**23**	**23**	**25**
	Total Estab.	**59**	**54**	**50**	**57**	**53**	**50**	**49**	**48**	**47**	**47**	**49**
EB1/JI de Eucaliptos	9 anos (4ºano)	14	16	8	13	8	11	9	12	10	9	8
	8 anos (3ºano)	17	10	14	8	19	11	14	13	11	9	11
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	18	27	28	22	24	26	23	20	17	20	20
	6 anos (1ºano)	10	11	17	23	2	12	10	9	11	11	9
	Subtotal 1ºCEB	**59**	**64**	**67**	**66**	**53**	**61**	**57**	**53**	**49**	**49**	**49**
Escola acolhedora de	5 anos	8	8	6	4	10	6	5	6	6	6	7
EB1 de S. João do Deserto	4 anos	6	6	2	9	3	4	5	5	4	6	6
A suspender em 2006/07	3 anos	4	4	12	2	2	5	5	4	5	5	5
	Subtotal PE	**18**	**18**	**20**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**16**	**16**	**18**
	Total Estab.	**77**	**82**	**87**	**81**	**68**	**76**	**72**	**68**	**65**	**66**	**66**
EB1/JI de Rio de Moinhos	9 anos (4ºano)	3	3	5	7	10	5	4	6	5	4	4
	8 anos (3ºano)	3	8	10	9	11	7	9	8	6	6	7
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	9	10	11	12	6	11	9	8	7	8	8
	6 anos (1ºano)	9	12	6	6	11	8	7	6	7	7	6
	Subtotal 1ºCEB	**24**	**33**	**32**	**34**	**38**	**31**	**29**	**27**	**26**	**25**	**25**
	5 anos	11	5	5	10	9	7	6	7	7	6	8
	4 anos	5	6	8	9	4	5	6	6	5	7	7
	3 anos	5	4	6	3	5	4	4	4	5	5	5
	Subtotal PE	**21**	**15**	**19**	**22**	**18**	**16**	**17**	**17**	**17**	**18**	**20**
	Total Estab.	**45**	**48**	**51**	**56**	**56**	**48**	**46**	**44**	**43**	**43**	**45**
EB1/JI nº1 de Montes Velhos	9 anos (4ºano)	11	8	6	5	3	6	5	7	6	5	4
	8 anos (3ºano)	3	6	6	2	3	3	4	4	3	3	3
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	8	7	3	3	7	6	5	5	4	5	5
	6 anos (1ºano)	6	3	2	7	5	4	4	3	4	4	3
	Subtotal 1ºCEB	**28**	**24**	**17**	**17**	**18**	**20**	**18**	**18**	**17**	**16**	**16**
	5 anos	0	2	6	4	2	2	2	2	2	2	3
	4 anos	0	7	4	2	3	3	3	3	3	3	3
	3 anos	14	3	4	7	6	7	7	6	7	7	7
	Subtotal PE	**14**	**12**	**14**	**13**	**11**	**12**	**12**	**11**	**13**	**13**	**14**
	Total Estab.	**42**	**36**	**31**	**30**	**29**	**32**	**30**	**30**	**29**	**29**	**29**
EB1/JI nº2 de Montes Velhos	9 anos (4ºano)	10	8	4	8	6	7	6	7	6	5	5
	8 anos (3ºano)	6	4	7	7	5	5	6	5	5	4	5
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	4	9	7	5	3	6	5	5	4	5	5
	6 anos (1ºano)	6	6	7	3	5	5	4	4	5	5	4
	Subtotal 1ºCEB	**26**	**27**	**25**	**23**	**19**	**23**	**22**	**21**	**19**	**19**	**18**
	5 anos	7	7	1	5	5	4	4	4	4	4	5
	4 anos	6	1	5	5	1	3	3	3	3	4	4
	3 anos	6	5	6	1	5	4	4	4	5	5	5
	Subtotal PE	**19**	**13**	**12**	**11**	**11**	**12**	**12**	**12**	**12**	**13**	**14**
	Total Estab.	**45**	**40**	**37**	**34**	**30**	**35**	**33**	**33**	**32**	**31**	**32**
EB1 de Corte Vicente Annes	9 anos (4ºano)	1	2	4	2	3	2	2	2	2	2	2
	8 anos (3ºano)	2	5	2	2	0	2	2	2	2	2	2
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	4	3	2	3	3	3	3	2	2	3	3
	6 anos (1ºano)	3	0	3	0	3	2	1	1	2	2	1
	Subtotal 1ºCEB	**10**	**10**	**11**	**7**	**9**	**9**	**9**	**8**	**8**	**7**	**7**
	Total Estab.	**10**	**10**	**11**	**7**	**9**	**9**	**9**	**8**	**8**	**7**	**7**
EB1 de Jungeiros	9 anos (4ºano)	9	4	6	2	2	4	4	5	4	3	3
	8 anos (3ºano)	6	5	3	2	0	3	3	3	3	2	3
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	1	3	5	0	2	2	2	2	2	2	2
	6 anos (1ºano)	4	5	0	2	0	2	2	2	2	2	2
	Subtotal 1ºCEB	**20**	**17**	**14**	**6**	**4**	**12**	**11**	**11**	**10**	**9**	**9**
	Total Estab.	**20**	**17**	**14**	**6**	**4**	**12**	**11**	**11**	**10**	**9**	**9**
EB1 nº1 de Messejana	9 anos (4ºano)	16	13	4	6	6	9	7	9	8	7	6
	8 anos (3ºano)	10	6	6	6	6	6	7	6	5	5	6
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	7 anos (2ºano)	7	5	11	7	7	8	7	6	5	6	6
	6 anos (1ºano)	5	10	6	6	2	5	5	4	5	5	4
	Subtotal 1ºCEB	**38**	**34**	**27**	**25**	**21**	**28**	**26**	**25**	**23**	**23**	**22**
	Total Estab.	**38**	**34**	**27**	**25**	**21**	**28**	**26**	**25**	**23**	**23**	**22**
JI de Messejana	5 anos	6	4	3	2	4	3	3	3	3	3	4
	4 anos	7	7	4	4	5	4	5	5	5	6	6
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	3 anos	4	2	4	4	3	3	3	3	4	4	4
	Subtotal PE	**17**	**13**	**11**	**10**	**12**	**11**	**11**	**11**	**12**	**12**	**13**
	Total Estab.	**17**	**13**	**11**	**10**	**12**	**11**	**11**	**11**	**12**	**12**	**13**
EPEI de Carregueiro	5 anos	2	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2
	4 anos	1	1	1	2	0	1	1	1	1	1	1
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	3 anos	3	3	3	1	0	2	2	2	2	2	2
	Subtotal PE	**6**	**6**	**6**	**4**	**2**	**4**	**4**	**4**	**5**	**5**	**5**
	Total Estab.	**6**	**6**	**6**	**4**	**2**	**4**	**4**	**4**	**5**	**5**	**5**
EPEI de Jungeiros	5 anos	3	3	3	0	5	2	2	2	2	2	3
	4 anos	0	0	0	5	5	2	2	2	2	2	2
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	3 anos	6	6	6	5	1	5	5	4	5	5	5
	Subtotal PE	**9**	**9**	**9**	**10**	**11**	**9**	**9**	**8**	**9**	**9**	**10**
	Total Estab.	**9**	**9**	**9**	**10**	**11**	**9**	**9**	**8**	**9**	**9**	**10**
EPEI de Corte Vicente Annes	5 anos	1	1	1	3	2	0	0	0	0	0	0
	4 anos	3	3	3	2	2	0	0	0	0	0	0
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	3 anos	2	2	2	1	2	0	0	0	0	0	0
	Subtotal PE	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Suspenso em 2005/06	**Total Estab.**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
EPEI de S. João do Deserto	5 anos	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
	4 anos	4	4	4	1	0	0	0	0	0	0	0
Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho	3 anos	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal PE	**7**	**7**	**7**	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Suspenso em 2005/06	**Total Estab.**	**7**	**7**	**7**	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Total Ag. de Aljustrel - EB23 Dr M Brito Camacho		**1163**	**1133**	**1080**	**996**	**930**	**940**	**896**	**851**	**845**	**843**	**833**
ES/3 de Aljustrel	17 anos (12ºano)	74	85	89	74	54	78	59	84	75	68	51
	16 anos (11ºano)	88	53	74	60	73	55	78	70	64	48	49
	15 anos (10ºano)	105	108	90	122	87	123	109	100	75	77	80
	Subtotal Sec	**267**	**256**	**253**	**256**	**214**	**256**	**247**	**253**	**213**	**193**	**180**
	14 anos (9ºano)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	13 anos (8ºano)	0	0	0	0	35	7	5	5	5	6	4
	12 anos (7ºano)	0	0	0	47	43	12	13	13	14	11	14
	Subtotal 3ºCEB	**0**	**0**	**0**	**47**	**78**	**19**	**18**	**18**	**19**	**17**	**19**
	Total Estab.	**267**	**256**	**253**	**303**	**292**	**275**	**265**	**271**	**232**	**209**	**199**
Total Rede Escolar Pública		**1430**	**1389**	**1333**	**1299**	**1222**	**1216**	**1160**	**1122**	**1077**	**1052**	**1031**
JI SCMisericórdia de Aljustrel*	5 anos	16	13	15	22	11	13	11	14	14	12	15
	4 anos	15	24	26	18	22	17	20	20	18	22	22
	3 anos	23	25	18	24	25	22	22	20	25	26	25
	Subtotal PE	**54**	**62**	**59**	**64**	**58**	**52**	**54**	**53**	**56**	**59**	**62**
	Total Estab.	**54**	**62**	**59**	**64**	**58**	**52**	**54**	**53**	**56**	**59**	**62**
Eng. e Arte Ass Def. Val *	5 anos	6	2	4	1	1	2	2	2	2	2	3
	4 anos	10	5	5	4	8	5	6	6	5	7	7
	3 anos	10	7	6	7	4	7	7	6	7	7	7
	Subtotal PE	**25**	**14**	**15**	**12**	**13**	**14**	**15**	**14**	**15**	**16**	**17**
	Total Estab.	**25**	**14**	**15**	**12**	**13**	**14**	**15**	**14**	**15**	**16**	**17**
Total Redes Escolares Privada e Solidária		**79**	**76**	**74**	**76**	**71**	**66**	**59**	**68**	**71**	**75**	**79**
TOTAL CONCELHO		**1509**	**1465**	**1407**	**1375**	**1293**	**1282**	**1229**	**1190**	**1149**	**1128**	**1111**

* EP, IPSS ou EPC/ ** Idem, de ensino especial

Total por Nível	Idades (ano escolar)	2001/02 Val.Abs.	2002/03 Val.Abs.	2003/04 Val.Abs.	2004/05 Val.Abs.	2005/06 Val.Abs.	2006/07 Val.Abs.	2007/08 Val.Abs.	2008/09 Val.Abs.	2009/10 Val.Abs.	2010/11 Val.Abs.	2011/12 Val.Abs.
Secundário	17 anos (12ºano)	74	85	89	74	54	78	59	84	75	68	51
	16 anos (11ºano)	88	63	74	60	73	55	78	70	64	48	49
	15 anos (10ºano)	105	108	90	122	87	123	109	100	75	77	80
	Subtotal Sec	**267**	**256**	**253**	**256**	**214**	**256**	**247**	**253**	**213**	**193**	**180**
3º CEB	14 anos (9ºano)	100	91	99	86	114	101	92	70	71	74	78
	13 anos (8ºano)	91	105	108	125	111	101	76	78	81	85	68
	12 anos (7ºano)	134	129	129	123	116	87	89	93	98	78	100
	Subtotal 3ºCEB	**325**	**325**	**336**	**334**	**341**	**290**	**258**	**241**	**250**	**237**	**246**
2º CEB	11 anos (6ºano)	128	124	108	108	82	84	87	92	73	94	83
	10 anos (5ºano)	129	119	106	81	86	90	94	75	96	85	72
	Subtotal 2ºCEB	**257**	**243**	**214**	**189**	**168**	**174**	**181**	**167**	**170**	**179**	**155**
1º CEB	9 anos (4ºano)	110	104	69	82	83	87	70	89	78	67	69
	8 anos (3ºano)	96	77	93	83	90	72	92	81	69	61	72
	7 anos (2ºano)	100	126	111	93	91	117	103	88	77	91	91
	6 anos (1ºano)	88	86	76	82	91	80	68	60	71	71	62
	Subtotal 1ºCEB	**394**	**393**	**349**	**346**	**355**	**356**	**333**	**318**	**295**	**289**	**284**
Pré-Escolar	5 anos	90	74	75	89	78	67	68	69	69	61	77
	4 anos	77	90	88	87	72	63	75	75	66	83	83
	3 anos	99	84	92	74	65	77	77	68	86	86	86
	Subtotal PE	**266**	**248**	**255**	**250**	**215**	**207**	**210**	**212**	**221**	**230**	**246**
TOTAL CONCELHO		**1509**	**1465**	**1407**	**1375**	**1293**	**1282**	**1229**	**1190**	**1149**	**1128**	**1111**

Nota: dado que as projecções são apresentadas com os valores arredondados à unidade, os totais apresentados podem eventualmente não coincidir com a respectiva soma das partes.

ANEXO 5. Escolas previstas para encerramento no Alentejo, no ano lectivo de 2006/2007 (DREA, 2006).

Escolas a Suspender em 2006/2007 - "Estudo Escolas Alvo" - DREA

Concelho	Codigo DGRHE	Nome	Tipo	Alunos	
				Total	1º Ciclo
Alandroal	222185	Escola Básica do 1.º Ciclo de Ferreira	2	5	5
Alcácer do Sal	223815	Escola Básica do 1.º Ciclo de Foros de Albergaria	2	6	6
Alcácer do Sal	276662	Escola Básica do 1.º Ciclo de Stª Catarina	1	4	4
Alcácer do Sal	212945	Escola Básica do 1.º Ciclo de Casa Branca	2	2	2
Alcácer do Sal	277034	Escola Básica do 1.º Ciclo de Stª Susana	1	2	2
Aljustrel	271172	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. João do Deserto	3	11	11
Aljustrel	211977	Escola Básica do 1.º Ciclo de Carregueiro	2	6	6
Almodôvar	265718	Escola Básica do 1.º Ciclo de Porteirinhos	2	6	6
Almodôvar	276789	Escola Básica do 1.º Ciclo de Santa Cruz	2	9	9
Almodôvar	270430	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Barnabé	2	2	2
Arraiolos	206593	Escola Básica do 1.º Ciclo de Bardeira	1	7	7
Arraiolos	270880	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Gregório	2	4	4
Arronches	226543	Escola Básica do 1.º Ciclo de Hortas de Cima	2	8	8
Avis	231319	Escola Básica do 1.º Ciclo de Maranhão	2	6	6
Avis	202010	Escola Básica do 1.º Ciclo de Aldeia Velha	1	7	7
Avis	281773	Escola Básica do 1.º Ciclo de Valongo	1	5	5
Beja	281049	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vale de Rocins	2	2	2
Beja	233559	Escola Básica do 1.º Ciclo de Mombeja	2	9	9
Beja	283083	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vila Azeda	2	1	1
Beja	232920	Escola Básica do 1.º Ciclo de Mina da Juliana	2	5	5
Borba	207020	Escola Básica do 1.º Ciclo de Barro Branco	2	6	6
Campo Maior	260459	Escola Básica do 1.º Ciclo de Ouguela	2	4	4
Castro Verde	287398	Escola Básica do 1.º Ciclo de Aivados	2	7	7
Castro Verde	229969	Escola Básica do 1.º Ciclo de Lombador	2	6	6
Castro Verde	270106	Escola Básica do 1.º Ciclo de Almeirim	2	4	4
Castro Verde	271445	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Marcos da Ataboeira	1	8	8
Castro Verde	287660	Escola Básica do 1.º Ciclo de Rolão (Viseus)	2	7	7
Crato	201480	Escola Básica do 1.º Ciclo de Aldeia da Mata	1	10	10
Crato	234011	Escola Básica do 1.º Ciclo de Monte da Pedra	1	9	9
Crato	222756	Escola Básica do 1.º Ciclo de Flor da Rosa	2	7	7
Estremoz	220693	Escola Básica do 1.º Ciclo de Espinheiro	2	3	3
Ferreira do Alentejo	223918	Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de Fortes	3	9	2
Fronteira	281074	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vale de Seda	2	3	3
Gavião	207433	Escola Básica do 1.º Ciclo de Belver	2	13	13
Grândola	212570	Escola Básica do 1.º Ciclo Lagoa Formosa	2	5	5
Grândola	264933	Escola Básica do 1.º Ciclo de Pinheiro da Cruz	2	6	6
Grândola	276923	Escola Básica do 1.º Ciclo de Stª Margarida da Serra	2	4	4
Mértola	201200	Escola Básica do 1.º Ciclo de Alcaria Ruiva	2	6	6
Mértola	271895	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Pedro de Sólis	1	5	5
Mértola	271226	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. João dos Caldeireiros	1	6	6
Montemor-o-Novo	212933	Escola Básica do 1.º Ciclo de Casa Branca	1	5	5
Mora	230984	Escola Básica do 1.º Ciclo de Malarranha	2	6	6

Moura	221223	Escola Básica do 1.º Ciclo de Estrela	1	3	3
Nisa	233742	Escola Básica do 1.º Ciclo de Montalvão	2	6	6
Odemira	217189	Escola Básica do 1.º Ciclo de Corte Brique	2	6	6
Odemira	215880	Escola Básica do 1.º Ciclo de Choça dos Vales	3	10	10
Odemira	276637	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vale de Juncal - São Teotónio	1	4	4
Odemira	287283	Escola Básica do 1.º Ciclo de Moitinhas	1	9	9
Odemira	233997	Escola Básica do 1.º Ciclo de Monte da Estrada	1	8	8
Odemira	210821	Escola Básica do 1.º Ciclo de Campo Redondo	2	6	6
Ourique	216847	Escola Básica do 1.º Ciclo de Conceição	2	2	2
Ponte de Sor	221557	Escola Básica do 1.º Ciclo de Farinha Branca	2	7	7
Portalegre	281475	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vale Lourenço	2	11	11
Redondo	224509	Escola Básica do 1.º Ciclo de Freixo	1	6	6
Reguengos de Monsaraz	277289	Escola Básica do 1.º Ciclo de Stº António de Baldio	2	5	5
Santiago do Cacém	232956	Escola Básica do 1.º Ciclo de Faleiros	2	3	3
Santiago do Cacém	217669	Escola Básica do 1.º Ciclo de Costa de Stº André	2	1	1
Santiago do Cacém	220190	Escola Básica do 1.º Ciclo de Ermidas-Aldeia	2	4	4
Santiago do Cacém	223797	Escola Básica do 1.º Ciclo de Foros da Casa Nova	2	4	4
Santiago do Cacém	272206	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Francisco da Serra	2	2	2
Santiago do Cacém	281190	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vale de Éguas	2	3	3
Vidigueira	201170	Escola Básica do 1.º Ciclo de Alcaria da Serra	2	6	6